



**#MROSC**

MARCO REGULATÓRIO  
DAS ORGANIZAÇÕES  
DA SOCIEDADE CIVIL

***PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO  
FEDERAL NA FEIRA  
ONG BRASIL  
(2012 E 2013)***

Memória

# PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL NA FEIRA ONG BRASIL (2012 E 2013)



## 1. Contexto da participação da Secretaria-Geral

Destaca-se a participação do governo federal por dois anos consecutivos na Feira ONG Brasil (2012 e 2013), um espaço de 500 m<sup>2</sup> onde circularam cerca de 10.000 pessoas interessadas diretamente no tema. O estande do governo federal, coordenado pela Secretaria-Geral com participação de dez ministérios diferentes, colocou à disposição das OSCs servidores que, em ambiente de “tira-dúvidas”, puderam esclarecer e ouvir relatos sobre o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas) na área de saúde, educação e assistência social, o título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), Siconv e legislação sobre parcerias, Juventude Viva, Agroecologia, Programa Cultura Viva, entre outros.

O objetivo da participação do governo federal na Feira ONG Brasil é aproximar o governo e dos cidadãos, apresentando políticas públicas de relevância na área social e prestando esclarecimentos sobre um conjunto de atos administrativos e serviços públicos que são oferecidos pelo governo federal às organizações da sociedade civil. Em cada uma das duas edições, foram realizados seminários gratuitos nos auditórios da feira, intitulados Marco Regulatório das organizações da sociedade civil, Participação Social e Democracia, com mesas de debate e transmissão online. Também foram feitas rodas de conversa, oficinas, cursos e formações.

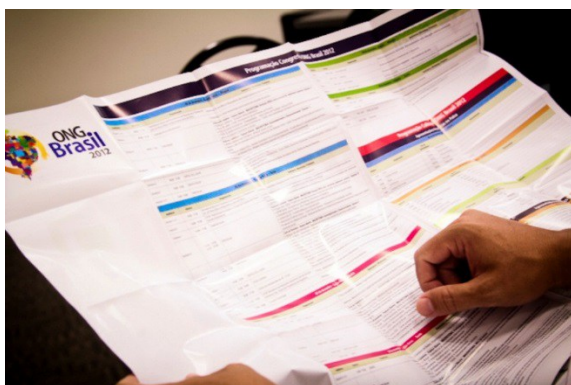
A seguir, são apresentados os relatórios das participações da Secretaria-Geral da Presidência da República nas edições de 2012 e 2013 do evento. Para o ano de 2013 também é apresentada a relatoria das falas de algumas das ações realizadas.

### 4.2. Relatoria da Feira ONG Brasil 2012

Em 2012, a Feira chegou à sua 4ª edição, reconhecida como uma importante vitrine brasileira do Terceiro Setor, sendo também um espaço para apresentação de ações de responsabilidade social empresarial e políticas públicas.



Área externa - Credenciamento dos visitantes da feira



Folder com a programação geral da Feira ONG Brasil 2012

No ano de 2012, a Feira ocupou 15.000m<sup>2</sup> de exposição e mobilizou 10.530 visitantes durante os 3 (três) dias do evento no Expo Center Norte, em São Paulo. Foram 500 organizações não-governamentais, entre associações, institutos empresariais e fundações, além de órgãos públicos, empresas de comunicação e outros entes privados expõe o seu trabalho nos stands montados. Em paralelo, aconteceram nos auditórios do pavilhão de exposições mais de 196 palestras e workshops, promovidos por diferentes organizações que participaram do evento.

As cores setorizavam as áreas de atuação das organizações, com destaque para o amarelo onde estavam os expositores que promovem e defendem direitos. Na praça de alimentação, havia um palco onde aconteceram diversas atividades culturais.



Público visita a Feira



Diversas apresentações culturais movimentaram o evento



A Secretaria-Geral da Presidência da República coordenou neste ano a participação do governo federal no evento. A presença do Executivo Federal foi inédita e reuniu seis áreas da Secretaria-Geral, além de dez Ministérios e duas entidades da Administração Indireta, por meio da presença de 44 servidores, que contribuiram para a construção do conteúdo e articulação política havida diretamente com as organizações. Abaixo o nome dos órgãos públicos envolvidos e anexa a lista da delegação completa (Anexo).

Áreas da Secretaria-Geral:

- Gabinete Ministerial
- Secretaria-Executiva
- Secretaria Nacional de Juventude
- Secretaria Nacional de Articulação Social
- Secretaria Nacional de Relações Político-Sociais
- Secretaria de Controle Interno

Ministérios:

- Secretaria-Geral da Presidência da República
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Controladoria-Geral da União
- Ministério da Justiça
- Ministério da Educação
- Ministério da Saúde
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
- Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
- Ministério dos Esportes
- Ministério das Relações Exteriores

#### Administração Indireta:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
- Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

A presença inédita do governo teve como mote “Participação Social é Método de Governar” e consolidou a ideia de que a participação social é um instrumento para a formação de consensos, para o direcionamento e aprimoramento da ação estatal, aproximando-a das reais demandas da população e abrindo espaços para que a sociedade organizada, incluindo neste processo a juventude, formule, esteja presente na implementação, monitore e fiscalize as políticas públicas. O lema que norteou as atividades se materializou com ações concretas durante os três dias de feira em duas linhas principais:

- a) Valorização e fortalecimento das organizações da sociedade civil: através do diálogo e da capacitação do público presente na feira, o Governo Federal buscou colaborar com o fortalecimento das organizações da sociedade civil. Nesse sentido, realizou diversas atividades que passarão a ser detalhadas a seguir, sobre a legislação de parcerias e o SICONV - Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria do Governo Federal, além dos sistemas de titulação e certificação do Governo Federal (Oscip, UPF, CEBAS - Saúde, Assistência Social e Educação).
- b) Debate sobre planos e políticas governamentais com a sociedade civil: o Governo Federal levou para o debate políticas públicas que abrangem um grande número de Ministérios, como

o plano “Viver sem Limites”, a rede “Juventude Viva” e a inclusão socioeconômica dos catadores de material reciclável e reutilizável inserida na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Em comum, as políticas debatidas tem a participação social e a atenção a grupos sociais em vulnerabilidade como elementos fundantes.



Fotos com a delegação do Governo Federal na Feira ONG Brasil



### **Seminário “Novo Marco Regulatório das organizações da sociedade civil: Uma Agenda de Estado”**

A Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com a “Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as organizações da sociedade civil” realizou no primeiro dia da Feira seminário que abordou três temas: relação de contratualização entre o poder público e entidades privadas sem fins lucrativos; fontes de financiamento e sustentabilidade das organizações, e; sistemas de certificação. Estes temas são os eixos definidos pelo Grupo de Trabalho Interministerial criado pelo Decreto 7.568/11, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República.



Mesa sobre “Financiamento e sustentabilidade das OSCs” durante o seminário

O seminário foi uma oportunidade de debater a agenda do marco regulatório das organizações da sociedade civil perante e um público qualificado e diverso, com representantes de entidades de todo o país. Muitos tiveram contato com o tema pela primeira vez, se apropriando, assim, do debate que é crucial para as organizações. Outros, que participaram do processo de construção puderam se informar sobre o estágio atual dos eixos definidos no Grupo de Trabalho.



Laís Lopes, Assessora Especial da SG/PR, uma das palestrantes no Seminário.

Também durante a programação do seminário, houve o lançamento da publicação n. 41 da Série Pensando o Direito, a partir de edital lançado em 2011 pela Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça sobre a “Modernização do Sistema de Convênios da Administração Pública com a Sociedade Civil”. A pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Na mesma oportunidade, foi divulgado novo edital do Projeto Pensando o Direito com chamada de pesquisa na área do Terceiro Setor, em parceria com



o IPEA, sobre a tributação das organizações da sociedade civil e a possibilidade de elaboração de um “Simples Social”.

Programação do Seminário:

**9h30 às 11h30 - A construção de um novo Marco Regulatório das OSCs: processo político e desafios da contratualização entre o Estado e as organizações da sociedade civil.**

O objetivo deste painel foi compartilhar perspectivas sobre o tema da contratualização entre Estado e sociedade civil, debatendo em que medida os instrumentos existentes atendem às necessidades das organizações da sociedade civil (OSCs) e quais as propostas em andamento. Para tanto, a fez a exposição do resultado do Grupo de Trabalho. Vera Masagão, da Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as organizações da sociedade civil, abordou a perspectiva da sociedade civil e a situação das negociações com o executivo e legislativo. Ainda, Eduardo Pannunzio, advogado especialista no setor não governamental, trouxe um ponto de vista jurídico do tema, destacando aspectos legais essenciais para superar a insegurança jurídica em que o setor se encontra atualmente.

Participantes da Mesa:

Mediadora: Larissa Beltramim (Secretaria-Geral da Presidência da República)

Vera Masagão (Plataforma por um novo marco regulatório)

Laís Lopes (Secretaria-Geral da Presidência da República)

Eduardo Pannunzio (Especialista em direito do setor não governamental)

**14h30 às 16h - Sustentabilidade e autonomia das OSCs: estímulo à diversidade de fontes de financiamento e ao desenvolvimento institucional das organizações.**

O objetivo da mesa foi debater a construção de um marco regulatório adequado que crie mecanismos favoráveis à sustentabilidade das organizações, por meio de regras republicanas de acesso a recursos públicos, por um lado, e, por outro, incentivos às doações de pessoas físicas e jurídicas, entre outras formas de engajamento cidadão. Laís Lopes, da Secretaria Geral da Presidência da República, tratou do tema apresentando dados sistematizados sobre os mecanismos existentes e refletindo sobre novas práticas possíveis. Sílvio Sant’ana, da Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as organizações da sociedade civil, expôs um quadro dos recursos de que dispõe as organizações, e quais as reivindicações da sociedade civil em termos de políticas de fomento para o setor. Patrícia Mendonça, pesquisadora

da Fundação Getúlio Vargas, tratou da arquitetura de apoio às OSCs no Brasil e seu potencial de transformação.

Participantes da Mesa:

Mediador: Paulo Itacarambi (Instituto Ethos)

Silvio Sant'Ana (Fundação Grupo Esquel Brasil e Plataforma por um Novo Marco Regulatório)

Laís Lopes (Secretaria Geral da Presidência da República)

Patrícia Mendonca (CEAPG - Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas)

**16h às 16h30 - Lançamento da publicação nº 41 da Série Pensando o Direito: “Modernização do Sistema de Convênios da Administração Pública com a Sociedade Civil” e a divulgação de novo edital do Projeto Pensando o Direito em parceria com o IPEA.**

**17h às 19h30 - O processo de acreditação no governo federal: avanços e desafios.**

O objetivo dessa mesa foi discutir o processo de certificação de entidades pelo Governo Federal, que envolve diversos ministérios. No Ministério da Justiça está a competência de outorga da declaração de utilidade pública federal e da qualificação como organização da sociedade civil de interesse público. O certificado de entidade beneficente de assistência social hoje é concedido pelo Ministério da Saúde, Assistência Social e Educação, respectivamente nos seus âmbitos de atuação, de acordo com a área preponderante da entidade. Com as mudanças ocorridas na última década, interessa discutir os avanços e desafios desse processo.

Participantes da Mesa:

Moderadora: Flavia Oliveira (Advogada da CEBRAF e Plataforma por um Novo Marco Regulatório das OSC)

Davi Ulisses Simões (Ministério da Justiça)

Fabício Oliveira Braga (Ministério da Saúde)

Paula Storto (Advogada e Pesquisadora do NEATS - Núcleo de Estudos Avançados em Terceiro Setor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

**Curso “SICONV para OSCs”**

Planejado inicialmente para 180 pessoas, o Curso sobre o Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria do Governo Federal teve grande procura ultrapassando a marca de 430 inscritos. Isso se deve ao fato do curso ser gratuito e direcionado exclusivamente às entidades do terceiro setor, o que não é comum.

O curso foi ministrado por servidores do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e da Controladoria-Geral da União, cujo contato mais direto com a população ajudou a corroborar o diagnóstico da existência de uma grande demanda reprimida por capacitações nestes moldes direcionadas ao terceiro setor.



Rodrigo Lopes, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ministra aula no curso.

Programação do curso:

6/12 (quinta-feira)

9h às 12h - Legislação sobre parcerias

14h às 19h - Introdução ao Siconv

7/12 (sexta-feira)

9h às 12h - Registro da Execução do Instrumento no Siconv

14h às 19h - ComprasNet e Ordem Bancária de Transferência Voluntária (OBTV)

8/12 (sábado)

10h às 13h - Elaboração da Prestação de Contas e envio para análise

14 às 16h - Espaço reservado para dúvidas ou esclarecimentos



O público que participou do curso

### **Lançamento da Fasfil**

Na sexta-feira (07/12) a Secretaria-Geral realizou o lançamento do Estudo sobre Fundações e Associações sem Fins Lucrativos - Fasfil 2012, com o seminário “Universo das Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil: Nova Série Histórica de 2006, 2008 e 2010”. Neste espaço foram discutidos com os pesquisadores que participaram do estudo a análise dos resultados e a metodologia utilizada para apurar a quantidade de organizações existentes no Brasil, suas áreas de atuação, pessoal ocupado e média salarial, com recortes de escolaridade e gênero.

A pesquisa, realizada em conjunto pelo IPEA, IBGE, GIFE e Abong é o mais completo levantamento existente sobre as organizações da sociedade civil no Brasil. Referência na área, a nova série histórica traz dados de 2006, 2008 e 2010. A última edição havia sido feita em 2005.



Componentes da mesa de lançamento da Fasfil

O lançamento contou com a presença do Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência, Rogério Sottili, que compôs a mesa e destacou a importância da atualização do estudo para a orientação e o direcionamento das políticas públicas nas quais o terceiro setor é parte integrante. Após a realização do seminário, os participantes foram recebidos no estande do governo federal, onde houve a distribuição dos exemplares da pesquisa além de um coquetel servido aos presentes.

Composição da mesa do seminário:

Apresentação da metodologia da pesquisa: Bruno Erbisti Garcia (IBGE)

Análise dos resultados: Anna Maria Tibúrcio Medeiros Peliano (Ipea)

Debatedores: Vera Masagão Ribeiro (Abong) e Fernando Rosseti (Gife)

Moderadora: Laís de Figueiredo Lopes (Assessora Especial da Secretaria-Geral da Presidência da República)

Convidado: Rogério Sottili (Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República)



Coquetel recepciona os presentes após o lançamento da publicação

### **Tira dúvidas no estande**

Durante os três dias de evento, servidores de diversos Ministérios ficaram à disposição do público, com computadores e acesso à Internet, para prestar atendimento às entidades e esclarecer dúvidas sobre o Siconv, as titulações e certificações conferidas pelo Governo Federal.



Francisco Neto, da Controladoria-Geral da União, realizando atendimento no estande

A experiência inovadora de contato direto dos servidores com os representantes das organizações da sociedade civil trouxe uma inédita troca de conhecimentos que aproximou e sensibilizou as equipes que trabalham com os sistemas de certificação, titulação e de convênios do governo federal.



Luciene, da Secretaria-Geral da Presidência apresenta as ações da Secretaria Nacional de Juventude

Os membros do governo puderam receber e solucionar as dúvidas dos visitantes da Feira, que tinham diferentes níveis de complexidade e compreendiam desde as formas de constituição e registro das entidades, até as dificuldades operacionais do Siconv, passando pelos requisitos dos sistemas de certificação e titulação.

Os servidores registraram os atendimentos em fichas que foram recolhidas e estão sendo consolidadas pela equipe da Secretaria-Geral, para que se possa ter um levantamento completo das questões apresentadas.

O tira dúvidas do estande foi composto da seguinte maneira:

<b>Ministério</b>	<b>Atendimento</b>
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Controladoria-Geral da União	Sistema de convênios, contratos de repasse e termos de parceria (SICONV)
Ministério da Justiça	Cadastro Nacional de Entidades  Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip)  Utilidade Pública Federal (UPF)
Ministério da Educação Ministério da Saúde Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS)

### **Atividades no estande**

O Governo Federal montou em seu estande um mini auditório com 41 m<sup>2</sup> de área, capacidade para 36 pessoas, e um sistema de audiovisual para a realização de apresentações, debates e rodas de conversa com os participantes da Feira sobre políticas públicas e temas de interesse das organizações da sociedade civil.



Servidoras da Secretaria-Geral apresentando a programação do estande aos visitantes

Durante os três dias do evento, houve uma programação diversificada e que contou com a participação efetiva dos visitantes da Feira e de entidades parceiras que participavam dos projetos, como no caso da Rede Juventude Viva, da roda de conversa sobre os catadores e da exposição sobre as práticas premiadas dos Objetivos do Milênio (ODM).



Rogério Sottili, Secretário-Executivo da SG/PR, visitando o estande do Governo Federal

No *lounge* do estande, além dos tira-dúvidas, os servidores do governo federal conversavam com os visitantes sobre políticas públicas, instrumentos de participação social e demais temas de interesse comum do governo e das organizações da sociedade civil. Além disso, distribuíam material gráfico produzido pelas áreas da Secretaria-Geral e por outros Ministérios especialmente para a Feira.



Movimentação de visitantes e servidores no estande do Governo Federal

Programação do mini auditório do estande:

**06/12 - quinta-feira**



### **15h - Roda de Diálogo sobre “Participação Social e Conselhos de Juventude”**

A roda de diálogo contou com a participação de um grupo expressivo de pessoas, que revelaram distinto grau de familiaridade com o debate. Enquanto algumas revelaram algum conhecimento sobre as Políticas Públicas de Juventude e espaços de participação em consolidação no Governo Federal, outras tiveram naquela ocasião o primeiro contato com os temas.

### **16h - Agenda de compromissos ODM e os ODS - Práticas premiadas na municipalização**

Os Objetivos do Milênio (ODM) são metas pactuadas pelo Brasil e por outros 190 países membros das Nações Unidas para melhorar indicadores sociais, ambientais e econômicos. Já os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável formam uma agenda pactuada na Conferência “Rio+20” para a encarar o desafio da sustentabilidade. A roda de conversa no estande apresentou e debateu as três iniciativas de organizações da sociedade civil do município de São Paulo que receberam o “Prêmio ODM Brasil”. São elas:

Avape - Inclusão Social e Profissional de Pessoa com Deficiência

Salus - Centro de Recuperação e Educação Profissional (CREN)

Instituto Ciência Hoje - Programa Ciência Hoje de Apoio à Educação (PCHAE)

### **17h - Auditoria participativa: A experiência do controle com participação social na Copa 2014**

O Secretário de Controle Interno da Presidência da República, Jerri Coelho, esteve pessoalmente na Feira ONG Brasil para fazer o relato e debater com a sociedade uma iniciativa inovadora no âmbito da atividade de controle da administração pública: a Auditoria Participativa. Foi realizada uma apresentação expondo os pressupostos fundamentais do projeto: integração do controle técnico com o controle social, bem e valorização das percepções da comunidades sobre os impactos das políticas públicas. A exposição contou com a apresentação da experiência na execução de auditorias participativas referentes às obras da Copa Fifa 2014, os atores envolvidos e os resultados obtidos. Por fim, foram debatidas outras experiências de controle social em curso no Governo.

### **18h - Apresentação de pesquisas do IPEA sobre Participação Social e Parcerias do Estado com OSC**

Nos últimos anos, tem se intensificado no IPEA, uma agenda de estudos e pesquisas que pensa as políticas públicas não apenas sob a ótica do Estado, mas de sua interação com a sociedade. A partir destas pesquisas, o instituto visa compreender como se dá esta

interação e imaginar novas formas de delinear essas relações. A apresentação das pesquisas contou com a presença de gestores públicos e membros de organizações da sociedade civil, que tiveram a oportunidade de debater os resultados obtidos.

## **07/12 - sexta-feira**

### **14h - Roda de conversa “Brasil Voluntário” - programa de voluntariado público para os grandes eventos**

O objetivo da roda de conversa foi o de retomar o contato e diálogo com o conjunto da sociedade civil que trabalha com o tema do Voluntariado e fortalecer os laços com as mesmas visando à consecução de um Programa Público de Voluntariado Brasileiro inicialmente voltado aos grandes eventos esportivos e internacionais e ao apoio às populações em situações de desastres naturais. Percebemos no debate que a ideia foi muito bem recebida pelas organizações participantes da Feira. Além disso, foi também oportunidade de dar passos concretos para sedimentar a importância do tema no interior do governo e fazendo mais aliados nesse propósito.

### **15h - Debate sobre a Lei de Acesso à Informação e as Entidades Privadas sem Fins Lucrativos**

O objetivo da roda de conversa foi o de sensibilizar as entidades para a importância da lei, as formas de acessar informações públicas, e as obrigações privadas decorrentes da normativa. A roda foi composta pelas palestrantes Joana Zylbersztajn, da Secretaria-Geral da Presidência da República, e por Karina Quintanilha Ferreira, da organização da sociedade civil Artigo 19.

### **16h - Debate sobre a Rede Juventude Viva**

Participaram da atividade cerca de 20 pessoas, entre representantes da SNJ (Angela, Guimaraes, Fernanda Papa e Luciane Reis), e gestores locais de políticas de juventude (como a Guarulhos) ou de secretarias estaduais de governos (como o de Goiás), representantes de movimentos e entidades ligados às agendas de juventude e questão racial, como Juventude Operária Católica (JOC), Instituto Padre Batista e Fala Negão, e também de entidades com atuação mais ampla, com interesse na pauta do enfrentamento à violência contra a juventude negra, a exemplo do Conselho Regional de Psicologia e de ONGs ligadas ao apoio a entidades que trabalham com crianças com câncer.

A participação do conselheiro nacional de juventude, Gerson Brandão, do Instituto Pólis, de SP, como um dos debatedores, contribuiu com a reflexão sobre o papel da sociedade civil no enfrentamento à violência contra a juventude negra. Este foi o mote para introduzirmos a ideia de articulação de uma rede em torno do Plano Juventude Viva, que deverá acompanhar e se envolver em sua implementação nos municípios.

A iniciativa foi elogiada, tendo havido uma observação de um ativista do Alto Tietê a respeito da demora para que o governo federal começasse a responder à prioridade número 1 da conferência nacional, definida em 2008. De forma geral, no entanto, os participantes saudaram a iniciativa, na expectativa de que o Plano chegue a São Paulo para que possam se envolver concretamente com a sua implementação. Por parte das pessoas que não conheciam a gravidade do problema, foi observado que o vídeo da campanha juventude viva permitiu uma primeira reflexão e motivação para aprofundar a discussão.

Vale registrar, por fim, que a “panfletagem” realizada na feira antes do início da roda de conversa permitiu contato com ONGs relevantes para a Rede Juventude Viva, a exemplo das entidades ligadas à Feira Preta e a Casa do Zezinho.

### **17h - Oficina “Oscip e UPF”**

Oscip e UPF são títulos conferidos pelo Ministério da Justiça a entidades privadas sem fins lucrativos que preencham determinados requisitos previstos em Lei. A oficina realizada na Feira esclareceu às organizações presentes os aspectos relacionados ao credenciamento das entidades, às causas de indeferimento dos pedidos, prestações de contas que devem ser realizadas, dentre outras questões relativos às titulações.

### **18h - Oficina “CEBAS”**

O CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) é hoje um dos temas sobre o qual a Secretaria-Geral da Presidência é mais questionada nos espaços de debate com a sociedade civil. A oficina realizada na Feira ONG Brasil, que inicialmente foi pensada para abranger apenas as entidades da área da educação, englobou também as áreas de saúde e assistência social, através da presença dos respectivos Ministérios. Muito concorrida, a atividade complementou o trabalho realizado durante os três dias da Feira pelos servidores no “tira-dúvidas” e foi de grande importância para que os Ministérios finalísticos tomassem um contato direto com as demandas das organizações.

## **08/12 - sábado**

### **10h - Roda de conversa “Religiões, Movimentos Sociais e Políticas Públicas”**

A roda de conversa contou com a participação de 25 pessoas e foi apresentada através das falas de três convidados oriundos dos movimentos sociais e da academia, são eles: Claudio Ribeiro, pastor metodista e assessor das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica; Sarah de Roure, militante da marcha das mulheres e leiga batista; Celso Monteiro, pai de santo e coordenador da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde em São Paulo.

Cláudio fez em sua apresentação uma abordagem histórica sobre a relação das igrejas com o Estado, salientando tanto os avanços como os desafios resultantes desta relação. Sarah abordou a importância das políticas públicas e de como determinadas pautas poderiam redundar num processo de sinergia entre as diferentes religiões e os movimentos sociais. Por fim, Celso tratou da ainda persistente desigualdade brasileira, salientando a necessidade do estabelecimento de procedimentos que favoreçam equidade de tratamento às religiões em relação às políticas públicas.

Em todas as falas que se seguiram por parte dos participantes, ficou marcada a necessidade de maior diálogo e a relação paradoxal vivenciada pelas religiões na sociedade, podendo exercer tanto ações de emancipação como também de controle. Esta situação coloca grandes desafios, os quais devem ser enfrentados a partir do aprofundamento dessa discussão e de espaços e ações que promovam encontro e diálogos.

### **11h - Viver sem Limites - plano do governo federal para pessoas com deficiência**

Com ações desenvolvidas por 15 ministérios e a participação do Conselho Nacional de dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), que conta com a participação da sociedade civil, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limites tem o objetivo de implementar novas iniciativas e intensificar ações que são desenvolvidas pelo governo em benefício das pessoas com deficiência. O plano, lançado em 2011, é coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que esteve presente através do Coordenador-Geral do Departamento de Políticas Temáticas dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Roberto John Gonçalves da Silva, que conduziu os debates, apresentando as ações do plano e as possibilidades de participação da sociedade.

### **12h - Roda de conversa “Política e seu Sistema Nacional de Participação Social”**

O desafio da construção de um Sistema Nacional que permita integrar as políticas de participação social e aprofundar as relações entre as instâncias municipais, estaduais e federal foi objeto desta roda de conversa conduzida por Pedro Pontual, Diretor do Departamento de Participação Social da SG/PR. O tema despertou bastante interesse dos visitantes da Feira ONG Brasil, que estiveram presentes no estande do Governo Federal fazendo questionamentos, críticas e sugestões visando fortalecer espaços institucionais de interface entre Estado e sociedade civil.

### **13h - Roda de conversa “A Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis”**

A roda de conversa contou com a participação de cerca de 20 pessoas e foi coordenada por Fernando Matos, diretor do Departamento de Diálogos Sociais da SG/PR. A apresentação discorreu sobre a apresentação das atividades do Comitê Interministerial para a Inclusão dos catadores de materiais recicláveis - CIISC, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência, que tem como foco a promoção da inclusão cidadã dos catadores e catadoras tendo em vista a integração entre os fatores ambiental, econômico e social.

#### **14h - Oficina para modelagem de um vocabulário comum de participação social**

A oficina trabalhou uma metodologia de modelagem coletiva dos elementos, conceitos e relações da participação social em rede, numa dinâmica interativa com os participantes. O ponto de partida da oficina foi a experiência de cada organização presente com estes instrumentos.

### **4.3. Relatoria da Feira ONG Brasil 2013**

Em 2013, a Feira chegou à sua 5ª edição, reconhecida como uma importante vitrine brasileira do Terceiro Setor, sendo um importante espaço para apresentação de ações de responsabilidade social empresarial e políticas públicas.



Área externa - Credenciamento dos visitantes da feira

No ano de 2013, a Feira ocupou 15.000m<sup>2</sup> de exposição durante os dias 28,29 e 30 de novembro e mobilizou um público recorde de 14.850 visitantes durante os 3 (três) dias do evento no ExpoCenterNorte, em São Paulo. Foram mais de 500 organizações não-governamentais, entre associações, institutos empresariais e fundações, além de órgãos públicos, empresas de comunicação e outros entes privados que expuseram o seu trabalho nos stands montados. Em paralelo, aconteceram nos auditórios do pavilhão de exposições mais de 150 palestras e workshops, promovidos pelos diferentes atores que participaram do evento.

As cores setorizavam as áreas de atuação das organizações, com destaque para o amarelo onde estavam os expositores que promovem e defendem direitos e para o estande do Governo Federal que estava em uma localização privilegiada, no meio da Feira. Na praça de alimentação, havia um palco onde aconteceram diversas atividades culturais.



Diversas apresentações culturais movimentaram o evento

### **Abertura do Evento**

A cerimônia de abertura ocorreu no dia 28 de novembro às 12h00 e foi marcada pelo destaque dado ao crescimento e ao desenvolvimento do setor. Cláudia Godoy, diretora da UBM Brazil, agradeceu a todos os presentes e parceiros, que segundo ela, são fundamentais para o suporte da ONG Brasil e do terceiro setor. Joris Van Wijk, diretor-geral da UBM Brazil, foi o anfitrião, ao lado de Glorinha Baumgart, diretora de marketing do Center Norte e de Sérgio Pasqualin, diretor do Expo Center Norte que há 5 edições cedem o espaço para a ONG Brasil. O poder público foi representado em todas as esferas. Diogo de Sant'ana, secretário-executivo da Secretaria Geral da Presidência da República, Rogério Haman, secretário de desenvolvimento social do Estado de São Paulo, e Rogério Sotilli, secretário de direitos humanos e cidadania, do município de São Paulo falaram entusiasticamente sobre seus projetos e a importância do terceiro setor. Representantes da ABONG e do GIFE, falaram em nome das organizações da sociedade civil.



Secretário Diogo de Sant'ana participa da cerimonia de abertura

### **Participação do Governo Federal**

A Secretaria-Geral da Presidência da República coordenou pelo segundo ano consecutivo a participação do Governo Federal no evento. A presença do Executivo Federal reuniu seis áreas da Secretaria-Geral, além de doze Ministérios e uma entidade da Administração Indireta, através da presença de quarenta e dois servidores, que contribuíram para a construção do conteúdo e articulação política ligadas diretamente com as organizações. Abaixo o nome dos órgãos públicos envolvidos e anexa a lista da delegação completa.

Áreas da Secretaria-Geral:

- Gabinete Ministerial
- Secretaria-Executiva
- Secretaria Nacional de Juventude
- Secretaria Nacional de Articulação Social
- Secretaria Nacional de Relações Político-Sociais
- Secretaria de Controle Interno

Ministérios:

- Secretaria-Geral da Presidência da República

- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Controladoria-Geral da União
- Ministério da Justiça
- Ministério da Educação
- Ministério da Saúde
- Ministério dos Esportes
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Ministério da Cultura
- Ministério do Desenvolvimento Agrário
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- Secretaria de Políticas para as Mulheres

#### Administração Indireta:

- Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

#### Instituição Privada Sem Fins Lucrativos:

- Fundação Getúlio Vargas (FGV)

A presença do Governo teve como mote “Participação Social é Método de Governar” disseminando a ideia de que a participação social é um instrumento para a formação de consensos, para o direcionamento e aprimoramento da ação estatal, aproximando-a das reais demandas da população e abrindo espaços para que a sociedade organizada, incluindo neste processo a juventude, formule, esteja presente na implementação, monitore e fiscalize as políticas públicas. O lema que norteou as atividades se materializou com ações concretas durante os três dias de feira em duas linhas principais:

Valorização e fortalecimento das organizações da sociedade civil por meio do diálogo e da capacitação do público presente na feira. O Governo Federal buscou colaborar com o fortalecimento das organizações da sociedade civil com a realização de diversas atividades como o curso sobre o SICONV - Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria do Governo Federal, além dos sistemas de titulação e certificação do Governo Federal (Oscip, UPF, CEBAS - Saúde, Assistência Social e Educação).



Debate sobre planos e políticas governamentais com a sociedade civil que abrangem um grande número de Ministérios, como o plano “Pontos de Cultura e o Programa Cultura Viva”, a rede “Juventude Viva” e a inclusão socioeconômica dos catadores de material reciclável e reutilizável inserida na Política Nacional de Resíduos Sólidos e Programa Minha Casa, Minha Vida, dentre outros. Em comum, as políticas debatidas têm a participação social e a atenção a grupos sociais em vulnerabilidade como elementos fundamentais.

Para atender a estes objetivos o governo federal atuou em uma extensa programação que contou com seis seminários, o curso do Siconv com duração de dois dias e catorze workshops denominados “rodas de conversa” no auditório do estande. Outra atividade importante foi o “tira dúvida”, onde os servidores dos ministérios faziam o atendimento direto ao público sobre os temas relacionados a cada Ministério.

### **Programação do Seminário:**

#### **Seminário Democracia, Participação Social e Marco Regulatório das organizações da sociedade civil**

28 de novembro de 2013 - 15h às 17h

Novas alterações da Lei do Cebas e o processo de certificação do governo federal

Palestrantes:

Alessandra Gadioli - Diretora Substituta do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Eneida Cardoso de Britto Corrêa - Coordenadora Geral de Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social Ministério da Educação

Brunno Carrijo - Coordenador Geral de Análise e Gestão de processos e Sistemas do Ministério da Saúde

Paula Storto - Advogada e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Avançados em Terceiro Setor (Neats) da PUC/São Paulo

Nicole Hoedemaker - Vice-presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo (CONSEAS)

28 de novembro de 2013 - 17h às 19h

#### **As parcerias entre Estado e organizações da sociedade civil e o Marco Regulatório**

Palestrantes:

Laís de Figueirêdo Lopes - Assessora Especial da Secretaria-Geral da Presidência da República

Vera Masagão - Diretora-Executiva da Abong e membro da Plataforma por um Novo Marco Regulatório das organizações da sociedade civil

Felix Lopes - Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicada (Ipea)

Alexis Vargas - Pesquisador da Fundação Getúlio Vargas

Airton Graziolli - Curador de Fundações da Promotoria de Justiça Cível e de Fundações do Estado de São Paulo

29 de novembro de 2013 - 14h às 16h

### **Municipalização dos Objetivos do Milênio (ODM) e a construção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**

Wagner Caetano - Secretário Nacional de Relações Político-Sociais

Leisa Perch- Especialista em Políticas Públicas da Rio+ World Centre for Sustainable Development

Adriana Ramos - Secretaria-Executiva Adjunta do Instituto Socioambiental (ISA) e membro da Plataforma por um Novo Marco Regulatório das organizações da sociedade civil

Odilon Faccio - Secretário-executivo adjunto do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade

André Calixtre - Assessor da Secretaria-Geral da Presidência da República

29 de novembro de 2013 - 16h às 18h

### **Desafios Pós-Junho de 2013 para a Democracia e a Participação Social no Brasil**

Tiago Pimentel - Diretor executivo da Interagentes e da Associação de proteção da propriedade na rede (Actantes)

Pedro Pontual - Diretor Nacional de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República

Lira Alli - Militante do Levante Popular da Juventude

Vera Masagão - Diretora-Executiva da Abong e membro da Plataforma por um Novo Marco Regulatório das organizações da sociedade civil

30 de novembro de 2013 - 11h às 13h

## **Caminhos possíveis para a sustentabilidade econômica das organizações da sociedade civil**

Marcelo Estraviz - Instituto Doar e DDD - Dia de Doar

Beto Scretas - Instituto de Cidadania Empresarial e Força Tarefa de Finanças Sociais

Valéria Trezza - Advogada e pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas

João Paulo Vergueiro - Gerente de Comunicação e de Relações Institucionais do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis)

Renata Antão - Assessora da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça



Apresentação de um seminário no auditório Jaçanã 3



Apresentação de um seminário no auditório Jaçanã 3

## **Lançamento: Cenários Transformadores da Sociedade Civil 2023**

### **Cenários Futuros da Sociedade Civil Organizada no Brasil - perspectivas para 2023**

Participantes da Mesa:

Moderadora: Mariane Mille Santos - Instituto Reos Partners

Laís de Figueirêdo Lopes - Assessora Especial da Secretaria-Geral da Presidência da República

Vera Masagão - Diretora-Executiva da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais e membro da Plataforma por um Novo Marco Regulatório das OSC

Mario Aquino Alves - professor da Fundação Getúlio Vargas

Lia Lopes Almeida - Coletivo de Jovens Feministas

Articulação D3, Secretaria-Geral da Presidência da República, Abong e Instituto Reos promoveram o lançamento do Relatório dos Cenários Transformadores da Sociedade Civil Organizada no Brasil.

Cenários são histórias que descrevem o que poderia acontecer no futuro a partir do olhar de hoje. A construção de cenários é um exercício de suspender desejos e respostas, buscar enxergar para além de previsões e projeções e refletir na variedade de futuros possíveis.

Um grupo diverso de atores de todas as regiões do Brasil que representam organizações da sociedade civil, movimentos sociais, governo, empresas, universidades, mídias e coletivos de jovens. Expressaram suas visões sobre o presente e o futuro por meio de entrevistas, oficinas presenciais e mensagens pela internet. Não perguntamos a eles o que eles querem que aconteça, mas, sim, o que é que pode acontecer.

“Se o futuro for ruim para as ONGs, vai ser ruim para a democracia, a sociedade e a economia do Brasil.”

“Sucesso destes cenários seria se o debate se irradiasse e incendiasse outros debates.”

“Não podemos perder esse momento do Brasil”

A sociedade civil organizada no Brasil vive um momento instigante, criativo, de muitas mudanças, perguntas e possibilidades. As manifestações de junho de 2013 mostraram uma sociedade civil em

transformação, influenciada por novas tecnologias de comunicação e novos modelos de organização em rede. Com a economia do país reconhecida como emergente, as formas de financiamento tem mudado - o apoio internacional foi reduzido e novas fontes de recursos nacionais começam a surgir. Provocado pela sociedade civil, o Governo Federal estabeleceu como prioridade repensar as formas de realizar parcerias com organizações da sociedade civil e melhorar o ambiente regulatório onde elas estão inseridas hoje no Brasil.

O grupo batizou seus cenários inspirado por brincadeiras infantis: o mestre mandou, em que todos seguem um guia; a amarelinha, em que é preciso se equilibrar para sair do inferno e chegar no céu; o passa anel, onde o negócio é dissimular para quem foi passada a joia; e a ciranda, onde todos se dão as mãos para cantar e dançar juntos.

#### O mestre mandou

Neste cenário, as organizações da sociedade civil estão sendo fortemente impactadas pela lógica do mercado. A administração pública é altamente burocratizada e privilegia o controle dos aspectos financeiros e contratuais. O Estado tecnocrático incorpora as pautas de lutas sociais desde que estas se adequem ao mercado. As organizações que se opõem são vistas como antipatriotas. Existe uma forte investigação das organizações em nome de combate à corrupção. Aquelas que conseguem alcançar contratos dos governos e das empresas por meio dos editais sobrevivem como prestadoras de serviço. As organizações mais combativas não conseguem se sustentar e outras mais estruturadas se mantêm com recursos da cooperação internacional. Há uma multiplicação de institutos vinculados a empresas privadas, financiando projetos próprios.

#### Ciranda

As organizações da sociedade civil, as empresas, os governos e os cidadãos atuam em rede, em um relacionamento de conexão, interdependência e cooperação. A sociedade participa da definição, monitoramento e avaliação de políticas públicas e as OSCs investem muito para criar canais de comunicação efetivos e diretos com a população. A presença da nova geração possibilita uma sinergia interessante com membros da “velha guarda”, unindo inovação e comunicação horizontal e instantânea ao embasamento histórico e posicionamento político. A sustentabilidade econômica das organizações está calcada em diversos tipos de financiamento, com forte contribuição de indivíduos. Apesar de a economia ainda ser amplamente baseada na exportação de commodities e no consumo de bens industrializados, o governo amplia os investimentos em novos formatos de empreendimentos solidários e criativos. A banda larga proporciona maior acesso a informação, o que gera um salto quantitativo e qualitativo na participação social da população nos rumos da política do país.

## Amarelinha

A sociedade brasileira dá uma guinada neoconservadora. Surgem governantes que, ao proteger valores da família e da propriedade, geram retrocessos na conquista de direitos. As organizações que defendem os direitos de minorias são crescentemente excluídas das parcerias com o Estado. Algumas sobrevivem com doações de fundos independentes, de indivíduos e empresários progressistas, além da cooperação internacional. As grandes emissoras de rádio e televisão são dominadas por grupos religiosos e dependentes da propaganda governamental. A educação religiosa confessional é tida como prioritária nas escolas públicas. As organizações do campo de direitos criam estratégias de ação inovadoras, com base em tecnologia da informação, organização em rede e tecnologias sociais. Isso revigora suas lutas. As organizações com estruturas administrativas mais complexas e que envolvem a necessidade de financiamento mais contínuo encontram muita dificuldade para sobreviver.

## Passa anel

O Brasil aparenta ser melhor do que realmente é. Conceitos relacionados à inclusão e aos direitos humanos estão na mídia e no discurso dos governantes e parlamentares, mas não se refletem em suas ações. A pasteurização do discurso dificulta a denúncia de violações e a identificação de diferenças políticas. Existem conselhos participativos em todas as regiões e todos os setores, porém sua real incidência em políticas públicas é baixa. Há avanços na esfera legislativa, mas estes ainda não se traduzem em melhorias efetivas para a população; existem grandes déficits na implementação das políticas públicas. A população tem dificuldade de compreender o que fazem e o que propõem as organizações da sociedade civil; as informações e o debate público são pautados quase exclusivamente pelas grandes empresas de comunicação. Há um crescimento no número de organizações que buscam solucionar problemas sociais na lógica do mercado, com o discurso do empreendedorismo social.

Ao final do o seminário “Cenários Futuros da Sociedade Civil Organizada no Brasil - perspectivas para 2023” foi servido um coquetel para oitenta pessoas.

## **Curso “SICONV para OSCs”**

O curso foi ministrado por servidores do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e da Controladoria-Geral da União, cujo contato mais direto com a população ajudou a corroborar o diagnóstico da existência de uma grande demanda reprimida por capacitações nestes moldes direcionadas ao terceiro setor.



Rodrigo Lopes, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ministra aula no curso

O curso contou com a seguinte programação:

28/11 (quinta-feira)

9h às 12h - Introdução ao Siconv

13h às 19h - Registro da Execução do Instrumento no Siconv

29/11 (sexta-feira)

09h às 12h - Registro da Execução do Instrumento no Siconv (continuação)

14h às 18h - Ordem Bancária de Transferência Voluntária (OBTV)

19h às 19h - Elaboração da Prestação de Contas e envio para análise



Karlem Santana de Almeida, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ministra aula no curso

### **Tira dúvidas no estande**

Durante os três dias de evento, servidores de diversos Ministérios ficaram à disposição do público, com computadores e acesso à internet, para prestar atendimento às entidades e esclarecer dúvidas sobre o Siconv, as titulações e certificações conferidas pelo governo federal, bem como sobre políticas e programas voltados aos interesses das entidades.



A experiência de contato direto dos servidores com os representantes das organizações da sociedade civil trouxe uma troca de conhecimentos que aproximou e sensibilizou as equipes que trabalham, dentre outros, com os sistemas de certificação, titulação e de convênios do governo federal.

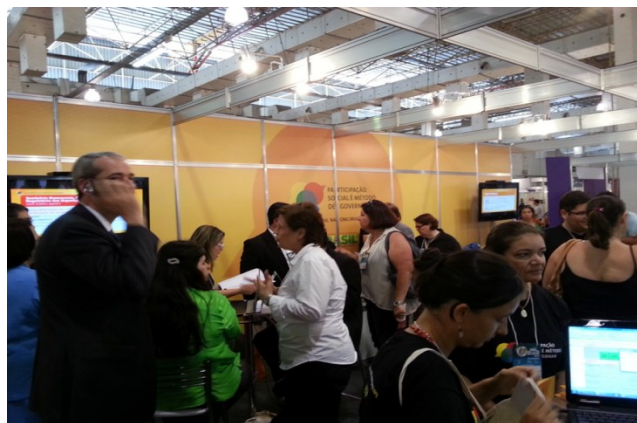


Os membros do governo puderam receber e solucionar as dúvidas dos visitantes da Feira, que tinham diferentes níveis de complexidade e compreendiam desde as formas de constituição e registro das entidades, até as dificuldades operacionais do Siconv, passando pelos requisitos dos sistemas de certificação e titulação.





No *lounge* do estande, além dos tira-dúvidas, os servidores do governo federal conversavam com os visitantes sobre políticas públicas, instrumentos de participação social e demais temas de interesse comum do governo e das organizações da sociedade civil. Além disso, distribuíam material gráfico produzido pelas áreas da Secretaria-Geral e por outros Ministérios especialmente para a Feira.



Movimentação de visitantes e servidores no estande do Governo Federal



Materiais distribuídos pelo Ministério ao longo dos três dias da Feira.



A Secretaria-Geral da Presidência da República, contratou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para desenvolver uma pesquisa sobre organizações da sociedade civil (OSCs) e suas parcerias com a União e construção de Mapa das OSCs, apresentando os resultados dessa pesquisa com o tratamento de diversas bases de dados governamentais.

O Mapa é um espaço aberto para exposição de dados e informações sobre as organizações da sociedade civil e suas parcerias com o governo federal. Trata-se de um Mapa georeferenciado que poderá servir como catalisador do conhecimento produzido, fomentando a produção de novas pesquisas e o controle social.

Durante a Feira, o Mapa foi apresentado ao público por especialista da Fundação Getúlio Vargas em uma ação denominada "homologação assistida". Além de conhecer a ferramenta o público podia contribuir com sugestões para sua melhoria e aperfeiçoamento.

## Palestras no estande

O governo federal montou em seu estande um mini auditório com capacidade para 30 pessoas, e um sistema de audiovisual para a realização de apresentações, debates e rodas de conversa com os participantes da Feira sobre políticas públicas e temas de interesse das organizações da sociedade civil.

As palestras foram transmitidas via videostreaming pela rede mundial de computadores, cujo relatório de acesso, elaborado pela empresa VOCS Multimídia, segue em anexo.

Durante os três dias do evento, houve uma programação diversificada e que contou com a participação efetiva dos visitantes da Feira e de entidades parceiras que participavam dos projetos, como no caso da Rede Juventude Viva, da roda de conversa sobre os catadores e da exposição sobre as práticas premiadas dos Objetivos do Milênio (ODM) e Minha Casa Minha Vida Entidades e PNHR dentre outros.



Apresentação dos workshops “roda de conversa”



Apresentação dos workshops “roda de conversa”



Apresentação dos workshops “roda de conversa”

Programação do mini auditório do estande:

28/11/2013

**Oficina: Credenciamento de entidades (Oscip e UPF e Organizações Estrangeiras)**

Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet

Coordenadora de Entidades Sociais no Departamento de Justiça /  
Ministério da Justiça;

**Movimentos de cultura digital, mídia livre e hacktivism**

Carla Bezerra - Coordenadora do Participatório / Secretária Nacional  
de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República

Beá Tibiriçá - Diretora do Coletivo Digital

Mariel Zasso - Fórum Software Livre

29/11/2013

**Políticas de Igualdade de gênero**

Tatau Godinho - Secretária de Políticas do Trabalho e Autonomia  
Econômica das Mulheres/ Secretária de Políticas para as Mulheres

Fernanda Papa - Coordenadora do Plano Juventude Viva /Secretaria  
Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da  
República

**Voluntariado na Copa do Mundo e o Programa Brasil  
Voluntário**

Leonardo Dalla - Assessor de Comunicação /Ministério do Esporte

## **Agroecologia, alimentação saudável e Plano Brasil Agroecológico**

Selvino Heck - Assessor especial /Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República

Daniela Prado - Coordenadora-Geral de Apoio à Estruturação da Produção Familiar /Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Gisele Bortolini - Analista Técnico de Políticas Sociais da Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição/Ministério da Saúde

Onaur Ruano - Chefe de gabinete da Secretaria da Agricultura Familiar/ Ministério do Desenvolvido Agrário

## **Lei de Acesso a Informação, Ouvidorias e Política Nacional de Participação Social**

Márcio Sobral - Chefe do Núcleo de Ações de Prevenção e Combate à Corrupção/Controladoria Regional da União no Estado de São Paulo

Wellington Pantaleão da Silva -Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República

30/11/2013

## **Novo Estatuto da Juventude e a SINAJUVE**

Bruno Elias - Secretário-Executivo do Conjuve - Conselho Nacional da Juventude

## **Juventude Viva - enfrentamento à violência nas periferias urbanas**

Janaína Bittencourt - Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República

## **Catadores e a Política Nacional de Resíduos Sólidos**

Francisco do Nascimento - Secretaria Nacional de Articulação Social/Secretaria-Geral da Presidência da República

## **Minha Casa Minha Vida Entidades e PNHR**

Wellington Pantaleão - Secretaria Nacional de Articulação Social /Secretaria-Geral da Presidência da República

Evaniza Rodrigues - Caixa Econômica Federal

Edilson Pereira - União Nacional por Moradia Popular

## **Pontos de Cultura e o Programa Cultura Viva**

Daniel Castro – Assessor do Gabinete Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural/ Ministério da Cultura

### **Investimento Efetuado**

A participação da Secretaria-Geral da Presidência da República no evento foi viabilizada por meio de uma cota de patrocínio no valor de R\$ 25.000,00. Com esta cota a Secretaria-Geral passou a ser parceira oficial do evento ONG Brasil 2013 tendo sua marca em grande destaque em todo o material on-line e impresso da campanha para o evento:

- Logo na homepage do website;
- Logo nos enews;
- Logo nos convites impressos;
- Logo nos anúncios;
- Destaque nos press-releases;
- Logo na capa do mapa de bolso oficial;
- Depoimento no vídeo oficial disponível no site e enviado por enews;
- Depoimento na enews preview;
- Depoimento na enews de resultados;
- Hiperlink no site;
- Logo na planta “localize-se”.

A Secretaria-Geral teve também, direito a um espaço para um estande de 116 metros quadrados, sem o serviço de montagem, em local privilegiado na região central da Feira.

Para a montagem do estande, bem como para dota-la de toda a infraestrutura necessária ao atendimento público e ao desenvolvimento de todas as ações efetuadas, foi utilizada a ata em vigor, constante do contrato com a empresa SWOT.

A ordem de serviço ficou em R\$ 41.209,10, conforme pode ser verificado nas paginas 07 e seguintes do processo aberto para pagamento da empresa.

### **Oficina: Credenciamento de entidades (Oscip, UPF e Organizações Estrangeiras)**

#### **Participante:**

**Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet** – Coordenadora de Entidades Sociais no Departamento de Justiça do Ministério da Justiça

### **Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

(...) Específica, que cuida das titulações de entidades sociais, que são as Oscips (Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público), as UPFs (Utilidade Pública Federal) e as Organizações Estrangeiras. As organizações estrangeiras de direito privado sem fins lucrativos que vem trabalhar no Brasil precisam de uma autorização de funcionamento, e somos nós que concedemos no Ministério da Justiça. Então, eu vou falar um pouquinho aqui, eu vou tentar fazer uma fala bem prática, falar um pouco dos títulos, falar um pouco de como funciona a relação das entidades sociais com o Ministério da Justiça, e depois a gente vai ter também um momento de dúvidas, vocês também vão poder perguntar, a gente vai bater um papo aqui bem informal mesmo.

A Secretaria Nacional de Justiça tem essa competência legal, concedida por decretos, a gente cuida da solicitação, cassação e concessão dos títulos de Utilidade Pública, as Oscips e as Organizações Estrangeiras. Esse aqui é o nosso regimento interno, aqui eu trouxe um pouquinho, provavelmente vocês já conheçam, mas tem muita gente que eu sei que não conhece ainda, nunca teve contato. Essa aqui é a base legal dos três títulos que a gente concede. A Utilidade Pública Federal é uma lei de 1935, uma lei bastante antiga, mas que está valendo até hoje; e um decreto que regula essa lei, de 1961. A Oscip já é mais atual, é de 1999, com decreto também de 1999. E as Organizações Estrangeiras ainda não têm um marco legal definido, a gente pega artigos do Código Civil, a gente faz entendimentos, porque a gente não tem uma legislação específica. A gente tem trabalhado para isso, porque é uma lacuna muito grave, muito séria, que a gente tem, mas a gente tem usado esses dispositivos aqui. Bem, eu vou falar um pouquinho dos títulos, o objetivo não é destrinchar cada um totalmente porque eu sei que vocês devem ter dúvidas também, a gente precisa deixar um tempo para isso.

O título de Utilidade Pública Federal é um título estritamente honorífico, lá no texto da lei fala o seguinte: é um reconhecimento, concedido pelo Estado a entidades que prestam serviços desinteressados à coletividade, e nenhum tipo de favor decorrerá do Estado pelo fato dele ter o título de Utilidade Pública Federal. Aí eu faço uma pequena pausa. Por quê? Várias pessoas chegam para gente e fala: “quero ter uma UPF, quero conseguir o título de UPF, o que eu vou ganhar? Qual que vai ser meu benefício?”. Aí a gente já fala que a lei que criou o título não tem nenhum benefício, no entanto, o próprio Estado que criou essa lei, também com o passar

dos anos, de 1935 até hoje, veio concedendo alguns “benefícios” para entidades que tenham Utilidade Pública Federal.

Um benefício que existia e não existe mais, que muita gente ainda confunde, é o título de Utilidade Pública Federal ser pré-requisito para os CEBAS, que é o a Certificação das Entidades Benéficas de Assistência Social. Até 2009, o título de Utilidade Pública Federal era pré-requisito para o CEBAS, inclusive até hoje a gente recebe pedidos. Não é mais assim. Até 2009, o que acontecia também? Pelo fato do título de UPF ser um pré-requisito para o CEBAS, essas entidades tinham uma isenção da cota patronal do INSS, se eu não me engano, de até 20%. Isso não existe mais. Então, a gente já gosta de falar isso, porque a gente sabe o que as entidades querem para o dia a dia, o que importa. Isso não existe mais, porque desde 2009 o CEBAS foi desatrelado do título de Utilidade Pública Federal.

Outra benesse, digamos assim, que surgiu com o título de Utilidade Pública Federal é a questão de receber bens apreendidos da Polícia Federal, isso de fato acontece. A gente não sabe os detalhes dessas regras da Polícia Federal, mas a gente sabe que isso existe, eles têm uma legislação própria que trata disso. Um outro benefício é interessante, só que pelo que a gente vê, é pouco usado pelas entidades. É, por exemplo, que pessoas jurídicas podem fazer doações para entidades de Utilidade Pública Federal e obter um abatimento de 2% do imposto de renda. Esse é outro benefício que existe. A gente até acabou de receber uma questão sobre isso agora ali no “tira dúvidas”, a gente realmente ficou de fazer uma consulta formal para a Receita, porque a gente não sabe como é o trâmite. Tem que entrar em tal coordenação, em tal departamento da Receita, o documento é esse, aquele, aquele outro... A gente não sabe esse trâmite, a gente vai até procurar saber, mas a gente sabe que tem esse benefício.

Outra característica do título de UPF, passando já um pouco dessa parte de benefícios, é a questão da comprovação de três anos de atividade. Por que eu coloco isso? Porque para a Oscip isso não existe. Para solicitar o título de Oscip você não tem que comprovar nenhuma experiência prévia; para UPF isso é obrigatório. Você tem que comprovar, por meio de relatórios, qualquer documento que você quiser enviar, fotos, depoimentos, declarações, relatórios de atividades, que você exerceu nesses três anos, é uma exigência. Outra característica é que não é permitido remunerar dirigentes na UPF. Vocês viram ali que tinha para opinar sobre titulação e cassação. O que é cassação? Perder o título. Então o que a gente recebe? A gente recebe denúncias sobre Oscips, sobre UPFs, sobre OEs, e isso aqui é um motivo que dá bastante cassação, é remunerar dirigente de UPF; não pode. “Ah, mas como é que a gente vai fazer?” Infelizmente, a lei não permite. A gente atua até onde a lei nos permite, e não é permitido, estão aqui os artigos.



A UPF tem outra característica: ela pode ter servidor público na diretoria. Porque eu coloco isso também? Porque a Oscip já tem essa proibição. Então o que acontece? Às vezes tem um grupo de servidores públicos que querem atuar em uma entidade, e aí a gente tem essas vedações legais. Na UPF pode ter servidor público na diretoria, na Oscip não pode. Isso aí a gente vai falar depois. E outra característica do título de UPF é que existe uma obrigatoriedade de prestação de contas. O que é essa prestação de contas? Mais para frente a gente vai falar sobre isso. É como se a entidade, depois que ganha o título, tem que comprovar que continua mantendo os requisitos que a qualificaram, ela tem que informar, por meio de um relatório específico, o Ministério da Justiça: “estou trabalhando assim, estou trabalhando assado”. Tudo que a entidade nos informa vai para um portal, que eu vou mostrar também depois para vocês, que é o CNES (Cadastro Nacional de Entidades Sociais público). Tudo que as entidades qualificadas pelo Ministério da Justiça fazem é divulgado. A gente tem essa preocupação com a questão do controle – controle social, não só nosso – e da transparência. Acho que isso é interessante também para o Terceiro Setor. Muitas entidades, inclusive sem qualificação nenhuma, apresentam contas ao Ministério da Justiça. Para quê? Para ficar público nesse portal que a gente tem, que mais para frente eu vou mostrar um pouquinho dele.

Bem, para Oscip eu já falei um pouco, fazendo um contraponto com a UPF, mas tem essa questão de que não há necessidade de comprovar atividades prévias. Ela pode remunerar os dirigentes, isso está previsto na lei, que fala exatamente isso, que tem que estar compatível com os valores de mercado da região, tem que ter previsão estatutária de que vai remunerar os dirigentes, não pode ter servidor público na diretoria; isso é um artigo que tem na lei. Outra característica das Oscips é que elas podem firmar Termos de Parceria. Esse Termo de Parceria foi um instrumento criado justamente na lei das Oscips, lei n. 9790/99. Você tem uma primeira parte, Da Qualificação, e você tem uma segunda parte Termos de Parceria, que foi criado justamente nessa lei. “Ah, mas porque esse termo de parceria?” Porque se entendeu que organizações do Terceiro Setor não podiam ser tratadas como empresas que faziam convênios, que faziam contrato de repasse com a administração pública, elas necessitavam de um instrumento próprio. E aí criaram o Termo de Parceria, mas voltado só para Oscips. Não é para qualquer organização, é para quem tem o título de Oscip. Ele é um instrumento um pouco mais flexível, tem um processo de seleção um pouquinho mais simplificado que o convênio, porque o convênio às vezes tem a mais etapas burocráticas que o Termo de Parceria.

Todo termo de parceria é precedido de concurso de projetos. Isso é bem legal também, porque a administração pública lança um programa que tem que, tem que ter o que ela quer que o Terceiro Setor execute e o Terceiro Setor apresenta os projetos que ele tem. Então é dessa forma que é feita a seleção do Termo de Parceria. A

gente não entra muito no Termo de Parceria, até porque a gente não faz Termo de Parceria lá, a gente qualifica as entidades que vão aos órgãos (Ministério da Cultura, Ministério dos Esportes, Ministério da Saúde...), que vão pedir para participar dos concursos de projetos que vão firmar os Termos de Parceria.

Outra característica da Oscip é que quando ela foi criada, ela tinha justamente uma ênfase muito grande na lei, na transparência, no controle social. Outra coisa que eu gosto de falar também, para quem quer o título de Oscip, é que todo o rigor da lei está no estatuto, então o que tem que ser observado para você pedir qualificação de Oscip é o estatuto. Se ele está bem escrito, se ele tem as cláusulas obrigatórias que estão previstas na lei... A gente tem um *slide* aqui no qual a gente coloca os principais motivos de indeferimento dos pedidos, porque infelizmente a gente tem um índice de 70% de indeferimento no primeiro pedido que as entidades apresentam. É um índice muito alto, que para gente não é interessante, para a entidade muito menos. Então a gente tem tentado buscar formas, não de afrouxar, mas de melhorar a informação, de ser mais claro com as entidades. Porque o nosso objetivo é que a entidade entre com o pedido, tudo ok, e que a gente libere e fique tudo certinho.

Aqui, um pouquinho das Organizações Estrangeiras. Às vezes essas Organizações Estrangeiras são confundidas com organismos internacionais, por exemplo, da ONU, ou multinacionais, como a ESSO, enfim, qualquer multinacional que está no Brasil. Não é o caso. Essas Organizações Estrangeiras que a gente trata são aquelas que mantêm a sede no exterior – não estão constituídas no Brasil, senão seriam nacionais –, mas elas atuam apenas com uma filial ou escritório no Brasil. E aí, caso ela se nacionalize, ela não precisa de autorização para trabalhar no Brasil, ela pode simplesmente trabalhar. Se ela se nacionalizar e quiser um título, ok, aí ela tem que entrar com pedido normal. Mas, enfim, eu gosto de fazer essa diferenciação, porque às vezes há uma confusão.

Muitas pessoas perguntam: “ah, qual é a documentação? É muita coisa?”. No nosso site ([mj.gov.br](http://mj.gov.br)) – a gente vai mostrar um pouquinho ele ali no final, porque às vezes a navegação dele é um pouco confusa, mas ele não tem muito segredo –, lá vai ter uma aba, seus direitos e cidadania. Dentro dessa aba de cidadania vai ter uma lista na esquerda, vai ter Utilidade Pública Federal, Oscip, OE, Cadastro Nacional de Entidades Sociais, vai ter tudo lá, está em formato de listinha mesmo. A gente divulgava um texto corrido, só que muita gente não entendia, aí ficava confuso.

Eu trouxe só um pouquinho de números para vocês conhecerem também. Hoje, na verdade, são números do dia 21, da semana passada: Oscips a gente está com 6.559 qualificadas; de Utilidade Pública Federal são 12.037; Organizações Estrangeiras, que tem autorização para funcionamento, 94; e sem qualificação, que a gente

tem cadastrada no CNES, são 357. É quilo que eu falei para vocês: tem entidade que não tem nenhuma qualificação, mas quer mostrar seu serviço, quer mostrar como está aplicando o recurso, ou de doação ou recurso público. Enfim, isso é bem legal. E aí a gente está com esse total de 19.047 entidades. Para acessar esse cadastro que eu estou falando, você não precisa ter senha nem cadastro, você pode simplesmente entrar para ver. A gente vai mostrar, dar uma pincelada nele também ali no final, mas o endereço é esse: [mj.gov.br/cnes](http://mj.gov.br/cnes). Aí vai ter lá CNES público, porque você tem a parte que o acesso da entidade, e tem o acesso de qualquer cidadão que queira ver. Às vezes tem uma Oscip que trabalha do lado da sua casa ou de um amigo seu, você quer ver e tal... É a questão do controle social mesmo.

Aqui o *slide* que eu sempre gosto de falar porque eu acho que ajuda: os principais motivos de indeferimento que a gente vê nos pedidos de qualificação. Oscip, é aquilo que eu falei, é o estatuto mal feito, em geral, porque não constam as cláusulas obrigatórias, que é um requisito da lei. Não há previsão estatutária de gratuidade quando é Oscip de educação e saúde, isso também está na lei. Na lei tem as diversas finalidades que uma entidade pode desenvolver para se qualificar como Oscip, duas dessas finalidades são educação e saúde. Então nesse caso específico, a lei foi clara: educação e saúde tem que oferecer de forma gratuita, não pode cobrar nada dos seus beneficiários.

Outra coisa que dá muito indeferimento, que é um dos documentos que são pedidos, é o balanço matrimonial, ou balanço patrimonial zerado; isso daqui também é uma exigência. Muita entidade manda: “ah, mas eu não tive atividade no ano passado”, aí manda zerado. Não, nem que seja um balanço matrimonial de abertura que os contadores sabem o que é, tem que apresentar. Outro problema é esse do não envio da declaração de que não há servidor público na diretoria. “Ah, mas isso não tem na lei”. Bem, na lei tem que não pode haver servidor público na diretoria. O que acontecia historicamente? A gente qualificava a entidade e recebia denúncia: “olha, tem servidor público nessa entidade”. Aí a gente falou com a nossa consultoria jurídica, a gente tem todo um respaldo, e eles falaram: “não, vocês podem pedir essa declaração, porque não está fora das exigências da lei”. Enfim, é um respaldo. Ou no estatuto também pode ter a previsão. Às vezes a gente pede a declaração para facilitar, ou pode ter no estatuto também: “não há servidor público na diretoria dessa entidade”. E outra coisa também que dá indeferimento, infelizmente, é o envio de documentos não autenticados; isso é muito comum, a entidade manda cópia simples. Na lei está cópia autenticada do documento, cópia autenticada da ata.

Gente, desculpa, essa é a Paula, trabalha comigo e eu não falei dela. Essa é a Paula, trabalha com a gente lá no Ministério da Justiça também, com essa área das qualificações e das prestações de conta.

E UPF, em geral, o que dá mais indeferimento é quando as entidades não enviam os relatórios de atividade. É um requisito legal, você não pode desqualificar seus relatórios de atividade e muitas entidades não mandam nada, mandam só os outros documentos, mas não comprovam que estão funcionando há pelo menos três anos, então aí não adianta, é indeferimento também, infelizmente.

Não vou falar muito do CNES porque ele está lá, é público para vocês consultarem. Mas ele é basicamente um banco de dados que reúne as informações dessas entidades que são qualificadas ou não, entidades que queiram se cadastrar lá também podem. Eu já falei que podem se cadastrar entidades qualificadas, Oscip, UPF, OEs, e sem nenhuma qualificação, também não há nenhuma restrição. Aquilo que eu falei também um pouquinho, a questão da transparência, do controle social, a gente tenta ampliar a participação da sociedade para conhecer o que o Terceiro Setor tem feito. Muitas dessas entidades recebem recursos públicos, então também é uma forma de mostrar. Porque o recurso público é meu, é seu, a gente quer que ele seja aplicado da melhor forma possível, então nosso objetivo é tornar isso público e transparente.

Deixa eu contar uma história bem rápida. As entidades que são qualificadas com o Ministério da Justiça, anualmente prestam conta. A gente chama de prestação de contas, mas não é bem uma prestação de contas, é uma manutenção do título. A gente precisa verificar se os requisitos que a qualificou estão mantidos, porque a gente vê muitos casos em que a gente recebe denúncia do tipo: “ah, quando ela se qualificou não tinha servidor público na diretoria, aí mudou a diretoria, teve uma nova ata, aí tem lá o servidor público, ela vai fazer a prestação de contas anual dela”. Aí tem servidor público na diretoria? Sim. Cai no filtro da prestação de contas, como a gente chama.

A prestação de contas é um programa que você baixa, preenche o relatório e transmite para o Ministério da Justiça. É esse relatório que vai para o CNES público. Aí o que acontece? Quando a entidade presta contas anualmente, está tudo ok, o que ela recebe? Ela recebe uma certidão de regularidade, ou seja, ela está ok com o Ministério, o título dela, a qualificação dela está ok. Em 2011 teve um decreto, acho que é 7568, que torna obrigatório para as entidades que tem a qualificação de Oscip, para firmar Termos de Parceria com o governo federal, apresentar certidão de regularidade. Então não é só mais uma obrigação, ela é um pré-requisito. E o que a gente vê hoje? Alguns estados, algumas cidades, algumas esferas municipais, estaduais, tem cobrado a certidão de regularidade do Ministério da Justiça para conceder recursos, então vira e mexe a gente recebe ligação: “eu estou com recurso para receber, estou com a prestação de contas atrasada, o que eu faço?”, “eu preciso da certidão porque senão o município não vai me liberar o recurso”. A gente tem visto que existe essa tendência.

São basicamente essas as etapas: quando você entra no CNES, você cadastra o presidente, você cadastra a entidade, você vincula o presidente à entidade. Aqui é de uma forma bem reduzida, você cadastra o responsável. O que acontece? O responsável é quem vai ficar preenchendo os relatórios, geralmente quem faz isso é o contador, ou uma pessoa do administrativo da entidade, às vezes não é o presidente que vai fazer essas tarefas, então ele cadastra uma pessoa. Quando ele quiser, pode tirar, incluir, excluir, ele pode colocar essa pessoa que vai ficar responsável pelo preenchimento do relatório. E aí tem essa etapa que eu já falei anteriormente, que existe um programa específico, como o da Receita Federal, que você baixa, preenche as informações e transmite um relatório.

Aqui é carinha do site: aqui nós temos os acessos, aqui o CNES público, que é para qualquer cidadão independente de cadastro, de senha, para acessar, e aqui a gente tem uma parte específica das entidades: “entrar no CNES”. Enfim, lá tem tudo bem explicadinho. “Quero um novo cadastro”: primeiramente, você cadastra a pessoa física, eu sou fulano, meu CPF é tal, meu nome é tal, vou salvar essa informação. E aí, o que acontece? Você vai receber uma senha de acesso, porque é um sistema que você vai acessar, então você tem que ter um usuário e uma senha. Você recebe a sua senha tanto na tela, que você está fazendo o cadastro, quanto pel e-mail que você cadastrou. Tem que tomar muito cuidado para cadastrar o e-mail, porque muita gente cadastra errado, às vezes coloca “.com” e tem “.br” e não coloca, aí não chega o e-mail nunca, dessas e de tantas outras comunicações, então tem que ficar bem atento.

Enfim, aí você entra de novo no sistema com seu login e senha e você cadastra uma nova entidade. Aí acontece todo o cadastro da entidade, na verdade, o presidente vai fazer o cadastro dele, vai cadastrar a entidade, depois ele vai cadastrar o mandato. O que é isso? Deve ter umas duas semanas que a gente mudou esse método, ele era diferente, toda vez que tinha o cadastro de alguém no CNES ele precisava enviar a documentação. Agora a gente mudou: o presidente se cadastra, comprova o vínculo com a entidade, tira e coloca quem ele quiser, na hora que ele quiser, sem precisar passar pelo Ministério da Justiça. Para isso ele tem que cadastrar o mandato dele, porque, quando ele cadastra o mandato dele, ele vai falar: “eu, fulano de tal, sou presidente da entidade, CNPJ tal, e meu mandato é de primeiro de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2016”; ele vai informar isso no sistema e vai mandar esse documento para gente. A gente vai pegar o documento, que é a ata de eleição da atual diretoria, e vai falar ok. A partir do momento que a gente dá esse ok, ele fica liberado de primeiro de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2016 a incluir e excluir quem ele quiser. Era um método bem difícil antes, agora acho que está bem mais fácil.

Aqui eu coloquei os documentos. Qual é essa documentação que tem que ser encaminhada? É o requerimento de comprovação. Isso aqui é

uma coisa que parece boba, mas não é. Imagina que são vinte mil entidades, a gente recebe milhares de documentos todos os anos; chega dentro de um envelope uma ata de eleição, chega dentro de um envelope um balanço patrimonial... Eu não sei o que fazer com isso. Tudo que vocês mandarem para o Ministério da Justiça, mandem com requerimento. Aí, o que acontece? A gente recebe um monte de ligação: "ah, pois eu já mandei o documento tem três meses e ninguém fez nada". Aí a gente vai ver no processo e tem lá uma ata, e eu não sei o que para fazer com essa ata. É uma coisa muito simples, muito boba, mas que toda vez que a gente fala com os representantes a gente pede, porque ajuda muito. E a ata da eleição tem que ser mandada.

Você vai cadastrar o mandato, vai cadastrar o responsável, vai fazer o download do CNES, do programa específico, tem todas aquelas etapas é um programa que você está instalando, vai salvar no computador, depois vai executar. E aí, quando estiver instalado, você vai na tela do sistema, vai ter para você solicitar o envio de dados, e quando você clica nesse ícone... Depois tem que minimizar a tela e abrir o programa. Enfim, para entidades qualificadas, elas clicam em "Nova Prestação". Normalmente, quando é nova prestação de contas, para aquelas que são reestabelecidas, ou seja, já tiveram título no passado e perderam por algum motivo, ou pediram para não ter o título ou foi caçado por algum motivo, ou para aquelas entidades sem qualificação, tem que ser escolhida a opção "Qualificação".

Isso aqui a gente está tentando arrumar, porque é um negócio errado que tem no sistema a gente está tentando tornar isso melhor, mais claro. Mas é basicamente isso, solicitar, prestação de contas, daí abre o programa, aí essa é a carinha do programa de prestação de contas. Ali você tem uma nova prestação de contas, aí você continua, você começa a preencher as informações. Tem um código de segurança também que você pede lá no primeiro acesso, quando a entidade vai entrar no CNES, tem lá, assim que você entra com seu login e com a sua senha, vai ter lá "Código de Segurança". É como se fosse uma senha específica para o programa, para proteção mesmo. Como fica instalado no computador, pode ser que tenham outros usuários. E ali é o relatório que é preenchido: número de beneficiários, quem você está atendendo, quem é seu público alvo, se você recebeu recurso público ou não, quanto você recebeu, onde você está, quem são os diretores, qual a qualificação da sua diretoria... Tem todas essas informações ali. Depois que se preenche o relatório, tem que transmitir os dados. Tem um ícone aqui, ele vai gerar um recibo para depois que você enviar os dados.

E aí, o que acontece? O sistema está programado, ele processa esse relatório em quatro dias. Em quatro dias você tem que voltar no sistema para ver se, ou sua certidão de regularidade já está liberada, está ok, ou você vai ter que encaminhar o relatório físico para o Ministério da Justiça, porque surgiu algum ponto que a gente precisa

fazer uma verificação maior. Pode não ser nada, pode ser só uma necessidade de averiguação mesmo. Por isso, a gente também orienta as entidades a sempre consultarem o sistema depois que fazem a prestação de contas, porque muitas fazem a prestação de contas, esquecem, aí ligam: “cadê minha certidão?”, mas ela já foi liberada há um mês, está lá no sistema para você imprimir. A gente orienta as entidades a realmente fazerem a transmissão e ficarem atentas.

“Ai, errei meu CPF, “errei o CNPJ da entidade”. Não tem problema, você pode voltar no sistema e pedir uma retificação, como no Imposto de Renda, uma retificadora daquela prestação de contas, e você faz de novo, corrige o erro. No caso da retificadora, ele não processa automaticamente, você tem que imprimir o relatório e mandar para gente, que aí vai ser avaliado. Aqui é o procedimento da retificadora, que é exatamente isso que eu falei, depois que você transmite e tem um recibo, ele vai ter um “R”, de disponível, para você fazer a retificadora se você precisar. Às vezes, as entidades fazem a prestação de contas e tem algum erro. A gente pede para mandar o relatório, fala o que está faltando, pede para fazer uma retificadora e transmitir de novo. Aí a certidão fica liberada, fica tudo ok. Ele vai perguntar: “deseja retificar?”. É o mesmo procedimento, não tem nenhuma diferença.

Aqui é só um *slide* que a gente coloca, porque às vezes acontece muito erro, é um programinha que pode dar erro, está instalado em uma máquina, aí, às vezes, o navegador da Internet atualiza e dá um erro. Quando acontecer isso, sempre manda para gente o erro, faz uma cópia daquela tela. Porque o que acontece? Esse tipo de erro a gente não vai entender, a gente tem que consultar o pessoal da informática do Ministério, aí a gente manda para eles a tela, com a descrição. Esse também é o nosso e-mail de contato: [sac.dejus@mj.gov.br](mailto:sac.dejus@mj.gov.br). Aí é aquilo que eu falei, quando for mandar algum requerimento, alguma coisa, sempre indicar CNPJ, Razão Social, CPF de quem está fazendo o procedimento, porque todas as informações ajudam a gente. Porque, às vezes, tem entidade que fica muitos meses esperando a certidão de regularidade por problema no sistema, então tudo que vocês precisarem mandar, mandem o mais completo possível para gente tentar agilizar.

Uma informação importante também: todos os serviços que a gente presta no Ministério são gratuitos. Por que a gente enfatiza isso? Várias entidades recebem cartas do tipo: “é impossível conseguir o título de Oscip, mas eu posso ajudar você, cobro tanto pelo serviço”. As entidades já enviaram cartas assim para gente ver como é. Não estou falando mal de escritórios de advocacia, contabilidade, consultoria, é outra coisa. Eu estou falando mal dessas pessoas que oferecem nesses termos os serviços. Porque, às vezes, muita gente fala: “não é muito difícil, tem uma taxa, eu te ajudo, mas a taxa lá do

Ministério é tantos reais”. Enfim, todos os nossos serviços são gratuitos. É um ponto de atenção que, realmente, é muito sério.

Bem, aqui termina minha apresentação, eu queria mostrar para vocês bem rapidinho só ali o site, para vocês verem onde fica aquela aba “Seus Direitos”; aí tem “Cidadania”, aqui ficam todos os nossos temas, que são da coordenação, que é microfilmagem, inclusive é Organização Estrangeira, Oscip, Utilidade Pública Federal e o CNES. Quando você clica aqui no CNES, vão aparecer as opções para você ou entrar no CNES como entidade, ou você entrar como... Aí lá para baixo tem o CNES Público. Lembra que eu falei que era novo o negócio da comprovação de vínculo? A gente até colocou aqui no site, deve ter duas semanas. E lá embaixo tem, “Entrar no CNES”, para entidades que queiram acessar, entrar no seu acesso próprio. Aqui é o acesso da entidade, a gente tem toda a parte de legislação aqui também.

Estão vendo Oscip, esclarecimentos, requerimentos? Quando você clica nesse requerimento, ele vai abrir assim, lista de documentos, você clica nele e já abre a listinha que eu falei. Já são os pontos para você só marcar: ok, ok, ok, ok, para não ter erro. Pedido de qualificação está aqui, aí quando você clicar aqui vai pedir para você salvar lista. Aqui já tem o endereço para onde tem que ser enviada a documentação, aqui tem o e-mail de contato, tem a legislação de Oscips, da prestação de contas, de todos os temas. Pode entrar no CNES Público.

Vou só mostrar aqui, rapidinho, o CNES Público. Aparece exatamente isso daqui: CNPJ, Razão Social, você procura por um ou por outro, só o setor que é obrigatório. É UPF, essa você tem que colocar o código que aparece, pesquisa e pronto. Aí ele vai abrir essa tela, aqui é a Associação Alessandro Notegar. De fato, ela está qualificada UPF, ela foi qualificada em 1999. Aqui tem os dados da entidade, dados básicos, e aqui você tem as prestações de contas dela – aquele relatório que a entidade preenche no programa, faz a transmissão dos dados e envia, é exatamente o que aparece aqui. Aqui são informações da entidade, atividade, avaliação de inserção social e demonstrativo contábil. Por exemplo, público alvo, aí vai aparecer o público alvo dela: crianças e adolescentes e família. Vamos ver outra aqui, bota aqui no demonstrativo contábil. Por exemplo, apresentação, atividade, o que ela preencher lá vai aparecer aí. Basicamente, é isso. São as informações que são preenchidas pela entidade, é o que fica disponível aqui no CNES Público. Tem todas essas informações, que são bem completinhas, justamente para isso, para qualquer cidadão acessar. Isso aqui tudo é a entidade que preenche, naquele relatório específico. Tem tudo, tem a questão do balanço patrimonial, o que ela recebeu, o que ela gastou, o que ela deixou de gastar.



Enfim, eu só queria mostrar para vocês a carinha e como é, porque, às vezes, a gente fala, fala, fala do CNES, mas é isso: o Cadastro Nacional de Entidades Sociais, é justamente dar transparência para essas entidades que estão qualificadas pelo Ministério da Justiça. É isso, eu estou aberta a dúvidas, questionamentos... Se eu puder responder agora eu respondo, se eu não puder eu levo a dúvida e respondo para vocês também. Obrigada por terem me ouvido, pela paciência.

### **Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

A gente tem uma portaria que regula a questão das prestações de conta, é a portaria 252 de 27 de dezembro, publicada dia 31 de dezembro de 2012. Lá tem todas as especificações, as datas para prestação de contas. Para as UPFs já é um prazo legal está na lei, é até 30 de abril; para as Oscips até 31 de maio; e as Organizações Estrangeiras até julho. “Ah, perdi o prazo, trocou o contador, trocou o dirigente, não vou conseguir então prestar conta?” Vai, você vai conseguir prestar conta. Essas datas são indicativas. Por quê? No passado, a certidão valia até 30 de abril, e a entidade tinha até 30 de abril para prestar contas. Como pode ser isso? Se ela entrar com pedido, hoje vence a certidão dela, aí ela entra com pedido hoje, ela não vai ter a certidão hoje, se ela precisar usar amanhã ela não tem. Então essas datas são indicativos, porque a gente viu o sufoco das entidades. No caso das UPFs é um prazo legal mesmo, está na lei, 30 de abril.

Muita gente liga, manda e-mail, fala: “não fecha o sistema porque eu perdi o prazo”. Não, o sistema não trava, não fecha, pode continuar prestando contas. Tanto é, que as entidades que têm problema na prestação de contas e precisam fazer retificadoras até hoje, por exemplo, novembro, a gente tem entidades fazendo relatórios retificadores de 2012 ainda, 2011, 2010, enfim, de anos anteriores. Então, essa questão do prazo é mais uma baliza, até para as entidades não ficarem tão apuradas. E essa certidão vale até o dia 30 de setembro de cada ano, então, teoricamente, esses três, quatro, cinco meses que ela tem, é para dar tempo se houver diligência, se houver alguma necessidade, dá tempo de sanar e ela ter certidão antes da que ela já tem agora vencer. É, justamente isso, para dar uma garantia também, é justamente isso que eu estou falando, se der alguma inconsistência a gente vai ter tempo de analisar.

Ah, uma coisa importante que eu me esqueci de falar. Tanto na qualificação, quanto na prestação de contas, a nossa obrigação legal, como administração pública, é dar publicidade aos nossos atos, a tudo que a gente faz. Beleza, e o que é isso? Publicar no Diário Oficial da União. Só que o que nós fazemos? Nós não só publicamos no Diário Oficial da União, como nós mandamos correspondências pras entidades. Então, por exemplo, quando vocês entram com pedido de qualificação de UPF, Oscip ou de OE, todo e qualquer resultado será

comunicado à entidade. Por que eu estou falando isso? Porque muitas entidades mandam os pedidos e, legitimamente, querem saber alguma posição. A gente envia. Quando a gente analisa Oscip e é deferido, a gente manda para o endereço da entidade a análise do técnico: “a análise foi deferida, está aqui o seu certificado”, a gente manda por correio. Ou, se não: “não foi deferido pelo motivo tal, tal, tal, você tem trinta dias para complementar o seu processo sem precisar mandar todas as informações de novo”. A gente sempre comunica. A mesma coisa da prestação de contas. Pelo sistema, depois de quatro dias, ou a entidade tem a certidão liberada, ou tem esse aviso de enviar fisicamente para o Ministério da Justiça. Quando você enviar o relatório e tem alguma coisa errada, a gente vai mandar uma diligência: “analisamos o seu relatório ano base 2011 e foram encontradas as seguintes diligências, A, B, C, D, E, F”.

É só para gente deixar claro que, muitas vezes, as entidades – a gente entende – ficam muito aflitas, mas a gente manda essas correspondências. Por isso que a gente sempre pede também, a gente implora, na verdade: mantenham os endereços atualizados. Porque, às vezes, a gente manda para o endereço, aí volta, manda de novo, volta. Aí notifica pelo Diário Oficial da União, mas nem todo mundo lê, ninguém lê todo dia. E aí, no caso das Oscips, isso dá cassação. Tem um artigo, acho que 5º, no decreto, que dá o cancelamento. A entidade não manteve as informações atualizadas, a gente cancela o título. Porque, às vezes, tem uma pendência para resolver, a gente manda três, quatro vezes, a gente não consegue ligar para todas, mandar e-mail para todas, são vinte mil entidades. Muitas vezes, vocês falam “ah, mas por que vocês não me ligaram?”. Não dá. Às vezes, a gente não tem o telefone atualizado, é uma confusão. Por isso a gente pede para manter tudo atualizadinho.

### **Interlocutor não identificado**

Depois de vocês terem recebido o pedido para Oscip, qual é o tempo médio que vocês levam para dar resposta? E uma vez indeferido, existe um prazo para entrar novamente com o pedido ou não, esse prazo pode ser automático?

### **Paula**

O prazo de Oscip é legal, a gente tem o prazo de 45 dias para ter publicado ou indeferimento ou deferimento. O que ocorre é que a gente pode ter essa publicação e aí ter mais um íterim, um tempo, para chegar à comunicação até vocês. Digamos que ele seja indeferido. A gente vai comunicar, vai enviar os motivos de indeferimento, que é o nosso parecer, nossa análise vai junto com o ofício. A partir do momento que você receber, que você deu recebido no AR, aí vai começar a contar seu prazo de trinta dias. Com isso, você vai encaminhar a documentação que falta, ou fazer a correção.

De repente, faltou uma cláusula estatutária. O que ocorre nesses trinta dias? Você postando ele no último dia que era o seu prazo a partir do recebimento, está valendo, não se preocupe. Caso você não consiga, tem alguns lugares que, às vezes, fica complicado, alteração de estatuto demora quinze, vinte, trinta dias... Não sei, eu já tive notícia disso. Então você pode enviar para gente um ofício pedindo dilação daquele prazo. Só que envie enquanto o prazo está vigente, depois que acabou, tem que mandar toda documentação de novo, infelizmente.

### **Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Aí é o prazo de 45, hoje a gente até tem gastado menos tempo, tem levado até menos tempo, de 38 a quarenta dias a gente tem levado. Só que, pela lei, já existe esse prazo de 45 dias. Mas, foi legal perguntar isso também, porque UPF não tem prazo legal para análise, o tempo que a gente leva é, mais ou menos, o tempo que está previsto na lei do processo administrativo, que é uma lei genérica, que é em torno de trinta prorrogáveis por mais trinta, então sessenta dias.

A UPF é um pouquinho diferente. Na Oscip, você pode entrar com pedido na hora que você quiser. “Ah, passou meus trinta dias, quero entrar de novo”, você entra. Faltou documento dentro dos trinta dias, você pode complementar. Tem entidade que demora quatro, cinco pedidos para ficar tudo certo. UPF não. UPF é assim: você manda documentação, a primeira análise é “está faltando tal e tal coisa”. Aí, a entidade vai receber uma notificação: “olha está faltando tal e tal coisa”, encaminha. Quando tiver tudo, é feita uma análise, em cima dessa análise é o resultado final, “foi indeferido o seu pedido”. Como todo e qualquer processo administrativo, você tem direito ao contraditório e a ampla defesa, você pode entrar com recurso. Se esse recurso for indeferido, na UPF você tem que esperar dois anos para entrar com um novo pedido. Essa é outra diferença também, só na UPF. Oscip não, você pode entrar com vários pedidos, tem a questão dos trinta dias para complementar só o que falta, passou disso tem que mandar tudo de novo e por aí vai, mas não tem esse prazo definido não.

### **Aldo**

Essa era uma das minhas perguntas. Na UPF, então, não baixa indiligência para gente complementar documentação ou substituir o documento, por exemplo, que está errado, por outro correto?

### **Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Então, é isso que eu estou falando. No caso da UPF, ele só vai ser analisado... A análise de UPF é um pouco diferente, ela é um pouco mais detalhada. Porque a Oscip é discricionária, ela é um ato vinculado. Cumpriu esse, esse, esse, esse, esse requisito, ok. A UPF

não, a gente já não tem isso na lei. Então, por exemplo, tem um documento que é documento de idoneidade moral, é muito subjetivo. É uma lei muito antiga, era um tipo de estado totalmente diferente. Era quem era amigo do padre, quem era amigo do delegado, que conseguia antigamente. Hoje em dia, a gente tem tentado fazer uma análise objetiva, mas ela tem um pouco esses meandros.

Mas, é justamente isso que eu estou falando. Por exemplo, mandou a documentação, faltou a ata autenticada, até então, a gente não analisa nada do mérito, a gente vê se está faltando documento, só. "Aldo, presidente da entidade tal, recebemos seu requerimento, CNPJ tal, foi verificada a falta do seguinte documento", aí vai ter lá, ata de eleição da diretoria autenticada, porque o senhor enviou a cópia simples. Beleza, aí vai dar um prazo, acho que de trintas dias para encaminhar, encaminha e junta tudo. Depois que junta tudo é que pode dar o indeferimento ou não.

### **Aldo**

E a segunda pergunta. O fato de uma entidade não ter, ou ter balanço zerado nos últimos três anos, é um impeditivo a para obtenção do título de Utilidade Pública Federal? Ela tem atividades, mas, digamos ,com base no voluntariado, ela não tem balanço, por exemplo, dos últimos três anos, ninguém é remunerado na diretoria.

### **Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Então, a UPF é um pouco diferente, porque a exigência do balanço patrimonial é para Oscip. Inclusive, é uma norma até do Conselho Federal de Contabilidade a gente não poder aceitar balanço zerado para Oscip, porque na lei de Oscip existe essa exigência clara da solicitação do balanço patrimonial. Na UPF, o que ele tem que apresentar são as atividades, se ele tem atuado, se ele tem realmente atendido aquela coletividade da região que está instalada a entidade.

### **Aldo**

Para encerrar: e se a entidade interessada da obtenção do título tem dois anos de atividade, todavia ela tem convênios com outras entidades que possuem quatro, cinco, seis anos? Conta-se esse tempo?

### **Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Não, mas se ela tiver realizando atividade já é um comprovante de que ela está realizando atividade.

### **Aldo**

Mas, dois anos, só. Agora, ela tem convênios com outras entidades do mesmo gênero e espécie, que tem quatro, cinco, seis anos. Esse tempo pode ser somado?

**Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Não. É por CNPJ, então é da entidade. Tem que ser três anos, ela tem que comprovar experiência naquilo três anos.

**Interlocutor não identificado**

A dúvida é o seguinte: quando você pede a qualificação de Oscip, você precisa mandar o estatuto, tudo isso. Me prejudicaria o meu estatuto ser aberto para vários meios, por exemplo, meio ambiente, lazer, esporte? Ter no meu estatuto diversos programas e diversos projetos, isso seria uma barreira para obter o título?

**Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Não, eu vou até pegar o texto da lei. Na verdade, na lei, isso não é prejuízo. Na verdade, na lei fala exatamente o seguinte: é o terceiro a qualificação instituída por essa lei... Somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham, pelo menos, uma das seguintes finalidades. Então, a lei é bem ampla, ela só fechou que tem que ter pelo menos uma dessas doze finalidades listadas aqui, muitas. O que a maioria das entidades faz é colocar todas. Porque muitas ONGs acabam trabalhando com muitas coisas, educação ambiental é educação, ou ainda não sabem o que vão trabalhar. Porque essa é uma característica das Oscips, geralmente são entidades novas. As UPFs são entidades mais robustas, estabelecidas há algum tempo, as Oscips, como não têm essa exigência de ter um período prévio de atividades, a gente vê que elas são entidades até mais novas, então, muitas vezes, elas estabelecem um CNPJ, tem uma sede e tal, e não sabem exatamente no que vão trabalhar. Muitas acabam colocando todas as finalidades e não tem problema nenhum.

**Interlocutor não identificado**

Para obtenção do título é preciso mandar o balanço patrimonial e a declaração de isenção do imposto de renda, só que, como é uma entidade nova, eu não tenho isso. Do balanço patrimonial você já falou, entendi, tudo bem, mas e a declaração de isenção do imposto de renda?

**Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Essa é uma dúvida até comum das entidades. Por quê? Na lei pede - na lei e no decreto, porque a gente usa os dois juntos -, ele pede o DIPJ, que é a Declaração de Isenção de Pessoa Jurídica, que ele só é concedido com, pelo menos, um ano de funcionamento, ou uma declaração da entidade. A gente aceita uma declaração do presidente

falando “eu declaro, sob as penas da lei, que sou uma entidade sem fins lucrativos”, a gente aceita também. Isso dava muito indeferimento, porque não mandava DIPJ e não mandava declaração, não mandava nada. Era uma coisa meio solta, mas a gente tem aceitado por conta. No próprio decreto fala DIPJ ou declaração, então a gente aceita essa declaração da entidade quando ela tem menos de um ano. Mas, o ideal mesmo, se tem mais de um ano, é mandar o DIPJ.

### **Interlocutor não identificado**

Aldo, eu tenho um monte de pergunta também, pode ficar tranquilo [risos]. Ivelise, nós já temos a qualificação de Oscip desde 2006 e todos os anos prestamos conta. Esse ano, foi o primeiro ano que nós fizemos alteração de estatuto, até em virtude da nova lei, aí nós adequamos o estatuto. E tivemos uma assembleia mudando a diretoria também, por pedido de saída de alguns membros da diretoria. A gente tem que mandar isso antes para vocês, da diretoria, estatuto também, mudamos, fizemos alteração do estatuto e diretoria? Por que no nosso estatuto a nossa diretoria era composta por doze membros e nós reduzimos essa composição, reduzimos a composição de conselho também. Nós enviamos essa documentação, já com requerimento para vocês, antecipadamente da prestação do ano que vem, porque vai vir a pergunta se a gente teve, né?

### **Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Não, pode mandar. Sempre que tiver alteração de endereço, alteração estatutária, alteração de diretoria, o ideal é que mande para gente, rápido. Muita entidade tem essa dúvida mesmo, acha que está tudo atrelado à questão da prestação de contas, mas não, pode mandar. É até melhor mandar antes porque a gente já faz as atualizações que a gente tem que fazer nos sistemas, isso já vai ficar registrado, vai virar um processo. É só mandar exatamente isso, comunicando alteração estatutária e da diretoria, e manda as cópias autenticadas também para gente.

### **Interlocutor não identificado**

Nós recebemos um e-mail mesmo, a gente sempre fica em dúvida, “será que é vírus ou será que o Ministério da Justiça mandou mesmo o e-mail?”. Aquele assunto em relação ao novo formato... É verdade que a gente já tem que fazer antes da prestação?

### **Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

É verdade, e fui eu que mandei aquele e-mail.

### **Interlocutor não identificado**

Ah, foi você. Então existe a pessoa do outro lado, né? Ah, que legal. E a gente já faz.

## **Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Não, é isso mesmo que você deve saber. Você deve saber como era a comprovação de vínculo, ela era bem intensa, tinha que desvincular no sistema, vincular no sistema, mandar o documento pelo sistema, por correio, falando quem era, aí a gente aprovava. Agora, a gente fechou só nessa questão do presidente, só o presidente tem que comprovar. Comprovado o presidente, acabou; vocês podem trocar, incluir, excluir quem vocês quiserem como responsável pela prestação de contas. Esperamos que melhore, se quiser dar um *feedback* depois também, para gente é importante.

## **Interlocutor não identificado**

Ah, bacana. Tenho outra questão. Nós trabalhamos com ecoterapia, que é um trabalho que utiliza cavalos na reabilitação, só que a gente não está na área só da saúde, educação, a gente trabalha com inserção no mercado de trabalho. É uma entidade que trabalha com a eco, mas numa abordagem muito ampla. Essa questão da gratuidade, hoje são 100% gratuitos na nossa instituição, porém, nós estamos com uma fila de espera de noventa praticantes para o atendimento e tem praticantes que falam assim: “mas nós podemos pagar pelo atendimento”. É, mas nós não cobramos, então a gente não deixa eles entrarem como pagantes. É possível? Porque não é educação, eu entendo educação e saúde complementar, não básica, porque a saúde, se for um hospital ou se for uma escola de ensino regular, não poderia cobrar, mas a gente trabalha de maneira complementar. Como fica isso juridicamente falando?

## **Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

É uma questão difícil até para gente lá no Ministério, vira e mexe a gente está consultando a consultoria jurídica, como que interpreta isso, por onde vai e tal. Mas os entendimentos que a gente tem tido e recebido do pessoal da consultoria jurídica é: essa questão da gratuidade da educação é para formal mesmo. Então, por exemplo, a gente tem até Oscips que trabalham com educação ambiental, elas cobram uma taxinha para fazer isso. Nesse caso, você pode até mandar uma consulta formal para gente, porque para a consultoria jurídica é interessante ter um caso concreto. Porque isso realmente é meio nebuloso, mas o que a gente entende lá é que para esses casos de educação não formal a gratuidade não é exigida, pelo que a gente interpreta da lei.

## **Paula**

Até porque, pode se encontrar em outra finalidade que a Oscip prevê. Por exemplo, vamos ver aqui: promoção da ética, paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais. Dependendo do estatuto, a gente pode enquadrar nessa finalidade e não na de educação, ou na de saúde. Você está entendendo? Então, cada

caso é um caso. A gente tem que estudar o estatuto para ver qual é a composição dele, da finalidade em si.

### **Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Tudo depende do estatuto, o rigor todo da, da questão de Oscip está no estatuto, então o estatuto que tem que deixar tudo muito claro, as atividades e tal, porque tem muita, muita entidade que coloca assim, ah, é, educação. Educação. Entendeu assim, aí a gente sabe o quê que é essa educação, se é formal ou não, mas a gente pelos entendimentos que a gente tem tido ultimamente, é a questão da gratuidade se aplica na questão do formal, por exemplo, uma escola que está lá dando reforço escolar de primeira ao quinto ano ensino médio, ela não poderia cobrar, agora uma outra, a gente poderia, é um caso concreto que a gente tem lá de educação ambiental. Ela já cobra e aí não tem problema.

### **Interlocutor não identificado**

Teve até um ano que nós colocamos no relatório que 95% foi gratuidade e 5%, porque tiveram alguns pais que contribuíram, aí quando nós mandamos a documentação para a Secretaria do Estado, para a gente pegar Utilidade Pública Estadual, eles não queriam dar porque não era 100% gratuito. Então, é um conflito que existe de informações.

### **Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Pois é, é isso que eu ia falar. Na verdade, a gente tem a regulação federal, só que a gente tem muito conflito com a legislação estadual e municipal também. Por exemplo, tem entidade que só pede título de Utilidade Pública Federal porque uma instância municipal pede. A gente até recebeu uma consulta aqui, agorinha, no estande, “ah, mas eu estou com problema com imposto estadual, disseram que imposto é federal”, aí vira essa confusão que a gente já conhece, do problema federativo. Mas, é realmente interessante você mandar para gente quando acontecer isso, se a gente precisar estudar esse caso concreto seu, ou mandar essa pergunta concreta para consultoria jurídica. O que eu posso te falar agora é que não teria problema ter a cobrança de taxa nesse caso, porque está longe de ser educação formal, é uma terapia, atividade social.

### **Interlocutor não identificado**

Nós não temos diretoria remunerada, apesar de conter no estatuto que poderia ser, e temos um Termo de Parceira com a Educação, que isso é muito bacana para gente, porque é muito menos burocrático do que o convênio que nós mantivemos também com outros órgãos. Mas, não tem na Oscip aquela imunidade, isenção de impostos trabalhistas, e é muito pesado para entidade isso. Existe algum projeto de lei ou alguma luz no final do túnel, que nós vamos ter essa



isenção ou imunidade? Porque a nossa diretoria questiona, será que não é melhor a gente mudar para Utilidade Pública Federal?

**Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Pois é, mas a Utilidade Pública Federal não tem mais. A isenção, porque ela foi desvinculada do CEBAS, aquela questão da cota patronal do INSS não tem mais também para Utilidade Pública Federal.

**Interlocutor não identificado**

Só para o CEBAS, ou quem tem certificado do CEBAS.

**Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

É, eu não sei se manteve no CEBAS, eu até preciso atualizar isso. A lei do CEBAS teve uma atualização na emana passada também, eu não sei como ficou, eu preciso me atualizar também. Mas, eu tenho a impressão que continua no CEBAS.

**Interlocutor não identificado**

Poxa, ao invés de ter em Oscip e UPF, tiraram da UPF também, ao invés de progredir.

**Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Pois é, mas está acontecendo um movimento muito grande agora, pelo menos no governo federal – inclusive, esse stand é fruto desse movimento –, que a Secretaria-Geral da Presidência da República tem reunido todos os órgãos, a gente está desde 2012 debatendo, e não é só Ministério da Justiça e Secretaria-Geral, é Tesouro Nacional, Fazenda, Receita Federal... Porque a gente quer discutir isso, a gente está tentando discutir um novo marco regulatório para as entidades do Terceiro Setor, porque a gente sabe que é preciso ter uma legislação própria, ter um tratamento diferenciado, em vários aspectos, inclusive o tributário, especificamente o tributário. A gente sabe que pesa muito, é um trabalho voluntário, depende de doação, muitas vezes. Então existe esse movimento, a gente está discutindo isso.

Realmente, eu não sei te falar exatamente agora, a gente está com alguns projetos de lei em andamento, tem decreto que está na Casa Civil para ser apreciado pela presidenta, tem projetos de lei, a gente está super [inaudível]. Por exemplo, tudo que é lei que envolve Terceiro Setor, as nossas secretarias de assessoria legislativa estão assim, estão de orelha em pé. A gente vai lá conversar com senador, a gente vai lá conversar com deputado, fala: “ó, tem que mudar isso, tem que mudar aquilo, inclui isso, inclui aquilo”. Claro que a gente só dá opinião, eles que decidem, mas a gente está correndo atrás, porque a gente sabe o drama. Nós que somos os Ministérios que

tratam com o Terceiro Setor, a gente sabe que existe esse problema mesmo, mas existe um movimento, o movimento existe.

**Interlocutor não identificado**

E, se caso optar por remunerar a diretoria, tem alguma perda de possibilidade, de Termos de Parceria, ou de isenção de imposto de renda?

**Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Não, nenhum, nenhum. Não tem.

**Interlocutor não identificado**

É, porque no nosso município falou que se remunerasse aí não faz o Termo de Parceria.

**Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

É, eu não sei se o município específico é... É São Paulo?

**Interlocutor não identificado**

Não, Itatiba, interior de São Paulo.

**Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Eu não sei se eles têm uma lei específica para Oscip, porque hoje em dia a gente tem Oscip estadual, municipal, federal. Na federal é muito claro isso, na mesma lei que fala que pode haver remuneração de dirigente também cria o Termo de Parceria, então não é impeditivo, para federal, não.

**Interlocutor não identificado**

Boa tarde. É só uma pergunta complementando o que nosso colega aqui falou. Eu estou agora formalizando o pedido da Oscip, só que eu tenho sete meses de vida. Na questão dessa declaração da isenção do imposto de renda, está ok, já fiz a declaração. Há necessidade da declaração individual dos componentes do...

**Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Não, o que a gente pede da diretoria - justamente, por essa questão de não poder ter servidor público - é ter uma declaração individual ou coletiva que seja assinada pelo presidente, falando: "declaro não haver pessoas que exerçam cargo, função ou emprego público". É isso, em relação à pessoa física a restrição é essa, mas de renda, não.

**Interlocutor não identificado**

Eu já fiz essa declaração individual de cada um, eu reconheci firma, tudo, só que aí veio essa situação da isenção e ele mandou uma

situação que eu teria que fazer, teria que apresentar declaração individual de cada integrante. Não há necessidade?

**Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Nesse caso, a comprovação de não ter fins lucrativos é só da entidade, não é nem dos fins lucrativos, é só a pessoa jurídica que tem que comprovar isso, a pessoa física não.

**Alessandro**

Boa tarde a todos. Eu sou o Alessandro e há um ano e meio eu faço parte da gestão da área de saúde das Missionárias Salesianas do Coração de Maria. Essa instituição existe há trinta anos, estamos fazendo uma parceria com a cidade de Tanguá, no estado do Rio de Janeiro, e talvez teremos o selo de Organização Social de Saúde. Agora ficou conflitante para mim: o fato de receber o selo de Organização Social de Saúde impede a qualificação tanto de Oscip como de Utilidade Pública Federal?

**Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Não, não tem impedimento. O que tem impedimento na lei de Oscip é o acúmulo de diplomas legais. Ou seja, acúmulo de títulos. Por exemplo, eu não posso ter uma Oscip que tenha UPF ou uma UPF que tenha Oscip, não pode. Mas, pelo que você está me explicando, você pode até mandar uma consulta específica para gente, mas pelo que você está falando, você recebeu um certificado de OS, não é um título. Você vai receber por receber ou você vai ter que cumprir requisitos, tem alguma lei para cumprir?

**Alessandro**

Existem alguns pré-requisitos para isso, já atuamos em mais de trinta anos na gestão de saúde e um dos requisitos são cinco anos de experiência para isso, para fazer a gestão de unidades básicas de saúde ou de alguma instituição hospitalar mantida pelo Estado. Então, essa é, realmente, a dúvida: se há conflito ou se não há conflito nesse sentido.

**Paula**

Agora, eu vou te fazer uma pergunta: esse certificado, essa qualificação que você deve receber é em cima de uma lei? Existe uma lei?

**Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

É, daria para ter UPF porque UPF não tem impedimento. Oscip é que tem essa vedação legal clara; para UPF, não. Mas, se você quiser mandar uma consulta formal para gente, especificando a situação, às

vezes até indicando que lei municipal é essa, para gente dar uma olhadinha melhor, para gente não te dar uma resposta errada.

### **Alessandro**

Eu entendo que cada estado, cada município tem as suas diretrizes para qualificar uma instituição como OS, ela tem que ser filantrópica, tem que ter essa existência de, pelo menos, cinco anos. E, às vezes, muda de um para outro.

### **Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

É, pelo, pela situação que você está expondo é, o que daria o que seria legalmente possível é utilidade pública federal. Oscip a gente já...

### **Interlocutor não identificado**

Boa tarde, nós somos de Santa Catarina. Primeiramente, eu queria parabenizar você, Ivelise, e a Paula, primeiro pelo desafio e a forma, como a gente estava comentando, desmistificaram um pouco o assunto, porque é um assunto sempre complicado. Aí eu pego um gancho também. A gente já tem há alguns anos uma ONG, trabalha com esporte adaptado para pessoas com deficiente. E há um bom tempo a gente começou a ouvir falar sobre Oscip, se interessou um pouco, mas, ao mesmo tempo, essa dificuldade se vai para advogado, se vai para contador, vai para alguma coisa, e ninguém sabe nos direcionar. Então, nós já estamos há alguns anos e todo mundo pergunta: o que seria melhor, a UPF ou a Oscip? E já estamos há uns quatro, cinco anos assim, patinando. Nós temos o título de Utilidade Pública Municipal e Estadual. E aí, pelo caminho natural, você vai para federal, mas quais são os benefícios? E como a gente também sobrevive de doações, você pode ter a isenção do imposto de renda. Muitos disseram “não, pela Oscip você consegue também os 2%”.

### **Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Na verdade, a questão da dedução do imposto é de UPF. Mas é só de pessoa jurídica também.

### **Interlocutor não identificado**

Então, tem algumas entidades, que são coirmãs pela questão esportiva, que são Oscip e dizem que conseguem os 2% de pessoas físicas. Eu não sei se é daqui de São Paulo. Isso é o que nos motivava.

### **Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Então, se é uma lei federal, aplica para todo mundo, seria para todos os estados.

### **Interlocutor não identificado**

Eu até coloquei essa pergunta aqui para vocês porque você colocou que na federal tem, e aqui a gente tem conhecimento de umas duas, três entidades que dizem que recebem esses 2% de pessoas físicas. Então, eu tinha feito essa pergunta, porque é um dos caminhos que a gente está pendendo. Será que vale à pena pela federal ou pela outra? Talvez a primeira pergunta, para não ser um tema muito específico nosso, se a gente poderia explicar um pouco depois como é que funciona a ONG, quais seriam as dúvidas.

A segunda pergunta é que, de uma maneira ou de outra, nos dois eu vi que tem a obrigatoriedade que você colocou, da cláusula estatutária obrigatória. Naturalmente, nós temos um estatuto hoje. Tanto para eu ir para Oscip, quanto para UPF, segue-se o estatuto atual que eu tenho?

**Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Não, para Oscip, se não tiver de acordo, você tem que fazer um novo.

**Interlocutor não identificado**

Mas eu mando primeiro o que eu tenho, ou eu tenho que começar um novo?

**Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Não, já manda, é a lei. Na lei n. 9790, artigo quatro, já fala quais são as cláusulas. Na verdade, muitas entidades copiam. Pode ser a ideia dessas cláusulas, ou você pode copiar e colar. Quer ver? Está aqui: no artigo anterior, exige-se para qualificar isso como Oscips as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre... Aí vem um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete. Essas são as cláusulas obrigatórias. Porque ou você tem que ter elas, muita entidade faz isso, copia e cola, ou você tem que ter todas essas sete ideias expressas no seu estatuto. Isso dá muito indeferimento, muito. Às vezes, tem todos e falta um, sei lá, a previsão de que, na hipótese da pessoa jurídica perder a qualificação instituída por essa lei, o respectivo acervo patrimonial adquirido com recursos públicos será transferido à outra pessoa jurídica qualificada nos termos dessa lei. Esse é o que mais falta. Mas, se faltar um, é indeferimento.

**Interlocutor não identificado**

E eu não posso mandar o estatuto por esse meio só para consulta, tem que readequar?

**Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Não, a gente não faz, não.

### **Interlocutor não identificado**

A dificuldade que eu tive é que, quando a gente foi fazer consulta para advogados, eles desconhecem. Então, você fica com essa dificuldade de acesso, lá eu tenho essa dificuldade de adequar. Bom, mas agora a gente teve a primeira informação.

### **Paula**

No site você consegue ter acesso até ao *checklist* que ela falou, que são as documentações necessárias para você enviar, inclusive as atas, as cláusulas obrigatórias, também tem lá, naquelas abinhas. Se tiver dúvida, manda para gente um e-mail, que a gente manda para você o link, não tem problema nenhum.

### **Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Naquele lugar que a gente mostrou aqui, na lateral, tem uma lista, no *Word* mesmo, você vai clicar lá. Porque a gente via que era uma dificuldade. Eu procuro, procuro, mas, no fim das contas, eu não sei exatamente quais são os documentos necessários. Por isso a gente fez essa lista bem simples, está tudo lá. Vai abrir um *Word* com uma tabela. Para a própria entidade, se quiser preencher, ficar mais fácil.

### **Interlocutor não identificado**

No caso da Oscip, pelo meu entendimento na sua fala, tendo Oscip, eu poderia entrar em qualquer processo do SICONV, do Ministério, tendo Oscip eu posso participar desses convênios, posteriormente?

### **Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Você pode participar dos convênios, mas é melhor fazer Termo de Parceria. Porque é aquilo que eu falei, o Termo de Parceria é um instrumento um pouco mais simples para você entrar e participar. De qualquer forma, tanto o Termo de Parceria, quanto os convênios, vão estar registrados no SICONV, que é o portal dos convênios. Mas, para a entidade, é melhor fazer o Termo de Parceria, porque é um instrumento criado só para Oscip. Eu não sei exatamente, isso aí vai depender, a senhora vai ter que falar com o órgão que você queira firmar uma parceria, mas os requisitos são menores do que os daquele exigidos para convênio.

E a questão dos 2% para Oscip, eu vou levar e vou consultar. Porque a gente tem que saber, eu quero ter uma informação correta sobre isso.

### **Interlocutor não identificado**

A gente está precisando de muita informação, pelo que você está percebendo, mas eu juro que é a última. Nós temos um projeto aprovado dentro do Ministério do Esporte, ele tem aprovação e execução de dois anos. Se nós viéssemos a ser Oscip, isso tem algum impedimento?

### **Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Não, acredito que não. Porque você vai ter a data que você firmou o instrumento, já tem dois anos, vai ser dois anos antes, e você vai ter a data que você firmou como Oscip. A meu ver, não vai ter impedimento nenhum. Vai ser um novo instrumento, vai ser uma nova parceria. Se depois da qualificação vocês fizerem um novo Termo de Parceria, vai ser um novo instrumento, vocês não poderão ser cobrados como Oscip, anteriormente a vocês terem o título.

### **Interlocutor não identificado**

Você usou a expressão “acúmulo de títulos”. E tenho a Utilidade Pública Municipal. Automaticamente cai, seria um acúmulo de títulos, ou só na federal?

### **Paula**

O que acontece é o seguinte, muitas vezes, a gente recebe o estatuto e a entidade quer ser o mais correta possível, ou então algumas não informam porque também não tem, não sabem o que é para colocar no estatuto. Então, algumas vêm dizendo que têm o título, a gente indefere. Porque é um diploma legal. A gente tem indeferido sim, porque elas são contraditórias, não vão bater em relação ao que a gente entende da natureza do título. Mas, infelizmente, tem algumas que não colocam no estatuto, e a gente acaba qualificando, porque a gente não tem como cruzar essa informação. Mas, como a própria Ivelise está dizendo, se vocês quiserem fazer uma consulta e a gente provocar nossa CONJUR, é interessante para gente também, porque precisamos de vocês nos provocando para gente poder provocar, é isso que a gente fez hoje.

### **Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Às vezes, as mesmas dúvidas das entidades são as nossas dúvidas também.

### **Interlocutor não identificado**

Obrigada por todos os esclarecimentos. Eu queria saber se existem caminhos para entidades da sociedade civil sem fins lucrativos que atuam na educação formal [sem som].

### **Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Existem. Sem cobrar nada [risos]. É aquela questão da gratuidade, mas o que acontece? As entidades que trabalham com educação formal não podem cobrar dos beneficiários, mas, por exemplo, elas podem ter um Termo de Parceria no Ministério da Educação, e ela manter o projeto não com mensalidades daqueles beneficiários, manter o projeto com recursos que ela recebeu do governo.

### **Interlocutor não identificado**

A entidade existe há 28 anos, tem suas carências, e a gente está tentando fazer um caminho de captação de recursos, mas hoje nós também não temos mensalidades, nós temos contribuições associativas. Eu não sei se isso é válido [microfonia] juridicamente.

### **Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Não, a questão da gratuidade é gratuidade total. Não pode haver nenhuma cobrança e a gente vê que realmente é um drama que as entidades apresentam porque “poxa, a gente quer fazer um trabalho legal, mas não pode cobrar, não pode expandir o trabalho, se eles pudessem pagar uma taxinha que muitos podem, até querem pagar, a gente podia o número de beneficiários”... Mas essa questão da educação formal tem que ser gratuidade mesmo, pelo que está na lei. Nem essa taxa poderia ser cobrada, porque ela é um tipo de cobrança para manter aquela atividade da educação formal.

### **Interlocutor não identificado**

O ensino, educação comunitária, inclusive a própria constituição, abriga uma entidade nominalmente. A campanha nacional de escolas da comunidade ela cobra [microfonia] ela ministra ensino de primeiro, segundo e terceiro grau, ela tem quase seiscentos ou setecentos estabelecimentos de ensino em todo o Brasil e os conselhos comunitários que fazem a gestão do colégio se reúnem e fixam um valor a título de anuidade, e ela é reconhecida de Utilidade Pública Federal e recebe recursos da União, estados e município.

### **Ivelise Carla Vinhal Lício Calvet**

Não, a UPF não tem essa restrição. É a que tem. Mas como a Aline está lembrando aqui agora, por exemplo, esse tipo de convênio e esse tipo de trabalho com o governo e com recebimento de recurso público, muitas vezes não estão atrelados a você ter um título, às vezes você pode abrir mão do título. Para conseguir fazer esse trabalho melhor, às vezes pode ser que o título até te atrapalhe, nesse caso. E a Aline também lembrou que tem o CEBAS, que é o Certificado de Assistência Social do Ministério da Educação, é um certificado que vai comprovar que você presta atividades sociais, e tal. Você presta essa assistência social e você pode pegar recurso e expandir sua atividade. A gente tem que ser bem franco, às vezes tem entidade que tem que se desfazer do título para conseguir dar uma expansão dependendo da área que ele trabalha.

### **Interlocutor não identificado**

Eu acho que é até uma quebra do princípio federativo essa questão da Oscip, a pessoa pleiteando a Utilidade Pública Federal ter que renunciar a municipal e a estadual, porque os efeitos são totalmente distintos. Eu posso, por exemplo, tendo Utilidade Pública Estadual,



receber a doação de uma empresa que, eventualmente, até esteja interessada, não só na ação social da ONG ou da Oscip, mas queira abater aquilo no ICMS, que é um imposto de competência do estado e não da União. Assim como o inverso seria um absurdo a gente querer que as pessoas físicas tenham benefício de descontarem no Imposto de Renda uma doação feita para uma instituição como a nossa. Imposto de Renda tem que ter qualificação da União, porque é um tributo da União, então essa questão eu acho que é bastante radical. É uma questão princípios federativos, é um negócio complicado.

### **Aline**

Meu nome é Aline, desculpa não ter acompanhado desde o começo, eu queria ter chegado antes. A lei das Oscips foi de âmbito federal, então ela aplica para o âmbito federal, e alguns estados e municípios foram criando sua legislação própria. Então a gente realmente tem essa dificuldade de entender localmente como é a legislação. Qual que é o esforço que está sendo feito agora? O novo Marco Regulatório, que está em discussão no Congresso. A ideia é que ele seja nacional, uma mesma regra para todo mundo, para não ter mais essa dúvida, não ter mais incompatibilidade. E ele está sendo construído numa lógica que as parcerias podem ser feitas independentemente dos títulos, então as entidades podem buscar o título, vão ter benefícios para isso, mas para algumas entidades não vai interessar, cada um vai se adaptar.

A ideia é uma legislação nacional, que permita que todos participem, não só as organizações que têm os títulos, todas as organizações. E aí eu queria convidar, às cinco horas começa o seminário lá em cima, do novo Marco Regulatório. Quem ainda não está acompanhando, ele está no Congresso Nacional na última comissão. Vai ter pessoas da Presidência da República para explicar que momento estamos, e acho que seria muito bacana também para posicionamento do que precisa mudar. Acho que muito do que aparece dessa discussão de titulação, da necessidade de ter uma única regra, estados, municípios, governo federal, é essa proposta que está para sair, mas depende muito da nossa mobilização também para o Congresso aprovar.

### **Interlocutor não identificado**

Nós temos uma sede em Curitiba e nós somos reconhecidos Utilidade Pública Municipal, nós não pagamos, em razão disso, os impostos de competência do município. Quer dizer, se eu me transformar agora numa Oscip, eu vou começar a pagar imposto no município?

### **Paula**

Para gente saber qual é a regra local, a gente tem que conhecer de todos os municípios do Brasil, para ver se tem compatibilidade ou não, por isso que sempre é importante a gente tentar trabalhar numa legislação que seja única. Realmente, o estado ou governo federal e

município têm competências diferentes, então é sempre importante ver se está compatível ou não, a gente está em um esforço de quanto mais simples melhor.

## **Seminário Democracia, Participação Social e Marco Regulatório das organizações da sociedade civil**

### **Municipalização dos Objetivos do Milênio (ODM) e a construção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**

#### **Participantes:**

**André Calixtre** – Assessor da Secretaria-Geral da Presidência da República

**Wagner Caetano** – Secretário Nacional de Relações Político-Sociais da Secretaria-Geral da Presidência da República

**Leisa Perch** – Especialista em Políticas Públicas da World Centre for Sustainable Development (RIO+ Centre)

**Adriana Ramos** – Secretária Executiva Adjunta do Instituto Socioambiental (ISA) e membro da Plataforma por um Novo Marco Regulatório das organizações da sociedade civil

**Odilon Faccio** – Secretário Executivo Adjunto do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade

#### **Interlocutor não identificado**

Lembrando que esse debate é realmente muito importante, o debate dos ODEs. Não é somente uma questão de metas, mas uma questão de modelo de desenvolvimento. Qual é o modelo de desenvolvimento da sustentabilidade? E aqui, Odilon, queria colocar uma coisa para a gente ir debatendo: nós não temos uma só saída quando a questão é modelo. Se você pega a discussão de ODEs, ela é tão ampla, que abarca desde o eco liberalismo, que acredita que a sustentabilidade só será possível quando todo capital natural do mundo for privatizado, porque sem propriedade privada não há preservação, até o eco socialismo, que acredita que não é possível sustentabilidade no capitalismo, porque a dinâmica de acúmulo do capital é necessariamente uma destruição da natureza, pela lógica da produção e reprodução de uma sociedade capitalista, ela necessariamente artificializa e controla a natureza.

Então, no meio desses dois grandes polos radicais, está a discussão do movimento sustentável nos Estados nacionais e na sociedade civil, tentando ver qual é a forma de encaminhar esse modelo, que é um modelo, ao mesmo tempo, de acumulação capitalista, e um modelo que tem que gerar bem estar para as pessoas. Quando você junta essas duas grandes forças em um conceito só de sustentabilidade, isso daí não está feito, teoricamente não existe isso daí, é um debate que vai ser tão profundo no ano que vem que eu espero que seja encarado com toda a coragem necessária. Porque ou a gente faz uma discussão sobre o modelo de desenvolvimento ou a gente vai cair em uma discussão pura e simplesmente de metas, de desenvolvimento sustentável. O que eu já acho que, no caso dos ODMs para o Brasil, foi importante, o Brasil bateu todas as metas, com exceção, depois o Wagner comenta mais essa questão das mulheres gestantes.

Mas os ODMs mesmo, as metas deles têm sido muito importantes nos países africanos, tem organizado, inclusive, uma agenda progressista na África, nos países africanos, como um objetivo a ser atingido. Mas, no caso do Brasil, a gente já passou desses objetivos, a gente está em um grau superior de desenvolvimento, ainda que tenhamos ainda que superar muito o subdesenvolvimento como uma essência nossa, os ODMs, já batemos quase todas as metas, praticamente todas.

Então essa discussão sobre o modelo do desenvolvimento acho que é fundamental, acho que a gente tem que atacar com toda coragem necessária, qual é o modelo que nós queremos de uma economia global que una a sua capacidade de geração da riqueza, que é o capitalismo, com a capacidade de geração de bem estar. Essas duas grandes forças têm que se juntar na questão do desenvolvimento sustentável. Como fazer isso é a parte mais importante do debate, na minha opinião, que o senhor colocou aqui. Espero que a gente reflita sobre isso.

Agora eu queria chamar o Wagner Caetano, nosso Secretário, para sua fala.

### **Wagner Caetano**

Boa tarde, todos e todas, Adriana, Odilon, Leisa e André. Eu acho que esse é um momento importante, eu falo que agora a gente entrou em uma fase de transição, nós estamos próximos de 2015, quando a gente tem que entregar nosso resultado. Mas, ao mesmo tempo, nós já estamos construindo um novo momento, que é a nova agenda mundial, que é o chamado pós-2015, ou ODEs, a gente ainda não sabe bem como vai ser e o que vai ser mais esse momento, concluir uma etapa e iniciar um novo processo. Eu digo que é especial porque nós temos muita reflexão, temos muito trabalho, temos muitos desafios, mas nós também temos muito para apresentar. Eu acho que é isso que é bacana nesse momento que a gente está vivendo.

O Brasil, todos sabem, é signatário da declaração do milênio que foi assumida no ano de 2000, mas o Brasil, de fato, só assumiu a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio a partir de 2003. De 2000 a 2003 esse negócio ficou em banho maria, não só no Brasil, mas em vários países. Mas, em 2003, quando o Presidente Lula assume, toma posse, ele coloca essa agenda no centro da agenda de governo, quando ele faz, todo mundo lembra o chamado, o combate à fome no País e a nível internacional. Ele sai em uma campanha, fortemente, logo no primeiro mês de 2003.

Nessa perspectiva, ele tinha muito claro que o grande desafio que o Brasil tinha para aquele momento era enfrentar essa agenda. Nós tínhamos, naquele momento, 54 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza, nós tínhamos os indicadores sociais do Brasil e os indicadores econômicos terríveis: desemprego alto, inflação acima de 12%, o índice de pobreza extremamente alto, enfim, todos os indicadores eram ruins e assustadores. Os econômicos: o dólar estava a quase quatro reais, a balança comercial era desfavorável, enfim era um momento dramático o que o Brasil vivia em 2003. Então, pensar em chegar em 2015 cumprindo aqueles compromissos era altamente desafiador para o Brasil. Eu estou falando isso aqui porque hoje, em 2013, quando a gente apresentar os dados, a gente vai achar que nossa situação está, eu diria, um pouco cômoda. Pouco, porque eu vou explicar porque é pouco, mas nós estamos próximos, o André falou, de entregar nossa tarefa cumprida, aquilo que foi assumido em 2000. Mas isso, dez anos atrás, não era perspectiva, era extremamente desafiador. É bom a gente ter essa referência, o que aconteceu no Brasil nesses anos, porque se não a gente acaba esquecendo um pouco daquela situação, para a gente poder entender onde nós estamos.

Então, do ponto de vista político, o Presidente Lula tomou uma posição clara em relação a esse compromisso e o que ele pensava que o Brasil deveria enfrentar, mas não só por decisão política, ele também tomou decisões administrativas. Todo governo foi orientado a organizar os programas, políticas, ações de governo que estivessem articuladas com esse objetivo, com essa plataforma, com o grande desafio da redução das desigualdades sociais e econômicas do Brasil e no que diz respeito as metas do milênio. Em Junho de 2003, ou seja, no primeiro semestre, foi criado dentro do governo um grupo, através de decreto que está em vigor até hoje, com vinte órgãos do governo, incluindo IPEA, IBGE, os Ministérios, para que esses órgãos ficassem responsáveis pelo monitoramento e o acompanhamento das metas do milênio.

Então tomou decisões também administrativas, e perspectiva para que isso fosse assegurado, ou seja, a decisão política e a gestão. A partir daí o que ocorreu, esses das políticas públicas foram apresentadas, isso o mundo hoje acompanha, observa e vê os resultados de vários programas que estão por aí, as políticas sociais e

os resultados que elas estão alcançando. Mas, ao longo desse período foram produzidos também quatro relatórios nacionais (em 2004, 2005, 2007 e 2010), que vocês podem encontrar no site, os relatórios dizendo quais eram os programas das ações, as políticas e quais eram os resultados que o Brasil estava alcançando, relacionados às metas do milênio. Ou seja, foi feito todo um processo de acompanhamento ao longo desses anos para ir percebendo esses resultados. Então quando a gente fala hoje que o Brasil é melhor do que dez anos atrás, não é gratuito, isso é fruto desse esforço, dessas iniciativas, dessas decisões que produziram a melhoria de indicadores sociais.

Eu preparei uma apresentação, mas eu não vou seguir exatamente, porque acho que a maioria das pessoas aqui já acompanha esse processo. Mas a declaração do milênio, ela não foi uma decisão tomada em 2010, e só por conta de 2010. A declaração do milênio foi fruto também do resultado de várias conferências realizadas em décadas passadas, desde os anos setenta, especialmente as conferências realizadas nos anos noventa, e uma delas, muito conhecida, a nossa Rio 92. É a partir dessas conferências que no ano 2000 se chega ao resultado da plataforma das metas do milênio. Eu estou dizendo isso para chamar atenção para um aspecto que é fundamental, que é a questão da participação da sociedade civil nesse processo. Porque todas as conferências realizadas nesse período contaram com a participação da sociedade civil internacional, e a Rio 92 foi um grande momento de participação da sociedade civil.

Bem, então aqui eu falei do grupo técnico que foi criado dentro do Brasil. A participação nas conferências anteriores foi fundamental no processo. Como o tempo não dá para falar sobre tudo, eu quero chegar até aqui. O Brasil vai chegar em 2015 de cabeça erguida frente ao mundo. Nós cumprimos, estamos cumprindo nosso compromisso, o Brasil tem feito para além daquilo que está estabelecido para as metas do milênio. No caso, por exemplo, do combate à fome, a proposta foi de 50%. O Brasil atingiu essa meta, estabeleceu uma meta maior, que era reduzir a 25%, e hoje a nossa meta é a erradicação. E para cada meta que o Brasil foi atingindo, foi colocando uma meta mais ousada à frente, e isso foi importante porque não acomodou. Foram estabelecidos novos patamares para que os indicadores pudessem melhorar ainda mais, isso aconteceu em diversas metas que estavam propostas e quase todas nós já atingimos a meta prevista para 2015.

Nós temos um grande desafio, que é a questão da redução da mortalidade materna. Essa a gente não atingiu, e certamente vai ter muita dificuldade para atingir, embora a gente tenha melhorado bastante nesses anos. Nós tínhamos, em 1990, que era a base de dados de referência, 141 mortes por cada nascido vivo. Isso caiu para 62 no ano passado, ou seja, menos da metade. Mas a meta é chegar em 35, então está distante pelo tempo, mas há um esforço muito

grande para que a gente reduza ao máximo possível. E o grande programa nessa direção é a Rede Cegonha. Eu estava falando com o André, e uma das questões que nos tranquiliza é que também esse indicador, lá atrás, não era muito bem elaborado. As subnotificações, no caso da mortalidade materna, eram muito grandes e, na medida em que também aprimora o monitoramento, o acompanhamento, você traz à tona também essa realidade, ou seja, a gente reduziu muitas subnotificações que eram feitas e que não eram consideradas mortalidade materna, passa a ser então, e o número acabou aumentando.

E em vários casos a gente tem essa situação, por exemplo, na questão do combate à violência contra a mulher, quanto mais as mulheres se tornarem independentes, quanto mais elas enfrentarem esse desafio, a tendência é esse indicador aumentar, e na verdade você está melhorando a situação. Por quê? Porque ele estava escondido, ele estava debaixo do tapete, a violência contra a mulher não estava sendo combatida, na medida em que aparece o combate, a tendência é que o número de notificações cresça. Então, em várias situações estão ocorrendo também, mas o que a gente tem de concreto é de que nas políticas públicas das diversas metas o Brasil tem apresentado resultados significativos.

Um caso desafiador, por exemplo, está na questão do meio ambiente, porque o objetivo sete, que vai desde a questão do acesso à água, passando pela questão do esgotamento sanitário, até a camada de ozônio. E hoje, por exemplo, na questão da habitação popular, o Minha Casa Minha Vida tem dado uma resposta importante, o acesso à água melhorou bastante, o esgotamento sanitário, mas são obras e intervenções que têm que ser contínuas e têm custos elevados, obras normalmente de médio e longo prazo e, portanto, enfrentar esse desafio é extremamente complicado. Mas o Governo tem conseguido dar resposta a isso, embora o tempo para que a gente elimine o déficit, ou atinja a universalização, vai ser maior do que o que nós temos de prazo até 2015.

Bom, mas eu queria então, para ir finalizando, dizer que o Brasil vai chegar em 2015 com esse cenário verde, quer dizer, concluindo o seu compromisso. Por quê? Porque o compromisso é de atingir essas metas pela média, e isso em cada país e no mundo, reduzir na média mundial, então o Brasil vai cumprir esse compromisso. Mas, como o Odilon disse, nós não estamos satisfeitos, porque média é média, uns para cima e outros para baixo. E aí estamos aqui exatamente para discutir o que temos que fazer, além do que a gente ainda não conseguiu atingir, que precisamos melhorar até 2015.

Nós temos que vencer outra situação, que é a nossa desigualdade regional. Aí nós temos um quadro que chega em 2015, na verdade aqui é da mortalidade infantil, mas serve para todos os indicadores que, mais ou menos, seguem essa tendência. Quer dizer, o Sul e

Sudeste, alguma coisa no Nordeste e no Norte está acima da média, que é aquela cor verde, o amarelo são os estados e regiões que nós vamos aproximar da média, estamos próximos da média. E vermelhos são os que estamos distantes da média. Então veja aí que esse mapa, embora o Brasil tenha resultado positivo na questão da mortalidade, atingiu a meta pretendida, nós temos uma desigualdade no País que é muito grande. E aí o vermelho, quer dizer, se está longe da média, é porque temos um trabalho ainda grande para ser feito nessas regiões. Embora eu vou repetir isso em todos os estados, em todas as regiões, os indicadores hoje são melhores do que há dez anos. Nessa situação, por exemplo, onde está verde é menos de 15,6 por 1.000 nascidos vivos, onde está vermelho está na faixa de 20, 25, 30, que há dez anos era 40, 45. Melhorou muito em relação ao que era, mas continua abaixo da média nacional ou distante da meta pretendida. Então quando a gente olha para as regiões e a gente observa que é um pouco da nossa história, o desenvolvimento do País, o sistema econômico, toda riqueza nacional, enfim, tudo que foi feito e produzido no País seguiu um pouco essa lógica. Quer dizer, os nossos quinhentos anos de desigualdade estão sendo refletidos, inclusive, em cada uma dessas nossas metas agora em 2012/2013.

Bom, mas para a gente não ficar nas grandes regiões, e chegando mais próximo da gente, nós temos a situação mais próxima por estado e por município. Repetindo um pouco o que o Odilon disse, quando a gente vê esse mapa em relação aos outros, veja bem, as três cores estão presentes em todas as regiões do País, então mesmo a região mais desenvolvida, que tem os melhores indicadores, tem a presença do amarelo e do vermelho. Isso mostra para a gente que o desafio não é só o Norte e o Nordeste, o desafio passa a ser em todos os estados brasileiros. Eu vou pegar o caso de Minas Gerais - eu sou de Minas -, nós temos ali o triângulo mineiro, que é uma região que o verde prevalece, mas dentro de Minas você tem a região do Vale do Jequitinhonha, norte de Minas, que é o Semiárido, que tem os indicadores do Nordeste, do Norte. Ou seja, dentro de um estado que, na média da região, cumpriu com sua missão, mas que, dentro do estado, tem uma desigualdade enorme. Eu falei de Minas, mas a gente pode pegar São Paulo, e podemos pegar qualquer estado aqui, que nós vamos encontrar essa situação. Mas a gente não precisa parar no estado, a gente pode seguir para os municípios, e em cada município brasileiro a gente vai encontrar a mesma situação, a presença do verde, do amarelo e do vermelho. São Paulo é um estado que tem um grupo de cidades que são muito ricas no nosso país, nessas cidades nós temos bolsões de pobreza nos quais os indicadores certamente estão entre os piores indicadores do País.

Então qual é o nosso grande desafio? E eu vou concluindo aqui para a gente, no debate, melhorar a conversa. É que não dá para nenhum gestor público e nenhuma liderança social se acomodar diante desse quadro, ou seja, até 2015 nós ainda temos muito que fazer, porque basta olhar para nossas regiões, para os bairros, para as cidades, que

nós vamos ver que há essa desigualdade, e há que se garantir a melhoria dos indicadores sociais de determinados bolsões onde está a população mais pobre. E isso a gente só vai conseguir se houver uma forte ação do Poder Público, com políticas públicas e uma forte organização da sociedade civil para atuar e reverter esse quadro. Esse chamado nosso à participação social não é gratuito, porque isso que aconteceu com o Brasil, na média, nos últimos dez anos, e todas essas políticas sociais que estão implementadas hoje e que têm sido bem sucedidas, têm na sua origem a participação da sociedade civil, dos movimentos sociais. Por isso que o Brasil, hoje, é melhor que o Brasil de dez anos atrás, e a gente só vai conseguir fazer com que as metas do milênio sejam para todos os brasileiros e todas as brasileiras se a gente intensificar a participação social, se a sociedade se organizar, se o Poder Público se responsabilizar na gestão das políticas para alcançar essas metas.

E acredito, então, que esse grande desafio de assegurar essa plataforma mínima, essas políticas públicas elementares na cidadania de cada brasileiro e cada brasileira, a gente só vai conseguir dar o passo seguinte, construir essa nova agenda mundial, essa agenda do desenvolvimento sustentável, se a gente resolver essas questões. Nós não vamos ter uma agenda que avance no desenvolvimento se a gente não conseguir resolver essas questões que são elementares para a dignidade humana. Então é esse o momento da nossa transição, é por isso que a gente tem que cumprir com as metas do milênio para que a gente possa entrar na nova agenda, no outro patamar, em outra perspectiva. E acredito que, da forma que está acontecendo hoje no Brasil, que a gente já vem discutindo essa nova agenda mundial, desde a Rio+20, e com espaços como esses, diversas reuniões que estão acontecendo no Brasil a fora para discutir esse desafio, nós vamos entrar melhor no debate do que nós entramos no ano 2000, quando a sociedade estava menos organizada e menos preparada. Como eu disse, nós começamos esse processo em 2003. Já no final do período dos quinze anos é que a gente intensificou todo esse trabalho de mobilização e de organização da sociedade. Agora a gente entra em uma nova agenda, já preparando a nossa energia, a nossa força, e a mobilização da sociedade, antes de 2015. Portanto, eu acho que nós vamos entrar muito mais fortes, com muito mais capacidade de responder aos desafios.

### **André Calixtre**

Obrigado, Wagner. O Wagner tem uma experiência muito longa na Esplanada, acho que está desde o primeiro dia do governo Lula como Secretário Nacional, e mostrou uma questão que eu acho que é fundamental para gente: que o desenvolvimento é, necessariamente, uma escolha, ele não é algo que vem naturalmente. Isso é outra questão importante do debate sobre desenvolvimento sustentável: nós não só temos inúmeros caminhos completamente antagônicos para seguir, que poderiam ser seguidos, mas nenhum deles é natural,



todos eles vêm de uma escolha, e essa escolha, normalmente, quando vem de uma forma mais civilizatória, é feita pela política. Então, no ambiente democrático no Brasil, o fato de o Presidente Lula ter se aberto para a participação social, por exemplo, para a contribuição dos conselhos das organizações da sociedade civil. Nós temos inúmeros exemplos em que as instituições de representação e organização da sociedade civil tiveram contribuições decisivas na montagem desse governo de desenvolvimento que permitiu, como o Wagner colocou, uma mudança de horizonte.

Em 2000, a gente achava que em 2015 só algumas metas seriam atingidas nos ODMs. Em 2007, 2008, várias metas já estavam sendo batidas, e aí, em 2009 e 2010, até 2011, por exemplo, 2011 e 2012 a gente teve uma redução de 20% da pobreza. Isso é um modelo de desenvolvimento com uma capacidade de inclusão que não vem naturalmente, não é um caminho natural que se segue, é uma escolha política, e é uma escolha que depende de uma sociedade civil muito organizada e participante nas decisões do Estado, não é uma coisa que vem somente do gestor público, vem do gestor público com a sociedade. Então eu acho que, pegando a fala do secretário Wagner, já colocando para o nosso debate sobre desenvolvimento sustentável, nós temos vários caminhos, nenhum deles é natural, nós temos que escolher o caminho a seguir. Então, em 2014, é cada vez mais interessante para mim, por causa dessas grandes escolhas que a gente tem que fazer. Eu queria chamar agora a Adriana para a sua exposição e depois nós finalizamos.

### **Adriana Ramos**

Boa tarde. Queria agradecer a Secretaria-Geral pelo convite, a Associação Brasileira de ONGs está bastante envolvida nesse processo de 2015. Nós fomos escolhidos por dois grupos de redes de organizações internacionais, o GCAP e o FIPE, para coordenar no Brasil um processo de consulta de âmbito nacional com a sociedade civil, com relação ao que vem depois dos ODMs, e durante o ano de 2012/2013, trabalhamos então promovendo uma série de reuniões para discutir metas e prioridades para essa agenda internacional de desenvolvimento do pós-2015 com as organizações do nosso campo de atuação, que é a da defesa de direitos e bens comuns. Realizamos oficinas em várias cidades do Brasil, especialmente em consultas temáticas no tema de infância e juventude, enfrentamento ao racismo e HIV/AIDS e, nessas consultas, nós consolidamos uma avaliação sobre os ODMs, que de certa forma coincide com algumas coisas que o próprio Odilon já disse aqui, que foi dito pelo Wagner também.

O Brasil avançou bastante, a gente sabe sobre esses indicadores. Embora a própria construção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio tenha sido uma construção com pouca participação da sociedade em geral e, nesse sentido, as organizações do nosso

campo se ressentem de certo esvaziamento da agenda de direitos humanos no âmbito dessa discussão dos ODMs, e um esvaziamento, digamos político, dessa discussão, que nós esperamos que venha a ser uma mudança no processo dos próximos indicadores. Inclusive, porque acho que é exatamente na questão dos direitos humanos que resida os nossos maiores desafios.

Do ponto de vista da sustentabilidade socioambiental, essas consultas tiraram como consenso geral que alguns princípios desse novo ciclo precisam ser fundamentais. Um primeiro princípio é a coerência, especialmente em relação aos acordos que já foram firmados, aos compromissos assumidos pelo Brasil e pelos demais países no âmbito das diferentes conferências nacionais. Um segundo princípio é o da efetividade, que está associada não só a ter metas, mas a ter financiamento. A gente sabe que no âmbito das convenções internacionais a falta de recursos efetivos para os países poderem implementar suas políticas é, talvez, um dos grandes entraves que vem ocorrendo em todas as conferências. E, por fim, o princípio da representatividade. Quer dizer, garantir e assegurar que, nos processos de consulta, aqueles seguimentos em situação de maior vulnerabilidade da sociedade venham a ser consultados, venham a fazer parte, trazer a sua pauta. E isso, para mim, fica mais claro ainda quando eu vejo o mapa que o Wagner acabou de mostrar e a coincidência das áreas vermelhas com vários dos territórios indígenas, especialmente na Amazônia.

A gente vê que tem uma incidência de situações de maior vulnerabilidade com essas populações diferenciadas, que são exatamente essas populações nas quais as políticas universalizantes que avançaram tanto no Brasil não chegam, porque são populações diferenciadas. A Constituição dá a eles o direito de um atendimento diferenciado em questão de saúde e educação, e aí é um grande desafio para nós fazer chegar a essas populações essas políticas diferenciadas que vão fazer a diferença para elas. E nos preocupa muito, em geral, como é que nesse processo as contribuições da sociedade civil vão ser consideradas nas posições que o próprio Brasil vai levar. Quer dizer, para além dos processos internacionais que nós, como sociedade, nos envolvemos e podemos incidir diretamente na discussão internacional, como é que a construção daquilo que vai ser a posição brasileira na construção dos novos objetivos de desenvolvimento vai considerar a participação da sociedade?

Acho que temos aí um grande desafio, de um cenário de certa fragilidade. Porque a gente tem hoje o multilateralismo, que é um processo para a gente enfrentar claramente, sabendo que se a gente não enfrentar as condições de implementação disso e dos mecanismos que permitam a incorporação das demandas da sociedade, depois vai ser mais difícil. E eu diria, em especial, no que diz respeito ao contexto atual de enorme pressão sobre a questão dos recursos naturais e sobre os direitos humanos. E aí eu acho que é

importante a gente reconhecer que o Brasil avançou sim, avançou na superação de uma série desses indicadores, de melhoria desses indicadores, mas a gente ainda tem várias situações de desigualdades que precisam ser enfrentadas. E eu acho que, especialmente no que diz respeito à questão da sustentabilidade ambiental, que aí é a minha área específica de atuação, onde eu tenho um acompanhamento mais direto das políticas, eu acho que a gente hoje vive um grande desvio, que é: como, de fato, conseguir uma conciliação em um modelo econômico muito baseado na economia primária, com uma imensa pressão dos recursos naturais, especialmente sobre aquelas populações que dependem diretamente desses recursos, que vivem em regiões de floresta, populações quilombolas, populações indígenas, agricultores familiares?

Porque hoje, no Brasil, nós já estamos fazendo escolhas. Eu acho que esse é o grande problema. E nós estamos nos antecipando em escolhas que não deixam outras alternativas. Por exemplo, quando eu vejo o Congresso Nacional discutir um projeto de lei sobre mineração em terras indígenas e o discurso dos parlamentares ser dado como um discurso de que aquela é uma alternativa econômica aos índios... A mineração, para as populações que vivem da floresta, é a única atividade econômica que não deixa alternativa, porque todas as outras que ainda não estão regulamentadas com o manejo florestal, o uso múltiplo da floresta, deixam de existir como alternativa se você faz a mineração. Mineração se pressupõe a retirada da floresta, então nós já estamos, lamentavelmente, fazendo escolhas que são irreversíveis, talvez, para a perspectiva de uma sustentabilidade socioambiental efetiva no futuro. E especialmente no que diz respeito aos dilemas na questão do direito de propriedade e do que são os direitos coletivos, especialmente os direitos territoriais coletivos, se a gente resgata o que foi todo o processo de mudança, por exemplo, da legislação florestal, ela esteve o tempo todo baseada na questão do direito de propriedade. Todo o discurso sobre a questão da produção de alimentos, na verdade, não estava refletido no debate em si, o debate dizia a respeito a não permitir limitações ao uso da propriedade privada, que era naquilo que se incidia o Código Florestal.

E passada essa etapa, agora nós temos uma etapa de um grande embate, que é contra os processos de reconhecimento dos territórios indígenas, dos territórios quilombolas, contra a criação de unidades de conservação. Um dos grandes problemas que eu vejo, especialmente no cenário internacional, é o fato de que o Brasil tem afirmado, de forma muito contundente nos seus discursos, que o seu modelo de desenvolvimento já é sustentável, quando, como você bem disse, André, a gente ainda tem uma série de desafios e questões para superar. Então é importante que a gente reconheça, especialmente no que diz respeito à questão da sustentabilidade ambiental, que nos últimos anos nós estamos retrocedendo em

relação aos grandes avanços que nós tivemos no primeiro período do governo Lula.

Nós tivemos, por exemplo, em 2003/2004 uma iniciativa inédita no Brasil, que foi a criação de um grupo de trabalho interministerial para planejar a pavimentação da BR-163 da estrada Cuiabá/Santarém, na Amazônia. Um grupo de trabalho que teve a preocupação de pensar em um modelo de pavimentação de uma estrada, ou seja, de implementação de uma obra de infraestrutura de altíssima relevância, mas de uma forma sustentável, considerando a inclusão social, considerando o reconhecimento da importância dos recursos naturais, que foi um caso modelo. Tanto é que o licenciamento da BR-163, ao contrário de todas as outras obras de infraestrutura que vieram depois, não teve nenhuma judicialização, não teve nenhum problema, porque o processo participativo de planejamento e discussão da implementação da obra permitiu não só que se fizesse a pavimentação, que agora foi concluída no estado do Mato Grosso, de uma forma a não gerar os padrões históricos de desmatamento na região, mas permitiu uma participação da sociedade que levou à implementação de assentamentos de reforma agrária de unidades de conservação, de uma série de iniciativas que asseguraram que aquela obra foi um vetor de desenvolvimento regional efetivo. Lamentavelmente, esse modelo não foi retomado como modelo, de fato, para outras obras, e a gente vê hoje uma série de obras causando impactos e não tratando de forma devida a questão, tanto da participação, quanto da conservação.

E o Brasil, que é reconhecido mundialmente por ser um país mega diverso, não só pela diversidade biológica, mas pela sua diversidade cultural e social, pela sua diversidade étnica, precisa enfrentar esse desafio, o desafio de reconhecer nessas populações, em especial aquelas que foram responsáveis pela manutenção desse patrimônio florestal que faz de nós um país único. Porque nós temos hoje a maior área de floresta tropical contínua do planeta, que nenhum outro país tem. Nós precisamos reconhecer essa diversidade como valor e precisamos compreender o que essa diversidade quer, porque quando você fala da questão da riqueza e do bem estar, por exemplo, para as populações indígenas a riqueza é o bem estar, não existe essa separação, e essa é uma coisa constitutiva. Não existe essa separação, é uma coisa constitutiva do seu modo de vida naquele território, e nós estamos hoje ameaçando o respeito a esse território, o respeito a essas formas de vida que garantem esse bem estar, em nome de uma perspectiva de desenvolvimento que é, digamos, para os outros, para aqueles que são a maioria. Mas não é, o respeito a diversidade, aquilo que está na nossa Constituição e aquilo que faz do Brasil um país único no mundo, é exatamente o reconhecimento dessa diversidade. O grande desafio do desenvolvimento sustentável é que a gente consiga fazer esse balanço, do desenvolvimento que é para todos, mas que também são as minorias, que são as populações diferenciadas, e esses grupos étnicos.

Queria fazer uma provocação: na Rio+20 o Brasil trouxe como slogan da sua participação “Crescer, o incluir e o proteger”. Na minha avaliação, esse é um slogan que demonstra uma compartimentação do desenvolvimento sustentável, que é a antítese daquilo que a gente tem que buscar. Porque todos nós sabemos que o desenvolvimento sustentável é o equilíbrio entre o crescimento econômico, a conservação do meio ambiente e a inclusão social, mas quando a gente separa eles dessa maneira, como se cada um em si pudesse ser feito sem interagir com os outros, e quando a gente relega o meio ambiente a mera proteção e não à nossa relação com o uso sustentável do meio ambiente, a gente, de certa forma, está voltando a políticas que são antigas, e isso é uma das minhas preocupações hoje. Por exemplo, na política ambiental brasileira, nós tivemos no primeiro mandato do governo Lula avanços incríveis como, por exemplo, a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, processos que reconheceram a necessidade de lidar com uma política ambiental, não com uma política preservacionista como havia sido feito, que era uma política de exclusão social. E, lamentavelmente, eu vejo hoje notícias, por exemplo, que a gente recebe do Ministério do Meio Ambiente, retrocedendo em acordos de permanência de comunidades. Por exemplo, como a comunidade quilombola da região do Parque Nacional dos Aparados da Serra, em que o Ministério do Meio Ambiente retrocedeu em um acordo de termos de compromisso de permanência daquela comunidade, em um esforço que é totalmente contrário ao que a gente sabe que o governo quer fazer em termos de inclusão social.

Então acho que a gente precisa prestar um pouco de atenção nessa política ambiental, porque talvez não seja à toa que a gente tenha risco de que, exatamente no Objetivo de Desenvolvimento do Milênio número sete, a gente venha como um país mega diverso, com maior número de floresta contínua do planeta e, ainda assim, a gente não conseguir alcançar este objetivo. O Brasil tem uma potencialidade enorme e a gente acredita na perspectiva de conseguir construir isso, mas é preciso que nas escolhas que estão sendo feitas hoje a gente reconheça que o olhar que a gente tem que ver, vai mais distante que aquele imediatismo do crescimento econômico. Obrigada.

### **André Calixtre**

Adriana, quero agradecer sua intervenção, especialmente a parte do contraditório, porque é muito importante para nós sempre ouvir, e também incorporar, a questão da crítica. E eu acho que você tem razão quando você coloca essa questão da separação entre riqueza e bem estar, como uma boa indigenista colocou, olhando para comunidades que se reproduzem de forma completamente distinta da nossa, e é importante entender o outro como uma diferença fundamental. Não que deve ser preservada como se fosse um aquário, como se fosse um zoológico, mas a ideia da preservação como algo que você aprende com isso, você cresce. A nossa

civilização tem uma característica: ela ser ao mesmo tempo absolutista, e ao mesmo tempo relativista. O absolutismo pode, aquela vontade de potência, de dominação, mas, ao mesmo tempo, nós temos uma cultura que pode aprender com esse outro. Mas, para isso, você precisa ter uma relação de respeito profundo.

Eu acho que, quando você trouxe essa discussão que você faz, que é mais própria do indigenista, eu vejo muito tempo com colegas antropólogos, eles colocam muito essa posição, e eu acho que isso está completamente conectado com a questão do desenvolvimento sustentável. Por quê? Porque a gente está querendo saber o que é viver bem hoje. Como se viver bem hoje? É ser feliz? Hoje é todo mundo tem carro? Ou é o rico andar de ônibus? Eu acho que você colocou questões muito pertinentes e que mostram também o dinamismo de modelo de desenvolvimento que a gente tem no momento. O Wagner colocou: “isso aqui é uma escolha nossa, a gente precisa escolher, incluir essas cinquenta milhões de pessoas”.

Nós fizemos um modelo que, não necessariamente, é algo que vai ser o mesmo para os próximos cinquenta anos. Inclusive, a gente tem que olhar que não é só o fracasso de modelo econômico que gera contradições, mas o sucesso também gera contradições. E o que a gente está vivendo hoje são contradições do nosso sucesso, a inclusão de milhões nas ruas, no mercado de trabalho, na renda, também gera pressões por direitos que não vão ser resolvidos na mesma lógica que foram na última década. A gente tem que ter novas formas, e para isso a gente precisa avançar na capacidade da política de controlar a economia. Nós temos que ter isso, isso é fundamental. A política democrática, participativa, se nós não controlamos o processo de acumulação em uma sociedade, nós seremos subjugados por esse processo de acumulação, é a sociedade que tem que dizer para onde vai a riqueza, é isso que é importante.

Então eu quero agradecer, Adriana, o seu contraditório. Isso é fundamental para nós, para o nosso debate, para o nosso cotidiano, que está mais próximo do governo, mais próximo do Estado. Para nós, é fundamental ter acesso ao contraditório, senão a gente acaba esquecendo essas grandes questões. Eu queria, para encerrar a parte das falas, chamar a Lesli e depois a gente abre o debate para todo mundo. Obrigado.

## **Leisa Perch**

Boa tarde a todos, meu nome é Leisa, e sou especialista de políticas no centro Rio+. O centro realmente é bem novo, há um legado de cúpula do Rio+20, e foi lançando esse ano, em junho, e realmente nosso papel é complicado. O papel, hoje, é realmente tentar lidar um novo conceito, de como realmente vamos achar esse conceito de desenvolvimento sustentável, o que realmente dá uma igualdade, uma prioridade para todos os três pilares de desenvolvimento: a economia, a sociedade e meio ambiente. Hoje, tem muitas questões,

eu acho que vocês deixam muitas coisas para eu tentar cobrir, mas vou tentar agora fazer em vinte minutos.

A minha perspectiva realmente vai ser do nível internacional, porque eu acho que tem muitas falhas sobre o nível do Brasil, e tem também essa questão de desenvolvimento realmente internacional, tem algumas coisas que realmente gera de baixo para cima e outras que realmente gera de cima para baixo. Se você pensa, por exemplo, na mudança climática, você tem uma força realmente grande internacional para responder. Então, pensando na declaração do milênio, e realmente foi parte dessa história de desenvolvimento sustentável, é importante realmente para apreciar, que estamos falando de um comprometimento de 189 líderes, em nome de comunidades internacionais. Estamos falando também de alguns valores, como os outros palestrantes falaram, são metas objetivas e valores também. O que é viver bem? Realmente não sabemos para cada pessoa, mas estamos tentando chegar a uma ideia e alguns princípios, e também alguns entraves, para assegurar que cada pessoa tenha algumas necessidades básicas. Estamos falando de liberdade, e realmente que a pessoa pode viver a vida com dignidade, livre de fome, livre de medo de violência, sem opressão e sem injustiça. Estamos falando de igualdade também, celeridade e tolerância, e realmente esses princípios e valores que estão baseados no nível nacional, mas também no nível internacional. Temos algumas ações do nível internacional que podem realmente gerar uma forma de injustiça em um país. Como estamos falando, de novo, da mudança climática, tem alguns países que geram mais emissões que outros, e, no final, cada país tem que responder.

Também tem alguns pontos realmente positivos, porque foi realmente uma agenda, não só para pensar e conceituar essa ideia, mas realmente age como podemos fazer alguma coisa e realmente chegar a um nível básico para todo mundo e para cada país. Então estamos falando de uma base clara para ajudar e orientar políticas nacionais, também planejamento e moradia, e, como você sabe bem, tem um index, um índice internacional de desenvolvimento humano. E foi parte dessa tentativa, essa ação, essa ideia que realmente é passível de mensurar. Também estamos falando de uma tensão focada em recursos, nós estávamos falando que estamos fazendo alguma coisa, você tem realmente que assegurar que tem recursos técnicos também, você tem recursos financeiros e recursos que serão as ótimas políticas para realmente realizar essas metas. E também que estamos falando de uma base normativa, que vai ser realmente indicação universal para cada país e para cada pessoa.

Claramente, os ODMs têm os seus desafios, mas também têm alguns resultados bem concretos do nível internacional. Como falamos da experiência do Brasil no nível nacional, realmente chegamos para reduzir a pobreza. Meio bilhão de pessoas saiu da pobreza, mensurada no nível com muito conflito e, realmente, com algumas

diferenças de opinião, ou para explicar o que é pobreza, mas, no mínimo, estamos mudando pessoas desse nível realmente de uma pobreza bem dura. Também tem a redução da mortalidade infantil, que caiu mais de 30%, e também você tem mais uma indicação de pessoas e escolas primárias alcançando 90%, você tem perdão de dívidas de países que vai permitir gastos e investimentos bem fundamentais para assegurar uma forma de desenvolvimento humano e do país, e também você tem um progresso a direcionar uma combinação de crescimento econômico, políticas governamentais engajamento da sociedade civil e um comprimento global. Como você sabe bem, complemento global não é fácil, você está falando de 123 países que têm ideias bem diferentes do que é desenvolvimento social e ambiental e como são os caminhos para chegar nessa realidade.

Mais claramente, algumas lacunas e fraquezas do marco do padrão dos ODMs também foi essa separação, como a Adriana falou, de você estar falando de um lado de uma sociedade e também do meio ambiente. E também foi um tipo de ação que dá para entender, de uma parte, que o meio ambiente é um recurso só para desenvolvimento, mas realmente não é assim, porque é bem importante para o bem estar também. Algumas das coisas que foram reação dessa fraqueza do padrão foi um tipo de separação também da ideia de desigualdade e do exercício social. Então no meio do processo de declaração falamos muito dessas coisas, mas realmente para chegar para falar, como vamos dizer que um país está melhorando essa situação? Nós chegamos para fortalecer esse processo e identificar os caminhos e algumas metas para essa questão.

Você já tem a desigualdade, que tem uma base de dimensões bem diferentes, tem o gênero, tem raça, tem desigualdade racial, você tem claramente alguns países que estão enfrentando problemas de realizar um tipo de governança inclusivo que realmente responde a todas essas necessidades, de toda população, e também respondendo algumas fraquezas históricas nesse desenvolvimento. Falamos um pouco dessas coisas do Brasil, dos Estados Unidos e de outros países também. Quando você tem essa desigualdade histórica, pode ser bem difícil criar uma resposta, e uma resposta que não pode ser somente para esse momento, vai ser uma resposta que vai realmente mudar e flexibilizar quando a situação está mudando. Uma das fraquezas também do ODM como foco para mensurar foi que não tem nenhuma perspectiva de mudança e flexibilização de alguns repasses. As coisas não ficam assim também, a gente não fica em uma caixa econômica, a ficha não cai em uma caixa de economia, de social, e uma caixa de meio ambiente. Então realmente essa foi uma parte de grande desafio agora dessa agenda de 2015, e também dos ODS, novos métodos de ODS também.



E por que precisamos pensar nessa questão de desigualdade? Porque você está falando de um tipo de crescimento inclusivo, por exemplo: como uma pessoa vai se sentir incluído se ela não pensa que realmente a política aprendida no ambiente público está respondendo a essa realidade? É possível dizer que vocês estão fazendo alguma coisa, mas se eles não respondem à minha realidade, eu fico “tudo bom para o País, mas, e para mim?”. Pode ser, mas pode não ser. Se realmente tem alguns desafios e algumas responsabilidades que são bem diferentes umas das outras, e tem algumas barreiras bem estruturais também, é possível que o ODS dê a possibilidade de alguma resposta pública para mim, mas sem pensar nessas barreiras estruturais que eu enfrento... Também é bom que essa coisa exista, mas eu não tenho possibilidade de aproveitar e usar realmente para melhorar a minha vida. Também você deve ter pensado nesses impactos parciais, porque realmente você tem algumas realidades: pessoas no meio urbano que têm mais acesso a alguns serviços e algumas pessoas no ambiente rural. Mas você tem todo um país que está tentando realmente mover para frente e realmente melhorar a situação, e pessoas no ambiente urbano não estão exatamente na mesma coisa de pessoas que estão ou moram em uma cidade ou um lugar rural. Eles usam diferentes tipos de recursos, eles usam essas coisas de uma forma diferente também, como também as mulheres e os homens usam recursos diferentemente.

É uma coisa importante para um quadro internacional, e também um quadro que realmente está tentando responder nessa coisa de desenvolvimento humano, para entender essas diferenças, como as evidências vão realmente diferenciar as possibilidades e capacidade de pessoas de um povo ou um grupo e também como as políticas devem responder de uma forma diferente para realmente trocar. E também não é para eu saber ou para eu dizer que eu posso falar da minha pessoa, na cidade rural, também essa pessoa deve ter voz, deve ter capacidade para falar e para explicar a sua situação, e para realmente tentar influenciar o processo e a política.

Falamos muito da experiência do Brasil nessa forma, mas realmente os desafios que se enfrentam são desafios para todo mundo. Estamos olhando aqui alguns países na América Latina também que estão enfrentando esses problemas de educação, e quando você está olhando lá, e se você combina uma coisa de etnia, se você é uma pessoa indígena mulher, você tem ainda mais problemas para acessar a educação. E se você combina etnia, gênero e pobreza, você não acessa a educação. Esse foi o desafio e a oportunidade da agenda 2015, e os ODS, para enfrentar essa combinação dessas coisas e essa complexidade da realidade humana, e que nós existimos no meio ambiente e realmente tem influência sobre a nossa vida. Se pensarmos no uso de terras, por exemplo, o ODM que está usando terra para financiar o desenvolvimento. Você tem indivíduos usando a terra também para sobreviver e essas duas coisas tem que

combinar, porque se não combina bem, vai fracassar para o País e para os indivíduos também.

Essas coisas são bem importantes. Se você está pensando na mortalidade infantil, por exemplo, em geral aqui você olha uma grande diferença de pessoas em algumas partes do país. Você tem esse número aqui do Sudeste do País, que realmente 32, mas olha você tem outras partes do País que tem três, quatro vezes a taxa da mortalidade infantil. Pensem realmente que tipo de cargo se pode botar sobre um político público, e por um país, você, idealmente, quer o país todo indo no mesmo nível, quase conjunto, porque sem isso essa realidade pode facilmente empoeirar. E se você está investindo bem em educação, cultura, saúde e essa coisa está continuando assim, você está falando de fraqueza, e você está criando mais problemas ainda. Na Malásia, por exemplo, quando você fala em pobreza, só pobreza se vê. Você fala também dessa coisa de etnia e do impacto de realidade sobre a raça, você realmente pode apreciar que somente uma coisa que parece simples pode determinar sua realidade e sua possibilidade de melhorar sua vida, e realmente para usar recursos disponíveis para desenvolvimento que não é necessariamente para você e para sua casa e sua família, sua comunidade, para influenciar o desenvolvimento do país inteiro.

Falando rapidinho desse gráfico: você está olhando aqui essas pessoas dessa etnia que estão sofrendo demais, e também você olha aqui essa, e o país inteiro, e pessoas de outras etnias estão sofrendo menos, têm mais possibilidades, mais oportunidades. Importante para entender essa diferença: quando você está criando um tipo de política para o futuro, realmente enfrentando essa nova agenda, está falando que já está a integração social de dimensões econômicas e ambientais. E é melhor, como o André falou, que vai ser esse modelo. Eu acho que parte do problema dessa questão é que você precisa de um modelo internacional que dê para o modelo nacional, que vai contribuir com o modelo internacional, essa realmente é a complexidade. Você tem que combinar bem para assegurar que o mundo está indo para frente, então estamos falando de que não é possível mais separar as questões de meio ambiente e o desenvolvimento, não é possível separar o meio ambiente e o bem estar e o bem estar humano e a possibilidade de saúde, educação.

Se estamos falando de termos segurança alimentar, se podemos combinar esse tipo de governo, acelerar a positividade dos agricultores, mas se esses agricultores estão usando pesticidas, eles estão usando coisas que não são boas para a saúde e também para a terra, esse vai criar novos problemas. Então tem que pensar como vamos combinar para assegurar que você tenha alguns avanços econômicos, mas também sociais e no nível ambiental. O ambiente deve estar lá para nós continuarmos a viver bem, e para ter um crescimento que realmente vai dar para ter um desenvolvimento novo. Então teremos que responder também alguns estresses pela

produção e também como consumo. Pode ser insustentável e pode afetar somente você ou comunidade, se você precisa de um tipo de biomassa para cozinhar, você está aceitando pessoas de comunidades também, porque essa biomassa que você está tirando, está ficando cheio de água e a qualidade da terra, então você está afetando o agricultor que pode ser seu marido, seu primo ou um estrangeiro. Mas essa combinação é importante para pensar como vamos responder nesse nível nacional e internacional.

Então essa oportunidade de fazer “*business*”, ou coisas de modo diferente, realmente gera reflexões muito profundas, e precisamos realmente pensar o que estamos fazendo agora, e que bom e que mal deveríamos tentar fazer, e que é possível fazer. Porque tem limites de capacidade, de conhecimento, de financiamento, e quando combinamos essas questões, olhamos bem profundo e realistas dessa forma, vamos tentar criar essa nova agenda e essa nova política. Estamos enfrentando também algumas coisas que estão bem fora do nosso controle, que são crises econômicas e calamidades naturais. Também devemos aceitar que as calamidades naturais não estão fora do nosso controle, porque estamos contribuindo com algumas delas, e chegam no impacto de calamidade. Porque o tamanho dessas coisas, mas também a fraqueza de construção, onde estamos contribuindo e sabemos bem que a chuva vai vir com frequência nessa parte do ano, e também estamos tentando construir casas, um lugar que fica bem frágil, fica bem vulnerável.

Então, pensando no futuro, e realmente esse futuro que queremos, como falamos no Rio+20, um tipo de ideia para agir, uma resposta diferente, uma nova colaboração entre o governo e a sociedade civil, setor privado, todos, realmente tem que fazer o novo compromisso e colocar a pobreza, a desigualdade e a exclusão lá na frente dessa gente, e não no meio. Mas, pensando e respondendo de uma forma prática, como vamos diminuir o impacto dessas fraquezas e vamos construir uma nova vida para pessoas excluídas do desenvolvimento, e também pensando em gerações futuras, nossos problemas e nossos bens.

Para fechar, não é só o governo, não é só o setor privado que vai gerar essas respostas. Essas ideias, essas ações, e também todos nós, como indivíduos, vamos ter uma resposta, um papel grande da sociedade civil. Porque é a sociedade civil que, geralmente, gera e conjuga a gente para realmente pensar no nível individual, comunidade, como são as coisas que eles querem. E é importante assegurar que tenha uma advocacia pública e específica, como vamos responder e como vamos gerar uma nova forma de desenvolvimento, e para pressionar o processo. Porque não tem nenhum processo público ou privado perfeito, tem que ter compromisso, mas tem que ter compromisso de que realmente não vai gerar mais fraquezas no processo do desenvolvimento, isso é bem importante.

Eu acho que vocês já sabem bem os problemas das duas semanas passadas sobre o acordo de mudança climática. Não é uma coisa fácil, damos alguns passos para frente, mas também parece, algumas vezes, que não mudamos de novo, também necessitamos paciência. Eu acho que vocês tem impressão de ser bem aberto para falar, mas também o processo tem uma necessidade que vocês pressionem, porque quando estamos falando tudo isso aqui, como pessoa trabalhando nesse tema, a realidade que estamos falando de desenvolvimento sustentável desde os anos setenta, sessenta, quarenta e mais, estamos ainda tentando resolver esses problemas. Então a impaciência é uma grande parte de uma pressão importante para mover esse processo e para demandar algumas coisas profundas. E tem uma necessidade também de expandir essa agenda, as coisas não ficam sem movimento, tem novos desafios. Eu acho que parte nosso debate é pensar que coisas podemos fazer agora e amanhã, e também nos cinco anos à frente e dez anos à frente. Obrigada pela atenção.

### **André Calixtre**

Obrigado, conseguiu colocar as questões fundamentais. É muito importante que todos conheçam mais o Centro Rio+, que é um órgão novo que saiu, está na resolução, está na declaração o Centro Rio+, depois da Rio+20. É uma coisa que está em seus primeiros passos, e pelo contato que a gente tem tido via o diretor Rômulo, lá na Secretaria-Geral, o diálogo é muito bom, vale à pena todo mundo aqui entrar em contato com o órgão. O órgão fica no Rio de Janeiro, em um lugar bem bacana.

Então, sem mais delongas, eu vou abrir para o participantes se manifestarem. Por favor, uma pergunta rápida, dois minutos, no máximo, de intervenção para que todo mundo possa falar. E identificação, se for de alguma entidade, identificar também.

### **Carlos Henrique**

Boa tarde a todos e a todas, queria cumprimentar todos da mesa de debate, queria cumprimentar a todos que estão aqui participando. Meu nome é Carlos Henrique, eu sou ex-morador de rua, morei muito tempo na rua aqui na cidade de São Paulo e eu queria deixar uma coisa bem clara: às vezes, quando a gente fala sobre a questão sustentável no Brasil, a gente fala sobre pobreza, e sobre uma série de coisas. Eu queria, especialmente, fazer uma pergunta para a Secretaria-Geral da República.

Nós temos algumas lacunas muito grandes aqui na cidade de São Paulo, que é a maior cidade do Brasil, que tem mais recursos nesse país, mas que a gente observa que a desigualdade social é muito grande. O ex-presidente Lula lutou pela questão do combate à fome, mas a pobreza que nós temos hoje no Brasil é uma outra pobreza, não é pobreza de fome, é uma pobreza de moradia, é uma pobreza de

saúde, é pobreza de qualidade de vida. Nós não temos esse tipo de qualidade de vida na cidade de São Paulo, nem no Brasil. A gente está sentindo muita falta da questão da moradia, por mais que as pessoas falem da questão do programa Minha Casa Minha Vida, mas nem todo mundo tem acesso a esse tipo de programa. As pessoas mais pobres, por exemplo, não tem chance de chegar a esse patamar. Então nós falamos muito sobre isso, sobre a especulação imobiliária, que é uma grande realidade no País, e quanto mais pobre for, a gente tem que morar mais no fundão.

Quando a gente fala de governo, a gente fica muito preocupado, porque a sociedade civil não tem algumas respostas que a gente procura realmente saber. Por exemplo, atualmente, o que faz com os moradores de rua? Porque nós temos um recurso, anualmente, aqui na cidade de São Paulo, uma dotação orçamentária de quase cem milhões de reais, para poder acolher os moradores de rua entre albergues e serviços, e nós não vemos resultado nenhum. Eu acho que está faltando controle social, está faltando a participação da sociedade civil, porque esse dinheiro é o recurso que está faltando para fazer muitas casas populares e que daria para resolver grande parte dos problemas, mas a gente não consegue ver. O dinheiro está indo para o ralo e a gente não vê resultado nenhum e, deixando bem claro, isso é uma realidade. O que será que está acontecendo? Está faltando fiscalização, está faltando Poder Público de mais fiscalização em relação a isso? O que está faltando? Porque recurso tem. Mas, por que nada funciona? Por que as pessoas ainda continuam na rua e, cada dia que passa, mais aumenta esse número de pessoas?

Hoje nós temos famílias na rua porque esse recurso não tem esse controle social, não tem a fiscalização e o compromisso social de ninguém. A sociedade civil está cada vez mais distante do governo, atualmente. É o que a gente percebe, que não tem resposta, e um governo, hoje, fala que está tudo bem, está tudo maravilhoso, mas nós estamos vendo outra realidade, nós estamos chegando em uma Copa do Mundo onde várias pessoas estão sendo despejadas de vários locais que vão sediar a Copa do Mundo e a pobreza que nós estamos vivendo na periferia, é uma pobreza completamente diferente, não é da fome. A nossa pobreza é a falta da educação, a nossa pobreza é a falta de transporte de qualidade, a nossa pobreza é a educação de qualidade. A nossa pobreza é falta de relação humana entre o governo e a sociedade civil. A gente tem observado muito isso e as respostas do governo são muito contraditórias com a sociedade civil hoje, aqui na cidade de São Paulo.

### **Terciane Alves**

Boa tarde meu nome é Terciane Alves, eu trabalho no gabinete do prefeito Fernando Haddad, acho muito oportuna a sua colocação, Carlos Henrique, porque hoje essa questão dos moradores de rua é um dos maiores desafios na área social. Acho que fica até aqui o

convite, porque essa gestão está encontrando um grande desafio de rever o modelo de gestão dos abrigos. Eu não sou a pessoa mais específica para comentar o assunto, a gente tem hoje uma comissão muito ampla que discute a população de rua, da qual te convido até para participar, é um grupo intersecretarial. A gente está entendendo que as pessoas que vivem nas ruas têm os seus hábitos já muito arraigados também, então alguns horários, por exemplo, quando você abre um abrigo às 22h e fecha para a pessoa dormir, e às 6h da manhã essa pessoa tem que sair, a gente entende que a gente está ainda criando algumas limitações para essas pessoas.

Então compartilho aqui com você que o prefeito Fernando Haddad pediu um esforço, em conjunto com as Secretarias, para que todos entendam que as pessoas que vivem nas ruas também são famílias, também têm seus hábitos, tem que respeitar. E a gente está, neste momento, construindo para que as pessoas recebam. Elas preferem não ir dormir porque elas não podem levar o cachorro e, às vezes, para essa pessoa, a única coisa que ela tem é esse cachorro, e eu acho que essa sua experiência pode ser muito rica para gente.

Agora eu vou emendar outra pergunta que é o seguinte: a cidade de São Paulo, pela sua natureza e grandeza, é gigantesca, a gente vê que no âmbito geral, muitas das metas a gente atingiu, mas a gente tem territórios, por exemplo, o índice de mortalidade da mãe gestante é altíssimo, o extremo da zona Sul, zona Leste, da zona Norte... A gente tem desafios territoriais. Eu queria só ouvir um breve comentário, como é que vocês nós orientariam a fazer essa implementação das metas? Por territórios, mesmo? Porque os distritos de São Paulo são, na verdade, do tamanho de municípios. Basicamente, eu estou com esse olhar com o foco da primeira infância e da saúde, da mãe gestante, que é uma área que eu tenho mais atuação. Obrigada.

### **André Calixtre**

Só para complementar, não só a questão do território em São Paulo, mas só para pegar a sua pergunta, para deixar ela mais atual para o próximo debate, é a questão das grandes cidades. Como levar esse debate tanto dos ODMs, mas, principalmente, agora na construção dos ODS, juntar com discussão urbana e a discussão dos grandes centros urbanos. Acho que, tudo bem fazer essa questão, pegar São Paulo, mas não é só São Paulo que tem territórios, as grandes cidades, especialmente do mundo em desenvolvimento, são enormes cidades com imensos problemas.

### **Nina**

Boa tarde a todas e todas. Meu nome é Nina, eu faço parte da Secretaria Executiva pelos Objetivos do Milênio do Estado de São Paulo, e estou aqui para contribuir com aquilo que foi dito e reforçar a importância da municipalização. Inclusive, na cidade de São Paulo, a

gente está nesse processo, pensando já um pouquinho, já caminhamos, mas é importante que nós tenhamos em todos os municípios do Brasil esse processo de municipalização que é tão importante. Porque esses problemas todos acontecem no município, na localidade, e aí eu concordo com você plenamente, que são 32 municípios na cidade de São Paulo, porque são subprefeituras do tamanho de cidades, e a gente precisa dos indicadores do diagnóstico da proposta das metas para alcançar, praticamente em cada subprefeitura de uma maneira diferente. No caso de São Paulo eu tenho certeza que é um desafio para nós e precisamos urgentemente criar esse polo de municipalização, pensar bem em quem que será realmente o grupo de trabalho que vai proceder isso nas 32 subprefeituras.

Mas, pensando em todos os municípios do estado de São Paulo, nós mapeamos o estado em municípios mais vulneráveis. Não sei se vocês tem acesso, se já tiveram acesso ao acompanhamento que nós temos de cada município para saber a situação de cada Objetivo do Milênio... Então se a gente não está conseguindo cumprir aquele básico que os palestrantes estão falando, quer dizer, a gente tem ainda lacunas a vencer, até a entrada dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, ainda temos esse ônus de vencer esses pontinhos vermelhos do qual o Wagner falou, e são muitos. E é ali que nós temos que atuar, e efetivamente nos municípios é que isso acontece. Então nós mapeamos os municípios mais vulneráveis no estado de São Paulo, buscando trabalhar, em princípio, com esses municípios.

Mas, é claro que é necessário ter recursos, é necessário ter um aporte, um apoio para poder descobrir onde está o problema e supera-lo. Porque não adianta nós só termos o diagnóstico, não adianta simplesmente a gente saber que a gente precisaria superar essas metas, precisamos que toda a sociedade seja do governo, seja da sociedade civil, as empresas, uma grande união para poder realmente superar. Trazer projetos que possam resolver realmente essas questões dos objetivos mais complicados, especialmente da mulher gestante, que sabe que foi uma meta. Só que é isso que nós defendemos, quer dizer, mesmo se a gente superou com muita honra muitos problemas do combate à pobreza, o primeiro ODM, que a gente sabe que nós fomos exemplares em vários governos, ultimamente a gente vê que nós estamos colocando uma nova meta, e isso é muito importante, porque não adianta só atingir a meta. Porque, às vezes, a gente vai a outro município, e aí? Eu consegui atingir, ou não consegui atingir? Então todo mundo quer ficar bem para atingir os objetivos, mas a gente sabe que, se tem ainda alguém morrendo de fome ou uma mulher gestante saudável morrendo, muitas vezes, por falta de saneamento, isso é inadmissível. Então nós não queremos só cumprir os Objetivos do Milênio, a gente quer supera-los. Obrigada.

## **Rafael**

Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Rafael, coordenador da ONG Artigo 19, a gente trabalha com garantia da liberdade de expressão e do direito de acesso de informação no âmbito dos direitos humanos. Eu queria agradecer todas as falas, todas as colocações que foram feitas aqui, achei muito pertinentes.

Eu queria falar um pouco, na verdade, sobre os ODS, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A gente enxerga que, além de todas essas questões que estão colocadas, a sustentabilidade, em um ponto de vista nosso, também tem havido um crescimento, nos últimos anos no Brasil, perseguição a lideranças populares. A gente tem casos, desde o direito de lideranças populares na Amazônia, de lideranças indígenas... Você pensar, do ponto de vista urbano também, como os últimos protestos que aconteceram, houve prisões. E a gente entende que não só no Brasil, mas no mundo todo, era importante que essas questões fossem colocadas no âmbito dos ODS também. E eu gostaria de saber, na verdade, da Secretaria-Geral, como estão sendo construídos os espaços de participação popular de debate para a formulação de ODS para 2014. Quais são os fóruns? Como vai ser aberta a participação? Como vai ser levada em conta a participação da sociedade civil? Como a sociedade civil pode contribuir para a formulação de ODS para 2014?

## **Etienne**

Meu nome é Etienne, eu sou consultora estratégica de uma empresa privada. Parabéns pela composição da mesa e articulação que vocês têm no pensamento elaborado, e se pronunciar para cada um e as falas coordenadas.

A minha pergunta não é muito específica, ela é geral. O título desse debate é sobre as parcerias. Quando eu me torno parceiro de alguém, eu pressuponho um determinado nível de ética, de rigor e de diretividade naquilo que... Uma elasticidade muito curta entre o que é dito e o que é, de fato, executado, uma proximidade muito grande entre o conceito e a execução. O que a gente vê no nosso parceiro, na sociedade, os representantes de quem os senhores da mesa são a voz e, portanto, não há isenção na fala de vocês, é a fala que representa nossa liderança, são representantes do Estado, estado de governo. Há uma falha na gestão da forma como os senhores trazem as propostas muito bonitas e bem elaboradas e bem colocadas, mas a diluição disso na execução na sociedade ela prescinde de um determinado nível de rigor e ética, o que torna a voz da sociedade um pouco opaca, um pouco oca.

Quanto mais a sociedade pergunta como nós podemos participar, e a sociedade vai às ruas para dizer isso, geralmente, vem aos simpósios como esse para discutir falhas estruturais de gestão que seriam inadmissíveis, se fosse uma empresa estariam todos demitidos.



Porque em uma empresa, quando você tem um funcionário que comete falhas de gestão como o governo e seu parceiro, a sociedade comete, eles são demitidos, não existe segunda chance, não existe aviso prévio. Mas a sociedade é refém de uma eleição de estruturas, de pensantes, de executores do qual ela não pode se divorciar, sobre pena dela ferir uma aliança da qual é participante fundamental. Ela se parcelaria.

Minha pergunta para os senhores, que não é bem uma pergunta, é uma ponderação, que se os senhores forem dar respostas para os pensamentos que foram expostos aqui é: que parceria é essa que agora vai mudando de perspectiva, vai mudando de proposta, vai repetindo o refrão da palavra melhoria, mas ela prescinde de pontos muito importantes, que eu, como gestora estratégica, que na hora de fazer um projeto preciso contar completamente com uma falta de falha, com uma falta de ética? E aqui não cabe a máxima que errar é humano, porque o governo não é humano, o governo não precisa sentir nada, o governo não precisa chorar na câmera da televisão, o governo precisa ser gestor, ele precisa ser pontual, ele precisa corresponder às expectativas da execução.

Eu fiquei encantada com a inteligência fantástica da Adriana, que fala perfeita, fiquei procurando uma falha discursiva e não tinha, ela é de um pensamento estruturado... Até comentei com meu colega: “meu deus, mas que pensamento altamente estruturado, é lindo”. Eu tenho muito orgulho de ser brasileira e das pessoas que representam o meu país, mas a gente precisa, para não cair em um divórcio, repensar o que é parceria. Se a sociedade falha, ela leva multa no trânsito, se a sociedade erra, ela leva multa no imposto de renda, quando o governo erra, o que acontece? Ele pede desculpas na televisão. Parceria pressupõe alguma coisa um pouquinho mais alta que palavras, projetos e estruturas, e eu gostaria que os senhores conversassem um pouco com a gente sobre isso, o que os senhores que representam o governo federal vem propor para a sociedade civil aqui representada em agentes, quando a palavra é parceria, em termos de ética e estrutura realmente coesa.

## **Gláucia**

Boa tarde. Meu nome é Gláucia, eu sou da fundação AFINA. Eu percebi que há um alinhamento bastante importante na fala de vocês, no que diz respeito a desafios em termos de conteúdo de método de gestão, conteúdo a partir de bases mais tangíveis, mais observáveis, que alinha os indicadores tanto de bem estar, quanto de sustentabilidade ambiental, e hoje já tem no país plataforma de desenvolvimento nesse sentido, Programa Cidade Sustentáveis me ocorre sendo uma delas. Depois, também desafios de método para poder não só elaborar os objetivos e essas metas, mas efetiva-las, especialmente, no nível do município. E isso, é claro, de acordo com plataforma de diálogos com conservação de interesses, o que não é

uma coisa fácil nem simples, especialmente no ambiente democrático e de gestão.

E aí a minha pergunta vai exatamente nesse sentido, na visão de vocês tanto da sociedade civil organizada, quanto do governo: qual a capacidade que vem instalada no Brasil por meio dos níveis de governo e também das organizações da sociedade civil de apoiar os municípios na implementação, e na própria consideração desses indicadores e metas nos seus instrumentos de planejamento? O que a gente vê hoje é uma diversidade grande de instrumento de planejamento, um não dialoga com outro, especialmente planejamento orçamentário, e me parece que municipalizar qualquer tipo de meta, me parece fundamental para que a gente tenha essa capacidade e essa disposição.

### **Rafael**

Meu nome é Rafael, sou morador desse país. É o seguinte, eu vi no telão “transparências”, “prestação de contas”, e tal, mas eu lhe digo: eu acho que de cem reais que o governo coloca para essas instituições fazerem algo pela sociedade, trinta ou quarenta reais vai para o bolso de quem inventou essas instituições só para pegar dinheiro público, as ONGs. As instituições foram criadas só para pegar dinheiro público. Transparência, atendimento à sociedade, é o que menos interessa a elas, isso é real, que eu vi, eu vejo e participo.

### **André Calixtre**

Vamos seguir aqui com as respostas, eu vou ter que dar dois minutos para cada um, não dá para responder todos, mas acho que se cada um pegar uma parte e também fechar um discurso, colocar uma mensagem final que queira compartilhar aqui com todo mundo...

### **Wagner Caetano**

Bem, eu até anotei um pouco do que foi dito por cada um, mas eu até imaginei que gastaria mais vinte minutos, no mínimo. Então vou tentar seguir a orientação do André e tentar dizer o seguinte: vou pegar como central que eu acho que dá para pegar um pouco de cada a fala.

Da Etienne, que eu concordo com ela em parte, e discordo de grande parte. Porque aqui todos nós, ou no governo, ou na sociedade, nós militamos, cumprimos um papel na sociedade, e todos nós temos noções mínimas da ação política. Portanto, todos nós sabemos, e foi dito aqui, que na política se faz opções, nós tivemos diversos modelos e nós não podemos confundir a política pública com a política privada, o governo com uma empresa. Na empresa, se ela é limitada ou é sociedade anônima, ela tem dono e ela tem objetivo claro e concreto: lucro. É isso, é a visão de qualquer empresa e qualquer modelo de gestão visa o lucro. O Poder Público não pode seguir esse caminho, o lucro não está acima de tudo, o lucro não é o principal. E para atender

os interesses da sociedade - e a sociedade tem diversos interesses -, tem diversas tendências, tem diversas posições. Os gestores também tem posições, tem tendências e tem opiniões, então a escolha que a sociedade também faz dos seus governos é fundamental.

Então qual é o modelo de governo que eu quero, para qualquer cidade, para qualquer estado e para nosso país? Nós já passamos por diversos modelos, as pessoas aqui conhecem modelos antes do governo do PT, conhecem modelos de governo do PT, e conhecem outros tipos de governo, no campo estadual e municipal, e, portanto, conhecem a proposta política dessas tendências. Mudam-se as pessoas, mas os partidos e as forças políticas estão na sociedade e são permanentes. As pessoas mudam, mas as opiniões não. Portanto, acho que essa é uma questão central. O tratamento à população de rua. Qual é o tratamento que vai ser dado à população da rua? Isso é inerente a essa opção que nós fazemos. Um dos momentos é o momento da eleição, não deve ser único, mas um dos momentos é o momento da eleição, quando nós escolhemos o modelo de governo, que tipo de governo que nós queremos para nossa cidade, para nosso estado e para nosso país. Então se as pessoas tem isso claro, isso é um primeiro passo.

O segundo é que essa discussão no nível da gestão do modelo de desenvolvimento, que o André já se referiu aqui, também é uma opção. Qual é o modelo de desenvolvimento? Nós temos na sociedade diversas opiniões sobre o modelo de desenvolvimento, então nós temos que escolher. O que nós vimos no mês de junho, os movimentos sociais, a forma com que a sociedade se organiza em cima, se manifesta, que não precisa ser necessariamente só nas eleições, mas ao longo do ano, ao longo do mandato, também é uma questão fundamental. Porque a sociedade não se organiza e não se manifesta e fica a mercê só das eleições, também é outro problema.

Então o que nós estamos dizendo aqui é que os avanços nas políticas sociais e a melhoria dos avanços sociais passam, necessariamente, pela forma com que a sociedade se organiza, seja no bairro, na cidade, no estado ou no País, de forma mais plural, ou de forma setorial, se essa organização não acontece, as políticas públicas também vão ficar fragilizadas nesse processo. E acho que foi dito aqui também, para finalizar, e a Adriana colocou aqui isso muito bem e a fala dela foi muito importante, que nós temos uma agenda permanentemente em disputa, mesmo que hoje a gente pudesse aqui concluir algumas propostas para essa agenda, a disputa não está eliminada, ela vai continuar na sociedade. Portanto, é a organização da sociedade que vai determinar por onde as coisas vão caminhar e por onde vão caminhar.

Porque vai ser sempre no nosso dia a dia e não vai ter o dia final, será permanente a disputa por essa agenda, porque a agenda envolve recursos e envolve modelos e envolve concepção de gestão, portanto,

é o processo permanente de disputa. Se a gente entender assim, a gente resolve muito dos nossos problemas. Se a gente não entender, nós vamos sair frustrados de cada reunião, de cada debate e de cada seminário que a gente participar, porque a gente não vai entender que nós estamos dentro desse grupo com opiniões diversas, e é essa a nossa riqueza. Nós temos que saber como lidar com essa diversidade e como construir aquilo que interessa a maioria da nossa sociedade, e quais as opções que nós estamos fazendo. O Brasil, nesse momento, fez a opção por trabalhar a erradicação da extrema pobreza, de voltar as políticas sociais à população mais pobre desse país, isso está em disputa na sociedade e vai continuar em disputa. Muito obrigado.

### **Leisa Perch**

As perguntas estão um pouco a fora da minha capacidade, mas vou tentar responder um pouquinho. Não conheço muito da gestão pública em São Paulo, mas o que eu posso dizer sobre essa coisa de orçamento, realmente é uma questão bem complicada. Tem alguns modelos de orçamento participativo, e também que tem que combinar com o sistema de monitoramento, porque você está financiando para que e para quem? Então, para pensar um tipo de orçamento que vai responder a todos os problemas que Carlos falou, e nosso colega aqui, você tem que saber que são problemas. O desenvolvimento é infinito, tem que parar, tem que desenvolver e responder a novos problemas. E, para mim, como pessoa que penso de forma visual, falo do desenvolvimento como um tipo de cebola: você abre a primeira pele e tem mais coisas lá dentro. E a política deve ser uma forma que responde assim, você vai resolver uma parte de problemas de pobreza ou de fome, mas vai chegar a uma outra coisa, você vai cobrir uns 75% da população, mas vai ter pessoas que não chegam a estar cobertas com essa política e que tem um tipo de fome e pobreza mais complicada do que você sabia.

Então o sistema do monitoramento e entendimento conversa, debate. E suas maneiras para saber o que está acontecendo, e, se possível, fazer o financiamento para saber exatamente as causas e consequências dessas coisas que estão acontecendo e como você vai responder. Tem que debater essa realidade, porque algumas vezes essa realidade tocou somente uma pequena parte da população, algumas vezes algo que está crescendo, que está tudo em movimento e pode realmente crescer rapidinho. Então sou dessa combinação de monitoramento, debate e investigação. E investimento e orçamento são precisos para fazer esse tipo de investigação, e também para fazer um tipo de compromisso público que vai dizer que você vai responder.

A sua questão, Carlos, sobre a coisa de moradia, é um problema realmente que existe por todo mundo. É um problema das cidades de qualquer parte, pequenos e grandes, e é um resultado também do

grande movimento de pessoas da área rural e urbana, e não tem espaço no âmbito urbano para cobrir todas as necessidades dessas pessoas. Não tem resposta simples, mas uma coisa, que é a minha opinião, que devemos pensar é em ter que expandir as oportunidades e esses lugares urbanos e rurais, para oferecer oportunidades para pessoas viverem no mesmo nível de qualidade de vida. Porque não tem nenhuma cidade do mundo que vai cobrir todas essas necessidades que estão quase aumentando.

É para pensar no desenvolvimento do País, e como vai ter tipo de cooperação e vai compartilhar benefícios do desenvolvimento, e tem que fornecer algumas oportunidades em outras partes do País que estão esvaziando de pessoas. É uma coisa estranha, porque se a cultura não está funcionando e não estamos cuidando das suas necessidades, eles vão realmente tentar abrir uma nova porta, mas também o mesmo país precisa, a gente precisa comer, a gente vai precisar um tipo de meio ambiente que vai fornecer água e não é possível pensar só em crescimento de prédios, de carros, porque tem que manter essas formas de coisas. Então também um investimento de crescimento rural, de uma forma diferente do urbano, acho que vai dar para responder alguns desses problemas culturais.

Mas, aqui na cidade mesmo, é importante para pensar algumas vezes que você viu que ajuda, o governo não pode fazer tudo, o governo é um grande sistema, é uma grande coisa, algumas vezes não tem flexibilidade para responder coisas pequenas e coisas que estão crescendo e não pode responder a cada pessoa. Essa questão de parceira, ela deve ser quem é a capacidade de tudo em seus parceiros no seu desenvolvimento. O governo deve fazer alguma coisa, o partido fundamental do governo pode dizer o que é aceitável ou o que não é. Só o governo pode fazer isso da parte da sociedade, mas também para realizar esses objetivos e metas, o governo tem que ir com o setor privado, que vai, possivelmente, fornecer empregos e um tipo de crescimento. Mas também a sociedade civil, algumas vezes, tem mais capacidade para responder essas coisas, como moradia, pessoas morando na rua, e porque tem o tempo, tem metodologias, tem as redes humanas e sociais para responder.

Acho que mais um debate, mais uma conversa sobre divisão, capacidade do desenvolvimento pode começar responder esses tipos de problemas e mesmo quando você resolve, vão ter mais, essa é a realidade. Porque o desenvolvimento está sempre sendo mudado, e tentando responder a novos estímulos, novas coisas aqui dentro da sociedade, em um país e no mundo. Eu acho que mais um debate sobre o que é possível de dividir, que tipos de coisa são possíveis para investir na capacidade social para responder a questão no mesmo nível de capacidade. Maternidade infantil deve começar também na casa, na comunidade, porque o governo é bem distante, a necessidade de governo para responder é uma coisa complicada. Então não vai responder somente quando um incidente acontecer. Eu

acho que esse tipo de parceria podia melhorar a situação. E que outras coisas vamos tentar fazer para responder o que está acontecendo agora e o que vai acontecer no futuro?

Sobre a questão do procedimento de ODS, depende. Tem um nível nacional e um internacional. O nível nacional tem um processo bem claro, você tem o grupo de trabalho aberto, que é formado de representantes de países, mas também você tem um processo que tem possibilidade para a sociedade civil internacional e nacional contribuírem com o processo. Tem um website que fala de algumas datas bem específicas, tem uma que vai fechar em fevereiro do ano que vem. Também tem um processo de debate e conversas e proposta do trabalho do grupo aberto, entre março e junho, e também tem o processo que vai acabar quase no processo formal, até setembro do ano que vem. Então tem alguns pontos de entrada, através do governo, através da sociedade civil internacional. E também, eu acho, que tem mais um diálogo aberto agora, coloquei lá na apresentação dele, que dá uma oportunidade para a gente pensar e contribuir e decidir o que vão ser as oportunidades desse processo. Para fechar, quero agradecer vocês pelo convite.

### **Odilon Faccio**

Agradeço as perguntas, vou contribuir de maneira esquemática em função do tempo, primeiro ODM, ODS e urbano. Eu acho que temos que entender que seja o ODM ou o ODS, como mínimo necessário, nenhum município, nenhum estado, nenhum país deve entender como uma camisa de força. Muito pelo contrário, deve fazer sempre mais do que for necessário. O município, o estado e o país pode criar o seu ODM. Então, por exemplo, é possível criar um ODM para reduzir a violência, com metas de redução na violência no trânsito, violência contra a mulher, violência contra a juventude, enfim, cada município e estado pode criar o seu ODM ou ODS, que dê conta da sua realidade. Então é entender isso como uma ação pró-ativa, e não uma camisa de força. Porto Alegre criou observatório para implementar os ODM por bairro. Eles fazem o diagnóstico por bairro e estão traçando metas por bairro.

Queria dizer que nós estamos bem municiados de ferramentas para auxiliar a administração pública para fazer o ODM e o ODS. Nós temos duas: uma é o IDHM, que dá uma boa radiografia, e temos o portal ODM, que dá uma radiografia em um momento de todos os municípios do País, como é que está o município em relação aos outros ODM. E se quisermos fazer por bairro tem o IBGE, que permite agora estratificar por bairro. O governo do estado do Rio Grande do Sul incorporou os ODM no PPA e como parte do planejamento estratégico do estado. Então o fundamental é ter ferramentas, tem que ter vontade política da administração municipal ou estadual de usar os ODM ou ODS como uma plataforma de gestão, traçando suas metas, seus indicadores e assim por diante.

Outra questão é que apareceram aqui dois dilemas. Nós estamos no século XXI, mas temos que resolver questões no Brasil do século XX, até do século XIX. Esse é um dilema. O segundo dilema é como que associa a economia, o social e o ambiental. Para mim, a questão chave traz duas situações: é a democracia como meio e como fim. Dar vez e voz para todos os segmentos envolvidos em cada situação para encontrar a solução concreta, entender a democracia como parte da solução em face desses dilemas. Então ela passa a ter um novo valor, não só uma busca permanente, ela tem que ser constantemente aperfeiçoada, e acho que o processo de participação como método de governo é muito mais que método, é estratégico, é vital para um novo futuro onde os tradicionalmente excluídos tenham vez e voz. Eu acho que essa postura do governo brasileiro é positiva e nós podemos e queremos ir além.

Em relação às parceiras, parceria e ética: primeiro, eu acho a parceria decisiva e acho que a gente tem que tomar cuidado ao discutir ética. Acho que todo mundo tem a busca da ética e todo mundo tem alguma falha, não são só as ONGs ou os governos, somos nós como pessoas na fila do banco, e também as empresas. As empresas também não estão revestidas como portadoras absolutas da ética. Acho que a ética tem que ser buscada de maneira cotidiana, permanente. E a parceria é decisiva, reconhecendo as diferenças e explorando o que há de melhor em cada um, respeitando a lei em todos os âmbitos, criar consciência nas escolas de direitos, mas, sobretudo, de deveres. Eu estou preocupado com a nossa juventude que só quer direito e não sabe dos seus deveres. Então eu acho que todo mundo aqui tem que ir um pouquinho devagar, porque o santo é de barro. Todo mundo tem que ter um pouquinho de responsabilidade. E também a mídia, a mídia tem uma responsabilidade enorme de construir uma ética republicana e isonômica, acho que isso é chave para o futuro.

Finalizando, nós do Movimento Nacional pela Cidadania, temos diversos núcleos, representamos, ou procuramos representar, uma parte da sociedade brasileira nos ODM. Fazemos parceria com o governo federal, o PNUD, fazemos parceria com diversos estados, diversas prefeituras, independentemente do partido e do político, porque acreditamos que a parceria com o Poder Público, com as empresas, com a sociedade, é fundamental para nosso papel. O papel do movimento é o alcance das metas do milênio, e agora atuar para que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável continuem e abracem outros temas. Então a parceria entre setores é vital. Mas nós não nos confundimos com o governo, nem governo federal, nem estadual, nem municipal. Mas reconhecemos o papel protagonista e decisivo desses governos, das empresas, das universidades e, principalmente, da sociedade civil. Espero que eu tenha esclarecido de maneira genérica as perguntas. Agradeço a todos os participantes, agradeço a mesa e os demais expositores. Obrigado.

## **Adriana Ramos**

Bom, eu acho que quando a gente fala de parceria, que seja construção de parceria para realizar coisas juntos, seja os processos de negociação que esses espaços multisetoriais demandam, tem uma questão que é você dar condições mínimas de diminuir as desigualdades entre as partes. E aí a questão dos direitos é fundamental, não dá para você imaginar que você vai construir processos que levem ao desenvolvimento sustentável, por exemplo, tendo que considerar populações vulneráveis a quem você não reconhece os direitos territoriais básicos. E aí não só pelos governos, porque eu participo de diversos processos multisetoriais que eu vejo, por exemplo, as empresas, na hora do vamos ver, que elas têm que abrir mão, digamos, de suas margens de lucro para reconhecer certos direitos de poder, discutir a sustentabilidade em uma perspectiva de mais inclusão, isso infelizmente também não acontece.

Ainda temos, evidentemente, muitas etapas para cumprir em termos do reconhecimento das questões que são essenciais e que são constitutivas do que é a sustentabilidade nessas três dimensões, porque, para cada um, uma dimensão vai ser mais importante que as outras. E aí são sempre essas disputas, esse é um processo para a gente construir, e acho sim que o governo tem um papel fundamental na garantia dos direitos e no diminuir essas desigualdades entre os diferentes segmentos.

Gláucia, eu acho que a gente tem no Brasil essa capacidade, acho que essa capacidade existe, acho que ainda faltam alguns meios, um deles é o nosso mantra atual que é o marco regulatório da sociedade civil. Quer dizer, quando é que a gente vai ter uma legislação que efetivamente permita que se estabeleçam parcerias que sejam transparentes, que sejam por mérito, que contribuam para a complementação das coisas e de uma maneira efetiva? Então fica aqui, mais uma vez, nosso recado: um marco regulatório para a sociedade civil é urgente, para que a gente possa, de fato, usar a capacidade que a sociedade civil tem no Brasil para contribuir com esses processos.

Rafael, eu acho que picaretagem a gente tem em todos os seguimentos, e entre os indivíduos também. Então o erro de alguns não pode generalizar e desclassificar e desqualificar a ação dos demais, eu estou aqui falando em nome da Associação Brasileira de ONGs, que são trezentas filiadas, que majoritariamente viveram nesses vinte anos, principalmente, com recursos que não eram do governo federal, não eram dos governos, não eram recursos públicos nesse sentido, mas eram de cooperação internacional. Agora, sou totalmente favorável, acho que a participação da sociedade civil é constitutiva do Estado democrático e de direitos. Recursos públicos são públicos, são para serem usados pelo interesse público, independente de quem os utilize. A forma de utilização é que tem que



ser regulada com transparência, com controle social, inclusive com alta regulação da própria sociedade civil. Mas, no mundo inteiro, seja por incentivos fiscais, como é nos Estados Unidos, seja por repasse direto da Europa, são os recursos públicos que apoiam a ação da sociedade civil, desde que ela seja no interesse público – ela não pode ser no interesse privado, evidentemente.

### **André Calixtre**

Então eu vou encerrar o debate. Ficou claro que, só para colocar aqui, isso não é uma mesa de governo, é uma mesa de diálogo? Quem aqui poderia representar o governo é o Wagner, que é Secretário Nacional. Eu sou um simples assessor, mas temos um representante de governo, um representante das Organizações das Nações Unidas e dois da sociedade civil. Então acho que é uma mesa que trouxe certo equilíbrio para o debate. Esse era nosso objetivo, não era colocar nossa visão e acabou. Na Secretaria-Geral aprendi que a linha é diálogo sempre, ouvir sempre e, principalmente, ouvir aquilo que a gente não gostaria de ouvir, que é o mais importante de tudo. Então eu queria agradecer as exposições de todos, a presença e a disponibilidade e, especialmente, agradecer os participantes, agradecer todas as perguntas, e desejar para nós um excelente 2014 na questão dos ODS.

Rafael, dos direitos humanos, fez uma pergunta sobre os mecanismos. Eles estão sendo construídos. No Brasil, o protagonismo é do Itamarati, quem é a liderança no processo é dado pelo Itamarati. O Chanceler Figueiredo foi o negociador na Rio+20, tem uma experiência tremenda com esse tema, e eu não posso adiantar nada, mas não vai faltar a participação da sociedade civil nesse processo. Os instrumentos estão sendo pensados para responder a essa questão da participação da sociedade civil na construção dos ODS, no ponto de vista da posição brasileira. Claro que vai ser um ano muito intenso, a gente tem que, até metade do ano, estar com a negociação de 2014 muito adiantada. Depois, deixa um e-mail para nós, colocando essa questão no site, que a gente vai encaminhar assim que aparecerem as decisões. E a gente vai divulgar esses instrumentos de participação com a sociedade civil, como é atribuição da Secretaria-Geral no governo.

Então eu queria agradecer muito a presença de todos e encerrar esse debate.

### **Roda de conversa: Políticas de Igualdade de gênero**

#### **Participantes:**

**Tatau Godinho** - Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres/ Secretaria de Políticas para as Mulheres

**Fernanda Papa** – Coordenadora do Plano Juventude Viva /Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República

**Bianca dos Santos** – Consultora da Secretaria Geral da Presidência da República

### **Bianca dos Santos**

Boa tarde, eu queria agradecer a presença de vocês, agradecer à Tatau Godinho, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Fernanda Papa, da Secretaria Nacional de Juventude, dizer que essa roda de conversa está na programação do governo federal aqui na Feira ONG Brasil. A gente trabalha na Secretaria-Geral da Presidência da República, e a gente coordenou a ação do governo federal aqui na Feira e enfim. Esse espaço aqui é um espaço de diálogo, de bate-papo, para que as pessoas possam conhecer as políticas do governo federal e esclarecer dúvidas ali do lado. Vocês estão todos muito bem vindos, hoje a nossa conversa vai ser sobre política para as mulheres, políticas de gênero. Tatau Godinho representa a Secretaria de Política para as Mulheres, que está lá no Governo Federal e vai poder contar um pouco para a gente, obrigado.

### **Tatau Godinho**

Boa tarde. É um prazer conversar com vocês aqui, e como essa roda de conversa é bem informal, eu vou começar dizendo que muitas pessoas, às vezes, não sabem que o governo federal hoje tem uma secretaria, que é como um Ministério, para propor e acompanhar no governo com um todo as políticas para as mulheres. E por que isso foi criado? Essa secretaria existe desde 2003 porque na sociedade brasileira, e isso não é diferente do resto do mundo, embora as mulheres estejam cada vez mais participando, estão ativas, estão estudando mais, estão trabalhando fora, estão com vida independente, estão entrando no mundo da cultura, a discriminação ainda é muito grande. Às vezes, a gente não percebe totalmente a discriminação por que a mudança dos anos – vamos dizer assim – cinquenta, sessenta, para a nossa época é imensa. Então quando a gente, às vezes, desanima e fala assim “ah, mas como é que pode morrer mais uma mulher assassinada pelo ex-namorado ou pelo marido?”, “ah como pode, uma mulher foi despedida porque foi assediada pelo patrão e ela não aceitou o assédio”, “como pode sair uma estatística do IBGE dizendo que as mulheres ganham 70% do salário masculino quando nós temos mais tempo de escolaridade, de educação formal do que os homens no Brasil?”.

Hoje, todo mundo sabe e isso acontece porque existem três dinâmicas– existem mais de três, mas eu vou simplificar com três para ficar fácil para a gente conversar – que vão acontecendo no

cotidiano e, às vezes, passam como coisa natural. A primeira é que na cabeça de muita gente existe um papel para os homens na sociedade, existe outro papel para as mulheres na sociedade. Quando a gente pensa desse jeito, a gente acaba definindo coisas de homem e coisas de mulher diferentes, dando valor e qualidade diferente às coisas de homem e coisas de mulher. Outro dia eu vi uma apresentação de uma professora que ela terminou com uma impressão digital na tela e ela dizia assim: “esta é a única coisa que, de fato, nos diferencia, a nossa impressão digital, o resto nós podemos ser iguais”. Não tem porque a gente ser diferente, a gente vai construindo um monte de coisas que fazem com que a gente ganhe menos, as pessoas acham que a gente tem menos direitos.

Tem muita gente jovem aqui, a Fernanda vai falar dos jovens, mas eu vou só mencionar uma coisa em relação a isso. Desde a casa da gente, na experiência que a gente tem dentro de casa, toda hora a gente percebe que o pai e a mãe falam diferente para o menino e para a menina. Quando fui trabalhar aqui na Prefeitura de São Paulo há alguns anos atrás, a gente tinha uma turma de estagiários que era maravilhosa, meninos e meninas, e nós começamos a fazer algumas atividades de formação e algumas das estagiárias começaram a perceber, no sentido de verbalizar, que dentro de casa elas faziam mais trabalho doméstico do que os irmãos, que a mãe pedia mais para elas, que a mãe esperava que elas ajudassem, que elas tinham obrigação, e os meninos tinham mais liberdade. Eu estou dando esses exemplos simples para poder dizer é muito importante perceber a desigualdade não para separar homens e mulheres, meninos e meninas. O nosso objetivo é construir igualdade e uma vida comum para todo mundo, mas é exatamente para enxergar, porque tem. Então a primeira coisa que eu disse é essa, as pessoas acham que tem coisa que é para mulher e coisa que é para homem e isso vai cristalizando diferenças que quando chega lá na frente vira irresponsabilidade no trabalho, vira indiferença salarial, vira diferença de direitos.

A segunda questão é que na cabeça da maioria das pessoas, e é bem legal a gente querer questionar isso, é ter uma natureza, que as coisas são por causa da biologia. Eu estava conversando com essa companheira aqui, a Raquel, que é do [nome inaudível], uma ONG aqui na frente, e a ONG trabalha com atividades de educação, incentivo, com um foco muito grande na matemática como um instrumento. Quando a gente olha a situação das universidades brasileiras, nós temos uma pirâmide que vai assim, vamos supor que eu tenho aqui um ângulo reto e ela vem deste jeito entre ciências exatas, matemáticas, biológicas, sociais e assistência social na alocação das mulheres. Melhorou? Melhorou, mas passou de 17%, que eram as matrículas de mulheres nas engenharias e matemáticas nos últimos cinco anos, para 23%. Significa ainda que mais de 70% de quem vai para essas áreas são homens.

E qual é o contraponto? O contraponto é que na assistência social, na sociologia, na enfermagem, na educação estão concentradas as mulheres, e essa concentração não marca uma diferença de qualidade da tarefa, ela marca uma diferença de valorização social da tarefa. A tarefa passa a ser, ou a profissão, é mais valorizada quando é mais masculina e é menos valorizada quando é mais feminina. Por qual razão? Porque nós temos na sociedade a terceira coisa, que são relações patriarcais, ou relações de discriminação, que consideram que o que é masculino é mais valorizado do que o que é feminino. Mesmo quando a valorização do feminino é aparente, prestem atenção, porque todo mundo diz: “mas o mais importante na sociedade são as mães”, “o mais importante são as mulheres por que elas trazem o carinho”, “o mais importante é a mulher que enfeita a vida”, mas quem que dirige a vida? Quem tem mais espaço de poder? Onde nós temos melhores condições de acessos a bens e serviços?

E nós podemos falar de qualquer coisa, de qualquer coisa. As mulheres têm menos tempo de lazer que os homens. Nós participamos ontem do lançamento de um livro que foi uma pesquisa da sociedade brasileira sobre vários aspectos da vida de homens e mulheres, e uma das coisas que chama a atenção da gente, com muita preocupação, são coisas desse tipo: no final de semana o tempo das mulheres é dedicado prioritariamente a cuidar da casa, a fazer a faxina que não deu tempo de fazer na semana, quando tem o filho, ajudar o filho ou a filha a fazer as atividades e levar para passear e o lazer dela é ou visitar a família ou ver televisão ou ir à igreja. Quando a gente olha o tempo dos homens, ele tem mais tempo de jogar bola com os colegas, ele tem tempo de ir para o bar tomar uma cerveja, ele tem mais tempo de ficar na Internet e ver ou assistir outras coisas, dependendo dos espaços sociais que ele vive, ou atividades culturais.

Isso demonstra que a gente precisa perceber essa desigualdade para poder agir sobre ela. A gente não age sobre nada que a gente não enxerga, a gente não consegue modificar uma relação, uma vida, um processo que a gente não considera que é relevante para ter mudança. Esse é o papel da Secretaria de Política para as Mulheres, discutir com o Ministério da Saúde como olhar a saúde das mulheres, discutir com o Ministério da Educação por que a gente tem essa diferença educacional de meninos e meninas e como que nós temos que fazer processos para isso. Por exemplo, a SPM está desenvolvendo um projeto agora o “mulheres meninas, jovens cientistas”, que é exatamente para fazer isso que a gente estava conversando: incentivar as meninas a entrarem naquelas áreas que a gente acha que a gente não vai dar conta. E por que a gente acha que não vai dar conta? Porque não foi exposta aquela possibilidade, aquela curiosidade desde pequena.

Depois vocês vão ter uma roda de conversa sobre esporte e eu espero que a pessoa que vai falar do esporte também fale das

mulheres no esporte, porque o esporte é super importante do ponto de vista do desenvolvimento educacional, do desenvolvimento físico, da apreensão do espaço, das possibilidades de desenvolvimento cognitivo do que é a nossa capacidade de dirigir posteriormente, de aprender a lidar com o ambiente, e as meninas fazem menos esporte que os meninos. Se a gente não se preocupa com isso, fica tudo natural e quando fica natural repete a desigualdade e a discriminação que existe na sociedade. Para a gente mudar isso a gente tem que agir. E para a gente agir a gente tem que perceber a realidade.

Eu vou abrir para a gente conversar, a Fernanda vai falar um pouco das jovens, um pouquinho para a gente abrir e debater sobre o que a gente espera que um governo possa fazer. Tem muita coisa que a gente pode fazer, mas tem muita coisa que a gente não vai fazer se a sociedade não se organizar, principalmente para mudar cabeças, principalmente para garantir que a gente tenha uma nova sociedade com igualdade entre mulheres e homens, nós precisamos que a sociedade enxergue isso e queira isso porque isso depende, às vezes, de mudança no cotidiano dentro de casa, que não é que as políticas públicas não tenham interferências, depois nós podemos até discutir exemplos que às vezes a gente não percebe, mas elas dependem da mobilização social, às vezes muito mais do que outras áreas, porque dependem de criar uma ideia de uma sociedade diferente.

### **Fernanda Papa**

Obrigada. Obrigada pela presença de vocês, a Bianca já nos apresentou, eu trabalho na Secretaria-Geral da Presidência, na Secretaria Nacional da Juventude, e é uma secretária mais jovem do que a SPM, que é de política para as mulheres, que já é Ministério. A Secretaria de Juventude foi criada em 2005, justamente pelo que a [nome ininteligível] estava trazendo, os movimentos juvenis se organizaram e pressionaram, na época era o primeiro governo do Presidente Lula, e pressionaram pela criação de um espaço na Presidência da República que pudesse dialogar com as demandas da juventude. Porque quando a gente fala da condição juvenil, e aí fala da condição juvenil da mulher jovem, é a gente reconhecer que ser jovem é um período da vida em que a gente processa questões diferentes de quando a gente era adolescente ou criança e que ainda não estamos com tudo bem resolvido, porque acho que talvez nunca esteja, não é? Mas que é um momento de intensa busca de lemas, de experimentação, de dúvidas, de questões de descobertas e que no momento histórico que a gente vive a juventude precisa ter os seus direitos reconhecidos e garantidos, porque é aquele momento em que as escolhas podem determinar uma trajetória de inclusão maior ou menor.

Nem sempre a gente sabe disso, mas os jovens têm condições de fazer suas escolhas, existem políticas, eles são assistidos, dialogam com o Poder Público de maneira que possam ter suas necessidades

reconhecidas como direitos. Nesse momento que a gente vive o que é diferente de ser uma mulher de vinte anos do que uma mulher de trinta? De quarenta ou cinquenta? O que é ser uma jovem de dezoito anos que, por exemplo, se deparou com a maternidade e aí por isso tem que deixar a escola? Ou mesmo de dezesseis, quinze ou catorze, e aí para de estudar e depois também tem que trabalhar e aí não tem onde deixar a criança? E se ela não quiser tem a criança? Ou, às vezes, precisa da avó para cuidar e aí tem todo um ciclo da solidariedade feminina que é muito importante, mas será que o Estado também não tem um papel em reconhecer que essas meninas têm o direito à educação, de não deixar a escola, deve ter o direito de trabalhar ter onde deixar a criança? No caso, de ter creche, e a creche, de repente, para quem está na universidade, mas para quem não está na universidade ter creche perto de casa ou perto do trabalho. A ideia da menina que quer fazer outras coisas para além do trabalho doméstico, que muitas vezes as meninas são desde cedo treinadas a fazer o trabalho de casa, enquanto os irmãos podem continuar a estudar ou vão trabalhar fora. Esse ciclo das tarefas, como a [nome ininteligível] estava falando, do masculino e do feminino, afetam as jovens de maneira específica também.

A gente reconhece que tiveram muitas conquistas de muitas mulheres ao longo da nossa história, que fazem com que hoje a gente possa estar sentada daqui de calça jeans, cruzando a perna e conversando tranquilamente entre a gente com a participação dos rapazes, que é muito importante também, porque a gente quer discutir os papéis das relações de gênero, e quando a gente fala de relação de gênero é muito comum falar “ah, política de gênero”, aí todo mundo acha que gênero é falar das mulheres. Também, mas é falar das relações de poder desiguais que estão colocados entre o masculino e o feminino, entre os homens e as mulheres e que essas relações desiguais foram construídas na nossa história. Tem algumas teorias que falam que antes do patriarcado, que é esse domínio que é muito marcado pelo domínio da Igreja Católica, dos homens terem o principal poder, que a gente viveu um tempo das matriarcas. Dizem que era outro tipo de relação colocada, que as mulheres tinham mais poder.

Então, no mundo em que a gente vive, falar de relação de gênero, a gente está falando de relações desiguais. E para os jovens vem uma série de questões, por exemplo, qual é seu nome? Aline e Andressa. Aline e Andressa, é bacana vocês estarem aqui, a gente estava olhando os dados na Secretaria Nacional de Juventude e é verdade, cada vez mais as meninas estão mais escolarizadas, mas elas continuam ganhando menos quando elas vão para o mercado de trabalho. Quando a gente olha as mulheres jovens negras, elas são aquela parcela da população que já é ativa para a economia do País, mas é a que ganha menores salários. Então a gente vê aí que tem discriminação em relação a ser mulher, ao gênero e também discriminação em relação à raça, porque a gente sabe que,

historicamente, a população negra foi mais desvalorizada e teve menos acesso aos direitos na nossa sociedade, a gente precisa reverter isso. Então as mulheres negras se organizam e tem lutado contra essas discriminações, essas diferenças, junto com a luta das mulheres de forma geral.

Então quando a gente olha hoje a condição da mulher jovem, a gente tem desafios muito grandes que se cruzam com a questão racial, se cruzam com o lugar de moradia também. A gente sabe que os jovens, as jovens e também as trabalhadoras adultas que moram em regiões de periferia da cidade tem menos direito à cidade de acesso, de [ininteligível] do que as pessoas que moram mais nas regiões centrais. E a gente precisa reconhecer esse tipo de discriminação que recai também, e trazer as jovens para dizer o que elas pensam, o que elas querem, porque o fato da gente já ter muitas conquistas incorporadas, o nosso direito ao voto que minha avó não teve, o fato de a gente ter o direito de ir para o mercado de trabalho, o fato da gente poder negociar em uma relação com o parceiro se a gente quer ter relação ou não quer, isso muitas vezes as mulheres não tiveram o direito de fazer na nossa história e várias mulheres já lutaram para que a gente pudesse ter isso incorporado como natural. Então a pergunta é: quais são os novos direitos ou quais são aqueles direitos que ainda não estão totalmente garantidos e que a gente precisa discutir como algo que vai afetar especificamente as mulheres jovens e todas as mulheres?

Porque a luta das jovens é a luta das mulheres. As feministas, as mulheres que dedicaram suas vidas para que a gente tivesse todas essas oportunidades que a gente tem hoje, elas estavam lutando na verdade por todas as mulheres, a gente também quer os direitos das idosas, os direitos das mulheres que já completaram seu ciclo de vida produtiva e já deram sua contribuição para a sociedade e tem que ter o direito também de ter a sua fase de velhice saudável, feliz, usufruindo da cultura, da cidade, das suas relações e tudo mais. Então a gente falar de geração é a gente reconhecer que a cada etapa da vida existem especificidades que precisam ser olhadas para que os direitos sejam garantidos de forma integral.

As jovens fazem muitas questões, que acho que até seria legal se vocês no dia a dia da atuação das organizações que vocês estão... Vocês trabalham em ONGs, não é? Ou quem está atuando na escola, no Poder Público, que questões vocês percebem que hoje estão pegando mais para as meninas? Isso é legal da gente perceber, porque o mundo vai mudando, as novas tecnologias têm um impacto tremendo na vida das jovens hoje, o quanto as nossas relações já estão mediadas pelo *Facebook*, pelo celular, o quanto a gente toma decisões, às vezes termina o namoro por mensagem, quer dizer, tem muita coisa que está impactando a forma das pessoas se relacionarem, então as jovens têm muito a dizer sobre o que é ser mulher jovem hoje. Quando eu era jovem não é o que é ser uma

jovem hoje, então isso vai mudando, e está mudando muito rápido, mas questões como a [nome ininteligível] colocou, das diferenças que persistem, estão aí, e tem muita gente que finge que é paisagem. Paisagem é aquilo que faz parte da natureza, está lá, apareceu na paisagem. Mas não é, foi historicamente construído e a gente pode tentar desconstruir. Para isso que a gente fala dessas políticas específicas para as mulheres, é a gente abrir a janela das políticas sociais, seja na educação, no trabalho ou na cultura, e reconhecer que tem um grupo que não é tratado na sociedade de forma igual e, por isso, a gente precisa ter política específica, para corrigir essas desigualdades.

Enfim, eu adoraria ouvir vocês, sobre como vocês têm percebido quais são as demandas, quais são as questões que as jovens, que as mulheres têm vivido hoje em dia, porque para a gente é muito importante, a gente fez um seminário esse ano em parceria entre as duas secretarias, de mulheres e de juventude, que era o primeiro Seminário Nacional de Políticas Públicas para Mulheres Jovens, e vieram jovens de vários estados do País, de vários movimentos e trouxeram uma pauta delas. Falaram dos direitos sexuais e reprodutivos, falaram da questão da saúde, da violência, que a violência tem uma especificidade também quando ela acontece em relação às jovens, os dados de violência não é [nome ininteligível] mostram que nos homicídios contra as mulheres, em geral e em relação ao parceiro, é para depois de trinta anos e antes de trinta as meninas estão sofrendo muita violência. Além da violência doméstica, que ela é muito perversa por que expressa essa relação de poder do homem achar que é dono da mulher, mas também estão sofrendo muita violência urbana, como é aquela violência a qual os meninos são as maiores vítimas. Mas as meninas estão entrando também nessa condição de violência que antes afetava mais os homens. Tem crescido o número de meninas vítimas de violência para além da violência doméstica, que é essa violência perversa do homem achar que vale mais que a mulher e que a mulher é propriedade dele e isso precisa acabar.

Então muitas questões estão colocadas. O acesso à educação, como combinar a educação e trabalho, esse é um dilema, a gente está estudando, precisa trabalhar, aí sobra o serviço de casa para fazer, a mãe deixou o irmão mais novo para a gente cuidar. Como garantir que essa menina possa ter o seu desenvolvimento, realizar seus sonhos, diante de tantas tarefas que foram colocadas? E, não necessariamente a gente pediu para fazer, não é?

Então é um pouco isso que as jovens têm trazido no debate com a gente, no diálogo com a Secretaria Nacional de Juventude. E a gente se fortalece porque a Secretaria de Mulheres já existe e já tem uma política contra a violência bem consolidada em relação ao mercado de trabalho, que é a gente discutir com as diferentes políticas públicas na saúde, na educação, no trabalho, na cultura, na segurança pública,



no direito à cidade de forma geral. Porque a gente fala muito da mobilidade urbana, as jornadas de junho, julho, trouxeram isso muito forte, os jovens querem ter o direito à cidade, o direito de ir e vir, de circular, de se encontrar nos espaços públicos. E a gente sabe que a gente precisa falar: “Bom, ok, dessa política que você faz, por exemplo, na educação, não vamos tratar jovens só como um aluno, vamos considerar que ela é uma pessoa que tem uma história antes de chegar na escola, na hora em que ela acordou o que será que rolou com ela até ela chegar na escola? E o que acontece com ela quando ela sai da escola?”.

Vamos olhar esse jovem como sujeito, essa jovem na sua integralidade. Porque, muitas vezes, o espaço da escola considera só o aluno, tem que fazer aquilo daquele jeito, vamos trazer, vamos escutar. A escola tem que trazer mais escuta, porque a juventude tem respostas para uma escola melhor, mas ela, muitas vezes, ainda não foi escutada. Quantas vezes a gente fica de saco cheio de uma professora ou de um professor que não teve escuta? Está obvio que a gente quer uma forma mais legal de fazer, uma linguagem mais interessante, mas a gente ainda tem aquela relação de poder que não é de instituir autoridade – autoridade é importante no ambiente da escola –, mas a linguagem, a forma de reconhecer as identidades múltiplas da juventude precisam ser trazidas.

E aí, quando a gente fala das meninas e dos meninos, e também das meninas que tem uma orientação sexual diferente, das meninas que ficam com as meninas, dos meninos que ficam com os meninos, ou que ficam com meninos e meninas, os trans, que é questão de gênero também, dos meninos que se reconhecem como mulheres... Quer dizer, falar de gênero também é falar de uma série de possibilidades de ser, que a juventude tem trazido com mais naturalidade, com mais tranquilidade, e que ajuda as outras gerações a discutir isso de forma mais tranquila, mais aberta e com menos preconceito, com menos juízo de valor, “amos ser o que a gente quer ser”.

Então é uma grande contribuição geracional quando a juventude se coloca, é ouvida e é levada em conta. Eu acho que esse nosso trabalho no governo federal, junto com os nossos parceiros nos governos estaduais e municipais, quando a gente fala de áreas específicas de juventude, é reconhecer a juventude nas suas múltiplas expressões, reconhecer as mulheres jovens como sujeitos de direito que precisam de políticas específicas porque estão mais discriminadas em uma série de oportunidades na sociedade, e trazer os jovens para ajudar a gente a construir isso. Então é a gente parar também de falar e ouvir as pessoas jovens em relação ao que elas estão pensando sobre as políticas que tem na cidade e sobre outras coisas que também afetam a vida, porque fazer política pública também é isso que a Tatau estava dizendo, tem que vir da sociedade, para a gente incorporar e transformar como prioridade. O governo é como o feijão, funciona com panela de pressão, nisso a gente

reconhece a importância das manifestações de junho que foram fundamentais para a gente ampliar ainda mais o diálogo com os movimentos e também para nós.

Só para dar um exemplo de uma política que eu estou trabalhando agora e convidar vocês para amanhã: vai ter a roda de diálogo sobre o Plano Juventude Viva, que é o plano de enfrentamento à violência contra a juventude negra. A gente sabe que a juventude negra é a que mais sofre homicídio no nosso país, por assassinato, mais da metade de quem morre é jovem e, desses jovens que morrem, mais de 70% são jovens negros. As jovens negras também são afetadas por esse problema, mas a maioria dos que morrem são rapazes. O governo federal trabalha essa questão porque considera muito importante, mas porque os jovens se organizaram e trouxeram como prioridade número um das conferências de juventude. Então é uma primeira resposta para uma demanda que veio da sociedade. E as mulheres nos ensinam muito, porque o movimento de mulheres está aí há muito tempo trazendo esse alargamento da democracia. Porque ao aumentar a igualdade entre homens e mulheres, todo mundo ganha, os homens não perdem com as mulheres mais apropriadas, mais donas da vida, todo mundo ganha, porque mundo vai estar, no mínimo, mais feliz.

Então acho que é um pouco isso, a nossa reflexão, a nossa vivência e o nosso compromisso de continuar dialogando. Esse espaço para a gente é super legal, porque as organizações da sociedade civil tem essa relação bem direta com quem está no território, nas comunidades, nos bairros, trazendo questões que nem sempre a gente [ininteligível] do governo federal vai estar ali no dia a dia para conversar, mas as coisas tem que chegar, e chegar muito por vias das organizações da sociedade civil, que têm um papel importantíssimo nessa construção. É isso aí, não sei se alguém quer fazer um comentário... Amanhã é Juventude Viva, o Plano de Enfrentamento à Violência Contra a Juventude Negra, que vai ser ao meio dia.

### **Bianca dos Santos**

Bem interessante escutar as duas falando, muito obrigada mesmo. Acho que tem uma coisa interessante, que não tinha passado pela minha cabeça antes de vir para cá, ligar as duas coisas. Essa reflexão que a gente precisa sobre o papel da mulher, sobre a igualdade do gênero, para mim não é nem o papel da mulher, é igualdade de gênero, porque nós somos pessoas, nós não somos um ou outro, não é homem ou mulher, gay, lésbica, nós somos pessoas, não é negro, branco, acho que isso é uma mensagem que precisa ficar, entrar no dia a dia de todo mundo.

A gente fala de pessoas, e falar dos jovens, porque quando a gente está falando da desigualdade de gênero, a gente está falando mais do que políticas, mais do que leis que preveem ou não, é o que está na

cabeça das pessoas. Porque, por exemplo, quando você me perguntou se as meninas vão fazer curso de exatas, elas não vão fazer porque elas não podem, mas é porque é natural, é aquela paisagem, é natural, de que aquilo é algo mais masculino. Por que a pessoa não vai fazer engenharia e vai fazer enfermagem? Porque engenharia é de menino e enfermagem é de menina. E é engraçado, porque para mim isso nunca foi um quesito, a minha irmã, a minha mãe são engenheiras, eu sou economista, no meu dia a dia isso nunca foi um ponto. Mas, trabalhando com educação, quem quiser conhecer a ONG, a gente está aqui na frente [ininteligível] faz quatro anos que eu dou aula para crianças de seis ao nono ano, e conhecendo, você vê que, tudo bem, para mim não era, talvez por uma formação, pela educação que eu tive dentro de casa, porque sempre me possibilitaram escolher qualquer uma dessas coisas. Mas, na cabeça das outras pessoas, como que é isso dividido?

Não é por uma lei, é por uma cultura, é uma coisa histórica que já veio, que a gente separa sem questionar. E aí entra o jovem, porque o jovem questiona, depois passa uma época e a gente não questiona. Ainda estou no [ininteligível] dos jovens, eu ainda questiono algumas coisas, mas chega uma hora em que a gente não questiona mais. Então pegar esses assuntos e trazer para as pessoas questionarem assim, acho que uma das coisas que a gente faz muito em sala de aula é deixar que os nossos alunos que ainda são crianças, não são nem jovens, mas que eles falem no lugar de a gente ficar passando aquela mensagem, porque todo mundo tem aquele conhecimento, tem questionamentos, que, às vezes, se não colocar para fora, eles acabam dominados por uma mensagem que vem de fora. Então é muito interessante esse *link* entre as duas coisas, porque é mudando, aproveitando o questionamento do jovem hoje que talvez a gente consiga mudar essa desigualdade de gênero que hoje não é nem de política, ela é uma coisa intrínseca, uma coisa que nos pertence e a gente não percebe que ela existe. Bem legal, parabéns.

### **Fernanda Papa**

Eu vou pedir desculpas, que a gente vai ter que sair daqui a pouquinho porque o pessoal está lá na ONG, mas é daqui a pouco.

### **Interlocutor não identificado**

Não sei se [ininteligível], mas gostaria de saber como é que as políticas públicas de mulheres, juventude, têm enfrentado desafio do tráfico humano, que a principal vítima é a mulher?

### **Tatau Godinho**

Essa questão do tráfico de pessoas tem sido uma preocupação muito grande do governo. Nós temos políticas que lidam com dois aspectos principais do tráfico, porque nós temos o tráfico que é relacionado com crianças, que é o tráfico de crianças para adoção, ou até para

um tráfico em relação a órgãos humanos, e tem o tráfico de adultos, que aí é maior, prioritariamente as pessoas envolvidas são mulheres, para exploração sexual e para prostituição. Então são políticas um pouco diferentes, é claro, porque a forma como ele opera é diferente.

No caso de crianças, é a Secretaria de Direitos Humanos, principalmente junto com o Ministério da Justiça, que trata. A Polícia Federal se envolve muito para buscar identificar o que são redes, porque tem pontos aonde essas redes se organizam, ou são pontos relacionados à maternidade, ao hospital ou à área onde você tem crianças vulneráveis de famílias mais pobres. Normalmente, o que nós temos é uma ação mais direta da Polícia Federal para tentar identificar de que maneira esse tráfico existe vinculado também à área de controle de documentação nos aeroportos, porque é aonde sai. Mas tem outro problema grave na área do tráfico que envolve crianças (meninos e meninas) e mulheres, porque o tráfico de mulheres é, principalmente, para a exploração sexual e para a área da prostituição.

O Brasil é rota para alguns países europeus com mais força do que outros, que são Espanha, Portugal e Itália. E nós, inclusive, já desenvolvemos no Disque 180, que é o Serviço do Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência que a Secretaria de Política para as Mulheres tem, o Disque 180 internacional desses países. Vinculados a essa relação sempre tem que ser com o Ministério da Justiça e com a Polícia Federal, porque o tráfico em qualquer um dos casos, com criança ou adultos, é crime, tem que ser uma ação policial, tem que ser uma ação de apreensão. Há pouco tempo, eu não sei se vocês viram, chegou a sair inclusive no noticiário internacional, por meio do Disque 180 e uma ação da Polícia Federal, o governo federal desmontou uma rede grande de tráfico de mulheres, prostituição, porque foi uma mulher que saiu, telefonou, discou o Disque 180, conseguiu dar dica de onde estava, e aí a gente põe fora na Espanha, e a Polícia Federal vai atrás.

E existe também uma política importante no que a gente chama de áreas de fronteira seca, que são essas áreas, o Brasil com o Mato Grosso, Brasil com a Bolívia, que aí não é aeroporto, e que, às vezes, o controle é mais difícil, porque as cidades são fronteiriças, as pessoas moram um do lado do outro, mora aqui e faz compra no lado de lá, às vezes, é a mesma cidade que é dividida em alguns lugares. Então nós estamos junto com a Polícia Federal ampliando os Centros de Atendimento à Mulher nas áreas de fronteira, aí e o atendimento não é só para a violência doméstica, ele é muito mais voltado para a área do tráfico de pessoas.

Tem muitas políticas, e, às vezes, o fato é com a violência doméstica, o fato de a gente ter mais política pública, intervir, andar atrás, incentivar a denúncia, parece que está aumentando, não dá para a gente dizer que está aumentando, está aumentando a denúncia. O

fato é que tem uma quantidade grande de coisas que não apareciam, porque enquanto você não tem política pública que denuncia... É como a questão do racismo no Brasil, se ninguém denunciasse a discriminação contra os negros, por exemplo, na entrada dos edifícios, para entrar em uma boate, na entrada do banco, fica parecendo que aquilo não existe. Quando denuncia, começa a aparecer, mas é a forma de combater, não tem saída. É o que eu mencionei anteriormente, a gente não consegue atuar sobre aquilo que ninguém enxerga, sobre aquilo que não se vê, por isso que a denúncia é importante, os espaços de acolhimento são importantes. E vocês duas, nós queremos que vocês falem. Conta de onde que vocês vêm. [interlocutor fora do alcance do microfone] Tá bom, ela tem vergonha, então não tem problema, a gente conversa assim mesmo.

### **Interlocutor não identificado**

O que eu acho legal a gente comentar é isso da importância de cada vez mais ter mais iniciativas para as mulheres, para as mulheres em todas as gerações, pensar as crianças, mas pensar os adolescentes, as jovens, as mulheres adultas, as mulheres idosas, todas elas devem ter questões para o Poder Público, e é importante que essas questões cheguem para nós, para a gente poder ir trabalhando essas questões.

As mulheres negras estão com um papel bem legal, elas lançaram agora, na última Conferência de Igualdade Racial, que no ano que vem vai ter a Marcha Nacional das Mulheres Negras. O que significa isso? É uma grande jornada, elas vão, de fato, caminhar em Brasília, milhares de mulheres negras, mas envolve também uma grande negociação com várias áreas da sociedade para discutir o empoderamento, a importância de valorização de mulheres negras na sociedade. É muito legal, elas lançaram essa marcha, se vocês forem na Internet já está lá colocada, é muito bacana para a afirmação das mulheres negras que têm uma série de questões e de discriminações que as negras sofrem e que as não-negras não sofrem, e aí essa aliança solidária é super importante para a gente fazer avançar essa pauta. As meninas têm um papel bem importante nisso porque também vão trazendo questões que para as meninas hoje estão pegando mais. Então, é muito bacana para nós poder contar também com o debate da questão racial nessa discussão das políticas públicas. Vamos agradecer.

### **Tatau Godinho**

Obrigada a vocês. Nós estamos na Secretaria de Política para as Mulheres, se vocês quiserem conhecer o nosso trabalho o site da SPM é [www.spm.gov.br](http://www.spm.gov.br), lá a gente tem a descrição dos programas, as atuações que a gente faz e os contatos que a gente espera que vocês façam sempre que a gente puder ajudar para melhorar a situação das mulheres e da sociedade brasileira.

### **Sérgio**

Meu nome é Sérgio Brito, eu já trabalhei em várias coisas, entre as quais fotógrafo, cinegrafista, balconista, jardineiro, e eu escrevo algum rabisco, alguns poemas aí. Como eu sou sonhador, como a maioria das pessoas é sonhadora, eu achei que eu sou cineasta e juntando as escritas que eu faço e o fato de ir trabalhar como *freelancer*, com filmagem e fotografia, há alguns anos eu desenvolvi, e estou desenvolvendo ainda, um projeto sobre futebol feminino, e fiquei muito contente há uns três ou quatro anos quando o Santos Futebol Clube começou a incentivar um clube profissional, se não me engano, de futebol feminino. E dentro desse meu projeto de fazer um documentário ou um filme pequeno sobre sustentabilidade, esporte, mas usando o futebol feminino em um país onde é denominado o país do futebol eu vejo que as políticas públicas para o futebol... O Santos, no caso, é particular, mas as políticas públicas para o futebol feminino eu não sei como andam, mas, pelo menos, o que chega até nós, povão, é que não está muito disseminado. Aí eu gostaria de saber se existe alguma proposta das entidades aí representadas nessa direção, ou se existe também um clamor do povão, eu sou povão, eu estou falando. Se existem outras solicitações nesse sentido, para o incentivo ao futebol feminino oficialmente.

### **Tatau Godinho**

A Secretaria de Política para as Mulheres está, de fato, andando atrás disso. Tem uma solicitação muito grande das mulheres atletas a um reconhecimento delas e uma pressão correta de que a valorização do futebol feminino é muito menor. Esse ano nós conseguimos retomar o campeonato brasileiro de futebol feminino no segundo semestre, que é o chamado Brasileirão Feminino, que foi feito em meia rodada, meia rodada do ponto de vista de 32 competições, porque ele já começou atrasado. E há um patrocínio, ele só ocorreu por que houve um patrocínio importante da Caixa Econômica Federal.

E a SPM vem discutindo como o Ministério do Esporte a preocupação de fortalecer o esporte feminino com um todo, mas o futebol feminino com um destaque importante. Isso implica em que ações? Ações de ampliar o patrocínio para o futebol, para ter o futebol feminino mais profissionalizado, ter um calendário que pegue o ano todo, porque quando você não tem o calendário ano todo, as atletas não têm a dinâmica de possibilidades de terem o jogo como parte de um cotidiano maior. Há uma dificuldade grande, que você provavelmente imagina, se é que não tem certeza, que é conseguir a transmissão de televisão do futebol feminino. Houve um acordo com a Bandeirantes, para a Bandeirantes transmitir esse Brasileirão Feminino agora, mas ainda em horários pouco acessíveis à população. Um dos jogos é transmitido às três da tarde, o outro é transmitido muito tarde da noite, já em VT, não é ao vivo. Mas a gente tem feito um esforço para isso.

Foi uma pena que o Santos fechou a equipe profissional de futebol feminino. Uma das equipes importantes hoje é a do Vasco da Gama, e eu fico bastante orgulhosa de que a equipe do Vasco da Gama Feminina na verdade seja dirigida, mantida e organizada pelas Forças Armadas, por que é um investimento público de garantir que tenham o apoio, o treinamento. E a gente tem procurado dar esse incentivo para criar um calendário permanente, o calendário já se multiplicou muito, mas eu sei que ainda tem muito caminho a andar.

O governo tem essa política da Bolsa Atleta, que também estamos discutindo com o Ministério de ter um incentivo grande para as mulheres do Bolsa Atleta porque é como você disse, tem que romper o preconceito, o Brasil tem uma equipe, uma seleção ótima de futebol feminino, mas na garra, só na garra das meninas que jogam, porque a maioria delas trabalha em outra coisa, e aí só treina na época específica, na época das competições, o que tornam muito mais difíceis as possibilidades. Eu te digo que eu não acho que é suficiente, mas a gente está andando atrás e temos tentando melhorar o incentivo ao futebol feminino.

### **Bianca dos Santos**

Obrigada pela sua colocação, nosso cineasta, obrigada pela presença de vocês. A Secretaria Nacional de Juventude também fica à disposição, o nosso site é [www.juventude.gov.br](http://www.juventude.gov.br), convidar vocês para conhecer o Programa Estação Juventude, que está chegando a São Paulo na nossa parceria com a Prefeitura, vai ter um lá no Centro Cultural da Juventude na Cachoeirinha, se não me engano, e também vai ter uma Estação Juventude Itinerante, que vai circular por vários dos bairros, que são os bairros do Juventude Viva. Então, em breve, a gente vai estar mais perto de vocês com essa política do Governo Federal para juventude. Obrigada, até os próximos debates aqui.

### **Roda de conversa: Voluntariado na Copa do Mundo e o Programa Brasil Voluntário**

#### **Participantes:**

**Aline Gonçalves de Souza** - Assessora da Secretaria-Geral da Presidência da República

**Leonardo Dalla** - Assessor de Comunicação do Ministério do Esporte

#### **Aline Gonçalves**

Bem vindos. Meu nome é Aline, trabalho na Secretaria-Geral da Presidência da República, essa aqui é uma roda de conversa sobre o voluntariado na Copa do Mundo. Acho que seria legal cada um se

apresentar, depois a gente passa a palavra para o Leonardo, do Ministério do Esporte, que é assessor e vai fazer a apresentação. Depois a gente faz a roda de conversa.

### **João**

Oi, boa tarde, meu nome é João, eu sou colega do André, a gente trabalha no [ininteligível] que é uma plataforma social que conecta homens e voluntários e o tema voluntariado interessa bastante a gente.

### **André**

Bom, meu nome é André, assim como o João eu trabalho no [ininteligível] e acho que a gente quer ouvir um pouco do que tem a dizer da Copa do Mundo, acho que tem outros desafios aí além da Copado Mundo, tem as Olimpíadas, então a gente quer entender um pouco do que está sendo feito e o que vai ser feito também para os próximos eventos.

### **Taíse**

Boa tarde, meu nome é Taíse, eu faço parte da ONG *International [ininteligível] Brazil* que é a Comunhão Internacional dos Jovens, em português, e nós trabalhamos com jovens voluntários e o tema voluntariado nos interessa.

### **Marcela**

Boa tarde, meu nome é Marcela, assim como a Taíse disse, a gente está bem interessado nesse tema voluntários, então é por isso que a gente está aqui.

### **Gisene**

Boa tarde, meu nome é Gisene, é a primeira vez que eu venho como voluntária, vim com elas, então eu estou conhecendo ainda no que eu posso ajudar em outras áreas de voluntariado, então estou meio perdida.

### **Fernando**

Bom, eu sou Fernando, eu sou voluntário aqui no [ininteligível], que é uma instituição 100% voluntária e a gente dá aula de matemática, dança, esportes...

### **Raquel**

Olá, eu sou Raquel, eu sou voluntária do [ininteligível] também, a gente está aqui para entender como que está sendo esse Programa Brasil Voluntário, conhecer um pouco mais, poder discutir programas diferentes.

### **Sandra**



Meu nome é Sandra, eu da ONG Instituto Memórias do Brasil.

### **Carlos Roberto**

Boa tarde, meu nome é Carlos Roberto, também do Instituto Memórias do Brasil, fotógrafo.

### **Manolo**

Meu nome é Manolo, eu sou vereador em Bananal, uma cidade muito próxima do Rio de Janeiro, onde vai ter uma das sedes da Copa, e o tema interessa.

### **Priscilla**

Meu nome é Priscilla, psicóloga, trabalho em uma empresa na área de recursos humanos e a gente está procurando conhecer um pouquinho mais sobre o trabalho voluntário, a gente pretende montar um grupo, então vim aqui para conhecer.

### **Leonardo Dalla**

Bom, boa tarde a todos, meu nome é Leonardo, eu sou assessor no Ministério do Esporte e vou falar um pouquinho sobre a nossa experiência na Copa das Confederações, e dar uma leve perspectiva sobre o que a gente quer para a Copa do Mundo.

Bom, pensando no tema aqui do governo federal – Participação Social é Método de Governar –, a gente pensa que tem tudo a ver com nosso objetivo, que é trazer a participação da sociedade para o projeto de voluntariado da Copa do Mundo. Como é que a sociedade pode participar de uma forma ativa em um evento tão grande como a Copa do Mundo? Eu acho que mais do que a gente participar ali torcendo e vibrando, a gente pode participar também ajudando na realização desse evento.

Uma coisa que eu ouvi na Copa das Confederações de uma pessoa que me gravou muito, foi entrevistando algumas pessoas na rua, perguntei: “qual a importância do voluntário para você?”. Eles falaram: “bom, pra mim ele me ajuda”. Era uma vendedora de rua, enfim ela vendia, se não me engano, acarajé. Ela falou: “pra mim é muito importante, porque se ele recebe bem o turista, o turista vem, ele não sabe que ele está me ajudando, mas se alguém perguntar ‘onde é que eu posso comer?’, e ele me indicar, já é uma ajuda.” Então, indiretamente, de alguma maneira você está ajudando a sua comunidade, a sua cidade, o seu estado e o seu país.

Então eu vou responder bem rapidamente às perguntas. O que é o programa? O Brasil Voluntário é um programa do governo federal para a Copa das Confederações e Copa do Mundo gerido pelo Ministério do Esporte. Esse programa tem como objetivo integrar o

programa de voluntariado da FIFA, trazendo mais voluntários para esses megaeventos esportivos. Quem pode participar? Qualquer pessoa acima de 18 anos, fez 18 anos já pode participar do programa. Não é necessário ter nenhum tipo de formação específica, não é necessário falar outro idioma, a gente está falando em Copa do Mundo, “ah, mas eu não sei falar inglês”, é desejável, seria melhor, mas não é nada crucial para participar. E quem são os nossos voluntários? Qualquer pessoa. A gente tem voluntário de cinquenta anos, de sessenta, de setenta anos de idade, e a gente tem voluntários de dezenove anos, universitários. Em Brasília, por exemplo, a gente teve um médico cirurgião que ficou na rodoviária indicando o pessoal para sair do metrô e falando onde era o estádio.

Então qualquer pessoa realmente pode participar. Onde é que eles atuam? Vou tentar resumir, eu acho que em três áreas: aeroporto, entorno, ao redor do estádio, pontos de mobilidade urbana e pontos de fluxo, que são, por exemplo, se a gente tem um ponto de fluxo muito forte como uma rodoviária ou um shopping center, esse voluntário vai estar lá para ajudar. O aeroporto, muito óbvio, chegando milhões de turistas aqui no Brasil a gente vai precisar de gente ali para receber, para orientar, e no entorno do estádio indicando os portões, recebendo a galera e ajudando na saída do estádio.

E o que buscam os voluntários? É interessante a gente fazer essa pergunta: por que a pessoa vai se voluntariar num evento esportivo? Se a gente fizer essa pergunta para essas pessoas que estão se voluntariando, e a gente fez, a resposta da maioria deles é ajudar, é doar tempo, é participar e ajudar o País a realizar um bom evento. E o que eles ganham? Fora o que a lei permite, o que a lei obriga a gente a fazer, o Ministério fornece transporte dentro da cidade-sede, alimentação e certificado de participação, além de um seguro de vida. A gente tem dois cursos, um virtual e um presencial, e todos eles certificados pela Universidade de Brasília, então esses são os benefícios diretos. Quais são os benefícios indiretos? Ele vai ganhar experiência, ele pode incluir no currículo, ele vai ganhar os certificados da Universidade de Brasília. E aí a gente para e pensa que, de repente, uma pessoa sem muito estudo ou que não teve, por algum motivo, acesso à Universidade, é o primeiro diploma que ele tem certificado por uma universidade e, enfim, os benefícios, se eu for falar aqui, vai tomar a tarde toda, são muitos.

A nossa experiência na Copa das Confederações foi da seguinte forma: em fevereiro de 2013 foi feito o lançamento, a nossa previsão era que durante todo o período de inscrições a gente alcançasse, mais ou menos, sete mil pessoas, e em sete horas foram 10 mil pessoas e, se não me engano, em 21 dias de período de inscrições a gente chegou ao número de quarenta mil pessoas inscritas, o que para a gente foi uma surpresa, até porque não houve nenhum tipo de divulgação publicitária, nossa maior divulgação foi parte dela na

imprensa. Então a gente conseguiu chegar a esse número, sendo que, desses quarenta mil, 458 eram de outros países, a maior parte deles argentinos. 12.733 foram selecionados para o treinamento virtual e, desses, cinco mil passaram para o treinamento presencial que aconteceu em cada uma das cidades-sedes por quatro finais de semana.

O que a gente passou nesses treinamentos? Hospitalidade e acolhimento, algumas noções de turismo voltadas especificamente para as cidades, segurança e primeiros socorros, e foi, basicamente, isso. E 4.270 convocados para atuar na Copa das Confederações, e a gente fala um pouquinho sobre quando a gente lançou o programa. A gente tinha um portal e veio com uma ideia de criar uma rede social para o pessoal se comunicar. Foi uma experiência muito boa, foi uma experiência muito válida e, para vocês terem uma ideia, não sei se está aqui, a gente criou grupos, fóruns de grupos, lá dentro, para as pessoas discutirem dentro das suas cidades-sede, e no período de quatro, cinco meses eles fizeram mais ou menos 8.600 publicações. A gente recebeu dezoito mil comentários, mais de dezesseis mil imagens foram compartilhadas na nossa rede e a gente recebeu como demanda de dúvidas e inscrições sete mil e-mails, praticamente.

Nosso portal dava as notícias relacionadas ao voluntariado. A ideia era manter todo mundo sempre muito bem informado, não só sobre o programa, mas sobre o que estava acontecendo no Brasil em torno do voluntariado, então a gente foi não só na cobertura da Copa, mas antes, por exemplo, a gente entrevistou o coordenador de voluntariado dos Jogos Olímpicos de Londres, a gente entrevistou o coordenador do voluntariado na África do Sul para trazer essa experiência para os nossos voluntários, então nosso portal trazia essas notícias, e na rede social a gente fazia postagens e algumas ações de engajamento, como, por exemplo, “envie uma foto sua e a gente publica na nossa rede” e o pessoal compartilhava. A gente teve uma boa repercussão, os principais veículos de comunicação passaram as informações, cobriram, entrevistaram os nossos voluntários, e aí não posso deixar de destacar que no lançamento a gente teve o Jornal Hoje, por exemplo, Jornal Nacional, e regionalmente a gente teve diversos jornais, diversos veículos regionais que também fizeram a cobertura desse programa.

E aí, algumas imagens dos nossos voluntários. Aquela pergunta: quem são os nossos voluntários? São eles. Essa aqui é uma imagem no treinamento em Salvador. No treinamento presencial, uma dúvida, um medo que a gente tinha antes de começar o treinamento era: mas e aí, como é que vai ser? Será o que o cara vai se disponibilizar em quatro sábados à tarde para uma universidade, sair da cidade dele, da casa dele para ir fazer o treinamento? E eles foram e está aí um pouco da animação do pessoal em um sábado à tarde fazendo esse treinamento. Aqui, em Salvador também, o pessoal atuando já, aqui é

no Rio de Janeiro e aqui é em Brasília. Eu vou pedir para passar três vídeos para vocês, são três vídeos curtos, o primeiro é esse aqui, mostrando um pouquinho de como foi o treinamento virtual, [ininteligível] dos voluntários, o segundo é sobre a atuação no Rio de Janeiro, a gente fez um vídeo para cada cidade e eu peguei o Rio de Janeiro e depois o agradecimento da população de Salvador para os voluntários.

## **[Vídeos]**

### **Leonardo Dalla**

Bom, esse é um pouquinho do trabalho que a gente desenvolveu com eles. Vocês sabem que a Copa das Confederações serve como um evento teste no país, para que a gente possa fazer um evento melhor posteriormente. E a gente consegue avaliar o Brasil Voluntário como um sucesso, porque você contar com participação brasileira sem tanta divulgação, para gente foi muito importante.

Eu vou passar rapidamente agora um pouco sobre as perspectivas do programa para a Copa do Mundo. A gente vai lançar esse portal, está em fase de desenvolvimento ainda, está em fase de finalização, e esse aqui é o nosso novo portal, com algumas informações básicas aqui em cima, as principais notícias, as notícias em destaque, um algum de fotos e um álbum de vídeos. Aqui o voluntário vai poder se cadastrar, ele acessa o cadastro no nosso portal. A gente criou o Brasil Voluntário Responde, a nossa experiência mostrou que quase ninguém lia o FAQ, perguntas frequentes, mas que eles acessavam o Brasil Voluntário Responde para saber e tirar as principais dúvidas, então eles mandam as dúvidas deles para a gente e a gente responde e publica no portal. E o nosso *Twitter*, a ideia é que esse novo *site* seja completamente integrado com as redes sociais do Ministério dos Esportes e do Portal da Copa, e aí que a gente tenha para a Copa do Mundo uma presença mais forte no *Facebook*, no *Twitter*, e para que a gente consiga conversar melhor com todo mundo que vai participar. A gente tem a nossa página de notícias, os serviços que a gente prestar aos voluntários, fotos, vídeos, cadastro e essa interação com as redes.

Cada cidade-sede vai ter um *hotsite* específico para ela. Isso é importante para o voluntário de cada cidade-sede saber o que está acontecendo na cidade dele, se manter informado, poder se ver lá dentro, então é um atalho, de alguma maneira é uma forma de a gente disseminar também as notícias das cidades-sedes, das secopas, para os voluntários. Essa é, mais ou menos, como a página vai ficar, a gente escolheu São Paulo para ficar aqui e a gente vai ter informações sobre as cidades, sobre o estádio, voluntariado e Copa do Mundo, aeroporto, notícias, imagens de vídeos dessa cidade especificamente, então tudo que for de São Paulo vai estar nesse *hotsite*. Vocês percebem que o cadastro e o Brasil Voluntário Responde permanecem aqui com essa interação. Além disso, a gente

criou essa nova forma de comunicação com eles, que é enviar um informativo semanal com as principais informações do programa e das cidades-sede, e ele vai poder se ver lá.

Vou falar um pouquinho sobre as nossas redes, do Copagov nós temos 65 mil pessoas, esse número já está maior, 24 mil seguidores no *Twitter*, seiscentos mil no *Google Plus*, quase dois mil no *Instagram* e 2.665 inscritos no *Youtub*, com mais de 1 milhão de visualizações no canal. No Ministério do Esporte a gente tem 43 mil pessoas no *Facebook*, 24.400 no *Twitter*, 704 no *Google Plus*, 942 no *Instagram* e 507 no *Youtube*, com quase 230 mil visualizações no *Youtube*. Por que a gente está mostrando isso? Porque a gente acredita muito na força da rede social, a gente percebeu que a nossa rede deu certo, mas que a gente precisava ter uma força maior nas outras redes sociais, as redes mais tradicionais: Facebook, Twitter, Instagram, Google Plus. É onde todo mundo está e é onde a gente precisa estar também.

E é isso, esses são os nossos contatos, se vocês quiserem anotar, o Jaderson é o nosso gerente diretor, Ana Clara é nossa coordenadora, eu e a Maria Carolina. Só para dar mais uma finalizada sobre a apresentação, para a Copa do Mundo de 2014 a gente ainda não está divulgando a data de lançamento, a gente ainda está na fase de fechamento disso, mas em breve a gente vai selecionar aí milhares de pessoas para atuar dessa vez nas doze cidades-sedes. Obrigado.

E agora a gente pode abrir conversa, se vocês tiverem alguma dúvida, quiserem conversar, perguntar alguma coisa sobre o programa... Alguém quer falar alguma coisa?

### **Interlocutor não Identificado**

Eu sei que é meio chato perguntar isso, mas eu queria ouvir o que rolou de BO, de reclamação, acharam ruim, o que podiam melhorar, esse tipo de coisa, meio chata de perguntar mesmo.

### **Leonardo Dalla**

Na Copa das Confederações a gente teve algumas reclamações, mas que envolveram a parte sistemática do programa de tecnologia de informação. A gente teve alguns problemas com o acesso ao treinamento virtual, e essas foram as nossas maiores reclamações. Fora isso, a gente sabe que sempre vai ter, quando você trabalha com um grande número de pessoas, seja governo ou uma ONG, você sempre vai ter alguém reclamando, a gente sabe disso, mas o nosso objetivo é sempre fazer um atendimento muito direto e prestar as informações básicas e completas para o voluntário. Então qualquer demanda que tenha surgido para a gente, a gente tentou responder para eles, e qualquer reclamação “ah eu não consigo encontrar o meu ponto de atuação”, a gente tentou ajudar, a gente tentou responder. Para ajudar o voluntário a se localizar e para criar um atendimento, a

gente criou a Casa do Voluntário, na época, que vai se repetir agora com Central do Voluntariado, e era um espaço onde ele não só retirava os kits, o transporte, o uniforme, mas era um espaço que ele podia ir depois para tirar alguma dúvida, para descansar. Reclamações a gente teve, mas eu acho que a gente conseguiu, modéstia à parte, suprir essas reclamações.

### **Interlocutor não Identificado**

Eu queria entender um pouquinho como é que é feita a seleção desses voluntários, que características vocês levam em consideração, região, idade, conhecimento, ou se isso é tipo um sorteio, queria entender um pouquinho.

### **Leonardo Dalla**

Bom, para se inscrever, qualquer pessoa pode. Fez 18 anos, pode participar do programa. É desejável, mas não é obrigatório conhecimento em outro idioma, em especial inglês e espanhol porque, enfim, a gente está na América Latina e a gente acredita que vai ter uma quantidade muito grande de latino-americanos. Então, 18 anos, é desejável conhecimentos outros idiomas, e boa vontade. Quem pode participar em termos geográficos? Qualquer pessoa do mundo inteiro. Falando um pouco do Brasil, se você mora na cidade de interior de Minas Gerais, mas você que ir para Belo Horizonte, você pode participar, não tem problema nenhum, só que a gente não fornece o transporte interestadual ou intermunicipal ou internacional. O que a gente oferece é o transporte dentro da cidade-sede.

No processo seletivo vai ser levando em conta, a gente vai abrir para inscrições, o voluntário depois que se inscrever vai ser chamado para um treinamento virtual, depois um treinamento presencial e aí para atuar. E a gente vai não só verificar o rendimento dele nos treinamentos, mas tudo o que envolve, por exemplo, um voluntário que tem experiência, “ah eu já trabalhei já fiz, já atuei na Copa do Mundo da África do Sul”, a gente vai dar preferência para essa pessoa porque ela já tem uma experiência nesse tipo de evento. Mas qualquer pessoa pode participar. Por exemplo, se a gente tiver em Manaus e não tiver ninguém com experiência em voluntariado ou não souber, não tem problema, pode participar, e a gente quer mesmo que todo mundo se inscreva, para a gente poder ter o maior número de pessoas possível.

Bom, acho que é isso, se vocês quiserem conversar mais eu estou à disposição. É uma roda de conversa para gente trocar um pouco ideia, vocês falarem talvez um pouquinho do programa de vocês, e como é que a gente pode interagir. Um dos objetivos do Brasil Voluntário é ter essa participação com as ONGs, com qualquer organização que queira participar e venha falar com a gente e queira inscrever as pessoas que trabalharão com vocês.

## **Interlocutor não Identificado**

Como é a integração do Brasil Voluntário com as Olimpíadas? Não está incluso ainda? Não está previsto?

### **Leonardo Dalla**

Essa é uma conversa que acho que é mais para frente, a gente agora está focado muito na Copa do Mundo, e para as Olimpíadas eu não sei te dizer. A ideia é que o programa continue, mas isso é uma conversa entre governo, estado, município que precisa ser verificado depois da Copa do Mundo. Nosso foco agora é a Copa do Mundo, e aí depois disso a gente começa a pensar no voluntariado para as Olimpíadas.

### **Manolo**

E queria saber se existe alguma forma de recompensa para o voluntário que não seja só passar a mão na cabeça dele e dar um vídeo aí, não sei. Tem muita gente ganhando com a Copa eu queria entender como que o voluntário é visto pela organização do evento.

### **Leonardo Dalla**

A Lei do Voluntariado permite que o voluntário trabalhe quatro horas por dia, acho que a maioria de vocês aqui deve saber, permite que ele trabalhe quatro horas por dia, e algumas coisas a gente precisa oferecer, como eu tinha falado, a gente dá transporte, dá alimentação. E uma forma que a gente viu de dar, não dizer como um prêmio, porque não é um prêmio, esse ele ganha porque ele fez, mas uma forma que a gente tentou fazer para que ele saísse com alguma coisa fora a experiência foram os certificados da Universidade de Brasília, os cursos que eles recebem. A gente conversou com profissionais da área de recursos humanos e são cursos que podem ser aproveitados posteriormente para o currículo profissional. Então, por exemplo, hospitalidade e acolhimento: é um curso que pode ser colocado no currículo, certificado pela Universidade de Brasília, e ele pode levar isso mais para frente, para uma entrevista de emprego, e falar que trabalhou com isso para, por exemplo, tentar uma vaga na recepção, ou tentar uma vaga em outro evento. Então esses certificados foram uma forma que o Ministério viu como benefício. Ele vai se esforçar tanto, ele vai estudar, ele vai participar e tudo, então por que não dar esse certificado? Então essa é a forma que a gente viu de beneficiá-lo de alguma forma.

Mais alguém? Bom, obrigado. Aqui estão todos os nossos contatos, se vocês tiverem qualquer dúvida, pode mandar para a gente o e-mail, entrem em contato com a gente por telefone, e a gente vai estar disponível para ajudar vocês. Obrigado.

### **Aline Gonçalves**

Obrigada. Pessoal, a programação tem várias outras rodas de conversas que ainda acontecem hoje. Vamos começar Agroecologia e Alimentação Saudável e Plano Brasil Agroecológico, os palestrantes estão aqui, então se vocês quiserem continuar acho que vale à pena, lembrando que a gente está transmitindo tudo online, então depois também procurem lá no site do Participatório, dá para puxar o vídeo: [participatorio.juventude.gov.br](http://participatorio.juventude.gov.br). Fiquem de olho na programação, a gente está aqui até amanhã na feira. Quero agradecer a participação de todos aqui, obrigada.

## **Roda de conversa: Agroecologia e Alimentação Saudável e Plano Brasil Agroecológico**

### **Participantes:**

**Selvino Heck** – Assessor especial da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República

**Daniela Prado** – Coordenadora Geral de Apoio à Estruturação da Produção Familiar do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**Gisele Bortolini** – Analista Técnico de Políticas Sociais da Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde

**Onaur Ruano** – Chefe de gabinete da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário

### **Selvino Heck**

Boa Tarde. Nós vamos começar então a roda de conversa, o título que vocês têm aqui: Agroecologia e Alimentação Saudável e Plano Brasil Agroecológico. Estamos em três aqui: eu, Ruano e a Daniela – depois a gente se apresenta um pouco melhor – e a Gisele do Ministério da Saúde. E, para começar, a gente vai passar um vídeo rápido que apresenta o início do que foi apresentado no lançamento do Brasil Agroecológico do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, pela presidenta Dilma agora na metade de outubro.

## **[Vídeo Brasil Agroecológico - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo)]**

### **Selvino Heck**

Como é uma roda de conversa, em primeiro lugar a gente agradece a presença de todas e todos vocês. Sou da Secretaria-Geral da



Presidência da República, sou Secretário Executivo da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e nós vamos conversar rapidamente aqui um pouco sobre o que é o plano, enfim, temos áreas diferentes aqui, se apresentem.

### **Gisele Bortolini**

Eu sou Gisele, eu sou nutricionista, trabalho no Ministério da Saúde na Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição. Estou aqui para conversar um pouco com vocês sobre essa temática também.

### **Daniela Prado**

Boa Tarde, eu sou Daniela Prado, eu sou representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e de uma secretaria que trabalha com uma temática de segurança alimentar e nutricional e estou aqui para colaborar também nesse debate.

### **Onaur Ruano**

Boa tarde, eu sou Ruano, trabalho no Ministério do Desenvolvimento Agrário na Secretaria da Agricultura Familiar e esses ministérios são ministérios que participaram também desse processo de construção desse plano e a ideia é conversar hoje com vocês e ficar à disposição depois para perguntas.

### **Selvino Heck**

Começaria dizendo o seguinte: nessa semana, o Jornal Zero Hora do Rio Grande do Sul, que é minha terra, o Rio Grande do Sul, lá aconteceu o Congresso Brasileiro de Agroecologia, quatro mil e tantos participantes de segunda até ontem no final da tarde, o jornal, na segunda feira teve esta manchete: “o uso de veneno cresce três vezes mais do que lavoura. Em cinco anos a área plantada aumentou 6%, enquanto a venda de agrotóxicos subiu 22% no país”. Gaúchos e gaúchas utilizam quase o dobro da média nacional e são duas manchetes aqui, esta aqui do mesmo jornal, domingo: “Venenos ilegais que contaminam o que você come. Zero Hora flagrou a livre negociação pela Internet de agrotóxicos proibidos no estado e em seus países de origem. Entre os cinquenta tipos de agrotóxicos mais utilizados nas lavouras brasileiras, 22 são proibidos na União Europeia”. E, por fim, nessa citação, o que tem isso a ver conosco? Com a nossa vida? “O excesso e o descontrole no uso de agrotóxicos geram consequências que ultrapassam os limites do campo.”

Não é um problema apenas de quem mora no interior ou no campo, ameaçam o excesso e o descontrole, ameaçam a qualidade da água, inclusive é distribuída à população urbana e assim vai embora. Tudo para dizer, como foi apresentado para quem viu o vídeo, que o fato de se lançar o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

que a Presidenta Dilma lançou é exatamente por que nós hoje no mundo e no Brasil cada vez mais precisamos pensar, e aí depois quem está aqui do meu lado vai falar mais alguns detalhes a mais, pensaram muito mais profundamente na qualidade de vida que nós temos. Aquilo que nós comemos é uma alimentação adequada e saudável? E para isso esse plano nacional lançado pela Presidenta Dilma, a partir de uma política nacional, ele coloca um conjunto de elementos que depois o Ruano vai aprofundar um pouco. Mas, como é que a gente poderia ter, e que medidas, que ações e que iniciativas a gente pode e deve ter para ter uma alimentação adequada e saudável? Sem venenos, sem agrotóxicos e, portanto, em uma política nacional de agroecologia e produção orgânica? Para isso, a Presidenta Dilma criou uma câmara interministerial formada por dez Ministérios, e essa câmara interministerial articula as ações do Governo Federal, e uma comissão nacional que está lá no Ministério do Desenvolvimento Agrário e uma Comissão Nacional de Agroecologia, que é integrada por catorze órgãos de governo e catorze representações da sociedade civil, todos os principais movimentos sociais do campo, redes e articulações como a Articulação Nacional de Agroecologia, Associação Brasileira de Agroecologia, fazem parte dessa comissão nacional.

Essa semana teve o Congresso Brasileiro de Agroecologia no Rio Grande do Sul, com mais de quatro mil participantes, que fez exatamente esse debate do que é e deve ser uma política de agroecologia e produção orgânica que também não é apenas a gente vai comer estes ou aqueles alimentos adequados ao cidadão, é mais do que isso, é pensar que tipo de valores que a gente quer, que tipo de sociedade, que tipo de economia que a gente quer, como é que a gente quer a produção? Leonardo Boff, que estava lá disse exatamente isso, que a agroecologia envolve, por exemplo, a cooperação, envolve, por exemplo, fazer coletivo, envolve, por exemplo, a solidariedade, portanto é uma visão de mundo que está atrás e vem junto da agroecologia. Inclusive, pouco teve aqui uma oficina sobre o voluntariado na Copa, nós estamos também em uma copa orgânica com o conjunto de medidas [interferência sonora] que a gente possa durante [interferência sonora] a Copa do Mundo e que tenha continuidade depois, possam também fazer com que a população, os consumidores tenham uma visão do que se pode e se deve comer e, portanto, isso perpassa as escolas, perpassa toda a questão da saúde e assim por diante.

Por fim, depois eu passo aqui para quem está na roda, ano que vem é o ano da agricultura familiar declarado pela ONU, portanto é um ano mais do que propício para a gente fazer mais profundamente esse debate, implementar essas ações e fazer com que o conjunto da população... Não interessa apenas para quem planta e produz, interessa também tanto ou mais para quem é consumidor, quem mora nas cidades ter as condições de ter uma alimentação adequada e saudável, isso tem a ver com o meio ambiente, isso tem a ver com

a saúde, isso tem a ver com a produção, isso tem a ver com a educação enfim, tem a ver com o conjunto das dimensões da vida humana. Então essa é uma primeira apresentação rápida, porque está lançando, governo e sociedade sempre articulados, trabalhando juntos com o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, o Brasil Agroecológico, que agora o Ruano vai dar alguns detalhes a mais e fazer algumas considerações a mais.

### **Onaur Ruano**

Pessoal, tem alguém aqui da agricultura ou que tem relação com a agricultura? Todos Urbanos? Tá. Tem relação com a agricultura?

### **Interlocutor não identificado**

Relação eu não tenho, só que eu sou de uma cidade no extremo leste do estado de São Paulo e eu estou vendo aqui dez anos do PAA, agora isso é novidade lá porque não sei se vocês sabem, no estado de São Paulo é muito difícil entrarem as políticas do Governo Federal, então agora como vereador lá, e eu pertencço ao PT, nós estamos tentando levar para lá, iniciar agora o projeto da agricultura familiar, então por isso que eu estou participando dessa.

### **Onaur Ruano**

Eu fiz essa pergunta, não é mera curiosidade, é para a gente também calibrar um pouquinho o tipo de informação que a gente coloca, quando o público é de agricultores, de técnicos da área da agricultura, a gente faz uma abordagem mais do ponto de vista técnico da organização desse trabalho, com o público que é um muito mais consumidor de alimentos do que produtor de alimentos e que tem uma visão de conservação, de meio ambiente e tal, diferenciada daquele que está lá no campo, a gente faz também uma abordagem aqui como é uma roda de conversa, sem entrar em nenhum aspecto técnico por que não é o objetivo dessa conversa.

Quando o Selvino coloca que o plano foi construído em uma articulação de dez Ministérios, na verdade eu queria trazer um pouco para vocês o que é a nossa compreensão de plano, de um plano nacional, nesse caso o plano de agroecologia. Nós temos um plano nacional de segurança alimentar e nutricional, temos um plano nacional agora de agroecologia e produção orgânica, estamos agora começando a elaborar um plano de desenvolvimento rural sustentável e solidário, enfim, o plano nacional é todo de ações que existem dentro do governo, uma maneira de que, tanto aquele que é o responsável pela política, que é o gestor, que está lá no governo como gestor da política, assim como a sociedade, possa enxergar claramente o que é que existe de investimento e de propostas para aquele tema. No caso aqui nós estamos falando da agroecologia.

Pelo filme que passou no início, acho que foi possível ter uma síntese de quais são as preocupações que estão colocadas na agroecologia.

Uma é a segurança de quem está produzindo alimento, esses exemplos aqui que vem da utilização de agrotóxicos de uma forma completamente exagerada na quantidade e ainda utilização de produtos agrotóxicos que são proibidos em outros países, eventualmente até aqui no Brasil, e que entram clandestinamente como contrabando para serem utilizados para controlar pragas e doenças na lavoura contaminam o meio ambiente, contaminam as pessoas que estão trabalhando ali na lavoura produzindo esse alimento e, por consequência, vai nos contaminar na cidade também, quando a gente adquirir esses alimentos e levar para casa e botar na mesa para comer na mesa da nossa família.

A agricultura familiar é responsável por mais de 70% de todo alimento que tem hoje na mesa do brasileiro, não é pouca coisa. O agronegócio é importante como uma estrutura econômica no Brasil, mas ele é importante na exportação, na balança de pagamentos, mas na alimentação mesmo do brasileiro é a agricultura familiar que é responsável por mais de 70% do alimento que nós comemos hoje, todo dia, em todas as famílias do Brasil. O Plano volta para esse agricultor familiar, ele traz ações e iniciativas para quem produz alimentos, mas traz também proteção e alimento saudável para quem consome o alimento, seja no campo, seja na cidade. Depois nós vamos ouvir um pouquinho sobre alimentação adequada e saudável, mas eu queria só dizer que essa é uma preocupação central do plano.

Selvino fez a referência a uma política nacional de agroecologia e produção orgânica, a política nada mais é do que uma definição de diretrizes de como é que devem ser as ações do governo e da sociedade para que ela tenha a temática específica, no caso aqui nós estamos falando de agroecologia. Existem lá sete diretrizes, as diretrizes por si só, como a própria palavra diretriz tem na sua etimologia, ela aponta direções, então a baixa ou não utilização de agrotóxicos deve ser um direcionamento da política da produção de alimentos, o processo de comercialização justa e solidária é uma diretriz de como é que deve ser a comercialização de alimentos. As compras governamentais que você fez referência do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, a Daniela vai falar um pouco depois sobre esse programa que é importante em fazer com que o investimento na agricultura familiar venha para a cidade e para aquele que precisa ter alimento e ter segurança alimentar nutricional.

Então essas diretrizes todas que estão colocadas na política, todos os Ministérios, todos os órgãos de governo seguem a diretriz, só que seguem a diretriz de uma forma esparsa. O ministério, às vezes, não sabe o que o outro Ministério está fazendo na mesma diretriz, em um governo amplo como é o nosso governo, com o conjunto de Ministérios que tem, só na confecção desse plano eu estou dizendo que foram dez Ministérios, no de segurança alimentar e nutricional foram dezenove Ministérios, e cada um fazendo o que lhe compete, o Ministério da Saúde cuidando de uma coisa, o da Agricultura de outra,

o da Agricultura Familiar de outra, o Planejamento, a Fazenda, o Meio Ambiente, cada um deles fazendo as suas ações. Nem a sociedade consegue enxergar claramente o que é que o governo está fazendo na agroecologia ou nas ações de saúde ou nas ações de segurança alimentar nutricional e, nem tampouco, o gestor.

Nós somos gestores do Governo Federal, sabemos, às vezes, o que nosso companheiro do outro Ministério, aqui nós estamos em quatro ministérios, o que o meu Ministério está fazendo e, às vezes, nós não sabemos completamente o que ele faz. Quando se institui um plano nacional, um primeiro requisito do plano nacional é examinar e fazer uma varredura em todas as ações de todos os Ministérios e órgãos do governo que dizem respeito àquele tema. Nós estamos falando hoje agroecologia, então lá no meu ministério tem 37 iniciativas para a agroecologia, no Ministério do Desenvolvimento Social tem mais catorze, lá no Ministério da Saúde tem mais quatro ou cinco, dez lá, vinte lá e etc., que estão dispersas na esplanada.

O grupo que trabalha para construir um plano vai buscar todas essas ações e organiza isso em eixos temáticos. No plano, que é a organização de todas essas ações do governo, recebem uma contribuição importante da sociedade civil que está lá na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e a sociedade que não é governamental vem opinar, vem debater e vem discutir como é que deve ser o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Dessa relação entre a organização das ações que o governo faz e mais a crítica, a visão e a contribuição da sociedade, surge um documento chamado Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Quais são as vantagens e os benefícios de ter um plano? Esse plano tem ali, de investimento de recursos alocados, quase nove bilhões de reais que estavam dispersos na esplanada, e cada um utilizando o recurso de uma forma não consegue ter o mesmo sinergismo, a mesma resposta do que se você organizar e compartilhar as ações dentro de um processo que é articulado por eixos de ação. Então os ministérios, sabendo cada um o que o outro está fazendo naquela mesma temática, consegue do ponto de vista do gestor ter uma ação muito mais eficiente, muito mais efetiva, então essa é uma vantagem enorme de ter o plano. Para a sociedade civil, você pode acessar o plano, depois eu vou até projetar aqui o endereço onde cada um de vocês pode entrar na Internet e baixar uma cópia desse plano, tendo a cópia do plano na mão, você pode...

Isso está na Internet do governo, cada um de nós, seja ele gestor, seja ele sociedade civil ou controle social pode saber quem é que está fazendo o que, quando, até 2014, 2015 tem que atingir qual resultado? Quanto de dinheiro está investido ali e qual é a meta que se vai alcançar? Qual é o resultado que está previsto ali para alcançar? E é lógico que se eu sou do controle social, se eu sou da

sociedade, se eu sou da organização que está preocupada como acompanhar a política pública, o investimento do recurso público, eu tenho um instrumento onde eu posso enxergar e cobrar o governo, dizer: “olha, houve um compromisso do governo lá no dia 17 de outubro, a Presidenta Dilma lançou um plano nacional dizendo que ia fazer isso e que ia fazer aquilo e simplesmente chegou no final de 2014 e não aconteceu aquele resultado”, aí nós vamos para conferência, nós vamos fazer a cobrança que precisa ser feita para o governo que prometeu e colocou de forma transparente que ia alcançar aquele resultado com aquele determinado investimento.

Então o plano nacional além de organizar todas as ações, coloca de forma transparente para a sociedade o que é que está comprometido em termos de ações naquele tema. No caso da agroecologia, quando chegar 2015 nós vamos, com o aprendizado que teve em 2014, já em 2013, em 2014 e 2015, refazer o plano para mais quatro anos, aí nós temos de 2016 até 2021 o próximo plano. São planos que tem relação com o PPA, portanto, para dar um complemento, e a gente vai se complementando aqui, depois nós vamos trocar ideias com as questões que vocês levantarem. Eu queria dar esse primeiro panorama do que é esse instrumento que nós chamamos plano nacional, seja ele desse tema ou daquele outro tema.

### **Daniela Prado**

Bom, como o Ruano falou aqui do plano, como é que se constitui um plano, os objetivos do plano, a gente optou aqui por não apresentar todas as ações que compõe esse Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica porque são inúmeras as ações. O Silvino sabe de cór a quantidade de iniciativas que tem lá no plano, mas são muitas, a gente achou importante destacar algumas que são relevantes para o Programa Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica se efetivar. Eu vou falar aqui sobre duas dessas iniciativas que são implementadas pelo MDS com alguns parceiros - o MDA é um deles.

Eu vou começar falando pelo Programa de Aquisição de Alimentos, um programa importante para o Governo Federal, criado em 2003, portanto no primeiro ano do governo Lula, e é um programa que foi criado com dois grandes desafios: o primeiro desafio era de possibilitar que os agricultores familiares, que o Ruano aqui explicou, são aqueles agricultores que produzem no âmbito da família, eles envolvem seus familiares nesse processo produtivo, então era incluir esses produtores familiares no processo de compras realizado pelo Governo Federal Vocês certamente sabem disso, mas a gente não tem a noção do quanto o Programa de Aquisição de Alimentos mudou a lógica de compras do Governo Federal antes de 2003, todas as demandas de alimentos que o Governo Federal tinha eram realizadas por meio de licitação. O governo ia lá e comprava a aquisição de grandes empresas que vendiam o café, que vendiam o arroz, o feijão,

enfim, o que o Governo Federal, os órgãos que compõem do Governo Federal precisavam no que refere a alimento.

A partir de 2003, com o Programa de Aquisição de Alimentos, o governo passou a fazer essa aquisição, de toda a sua demanda de alimentos, da agricultura familiar, então assim inseriu um conjunto grande de produtores, produtores que tem um perfil social, que interessam para as políticas do Governo Federal, ou então incluiu economicamente esses agricultores familiares a partir do momento que disse: “agricultores familiares, produzam que o Governo Federal compra. Ele garante a compra da sua produção”. Então esse primeiro desafio é um desafio importante porque ele garante que aquelas famílias permaneçam no campo realizando a sua produção, como o Ruano disse “não é pouca coisa, de 80 a 90% da produção de alimentos consumidos pelos brasileiros sai dessas famílias”. Esse foi o primeiro desafio.

O segundo desafio importante dentro do Programa de Aquisição de Alimentos é garantir a destinação desses produtos que são adquiridos para abastecimento da rede sócio assistencial, creche, abrigos, aquelas casas-lares que vocês devem conhecer na região de vocês, e os equipamentos de alimentação e nutrição que são os restaurantes populares, que tem nas cidades de vocês, as cozinhas comunitárias.

Então vocês vejam que o programa tem essas duas pontas importantes: estimular a produção de alimentos pela agricultura familiar e promover a alimentação adequada e saudável para essas pessoas que são atendidas na rede sócio assistencial e nos equipamentos de alimentação e nutrição. Estou sendo incisiva na importância do programa porque, de fato, ele mudou a lógica da relação do Governo Federal com esses agricultores familiares.

Por que eu estou falando do Programa de Aquisição de Alimentos? Porque ele está dentro, ele é uma das iniciativas que compõe o Plano Nacional de Agroecologia e o desafio para o Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA, como é conhecido dentro do plano, é o de ampliar a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos realizados por esse público da agricultura familiar. O PAA hoje adquire produto orgânico e agroecológico, mas ainda num volume bem menor do que a gente gostaria de adquirir, então o grande desafio do Governo Federal para o PAA dentro do plano é isso, aumentar o volume de alimentos agroecológicos e orgânicos que são adquiridos pelo programa.

Falei que eu ia falar de dois grandes programas, então falei agora pouco do PAA, o segundo programa importante que compõe também o Plano Nacional de Agroecologia é o Programa de Acesso à Água. A gente, depois de um longo debate junto com a sociedade civil, que participou do processo de construção do plano, chega a uma conclusão bem óbvia: não há produção se não houver água. E nós temos regiões no Brasil que não têm água. Estamos passando agora

por um processo de estiagem, um período de estiagem um pouco mais longo do que o normal, então essa é uma segunda meta importante dentro do plano de agroecologia: levar acesso à água para quem não tem. A gente tem acesso à água para consumo e acesso à água para produção. No plano, especificamente, a gente está falando de levar acesso à água para estimular a produção desses agricultores familiares que nós falamos agora pouco. Essa água serve eles produzirem alimentos e também para fazerem criação de pequenos animais.

Enfim, queria mostrar aqui para vocês como a organização, a pactuação de ações de forma articulada, como o Ruano explicou aqui agora a pouco, é importante para que a gente alcance os nossos objetivos. Eu sei que a Gisele vai falar agora um pouco sobre as ações de estímulo ao consumo de alimentos saudáveis, realizado pelo Ministério da Saúde, eu vou passar para ela.

### **Gisele Bortolini**

E o que o Ministério da Saúde tem a ver com esse plano agroecológico? Tudo. Por quê? Porque o Ministério da Saúde é responsável por zelar pela saúde de todos os cidadãos brasileiros. Para começar, vou perguntar para vocês aqui: quem comeu fruta hoje levanta o braço. Quem já comeu uma fruta hoje? Três, quatro. Então, o Ministério da Saúde faz uma pesquisa todo ano que se chama Vegetel, que é um inquérito por telefone para avaliar diversos fatores de risco para as doenças crônicas, que é diabetes, obesidade, hipertensão. Essa pesquisa mostra que menos de 20% dos brasileiros consomem a quantidade de fruta que deveria consumir por dia. Então, cabe ao Ministério da Saúde o papel de incentivar o consumo de uma alimentação mais saudável e a gente tem uma amostra aqui e nessa amostra a gente vê que a grande maioria ainda não comeu uma fruta hoje.

Dentro do Ministério da Saúde, em articulação com o plano, a área onde eu trabalho é responsável por diversas iniciativas para promover a alimentação saudável e, de preferência, alimentos que sejam produzidos de uma maneira mais sustentável, como os provindos da agroecologia e dos alimentos orgânicos. O Ministério da Saúde tem mais de sessenta mil estabelecimentos de saúde no Brasil, quarenta mil deles são Unidades Básicas de Saúde, que são aquelas que estão próximas da população e que tem atribuição à minha função de promover a alimentação saudável naquele território, seja orientando os indivíduos para um consumo alimentar mais saudável, seja também como responsável por articular no local e apoiar iniciativas de agricultura familiar ou de venda de alimentos orgânicos. Então, os profissionais de saúde, além da função de orientar a alimentação saudável, também tem um papel importante de articular naquele território uma equipe de saúde de atenção básica. Ela é responsável por mais ou menos quatro mil pessoas, então nesse território ela



precisa apoiar e fomentar a comercialização de alimentos locais para garantir que aquela população também tenha acesso a uma alimentação mais saudável.

No Ministério da Saúde existe essa política que se chama Política Nacional de Alimentação e Nutrição, e uma das diretrizes dessa política é a promoção da alimentação saudável, porque todos nós sabemos que uma alimentação mais saudável faz com que todos nós tenhamos menos doenças e ter menos doenças é ter mais qualidade de vida. E quando a gente fala em alimentação saudável a gente fala em consumir alimentos básicos. O que nós chamamos de alimentos básicos? Arroz, feijão, frutas, verduras, legumes, de preferências produzidos de uma forma sustentável e em detrimento, ou seja, sem consumir ou tentar evitar os alimentos que a gente chama de alimentos processados, que são os alimentos que já vem em pacotes, em sacos, em caixas.

A grande orientação do Ministério da Saúde é tentar reverter o atual cenário de consumo alimentar da população brasileira. A maioria dos brasileiros consomem alimentos já prontos para o consumo e que nós sabemos que não são saudáveis, porque eles são ricos em sal, gordura e açúcar, e estão deixando de consumir os alimentos básicos que são os alimentos que, de fato, produzem saúde. Então uma das grandes atribuições do Ministério da Saúde é fomentar essas diretrizes, e aí, para apoiar os profissionais de saúde, que são quase dois milhões no Brasil, o Ministério da Saúde elabora guias de alimentação saudável.

Quando nós falamos alimentos, a gente fala de frutas, verduras, legumes, os cereais produzidos de uma forma sustentável, então estão em fase de finalização dois materiais: o novo guia alimentar para a população brasileira - é a atribuição do Ministério da Saúde desenvolver esses guias que orientem a população por uma alimentação mais saudável - e outro material que nós chamamos de "alimentos regionais". O quê que é esse material? Porque também nós estamos observando que a população brasileira está deixando de consumir frutas, verduras e legumes que são produzidos na região e estão consumindo os alimentos que são produzidos em grande escala, provavelmente produzidos em maior quantidade. Então esse material que o Ministério da Saúde está finalizando é para tentar fazer com que o brasileiro volte a consumir alimentos que são, de fato, produzidos localmente e que são ricos em vitaminas e minerais.

O Ministério da Saúde tem esse papel de orientar a população brasileira para uma alimentação mais saudável e também para formar os profissionais de saúde que estão próximos da população para que esses profissionais estejam preparados para orientar aquela população sobre uma alimentação mais saudável e também para apoiar localmente a agricultura familiar, a comercialização de alimentos. Porque não basta um profissional de saúde só orientar que

aquele indivíduo precisa comer só frutas e verduras, mas o profissional de saúde também tem que saber se naquele território o alimento está disponível, qual o preço dele, se é produzido pela agricultura familiar, se é um produto orgânico. Um profissional de saúde tem um papel muito articulador para promover a alimentação saudável.

### **Selvino Heck**

A gente vai só complementar uma ou duas coisas aqui e a gente abre a conversa, só para complementar depois, a Daniela vai complementar também outra informação ainda. Isso envolve também esse Plano Nacional, a gente incentivar, por exemplo, sementes crioulas e variedades ao invés de sementes produzidas pelas grandes multinacionais e que podem ser usadas, às vezes, um ou dois anos e depois são eliminadas, voltar àquela coisa dos saberes populares, saberes das raízes, das comunidades tradicionais e incentivar isso e está sendo incentivado em todo o Brasil.

Também tem a ver muito com parte o que a Gisele falou aqui da questão de envolver universidades. Nesse Congresso Brasileiro de Agroecologia, que teve essa semana no Rio Grande do Sul, tinha uma quantidade enorme de estudantes na área de agronomia, de veterinária e assim por diante, professor de universidade que a gente quer ver se a gente consegue implantar as escolas família-agrícolas, toda uma visão de conhecimento e produção de conhecimento de pesquisa, e assim por diante, que beneficie o conjunto da população.

E, por fim, nessa minha fala aqui também envolve muito que eu acho que interessa para quem mora talvez na cidade, por exemplo, em São Paulo que incentive às feiras populares, feiras que já acontecem em muitos lugares, têm que ser muito mais incentivadas ainda, e de feiras de preferência com produtos agroecológicos e orgânicos e aos poucos também chegar aos supermercados e não ser mais alimentação agroecológica e orgânica apenas naquilo que a gente chama o nicho de mercado. “Ah, tem uma prateleirinha lá onde tem também produtos agroecológicos e orgânicos que não muito mais caros que os normais”. Não, aos poucos nós queremos que se iguale ao resto dos produtos e que a gente saiba que aquilo ali, o tomate, aquele não tem veneno, não é aquele tomate bonitão que a gente vai comer e não sabe de onde vem e como é produzido, mas que ele tem um selo de qualidade e que comece a se espalhar por todos os supermercados, e cada um possa comprar e, portanto, também seu preço seja semelhante a qualquer outro tomate que a gente vá comprar ou qualquer outra verdura, fruta e que a gente vá comprar em qualquer lugar.

### **Daniela Prado**

O Selvino me chamou aqui a atenção da importância de também contar um pouco sobre outro programa importantíssimo que a gente

chama de Programa de Compra Governamental, porque também está relacionado a recurso que o Governos Federal repassa para aquisição de alimentos, é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE. Não sei se vocês sabem, mas o Governo Federal repassa recursos todo ano para os estados e municípios comprarem o lanche que vai ser servido nas escolas da rede de ensino, a lei que institui o Programa Nacional de Alimentação Escolar tem um mecanismo que também incentiva a aquisição dessa merenda por parte dos agricultores familiares. Tem um estímulo, tem um dispositivo dentro da lei que estimula, dizendo que, no mínimo, 30% da aquisição realizada pelos estados e municípios para abastecer a rede de ensino seja realizada pela agricultura familiar. Isso reforça o que a Gisele falou aqui agora pouco. Se o município adquire o alimento que vai ser entregue nas escolas da agricultura familiar você garante que aquele alimento que vai ser servido na escola, ele vai ser um alimento que faz parte do hábito alimentar daquele município, daquela região. Esse é um fator também extremamente importante, que estimula todas as ações de promoção de segurança alimentar e nutricional.

### **Selvino Heck**

Que venha diretamente do agricultor familiar e, portanto, possa permitir que ele fique no campo, não tenha mais o êxodo-rural, ele possa ser beneficiado, possa se organizar em associações cooperativas e, por fim, ajude a sociobiodiversidade, que é outra questão central. Nós todos sabemos o quanto o clima anda louco, não é por acaso, se ele anda louco é por que o homem está destruindo a natureza usando métodos de produção agrícola e insumos defensivos, venenos agrotóxicos, sementes transgênicas e assim por diante que destroem a natureza e mudam o equilíbrio da relação homem-natureza. Por isso que eu disse lá no início, é muito mais que apenas consumir produtos adequados e saudáveis, é uma nova visão de mundo, são novos valores, é uma nova forma de a gente se relacionar também com a natureza. Ruano quer acrescentar alguma coisa? Senão a gente abre a conversa.

Nós estamos aqui em termos de governo, Ministério da Saúde, Secretaria-Geral da Presidência da República, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Desenvolvimento Agrário, e para nós é importante também ouvir opiniões, sugestões e assim por diante.

### **Ronaldo**

Meu nome é Ronaldo, eu moro em Ubatuba. Vocês citaram aqui uma série de iniciativas e planos que são muito bonitos, merecem nossos aplausos, eu tenho certeza que vocês são pessoas sérias e estão motivadas com as vossas funções, compromissadas e, portanto, eu espero de vocês uma explicação da visão crítica que eu tenho em relação a isso aí.

Eu acho que esse governo Dilma, responsável por essas iniciativas, é, no meu entender, também o maior inimigo delas. Eu vejo atitudes incoerentes e controversas. Qual a mensagem que esse governo passa que eu recebo? Primeiro, eu vou falar do agrotóxico: o agrotóxico está aí, deita e rola. A Kátia Abreu hoje, que é a maior apologista do agrotóxico, é uma grande amiga da presidente, é uma aliada de primeira hora. O transgênico, que pra mim é o outro grande inimigo da alimentação de qualidade, entrou no Brasil a partir do governo Lula. Hoje o CTNBio, todo mundo vê na imprensa que manda e desmanda. O Ministério Público, com muito atraso, resolveu tomar uma iniciativa em relação a isso, mas, no meu entender, o mal está feito. E eu tenho até uma imagem para vocês em relação a agricultura familiar, que eu acho que ela é focada nas formigas, é um trabalho de formiguinha, cada família, familiar, enquanto isso o tamanduá grandão está aí solto que vai papar as formigas.

A minha visão de cidadão preocupado com a alimentação saudável, lá em casa regularmente nós consultamos a Internet para saber quais são os alimentos que estão sendo considerados os mais venenosos nas últimas classificações, uma semana é o pepino, outra é o pimentão, a outra é o morango e cada vez mais, mais frutas, mais legumes, mais alimentos nós temos que tirar da nossa lista por que são notoriamente contaminados por agrotóxicos e a situação não melhora.

E, falando em coerências, eu queria comentar ali com a companheira outra incoerência que eu vi desse governo recentemente, vou dar o testemunho para você: eu estava no Fórum com a Ministra do Desenvolvimento Social, ela apresentou lá com muito orgulho o programa das cisternas que, além de resolver o problema da água, gera emprego local porque as pessoas trabalham, constroem, e eu fiz uma crítica à decisão do governo de passar a importar essas cisternas, que agora elas são produzidas ao invés de gerar emprego aqui, são produzidas fora do País, são plásticas e há pouco tempo foi uma grande burrada, deixaram milhares de cisternas juntas lá no depósito, pegou fogo em um, pegou fogo nas milhares. Aí ela falou que, infelizmente, não podia fazer nada por que era uma decisão do Ministério do Desenvolvimento Agrário, desculpe, Integração. Então, infelizmente, reforço essa visão crítica para vocês. Quero vocês me digam o que o cidadão pode fazer em relação a essas incoerências desse governo. Muito obrigado.

### **Carlos Henrique**

Boa tarde, meu nome é Carlos Henrique, eu queria só fazer duas perguntinhas. Eu achei muito interessante a questão de incentivar feiras populares em relação a produtos que não são tão tóxicos para a nossa população e eu tenho uma preocupação aqui quando fala sobre a questão da agricultura familiar. O que eu observo é que os próprios agricultores familiares falam que tem uma grande dificuldade

realmente de fazer grandes produções por que não tem incentivo do governo – é o que vem reclamando que não tem incentivo do governo –, quem tem incentivo do governo é o grande tamanduá, como o nosso companheiro fala, que pode ter grandes financiamentos, e o agricultor familiar o [ininteligível] não dá nem para ele começar. E quais são os incentivos? Qual é o planejamento que o governo tem para poder realmente ajudar o pequeno agricultor? Porque não está dentro da realidade, está muito fora da realidade da gente fazer com que o agricultor familiar faça as feiras livres, que as nossas feiras sejam direto do agricultor, direto para o consumidor. É muita falta de coerência, porque atualmente aqui no Brasil o pobre não come mais tomate. Nós não podemos comer mais tomate por que nós falávamos [interferência sonora] que a Presidente Dilma é tão falta assim de coerência que, ao mesmo tempo em que ela abaixou a cesta básica, o feijão foi lá em cima.

Nós precisamos ter mais transparência do Governo Federal em relação a isso. Desculpa, mas a gente tem que fazer uma crítica que é [ininteligível]. E qual é o planejamento do governo em relação a agricultura familiar? Porque é realmente muito fragmentado, eles não têm como conseguir apoio assim, um grande financiamento para poder dar um salto maior é uma dificuldade muito grande, vocês sabem disso. E como essas feiras populares podem chegar realmente à população para que a gente possa ter uma alimentação saudável, para que a gente tenha uma alimentação menos venenosa como nós temos hoje na cidade?

E outra pergunta sobre a questão do desenvolvimento social, isso envolve muita questão do Ministério do Desenvolvimento Social sobre a questão de fiscalização, controle social sobre os abrigos que nós temos nos nossos municípios, como é feito esse controle dentro dos abrigos, qual que é o controle que as secretarias municipais e federais, o ministério fazem... Qual a diretriz que o Ministério faz para poder ver essa questão dos abrigos? Por exemplo, a alimentação, sobre a questão do controla alimentar? Porque a maioria, por exemplo, vamos citar aqui os moradores de rua, muitas das vezes estão dentro de abrigos e etc. Qual é o controle da comida desse cidadão? Não existe, porque, às vezes, um cidadão é hipertenso, é diabético, mas ele tem que comer uma alimentação padrão que é fornecida para ele. Qual é a segurança alimentar que esse cidadão tem? Vamos direto ao Ministério do Desenvolvimento Social, queria saber como é feito esse controle, porque até um dia desses, uns dois meses atrás, nós tivemos vinte pessoas dentro de um determinado abrigo aqui em São Paulo que foi intoxicado por alimentação e foi até comunicado ao governo que essas pessoas foram intoxicadas pela alimentação, inclusive teve um que ficou até vários dias internado por conta disso. Queria saber: qual é o planejamento, qual é o controle disso tudo?

**Júlio**

Meu nome é Júlio, eu trabalho numa ONG, e eu preocupado com esse negócio de segurança alimentar estou participando do Conselho Municipal de Segurança Alimentar, e fica aí uma sugestão: implementem e encham o saco dos conselheiros de segurança alimentar com relação à qualidade de distribuição de alimentos. Eu estou fazendo isso, minha parte de cidadão, porque a nossa Constituição diz que... Eu vou contradizer muita gente, não quero criar debate não, mas é verdade, a constituição não é só democrática, é participativa, e a função dos Conselhos é muito importante. Agora eu queria ver uma ação fiscalizadora do governo e eu estou vendo aqui a falta do Ministério da Educação, por que nas escolas tem verdadeiras lanchonetes, e isso me incomoda muito. A gente está numa campanha muito séria com relação a isso, tem algum programa que para a gente abordar muito forte isso, porque é complicado e a gente como Conselho, a nossa atuação é muito restrita, mas a gente enche o saco e reclama, vai na imprensa, usa as ferramentas que a gente tem, está funcionando. Hoje, vocês não sabem, nós distribuimos sete toneladas de alimentos de agricultura familiar por semana em um município governado pelo PSDB.

### **Selvino Heck**

Nós somos do CONSEG também, nacional.

### **Sérgio Brito**

Boa tarde, meu nome é Sérgio Brito, eu trabalho com jardinagem e paisagismo e tenho um sonho que acho que em breve vou realizar, de fazer jardins verticais com flores e também e dar preferência a hortaliças. Eu tenho uma pergunta que não é uma crítica, mas dependendo da resposta pode ser uma sugestão. Eu observei que o senhor está anotando e eu estarei satisfeito a posteriori, mesmo que todas as nossas colocações e perguntas não tenham uma resposta agora devido à questão do tempo também, mas os senhores e as senhoras levando essas questões, quem sabe as respostas virão no decorrer do andamento do plano nacional. Eu quero parabenizar a atividade e a iniciativa porque, no mínimo, a coisa está andando. É a primeira vez que eu participo de um evento que é do Governo Federal, eu me sinto “o cara” agora, sabe, é a primeira vez. Eu já participei de alguns eventos, Belford Roxo, no Rio, municipal, alguns, no máximo, estaduais, mas graças a deus aqui estou em um evento tocado pelo Governo Federal. A pergunta, ou a colocação, é a seguinte: os senhores falaram de um plano nacional. O Brasil tem dimensões continentais, certamente vocês atentaram para essa situação da questão da regionalização, numa região existem pragas de um determinado teor, outra região tem pragas menos, então fica essa pergunta para a questão do plano: pelo fato de ser nacional, será que não está muito abrangente? Muito obrigado.

### **Interlocutor não identificado**

Sobre a água, eu queria saber o seguinte: para chegar a água, pode achar várias maneiras, agora a questão do desperdício da água nas plantações... Vou ser mais objetivo nessa questão: quais são as estratégias e os modelos nesse sentido? Porque só a água chegar não basta, ela tem que ter uma estratégia contra o desperdício, aí tem alguns modelos no exterior, por exemplo, em Israel que tem um modelo bacana, já que lá tem pouca água. Queria saber de vocês.

## **Ruano**

Primeiro, ficou bem legal, porque a ideia era para ser uma conversa e nós viemos com um espírito que é o do governo, de construir de forma participativa, como foi construído esse Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e outros planos nacionais que também foram construídos. Não vou me prender em uma ordem de pergunta e resposta, pergunta e resposta, mas eu queria fazer alguns comentários aqui dizendo o seguinte: recebo todas as questões, até críticas, como colaborativas, como espírito construtivo e também esse deve ser o espírito nosso de construção.

Eu quero dizer o seguinte: as questões que foram levantadas pela primeira questão, o Ronaldo traz uma leitura que eu acho que é importante, do meu ponto de vista, até para dizer que o governo está exatamente indo na direção de tentar resolver esses problemas, ao contrário, obviamente, da sua colocação de que o governo não está indo na direção de enfrentar esses problemas. O lançamento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica responde praticamente a todas as questões que você colocou enquanto perspectiva e organização de ação do governo na direção de diminuir o agrotóxico, diminuir o resíduo nos alimentos, de fazer com que haja efetivamente uma maior inclusão da agricultura familiar.

Depois eu quero falar um pouquinho da agricultura familiar, porque até o dia 17 de outubro passado, agora recente, nós não tínhamos um Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, e nós já tínhamos lá o resíduo como temos hoje, o resíduo de agrotóxico no alimento. No plano nacional existe uma iniciativa importante, que é tão importante que ela está como uma das metas do plano, que é a implantação de um programa nacional de redução do uso de agrotóxicos. Tem 125 iniciativas no plano, uma delas é exatamente que está constituído um grupo agora para começar a trabalhar para montar um programa nacional de redução do uso de agrotóxicos.

É obvio que também, quando nós estamos falando de produção agroecológica e produção orgânica, nós estamos falando de uma produção que prescinde completamente do uso de venenos, não usa absolutamente venenos, e você tem o outro lado lá, que é o outro extremo, que usa de forma exagerada veneno e ainda venenos que não deveriam nem utilizar em doses adequadas. Você não vira esses dois extremos de uma hora para a outra na política pública, porque é um governo heterogêneo, é um governo que tem, sim, produção de

transgênicos dentro do governo, tem uma Embrapa, que já faz, inclusive, variedade transgênica e tem, ao mesmo tempo, um conjunto de iniciativas defendendo semente-crioula e investindo recursos enormes para a produção de semente-crioula.

Então nós temos uma disparidade, uma disputa dentro do governo, a disputa que existe na sociedade, na economia, e tal, ela existe dentro do governo também. O governo não é monolítico, esse governo não é autoritário, ele não é verticalizado para essa ou para aquela posição, ele tem tanto essa, quanto aquela posição. Nós estamos em um processo ao lançar esse plano, eu acho que a Presidenta Dilma teve uma coragem enorme de colocar lá para a Kátia Abreu e dizer o seguinte: “olha, ela lançou o plano. Eu estou aqui lançando um plano, estou alocando 8,8 bilhões de reais até 2015 para enfrentar o veneno, enfrentar a produção de transgênico, fortalecer a produção de semente-crioula, baixar o uso de veneno e etc., criar os canais de comercialização”.

Fazer educação, nesse sentido, nós temos investido. São 345 milhões só para as universidades para desenvolvimento de tecnologia, universidades e instituições de pesquisa para desenvolver alternativas à utilização desse modelo que está aí colocado, de produção baseada em fertilizantes industrializados e inseticidas e fungicidas.

Com relação a questão de duas intervenções que colocaram que esse governo não está fazendo nada ou muito pouco pela agricultura familiar: até 2002 nós tínhamos, só para pensar no investimento, no Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que é crédito ao agricultor familiar, foi dito aqui inclusive que o crédito é inacessível, é caro, etc e tal. O Pronaf saiu de 2,4 bilhões, em 2002, para, já em 2003, 5,3 bilhões. E esse Plano Safra, agora com 21 bilhões, ou seja, teve um crescimento de 2 para 21 bilhões. O juro varia de 0,5%, ao máximo de 3,5% ao ano, altamente subsidiado. Tem linhas de créditos para agricultura familiar em que ele recebe o recurso, tem oito anos de carência para começar a pagar, quando atividade é uma atividade de longo prazo, florestal, etc., ou fruteiras e tal e vai pagar em vinte anos com 0,5% de juros ao ano. Que dificuldade pode existir? Compara isso lá com a taxa de juro que o agronegócio tem. Então é altamente subsidiado e aconteceu nesses dez anos uma evolução de dez vezes o volume de crédito que foi colocado para a agricultura familiar.

Eu gostaria de falar muito mais, mas se houver depois uma outra rodada eu complemento, senão eu vou prejudicar meus companheiros aqui.

### **Daniela Prado**

Bom, tentando responder à sua pergunta sobre o Programa de Acesso à Água, e aí para explicar um pouquinho o debate aqui que ele nos



trouxe, na verdade eu falei aqui e dei ênfase maior à meta de acesso à água dentro do plano, que é de incentivar tecnologias de acesso à água para a produção de alimentos. A situação que você relatou aqui é específica com relação às tecnologias de acesso à água para consumo humano, então a pergunta é: por que construir cisternas de polietileno? E a gente aí tem algumas críticas.

Eu não vou falar aqui em nome do Ministério da Integração. Para deixar claro, o Programa de Acesso à Água é executado em uma parceria de diversos órgãos, o MDS e o Ministério da Integração são dois dos que aportam a maior parte do recurso, mas tem a Agência Nacional de Água, a Codevasf, enfim, uma série de outros parceiros. Eu acho que, para dialogar sobre isso, a melhor coisa é mostrar dados e eu tenho aqui alguns dados para você entender. De 2003 a 2010, o Ministério do Desenvolvimento Social implantou 325 mil cisternas de água para consumo, que a gente chama aqui de primeira água, de tecnologias de primeira água. Foram 325 mil de 2003 a 2010, portanto, em sete anos a gente implantou essa quantidade de tecnologias. Com o Plano Brasil Sem Miséria, o que a presidenta Dilma nos colocou como desafio para o governo dela foi de 2011 a 2013 nós implantarmos aproximadamente quinhentas, setecentas, mil cisternas de água para consumo.

Vejam, em dois anos a gente teria que praticamente dobrar o que a gente implantou nos anos anteriores. Evidentemente que isso traz o desafio para implementação da política. Então se optou que a parte concedida ao Ministério da Integração ia ser viabilizada por outro tipo de tecnologia, que são as cisternas de polietileno. O MDS não apoia esse tipo de tecnologia, ele apoia uma tecnologia social, portanto é uma tecnologia simples e de baixo custo e pode, inclusive, ser replicada por quem não tem recurso do Governo Federal, mas quer fazer com recurso próprio, que a gente chama de cisternas de placa. Eu não sei se alguém já viu aqui uma cisterna, mas é uma cisterna que capta água da chuva, que fica do lado da residência da família, portanto facilitando o dia a dia, porque ela não precisa colocar as mulheres e as crianças para andarem quilômetros para buscarem água.

Só para eu te mostrar dados, dessas cisternas que a gente conseguiu entregar de 2011 a 2013, que já foram 425 mil, o quantitativo de cisternas de polietileno é muito pequeno, quer dizer, é muito pequeno se comparado com o quantitativo de cisternas de placa. Foram 95 mil cisternas de polietileno e o restante, para chegar nesses 425 mil, cisternas de placa. Então, foi uma opção do governo de testar outro modelo e que, certamente, tem sido avaliada pela presidenta Dilma, pelo Ministério da Integração, em função de algumas críticas que tem sofrido. Acho que esse é o recado que eu posso dizer para você. Como o Ruano disse, o governo está sempre em uma posição de diálogo, e a gente testa modelos, e quando os modelos são

identificados como não tão apropriados, a gente faz os ajustes devidos.

E você me perguntou sobre desperdício de água. Eu vou ser bem sincera com você: nesse momento, a nossa preocupação é levar água para quem não tem nenhuma água, então o desperdício de água para a gente não é um problema neste momento, esperamos que tenhamos essa preocupação para o semiárido brasileiro em alguns anos, mas, nesse momento, não é a nossa maior preocupação.

### **Selvino Heck**

Bom, a gente encerra aqui, a gente agradece a presença e a participação de vocês, foi muito bom. Pena que o tempo é curto, mas acho que a conversa foi muito boa. As sugestões e avaliações de vocês nós vamos levar para dentro dos nossos Ministérios, como a gente sempre faz em qualquer lugar, e continuamos à disposição para continuar a conversa. Obrigado.

## **Roda de conversa: Lei de Acesso a Informação, Ouvidorias e Política Nacional de Participação Social**

### **Participantes:**

**Márcio Sobral** – Chefe do Núcleo de Ações de Prevenção e Combate à Corrupção da Controladoria Regional da União no Estado de São Paulo

**Wellington Pantaleão da Silva** – Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República

**Bianca dos Santos** – Consultora da Secretaria-Geral da Presidência da República

### **Bianca dos Santos**

Boa tarde, muito obrigada por terem comparecido a mais essa roda de conversa aqui no estande do Governo Federal. A gente tem aqui a presença do Wellington que é da Secretaria Nacional de Articulação Social e do Márcio, que é da Controladoria Geral da União da Representação daqui de São Paulo. Quero muito agradecer a presença de vocês e dizer que a gente vai fazer agora um bate papo sobre a lei de acesso à informação, as ouvidorias e a Política Nacional de Participação Social, então, com certeza, a gente vai ter bastante coisa para aprender, para perguntar e para ensinar, porque isso daqui é uma roda de conversa, de troca.

Está todo mundo aparecendo na câmera porque a gente está transmitindo essa conversa pelo Participatório da Juventude, então

além de nós aqui presencialmente tem os internautas também acompanhando esse debate, porque hoje não dá para pensar em nada sem considerar quem está do outro lado na Internet. Obrigada, sejam bem vindos.

### **Wellington Pantaleão da Silva**

Boa tarde a todas e todos, é um prazer estar aqui. Eu sou o Wellington, como Bianca disse, da Secretaria-Geral, e a nossa ideia é falar um pouco sobre a participação social, mas antes a gente queria que o pessoal se apresentasse para a gente saber quem são vocês que estão por aqui.

### **Alan**

Boa tarde a todas e a todos, eu sou Alan Carvalho, sou membro da Articulação dos Fóruns de Transparência, Participação e Controle Social, que foi fundado na primeira Conferência de Transparência, Participação e Controle Social, a Consocial, aqui de São Paulo.

### **Nice**

Boa tarde a todos, eu sou Nice Bráz, aluna do curso de orientação comunitária da ETEC Getúlio Vargas, Centro Paula Sousa.

### **Cíntia**

Boa tarde, meu nome é Cíntia, eu também sou da ETEC Getúlio Vargas, do curso de orientação comunitária.

### **Bruna**

Boa tarde, meu nome é Bruna e eu também sou do curso de orientação comunitária da GV.

### **Adriana**

Eu sou Adriana, professora das meninas aqui do curso de orientação comunitária.

### **Ironice**

Boa tarde, meu nome é Ironice, também sou do curso de orientação comunitária da GV.

### **Elenildes**

Boa tarde, meu nome é Elenildes, eu também faço parte do curso de orientação comunitária da GV, e sou conselheira de saúde de Diadema.

### **Cláudia**

Boa tarde, meu nome é Cláudia, também sou aluna da GV, orientação comunitária.

### **Rosana**

Boa tarde, meu nome é Rosana e também faço parte do curso da GV, orientação comunitária.

### **Angélica**

Boa tarde, meu nome é Angélica, também faço parte do curso de orientação comunitária da GV.

### **Pedro**

Boa tarde, meu nome é Pedro, Controladoria Geral da União.

### **Cláudia**

Boa tarde, meu nome é Cláudia, eu faço parte do Núcleo de Ações de Prevenção e Combate à Corrupção da Controladoria Geral da União aqui em São Paulo.

### **Neide**

Boa tarde, eu sou Neide, presidente da ONG Amor e Ação lá de Brasília.

### **Valter**

Eu sou Valter, sou também do projeto Amor e Ação, Vice Presidente do Projeto.

### **Rafael**

Olá a todos, meu nome é Rafael, sou morador desse país.

### **Rita**

Eu também sou moradora desse país, meu nome é Rita [risos] eu sou presidente de uma organização que chama Trânsito e Cidadania. Boa tarde a todos.

### **Roberta**

Oi boa tarde, eu sou a Roberta, eu também faço parte do curso de orientação Social e sou aluna de assistência social também.

### **Fátima**

Boa tarde, eu sou Fátima, faço parte de uma ONG chamada Girassóis do Brasil e desenvolvemos um trabalho com a terceira idade direcionada a toda a família.

## **Carlos**

Boa tarde, meu nome é Carlos Henrique e eu sou ex-conselheiro do Conselho de Monitoramento de Política Pública, que é para a população de rua.

## **Márcio Sobral**

Boa tarde a todos vocês, eu já fui apresentado, mas eu sou Márcio, eu sou Coordenador do Núcleo de Ações e Prevenção e Combate à Corrupção da Controladoria Geral da União.

Acho que a gente vai começar contextualizando para vocês um pouco a questão do controle social. Acho que vocês veem, a gente vê no dia a dia replicada uma dificuldade que a gente tem de ver as coisas que a gente imagina, o nosso país melhor, de fato, acontecendo, e pouco se vê, pouco a gente percebe que a gente pode atuar como agente transformador desse processo. Então controle social, sociedade participando, não só da fiscalização de uma política pública que foi pré-definida pelo governo, a ideia de controle social é a sociedade participando dentro de todo o processo, então a sociedade tem - e aí a gente vai falar um pouco sobre a Lei de Acesso à Informação, sobre Constituição enfim, em termos de legislação, de marco legal - uma série de espaços que existem, tem uma série de seguranças jurídicas que dão esse direito da sociedade, ao mesmo tempo, uma obrigação para o estado de permitir a participação da sociedade. Então a sociedade pode, deve participar, não só depois que existe uma política pública que está acontecendo, deve participar também no momento lá atrás, de influenciar a agenda dos governos. É um direito da sociedade fazer com que os governos entendam e se prontifiquem a receber as demandas da sociedade, ou seja, lá atrás antes até de se decidir uma despesa, um programa ou o que se vai fazer com o recurso, é um direito de todo cidadão brasileiro apresentar essa demanda.

Dentro de diversas demandas existentes, a gente tem demanda de saúde, de educação, demanda de religiosos, demanda de afrodescendentes, demanda de estudantes, demanda de idosos, tem uma série de demandas sociais, só que a gente não percebe depois, no momento em que o governo vai executar suas despesas, que essas demandas, muitas delas não estão representadas, e uma política pública, uma ação de governo não se faz só no discurso, ela se faz com dinheiro, então antes do governo discutir ao que se chama de orçamento, naquele momento que ele vai definir aonde ele vai fazer a sua despesa, onde ele vai executar a sua despesa, que tipo de ação ele vai fazer, a sociedade tem o direito de participar.

Existe muita legislação definindo esse direito, então a gente deve participar nesse momento que a gente chama de apresentação das demandas. Logicamente a gente não pode esquecer que vivemos em um país em que a gente não tem recurso para tudo e a gente tem

muitas demandas. A gente vai ter de um lado demandas que são crescentes, demandas que aumentam o tempo todo, e de um lado uma quantidade de recursos que não são suficientes para atender essas demandas, isso é um fato. É um fato mais agravado aqui no Brasil, mas também é um fato na Dinamarca, no Japão, nos Estados Unidos, lugares que você tem uma vida muito melhor que a população aqui do Brasil.

Pois bem, como é então que a gente – pensando antes de ser servidor público eu sou um cidadão como todos nós aqui – como é que a gente consegue influenciar, então? Ou seja, colocar na agenda do governo que ele vai escolher determinada política porque é uma política mais importante, ela é mais relevante. De repente ela é estratégica, ela define questões de infraestrutura para o País que são importantes, ela define questões de atendimentos social às pessoas, o que é também importante, então como é que a gente vai fazer isso individualmente? Como é que a gente vai fazer isso de forma associativa? De forma de agrupamentos? De pessoas para a gente conseguir uma política pública?

Se vocês pensarem, eu não sei se todos vocês aqui usam muitos serviços do Estado, mas mesmo quando a gente não usa os serviços do Estado, a gente quer que a nossa comunidade tenha bons serviços de Estado, não é? A gente quer ter boa educação, boa saúde, mesmo que a gente não seja usuário assíduo da saúde a gente não quer ser usuário assíduo, pelo menos da parte emergencial, mas como é que a gente faz para essa demanda ser uma demanda atendida pelo estado? Então existe uma dificuldade dos setores que são desfavorecidos, que não são grupos econômicos importantes, que não estão articulados conseguem fazer com que as suas demandas sejam traduzidas em investimentos de governo. Então esse é um momento muito importante que a sociedade tem que participar, para isso existem ferramentas, para que se chegue a essa participação.

Vamos imaginar então... Existe a questão da apresentação das demandas pela sociedade, parte da sociedade se vê representada nisso, outra parte não se vê representada nisso, a gente chama isso de assimetria ou diferença de representação, ou seja, existem determinados grupos que conseguem se fazer representar e outros grupos que não conseguem se fazer representar. Um dia eu estava vendo a discussão do Código Florestal lá no Congresso Nacional e a questão do agronegócio, ou seja, dos proprietários de terras. Quando foi votar o Código Florestal, que era uma questão que interessava para toda a sociedade, você teve uma série de modificações no projeto original e no momento em que foram votar, eu vi lá, assistindo a TV Senado, que 119 congressistas dos quinhentos e tantos que tem lá, se auto declaravam ruralistas, se auto declaravam proprietários do agronegócio. É um setor importante para o nosso

país? É. Representa uma parte importante do nosso dinheiro, do PIB do País? Representa também, mas era muita gente, de repente, representando um único interesse e grande parte da população não se via representada naquilo, então eles passaram como um rolo compressor e votaram o que eles quiseram. Isso é uma demonstração de que essa diferença de representação tem impactos na decisão final do governo, seja uma legislação, seja um investimento que o governo vai fazer.

Uma das causas dessas diferenças de representação é a diferença de informação, ou seja, tem parte da população brasileira que tem muita informação, têm setores da sociedade que tem muita informação, eles entendem como é que funcionam os governos, eles entendem como é que funcionam os partidos, eles entendem os processos do legislativo, coisas que a gente, muitas vezes, no meio do serviço público, nem a gente entende também, então uma forma de você conseguir diminuir essa assimetria de representação que é causada também por uma assimetria, é o processo de transparência e de acesso à informação. O que é isso? É a obrigação do Estado, está lá no artigo 5º da Constituição, é uma obrigação, é um direito fundamental de qualquer cidadão obter qualquer informação que ele precise sobre o governo, sobre todos os governos, União, estado, municípios, os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Qualquer informação, com umas pequenas exceções que tem a ver com a segurança nacional, tem a ver com a segurança da população, são informações que não podem ser acessadas por um tempo determinado, temporariamente, mas passado esse tempo elas também são informações públicas.

Qual é a importância disso? Quando vocês vão, por exemplo, nesses espaços de participação popular, audiência pública, que é o momento de discutir orçamento, consultas populares ou até e, principalmente, na formação da nossa ideologia, de quem a gente vai votar, eu não sei como acontece com vocês, mas para mim, quando vou votar a gente lê uma série de informações, a gente vê televisão, a gente vê uma série de coisas, a gente forma a nossa ideologia, não é? Normalmente, aquela informação que vem da imprensa para a gente está minimamente interpretada por um escritor, por um jornalista, só que muitas vezes ela tem um viés, ela tem um interesse político partidário por trás. Então se a gente se calcar somente naquele meio de comunicação, a gente pode formar nossa convicção para o momento do voto baseado em dados que não são dados verdadeiros, que não são os dados reais do Estado.

Quando vem a Lei de Acesso à Informação, que é uma lei de 2011 e que entrou em vigor em 2012, dizendo que toda informação é pública, isso vai permitir que qualquer um de nós faça um pedido direto a qualquer governo e obtém a resposta para formar a nossa convicção, se aquele governo está sendo bom ou não, como vai permitir muitos mais órgãos de imprensa, muito mais espaços de

mídia que também acessem a informação verdadeira. A gente costuma ver televisão, um grande meio de imprensa dizendo: “olha, eu tenho uma fonte lá no governo que me disse isso”. Qualquer meio de imprensa pode acessar a informação verdadeira, então a quantidade de meios de imprensa que a gente vai ter vai ser muito maior do que a gente tem hoje, é uma oportunidade real de a gente formar a nossa convicção em cima de dados verdadeiros, de dados importantes.

É só para iniciar aqui o nosso processo de conversa, contextualizando para vocês a importância de a sociedade se fazer representar para obter uma política pública voltada para os interesses mais importantes da sociedade, interesses sociais, estratégicos e para as pessoas que estão em uma situação de vulnerabilidade social, que precisam mais, em detrimento de, muitas vezes, os outros grupos que sabem se organizar acabam obtendo políticas públicas. Para isso é importante a gente ter informação e a Lei de Acesso à Informação dá esse espaço para que qualquer cidadão possa acessar a informação.

### **Wellington Pantaleão da Silva**

A minha função aqui é falar um pouco da Política Nacional de Participação Social. Ela tinha uma perspectiva que era até junho, quando então o Brasil começa a viver um processo de manifestações bastante fortes, e esse processo ajuda que essa política tenha outra abordagem e ela consiga contemplar também outros elementos da sociedade, nós vimos que as ruas foram tomadas, diversos grupos foram se manifestar com diversas pautas, então não existia uma pauta única. Há quem diga que as manifestações surgem, principalmente, por conta da questão do transporte, quer dizer, você verifica no Brasil como um todo que em junho era um momento em que várias capitais do Brasil tinham o seu reajuste de tarifa do transporte, no entanto, sem haver uma melhora nos serviços, então era o reajuste da passagem a vinte centavos. Para muita gente não ia fazer diferença, mas para quem pega um ônibus todo dia os vinte centavos, de fato, iam ser um peso muito grande no seu salário e, ao mesmo tempo, você não tinha a garantia de que teria o serviço de melhor qualidade. A partir daí, então, começa a aparecer outras pautas, como a pauta da educação, a pauta da saúde e outras pautas. Também começa a se perceber que as comunidades vão para as ruas para protestar ou porque falta água demais, ou porque falta luz demais, ou por que o lixo não é recolhido, então as comunidades começam a queimar pneus e chamar os poderes públicos para suas demandas.

E aí a gente começa a se perguntar se o modelo de participação já se esgotou ou não. Nós não temos essa resposta e nem deveríamos tê-la, porque eu acho que ela ainda está solta, mas desde a Constituição de 88 até hoje, nós tivemos uma série de mudanças no perfil de participação social. A participação por meio da representação, que foi



aquela que nós nos acostumamos a ver e a exercer, que é a representação por meio dos partidos, dos sindicatos, dos parlamentares e políticos, vem desde 1988 com a redemocratização, e ela vem caminhando até dado momento, quando surgem os movimentos sociais da década de 70 com a proposta nova que seria uma representação participativa, desaguando em um processo de criação de conselhos, criação de comitês e espaços para debate.

Nós tivemos, então, dos últimos dez, doze anos para cá, uma mudança nesse perfil de participação de fato, que foi a criação de diversos espaços de diálogo, como as conferências nacionais. Creio que em todas as áreas de governo nós tivemos conferência, além disso, os outros espaços de comitês específicos para políticas como, por exemplo, no caso da população em situação de rua. Nós tivemos a criação da política em 2007 e a criação de um comitê específico com representação do governo e da sociedade civil para acompanhar a evolução daquela política pública recém-criada pelo Decreto 5053, então você começou a dar outra forma.

Então, falando especificamente dessa proposta de política nacional que seria a Política Nacional de Participação Social, a PNPS então traz as informações de que a política será instituída e com diversos considerandos. Então quais seriam os elementos importantes na participação social? As conferências nacionais, as ouvidorias, os conselhos de políticas públicas e órgãos colegiados, as consultas públicas e audiências públicas, os fóruns interconselhos, mesas e também um item novo que é são as interfaces em ambientes virtuais. Então a política tem aí a proposta de trazer para a sua forma de funcionar hoje o que a gente tem disponível do ponto de vista das redes sociais, das tecnologias, para questão do debate e do diálogo a partir da política de participação.

Uma das diretrizes principais da Política de Participação Social trata do direto à informação e à transparência, que foi o que o nosso colega aqui colocou. Então quer dizer, você cria as estruturas de funcionamento de participação social, mas ao mesmo tempo quer garantir o acesso às informações e à transparência daquilo que o governo realiza. Por exemplo, quem atua no Conselho da Criança e do Adolescente ou no CONANDA, não bastaria apenas você participar enquanto conselheiro do conselho, é importante que você tenha acesso ao quanto de recurso esse conselho tem, o quanto ele vai ser investido, em qual período e com quais parceiros, então esse é um elemento fundamental que a política visa garantir.

Depois nós temos a questão da transversalidade das instâncias e mecanismos de participação social e a valorização da educação para a cidadania ativa, um pouco do que as colegas aqui representam, quer dizer, a cidadania ativa, essa educação para a cidadania começa a sair um pouco das estruturas formais, digamos escolares, e elas passam a ser referência nas comunidades a partir de uma atuação

muito mais próximas ou com educadoras, promotoras populares como tem aqui em São Paulo, ou com outras lideranças. A ideia dessa política não é criar nada novo, a política visa, na verdade, tentar dar uma institucionalidade para aquilo que as comunidades já realizam, que são os debates, as conferências, as audiências públicas, etc.

Um dos objetivos da política é consolidar a participação social como método de governo. Como nosso colega dizia, a implementação de políticas públicas depende, para ter sucesso, para pegar, ela depende principalmente de fazer uma escuta de quem vai receber aquela política pública. Se eu tenho uma comunidade em que sua principal demanda é vacina contra o sarampo, por exemplo, eu não posso chegar lá e imaginar o que as pessoas precisam é de vacina contra a influenza, contra o H1N1. Então a escuta, a participação, a “oiça”, como os mais velhos diziam, é fundamental para que o recurso escasso, que é o recurso financeiro do governo, possa ser mais bem aplicado, tenha efetividade, tenha eficácia e traga os resultados que a comunidade precisa, porque senão o dinheiro é desperdiçado e não traz o resultado que é demandado.

Depois, é aprimorar a relação do governo federal com a sociedade civil, respeitando a autonomia entre as partes. É importante dizer que o governo está prestes a mandar para o Congresso Nacional um projeto de lei do Marco Regulatório da Sociedade Civil, a gente chama de MROSC, tem um material dele aqui na feira. É justamente para traçar uma nova relação entre o governo e a sociedade civil, a partir dos convênios, a partir dos repasses de recurso, sem que o Estado, que é uma estrutura muito maior e pesada, sufoque as entidades. Quer dizer, quando eu contrato uma empresa para executar um serviço, eu estou lidando com uma instituição que está seguindo um edital, uma regra e que ela vai ter que seguir sob pena de ser multada e etc. Agora, eu não posso tratar as entidades como eu trato, por exemplo, uma empresa, só que com isso não estou dizendo que as entidades não vão ter responsabilidades, elas terão responsabilidades, mas, pelo perfil e pela atuação que elas têm, elas não vão suportar o peso do Estado para o cumprimento daquelas regras.

Então é necessário também que, para a efetividade de algumas políticas públicas, você crie normas e regras suficientes para garantir a bem aplicação do recurso público com a transparência, mas também a efetividade, aonde o governo não consegue chegar. Por exemplo, a proteção de vítimas e testemunhas: quando o governo resolveu assumir esse programa de proteção a vítimas e testemunhas, a sociedade civil já executava esse tipo de ação há quase dez anos, então não dá para você desconsiderar que a sociedade civil já tem um *know-how*, uma experiência. Só que ela também não pode funcionar com ente federado, ela precisa de um tratamento que dê condições do seu funcionamento na sociedade.

Depois, tem a questão da participação social nas etapas do ciclo de planejamento e orçamento. Nós sabemos que boa parte dos nossos conselheiros está em conselhos de políticas públicas, políticas de educação, de crianças, de direitos humanos, população de rua, em diversas áreas, só que nós não temos entidades... Alguém aqui conhece alguma entidade da sociedade civil especializada em orçamento? Orçamento público? Pois é, são poucas...

### **Interlocutor não identificado**

É que existia aqui na cidade de São Paulo, chama-se Orçamento Participativo, que o gestor público, tanto da gestão que iria executar e que não iam executar, nós tínhamos esse controle que em 2004, 2005, na gestão Serra-Kassab foi extinta aqui na cidade de São Paulo.

### **Wellington Pantaleão da Silva**

Então, o orçamento participativo, como o companheiro ali disse, é fundamental. Por quê? Porque como é que eu posso demandar mais saúde e mais educação na minha comunidade se eu não conseguir incidir sobre o orçamento da cidade, sobre o orçamento da minha comunidade? Então eu acho que, como militante de direitos humanos que a gente é, a gente tem que ter a consciência cada vez maior de que para a gente ter garantias de alguns serviços públicos, a gente tem que incidir exatamente no orçamento. E tem várias formas, se não existir orçamento participativo, tem os nossos parlamentares, os nossos vereadores, deputados, senadores, federais, estaduais. Por quê? Porque o orçamento quando é elaborado pelo governo federal, pelo poder executivo, ele é encaminhado para as assembleias e câmaras e Congresso Nacional, e é lá que esse orçamento é aprovado e votado. Então a comunidade também pode incidir sobre ele nesse processo, por que necessariamente terá que ter audiências públicas. Alguém de nós aqui já participou de alguma audiência pública do orçamento na Câmara Municipal? Pois é, então eu acho que esse é um exercício fundamental para ajudar a implementar as políticas públicas.

Outra coisa da implementação da política é a elaboração de um plano de ação. Esse plano de ação vai ter um guia técnico orientador. Por quê? A criação da política vai demandar, principalmente pela característica do nosso país, de uma adesão dos entes federados. Estados e municípios são autônomos e eles não vão simplesmente dizer “ah isso aqui é muito bonito, é lindo, eu vou implementar”. Então a Secretaria-Geral como a fomentadora, a gestora desse processo, vai ajudar a fazer a pactuação com estados e municípios, inclusive fazendo um monitoramento das ações. Também é criado um fórum governamental da participação social, que tem a função de, principalmente, assessorar a Secretaria-Geral no monitoramento da implementação dessa política com seus princípios e diretrizes, algumas que a gente já comentou aqui, para que a gente garanta um resultado.

Como é que a gente pode melhor exemplificar? Digamos que nós temos duas cidades: Taboão e Itapeceira da Serra. Então lá em Taboão, por exemplo, a gente pode ter participação social muito garantida pelo município, com seus conselhos, com suas audiências públicas, com suas mesas de negociações e diálogos, mas no outro município não. Então a ideia da política é justamente a elaboração de um plano, a gente tentar incidir para que essa participação social aconteça de forma uniforme, se é que isso é possível nos municípios, para que cada vez mais tenhamos a participação social nesses processos e, principalmente, nas políticas públicas.

Então, para que eu possa concluir, como eu já disse, são instâncias e mecanismos de participação social os conselhos de políticas públicas, as conferências nacionais, as ouvidorias, mesas de diálogos, os fóruns interconselhos. Geralmente quem milita, quem trabalha com direitos humanos é assim: eu estou no conselho da saúde, a outra pessoa está no conselho da assistência, a outra está no conselho da criança, e nunca se conversam, como se fosse possível pensar, por exemplo, na criança sem contemplar que ela precisa também da assistência, sem pensar que ela precisa também da educação. Então a política traz a perspectiva dos fóruns interconselhos, que é sentar os conselheiros das diversas áreas e dizer: “vamos então fazer um diálogo sobre como a gente pode de uma maneira objetiva incidir sobre uma pauta passando por diversos temas, atendendo os direitos sociais, por exemplo, da criança ou da pessoa em situação de rua, ou da pessoa idosa”. Então o fórum interconselhos é uma estratégia fundamental para garantir esse tipo de resultado e de participação social, e também audiências públicas as consultas públicas, as consultas públicas, as interfaces e os ambientes virtuais, como eu disse, e as parcerias celebradas com as organizações da sociedade civil.

Eu não vou me estender muito, mas eu quero dizer que essa proposta de política de participação social se encontra disponível no site da Secretaria-Geral, ela ficou por um mês em aberto para que houvesse a participação de diversas entidades, que as pessoas pudessem entrar no site e fazer as suas sugestões. Isso já foi fechado, então a minuta que está lá é a minuta final, proposta pela participação, pela Secretaria-Geral e deve ser lançada e assinada pela Presidenta Dilma ou algo mais para que possa ter validade em todo o território nacional.

A ideia é que a gente consiga incidir sobre os estados e municípios dando forma a essa participação social, para que em uma eventual mudança de governo - porque estamos na democracia - do município, ou do governo federal, ainda que mude a coloração partidária do governo que está estabelecido, a gente tem a garantia de que a participação social vai ser um método de governo que vai ser consolidado por meio de leis e decretos e que, independentemente do prefeito, governador ou presidente ou

presidenta, você vai ter a força social organizada nas entidades e nos conselhos mediante os espaços de fóruns e debates que foram construídos nesse período. Então acho que foi uma [ininteligível] bastante longa, mas era um pouco dos elementos principais para que a gente pudesse apresentar para vocês.

## **Pedro**

Dentro do que ele estava falando acho que todos nós, alguns mais novos, alguns mais velhos aqui, a gente já percebeu que esse modelo de gestão pública centrado nos órgãos públicos, centrado nos servidores públicos, não funciona. É fato, é só a gente olhar, a gente vai sair daqui, a gente vai ver uma série de problemas sociais, a gente vê várias ONGs aqui militando para cobrir espaços que, teoricamente, deveriam ser serviços públicos, sem parceria, muitos sem financiamento público. Está demonstrado que esse modelo de formulação das ações de governo centrado no próprio Estado, centrado no próprio governo, é um modelo falido. Nós somos uma agência, a CGU é uma agência de combate à corrupção, talvez a maior agência de combate à corrupção do nosso país, mas, por mais bem equipados que possam ser a Polícia Federal, Ministério Público, controladoria e tudo mais, nós somos, de fato, incapazes de dar uma resposta à altura da necessidade da sociedade. Esse modelo de execução de política pública centrado basicamente no estado é um modelo que não vai funcionar.

Então, assim, ele colocou aqui uma série de modelos, uma série de possibilidades, se a gente for olhar lá, a questão constitucional, a nossa Constituição começa dizendo lá no seu Artigo 1º, no parágrafo 1º, que *“todo poder emana do povo”*, ou seja, o poder é do povo, é das pessoas. E como é que vai ser exercido esse poder? Por meio dos representantes, são aqueles em quem a gente vota. Ou seja, nem precisaria de uma oportunidade legal, mas também tem lá uma demonstração de que qualquer outra possibilidade do exercício direto da sociedade, direito do povo exercer diretamente o poder é protegido constitucionalmente, é legal. Então a gente tem várias formas de participação, tem os conselhos, você tem conselhos que são consultivos, ou seja, o Estado ele vai atrás de pessoas que são usuárias dos serviços ou são pessoas notórias em determinadas áreas para obter informações de como fazer uma política pública, você tem outra qualidade de conselhos que são os conselhos deliberativos, como, por exemplo, conselho de saúde, é uma instância de poder. Por quê? Porque para que um plano municipal, por exemplo, um plano estadual, um plano nacional possa ser executado, as ações possam estar lá no orçamento, esses conselheiros têm que aprovar esses planos. Municípios, por exemplo, podem deixar de receber transferências federais se não tiverem os seus planos municipais aprovados por conselhos, e esses conselhos, por sua vez, têm representação do Estado.

A gente não pode imaginar também que aquele prefeito, aquele governador, foi eleito legitimamente, ele tem representatividade porque ele foi eleito por uma maioria, então ele tem que se fazer representado em um conselho, mas também o conselho tem que trazer vários segmentos da sociedade civil para que possam ser representados e votem, ou seja, quando a gente bota um representante não dá para ele uma carta branca, um cheque em branco para que ele faça o que quer, a gente dá para ele um mandato, a gente vota em cima de uma agenda de governo, só que depois a gente vai cobrar que essa agenda de governo seja executada e a gente vai participar da construção, da elaboração. Uma agenda de governo é algo um pouco mais abstrato, você tem que materializar isso em políticas públicas, em investimentos no teu orçamento.

Eu venho da atuação que a gente tem de uma agência de combate à corrupção, na nossa atividade fim a gente percebe que somos incapazes de fazer todo esse trabalho. Volto à questão do acesso à informação. Acesso à informação, além de permitir que as pessoas tenham uma igualdade de acesso à informação para poder dialogar com o governo, para poder se fazer apresentar, também é um acesso à informação à transparência, é um modo de combater a corrupção, que prospera em ambiente que não tem acesso à informação. Quando está tudo obscuro, quando a despesa pública, quando os agentes públicos podem fazer aquilo sem que ninguém conheça, existe uma grande chance de que aqueles que são corruptos possam fazer. Agora, se as coisas são feitas às claras, ele pode até cometer o ato de corrupção, mas a percepção, ou seja, você conseguir encontrar o ato de corrupção, passa a ser algo mais plausível, algo mais fácil de você encontrar.

A gente tem alguns exemplos, a gente viu, por exemplo, uns anos atrás... Lembram-se do cartão corporativo, do Governo Federal? E aí pagaram isso, pagaram aquilo e a imprensa noticiou para todo lado... O que era aquilo? Aquela modalidade de despesa já existia no governo, só que ficava fechada lá, alguém pegava algum dinheiro, fazia algumas despesas, pegava as notas, prestava contas, devolvia o dinheiro, ficava lá fechado dentro do meio público. Quando você coloca na Internet, por exemplo, todos os gastos, hoje qualquer servidor público que vai fazer algum gasto com cartão corporativo, aquilo vai estar na Internet logo depois, permite à sociedade olhar. E foi o que aconteceu, a mídia olhou, apontou os problemas e uma série de medidas foram feitas para regularizar o uso do cartão, para melhorar o uso do cartão.

Eu vou falar rapidamente para vocês sobre duas coisas mais importantes no acesso à informação. Existe uma obrigação de que todos os órgãos de governo, de todos os poderes e de todos os entes federativos coloquem na Internet as suas informações orçamentário financeiras, ou seja, todas as receitas que você tem previstas para

executar, o dinheiro que, de fato, entrou na sua mão e todas as despesas que você fez tem que colocar na Internet e que a gente chama em tempo real. Ou seja, em até 24 horas depois da execução da despesa, aquela informação tem que estar disponível lá na Internet, mas na Internet também tem que estar disponível uma série de informações da execução dessas despesas: que contrato eu gastei, para quem eu paguei, a que programa isso se refere, para que a sociedade possa ter essa informação e possa interferir. Interferir, por exemplo: olha, eu fui a uma audiência pública, votei em um orçamento, o orçamento disse que eu ia fazer gastos com saúde, no caso dos municípios tem um percentual que o município tem que gastar com saúde, mas depois eu olhando as despesas de verdade, as despesas de fato, eu percebo que não foram executadas na saúde. É uma forma de eu interferir, eu posso tentar interferir sendo conselho, eu posso tentar interferir de outra forma, ou pelo menos eu sei que aquele gestor que eu vou ter, acreditando que ele ia investir na saúde, ele não está investindo na saúde, ou pelo menos no próximo ciclo de voto eu não vou votar nele de novo porque ele não está cumprindo as suas promessas, não está cumprindo a legislação, não está investindo em uma área prioritária que é a área da saúde. Então tem que ter informações financeiras e informações de execução de despesas e quais são os programas.

Agora, existe mais uma quantidade enorme de informações que o governo não tem que voluntariamente disponibilizar na Internet, mas se alguém pedir individualmente ele tem que fornecer. Quando a lei disse que ele tem que fornecer, independentemente de alguém pedir, a gente chama de transparência ativa, ou seja, de forma ativa o governo vai e coloca a informação na Internet para toda a sociedade. Quando eu peço uma informação, qualquer cidadão, na verdade a legislação não fala nem em cidadão, ela fala em qualquer interessado, ou seja, mesmo quem não tem direito político, que não é cidadão, preso, menor que não tem direito de votar, ou seja, não está exercendo plenamente seus direitos políticos, ele pode perguntar e o Estado tem que dar para ele a informação a qualquer interessado, pessoa física, pessoa natural ou pessoa jurídica.

Sobre qualquer informação que seja interesse do cidadão que está perguntando, da pessoa que está perguntando ou da empresa que está perguntando, e não precisa motivar o pedido, o direito à informação no passado, o que se entendia? A pessoa precisa de uma informação, mas, na verdade, a gente não quer saber o que o governo está fazendo, o que importa é o resultado das políticas públicas mesmo, implementação dos direitos sociais, isso é o que importa para a gente, então o acesso à informação é um instrumento, um meio de eu conseguir saber e de eu conseguir exigir a implementação dos direitos sociais. Depois da lei de acesso à informação, o direito ao acesso à informação era entendido como um direito de saber e ponto, eu não preciso justificar o porquê que eu vou querer saber, então vocês não precisam motivar. Imagina se o Estado

pudesse julgar os motivos para dar ou não a informação, a gente tem [ininteligível] no nosso país que o sistema de [ininteligível] é o que vale, a gente [ininteligível], talvez aqui de São Paulo, ainda tenha mais pluralidade política, ainda tenha mais debate, alguns lugares é aquele coronel ali quem manda e ponto. Chegou pedido e “ah, esse motivo eu não vou dar”, e ninguém ia cumprir a lei de acesso à informação. Então dentro do governo federal, se vocês quiserem, por exemplo, se dirigirem aos órgãos federais ou do terminal da casa de vocês ou da biblioteca ou do acesso à São Paulo, ou seja, qualquer ponto de Internet, vocês fazem um pequeno cadastro com nome, CPF, RG, endereço e e-mail, e vocês conseguem pedir informação sobre qualquer órgão público federal de qualquer lugar. Você pode estar aqui e pedir de Brasília, você estar em Brasília e pedir do Rio Grande do Sul, de qualquer órgão federal e em termos práticos isso tem acontecido, tem atendido.

A CGU faz um monitoramento, é um órgão responsável em fazer um monitoramento da implementação da lei no nosso país e os dados que a gente estava pegando hoje, de mais ou menos 120 mil pedidos que foram feitos até então, a gente tem quase 100% dos pedidos atendidos. Uma pequena parte desses está em atraso, e aí é o nosso papel de monitorar e cobrar as respostas, e mais de 96% dos pedidos são deferidos, ou seja, aquela informação é uma informação pública, e uma pequena parte, de três e pouco por cento, é uma informação considerada sigilosa porque se refere à segurança do Estado, se refere à segurança da sociedade, então essa informação, temporariamente, por um prazo que tem um limite, fica na mão do governo, vencido esse prazo, ela tem que ser disponibilizada.

Então é uma ferramenta de participação popular. Eu acho extremamente frustrante, eu sou funcionário público, mas antes de entrar no serviço público a gente olhava, quando a gente demandava um serviço público você ficava indignado como a gente era tratado ou como a nossa comunidade era tratada. Entrei no serviço público, talvez dentro do nosso universo a gente possa mudar alguma coisa, mas é um contexto que se deixar centrado no Estado, não vai mudar. Pode mudar de forma residual, de forma tangencial, mas o cerne da questão é fazer com que seja uma cooperação, ou seja, Estado e sociedade juntos se corresponsabilizando pela política pública, se corresponsabilizando pelos resultados da política pública. Só assim a gente vai mudar nosso país, só assim a gente vai tornar o nosso país um lugar melhor para se viver.

### **Interlocutor não identificado**

Além de participar do Fórum da Articulação [ininteligível] de Transparência, a gente trabalha com assessoria, consultoria e formação e capacitação de conselhos, então a gente tem um acesso à informação da realidade, do dia a dia desses espaços de participação direta da democracia participativa e a gente percebe que, em que



pesem as iniciativas muito positivas que estão ocorrendo, ainda muito precisa ser feito para que esses espaços, de fato, sejam respeitados. A gente tinha informações que estavam em discussão também em Brasília, nas secretarias de participação, um sistema de participação e controle social, algo que pudesse – pelo menos essa era a expectativa que a gente tinha – buscar uma harmonização, uma articulação, realocação desses diversos espaços de uma forma sistêmica e que, portanto, fosse mais eficiente, eficaz e trouxesse maior efetividade nos seus resultados. Porque a gente ainda percebe que os espaços de conselho, imagino que quem está aqui que e é de conselhos sintam isso, viva isso, eles ainda são espaços de muito tensionamento, de disputa, não de uma ação colaborativa entre governo e sociedade civil.

Esse sistema avançou? Ele está em elaboração? Essa informação tem procedência? Ela tem vínculo com a política nacional? Em que medida nós da sociedade, dos diversos fóruns, vamos poder estar contribuindo na construção desse sistema com as diversas áreas de política pública?

E eu também queria perguntar da Consocial. Nós tivemos a primeira Consocial em 2012, foi um processo amplo, mobilizou milhares e milhares de pessoas no Brasil afora, com participação virtual também, inclusive. Nós tiramos uma série de deliberações, eu não sei se a CGU tem um balanço do que foi possível avançar na implementação dessas deliberações. Nós temos uma deliberação que propunha o controle dos meios de comunicação social, nós tínhamos uma deliberação, já em 2012, que propunha o fim do financiamento privado de campanha, ou seja, essa legislação que está aí, que possibilita todo esse esquema de corrupção e de troca de favores entre quem paga a campanha, financia a campanha, e é eleito. E nós temos a perspectiva de realizarmos uma segunda Consocial, porque já vamos para dois anos e, tradicionalmente, esses espaços de conferência se realizam nas demais políticas públicas a cada dois anos.

Então eu queria, inicialmente, essas duas informações. Sobre o sistema: como é que está a construção e como é que vai ser a nossa participação nele, nessa construção, para que não venha algo pronto e depois a gente tenha que rediscutir, reformatar? E a questão da conferência: se vai haver a próxima conferência e como é que vai ser a participação da sociedade civil na organização dela.

### **Interlocutor não identificado**

Eu queria ver outra questão que é bem mais séria do que essa. Quando a gente fala de governo não autoritário, um governo que seja o governo popular e que não seja autoritário, como eu vivo na cidade de São Paulo (vou falar da minha realidade aqui na cidade de São Paulo), por exemplo, nós temos um prefeito que eu acho que é bem autoritário, bastante autoritário. Porque, para mim, um prefeito que

não ouve a sociedade como um todo, porque duas ações que esse governo fez já esse ano deixaram uma sensação de impunidade até mesmo para a sociedade civil. Por exemplo, a questão do IPTU. Foi totalmente irregular, foi para a justiça e aí acabou ganhando, e a população ficou com a sensação de impunidade. Quer dizer, o governo fez e nós não podemos fazer nada. E uma outra questão também é que foi feito um decreto na qual em alguns bairros nobres como Higienópolis, Moema, Jardins, não pode se criar moradia popular, quer dizer, pobre tem que ficar no lugar de pobre e rico no lugar de rico. Então quando a gente fala da questão do poder Executivo e do Legislativo, eu acho que a sociedade não tem ninguém que a defenda, porque o legislativo ao mesmo tempo faz o interesse do governo, não oposição, mas é aliado do governo. A Câmara dos Vereadores, por exemplo, foi conivente com essa situação que foi uma frustração para a sociedade civil.

E do lado dessa questão da corrupção eu queria só fazer uma pergunta: para combater a questão da corrupção, uma das coisas que a gente deveria fazer nesse país não era uma reforma do Judiciário? Por que eu fico espantado, eu fico triste quando a gente vê que a nossa legislação é de 1940, da época de Getúlio Vargas, e por que os governos até agora, até na época da nossa presidenta Dilma, isso não foi mudado? Quer dizer, os corruptos que a gente vê por aí, a sensação que nós temos é a sensação de impunidade. Como, por exemplo, uma relação sobre a questão do Conselho Tutelar. Olha só o Conselho Tutelar: se uma mãe deixar uma criança dentro de casa porque foi na padaria comprar um pão e se alguém denunciar, aí o Conselho Tutelar vai lá tomar a criança da mãe e até punir ela. Agora, uma criança que está na rua não, esse não é meu público não, essa criança que está na rua não é público meu. E aí, como é que fica isso? Como é que funciona? Como é que um Conselho Tutelar trabalha? A criança que está na rua usando drogas, está lá na Praça da República, está abandonada, “não, esse não é meu público, é uma outra questão, é em relação aos moradores de rua”. Não o fato dele ser morador de rua, ele também tem o direito dele, por exemplo, o cidadão está lá morrendo, está lá passando mal, está morrendo, você chama o SAMU. Ele não vai atender, é morador de rua? “Ah, é outro público, aí não é comigo não”.

Aí a sensação que a gente tem é assim: o poder público é omissivo, é omissão de socorro, por que o SAMU é um atendimento ótimo, eu até elogio, mas, quer dizer, que uma pessoa não cidadão não é um ser humano? Ele precisa de um tratamento também e ele é mais vulnerável do que quem tem, porque muitas das vezes se eu estou dentro da minha casa, eu tenho os meus parentes para poder socorrer e ele não tem. Então a sensação que a gente tem é uma sensação de impunidade que é muito grande nesse país, a corrupção é muito grande. E tem outro lado que é o poder Executivo que, na nossa realidade, parece é um governo autoritário e que eu queria saber se realmente nessa questão que a gente está falando sobre o

controle social, da questão da fiscalização do Executivo, isso tudo realmente vai poder ajudar a sociedade civil a se livrar dessa sensação de impunidade, que eles podem fazer tudo e a gente abaixa a cabeça e deixa por isso mesmo?

### **Interlocutor não identificado**

Bom, olha só, quando você diz que a questão da corrupção passa pela falta de informação, também é verdade. Mas também hoje no Brasil acho que é meio generalizada, não é? Porque também quem tem muita informação também é corrupto. Então a gente está no “se correr o bicho pega, se ficar o bicho come”.

Essa lei, na questão social dos movimentos, as ONGs vão ficar como? Porque aqueles 20 centavos foram só o estopim, foi o povo indo para a rua e falando “a gente não aguenta mais, não dá mais, peraí olha, presidenta, escuta, veja, não concordo com a forma”. Não precisava quebrar nada, era só ir para a rua e falar “não dá mais”. Para mim, na minha concepção, eu sou professora, eu faço greve, eu vou para rua, eu também fecho rua lá em Brasília, mas sem quebra-quebra. Quebra-quebra para mim não é manifestação, aquilo ali também é uma forma de corrupção.

Agora, nós ONGs, você está vendo aqui, eu não sei, eu não tenho um levantamento de quantas estão aqui representadas, eu vim lá de Brasília porque eu falei “caramba, a gente tem que aprender, porque do jeito que está, daqui a pouco a gente também não dá conta”. A gente não é um braço do governo, porque a gente não recebe nada do governo, talvez pela nossa falta de informação ou de formação, mas a gente precisava aprender, então é bacana ver vocês aqui. Eu não sabia que tinha essa participação, é muito legal ver que o poder está aqui representado.

No Brasil houve também meio que um escracho: “ah, toda ONG rouba, não faz o trabalho direito, não presta contas direito”. E isso também não é verdade, não dá para generalizar, então a gente está aí há muitos anos trabalhando, tem as que são mais antigas, que têm problemas também, mas e o povo que está aí trabalhando? Como eu disse, a gente não é o braço do governo, talvez a gente seja uma unha ali, tentando ajudar aonde o governo não consegue chegar, aonde chega e não consegue atender, então a gente trabalha com muitos projetos, mas não temos uma ajuda, de fato, do governo. Aonde a gente entra aí? Aonde essa lei vai nos ajudar? Só na informação ou em algo mais?

### **Interlocutor não identificado**

Aqui diz Lei de Acesso à Informação, ouvidorias, políticas nacionais de participação social, Lei de Acesso à Informação... Estamos em novembro de 2013, você precisa ir até o Ministério Público, pedir que ele intervenha junto à você, porque a prefeitura da tua cidade se

nega a dar informações públicas, informações de licitação, convênio com entidades, coisas que você quer saber. Ela se nega, e mesmo com a promotoria dando determino que atenda e tal, ela se nega, então isso não vai para frente, isso não leva a nada. Tudo isso que vocês fazem lá em Brasília, a CGU, acho que tem que rasgar tudo e começar do zero, porque enquanto não tiver punição com o agente público que se nega a dar essa informação, isso não vai levar a nada. Estamos em novembro de 2013, para requerer alguma coisa você tem que ir até a promotoria, porque a Prefeitura se nega. Aqui diz ouvidoria, o ouvidor da cidade, acho que nem segundo grau completo tem, ele nunca ouviu falar da CGU, da última vez em que eu conversei com ele, nunca. E aqui diz Política Nacional de Participação Social.

A gente, como cidadão, faz a nossa parte, mas chega lá no governo, chega na Prefeitura, chega no governo de estado, nada acontece. Então eu acho que, pelo início da conversa, você ficou até um pouco desanimado e eu fiquei desanimado no início, porque isso não vai levar a nada. Acho que a sensação que o cidadão quer ter hoje em dia é que lá em Brasília se faça apenas um presídio para corruptos públicos, todo agente público que fizer corrupção, seja de dez reais ou de cinquenta milhões, vai para a mesma cela, compartilha marmitta todo dia, é isso que tem que ter. Enquanto não tiver... Isso não é coisa surreal, é coisa que tem que acontecer.

A nossa lei é de novembro de 2011, nos anos 1940 isso já tinha na Europa, nos anos 1950, 1960, isso já tinha nos Estados Unidos, acho que na Suécia desde o início do século. Estamos atrasados, estamos na idade das trevas, não vai mudar enquanto a presidente, seja lá qual vai ser o próximo, não intervir de verdade, não colocar responsabilidade nos agentes públicos para tratar o cidadão com respeito. Inacreditável você ir até o promotor pedir autorização... Hoje que esteja na lei, o que deve se fazer com quem negou? Não se faz nada. Eu sou morador desse país, isso acontece na minha cidade e em qualquer outra cidade desse país.

### **Interlocutor não identificado**

É só porque a minha é uma resposta à dele e a gente vai ter que depois ser breve nos comentários, eu vou pedir até para vocês também serem breves na finalização porque está começando uma atividade lá em cima até que eu quero convidar vocês e eu já vou falar disso, mas uma resposta sobre o que você está falando.

A gente está aqui, esse estande do governo federal, que foi coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República. A gente lá nessa Secretaria coordenou a vinda de catorze Ministérios para cá, para atuar em várias atividades, tanto nessa atividade que a gente está fazendo agora, que é a roda de conversa, quanto tirar as dúvidas, e as oficinas, os seminários lá em cima. E quem coordenou isso lá dentro da Secretaria-Geral foi uma área que a gente tem lá

chamada de Marco Regulatório das organizações da sociedade civil, que é justamente essa sinalização do governo para um marco legal e institucional mais favorável à relação das organizações com o Estado.

A gente sabe o problema que muitas organizações tiveram com prestação de contas, muitas vezes por desconhecimento de algumas normas que são normas complexas mesmo isso virou uma agenda prioritária desse governo agora, depois de uma demanda, de uma articulação da sociedade civil que reuniu em uma plataforma. E a gente trouxe aqui até um guia explicativo sobre o que é esse novo marco regulatório, o que ele significaria de diferente para as organizações e para o Estado. É uma agenda política ampla, não envolve só a aprovação de uma lei, a gente sabe que, às vezes, para mudar as coisas requer tempo, precisa mudar a cultura institucional, tanto das organizações quanto do próprio gestor público. Mas nós estamos lá muito empenhados em fazer isso e esse estande é a sinalização física desse diálogo que o Estado, que o governo quer fazer com as organizações.

A gente tem agora alguns projetos de Lei no Congresso Nacional, a gente tem uma articulação no Congresso também, tem essa área lá dentro da Secretaria, já realizou vários seminários e vocês estão muito bem vindos a participar dessa discussão. Tem esse folheto aqui, ele tem o e-mail, tem todo o contato e explica quais são as principais mudanças que a gente quer emplacar para essa relação, para simplificar a relação das ONGs, quando fazem um convênio, quando fazem algum tipo de parceria com o Estado. Fazer com que não se tome os casos isolados de corrupção, daquelas que se usam, dizem que são ONGs, mas na verdade só usam dessa figura jurídica para fazer mal versação de recursos. E, no fundo, a gente sabe da história de muitas organizações, que têm uma história de atuação muito importante nas comunidades, com coisas que o governo, às vezes, não sabe como fazer, não sabe como dar solução e a gente já tem essa compreensão dentro do governo.

E essa participação Feira ONG Brasil é uma resposta, a gente não está em outro lugar, a gente está na Feira ONG Brasil, dialogando com outras organizações, então tomem conhecimento disso, ajudem, se somem à gente nessa agenda política importante agora.

### **Interlocutor não identificado**

Bom, eu só queria fazer um comentário. Eu não sou da área de ONG, por acaso eu sou da área de hotelaria. Fiquei indignada com o que eu ouvi, que então nós vamos ter uma pessoa trabalhando no hotel corrupto, com um salário de vinte mil. Eu posso dizer para vocês que uma pessoa, um executivo, para chegar ao salário de vinte mil reais no Brasil precisa de ser, pelo menos, inicialmente formado na Suíça, que é a primeira e única grande faculdade de hotelaria do mundo, deve falar, inicialmente, pelo menos, quatro idiomas, sem contar o português, trabalhar catorze, quinze horas por dia, porque é a carga

horária que nós temos em um hotel, sábado, domingos e feriados, e ser responsável pelo patrimônio do hotel, ser responsável pela receita e pelos custos e orçamentos do hotel. Então é uma coisa absurda o que aconteceu.

Quando você disse de autoritarismo, eu acredito que não seja só no estado de São Paulo, embora eu seja de São Paulo, eu estou em Taubaté há sete anos na área de hotelaria e, pelo nível de corrupção que está generalizado no Brasil, eu vejo que quanto mais nós pensamos em autoritarismo, mais possibilidades de pessoas corruptas você tem. Então nós temos que passar a pensar até que ponto a gente precisa de pessoas tão autoritárias em determinadas posições dentro do País. Talvez esse não seja, nunca deve ter sido, e nem deveria ter sido, o perfil, porque a gente tem esse perfil desde a época do Império, então talvez seja o momento de se mudar esse perfil de gestores que nós temos porque não dá mais para conviver com a corrupção.

Agora, por outro lado, eu quero parar de [ininteligível] por este movimento aqui porque foi quando nós chegamos aqui. Nós somos de um ponto de cultura de Taubaté, que nós falamos sobre a cultura da cidade de Taubaté, e a primeira coisa que chamou nossa atenção: “puxa vida, pela primeira vez estamos dando de cara com o governo e vamos poder nos manifestar”. Quanto às manifestações, que nós tivemos dos 20 centavos, também acho outro absurdo. Foi só uma pontinha, não poderia ter parado, não era momento para parar, eu acho que a gente perdeu a grande oportunidade de uma grande virada no País novamente, e eu acho, outro dia eu coloquei no *Face*, eu postei e eu chamei Taubaté para as ruas, eu chamei Taubaté para as ruas porque não dá mais para conviver, porque a nossa corrupção também na cidade, nós sabemos, é grande. Vocês todos estão acompanhando o Vale do Paraíba, lá está perdido, cada dia é um que cai, é um que sobe, é um que cai, não dá mais. Então, se hoje o governo está com vistas para isso, nós aqui reunidos não podemos deixar que vocês parem com isso, e que a gente realmente tenha que, junto com vocês, formar, como você disse, um braço com ele, estar voltado totalmente para isso e mudar a cara do País.

Outra coisa que hoje eu comentei com vários participantes de ONGs, que eu acho que é fundamental em um evento como esse: a participação da juventude, a participação de criança. Por que isso é importante? Porque a criança, eu vou mostrar para ela com outros olhos o que é uma ONG, o que uma velhinha de oitenta anos pode trabalhar e fazer aqui pra mim. Por que o deficiente está participando? Por que o cachorro está participando? Eu vou tirar a criança do computador, do meio de pedófilos, de drogas, de tudo aquilo que hoje a tecnologia não é a nosso favor.

Eu acho que vocês deveriam levar aos organizadores daqui da Feira que a gente tenha para os próximos anos a participação de escolas

públicas, municipais, estaduais e, principalmente, as particulares, porque escola particular não participa de muita coisa, vamos e venhamos e vocês sabem disso. Eu vejo isso também na minha cidade, lá em Taubaté, a gente faz uma série de eventos, escola particular, onde papai tem dinheiro, filhinho não vai.

### **Interlocutor não identificado**

Sou só uma orientadora comunitária, aluna ainda cursando, mas vocês observaram que teve vários comentários, várias perguntas junto com os comentários, e eu só tenho uma pergunta a fazer sobre a lei. O que acontece? Os nossos governantes dizem que não têm verbas suficientes para manter saúde e educação, os hospitais estão precários, os AMAs, os postos de saúde, as escolas da rede pública, que era para ser uma das melhores escolas do País, porque o país é rico é uma porcaria, desculpa falar.

Ontem eu vi um edital que saiu na Metronews, um jornalzinho que é entregue no metrô, que saiu uma lei - não sou contra, eu não sou preconceituosa, a pessoa faça do seu corpo o que quiser -, saiu uma lei que homossexuais, tanto homem como mulher, vão poder fazer troca de sexo gratuito pelo SUS, e nós que não temos mamografia, radiografia, não tem nenhum benefício para ter um atendimento ótimo nos hospitais em uma necessidade, uma consulta que nós precisamos ter pelo menos uma vez ou a cada três meses uma consulta, nós não temos. Vamos a um posto de saúde, vamos marcar consulta, a consulta é marcada para daqui a três, seis, um ano, dependendo da causa. E por que agora eles estão soltando essa verba para fazer esse tipo de cirurgia, e nós que precisamos trata de câncer, de AIDS e outros tipos de doenças não temos? É só isso que eu queria saber.

### **Interlocutor não identificado**

Foram muitas falas, mas eu vou tentar, de algum jeito, resumir. Nós estamos ainda na fase da política, então, na verdade, a ideia de sistema está dentro da política que é você tentar alinhar os principais espaços de diálogo e debate hoje do governo. Primeiro começar a fazer esse, alinha em casa que é no governo federal, então organizar os conselhos, os comitês, os espaços de diálogos e debates, as mesas, etc., para que a gente possa também trabalhar com os municípios e estados na federação, que nós temos uma nova forma de lidarmos com a questão da participação social.

Como eu disse, o País é federado, estados e municípios são autônomos, então, na verdade, vai ser feito um compromisso, esse compromisso vai ser assinado pelos prefeitos para que eles possam implementar na sua cidade esse modelo de participação social. E aí sim a gente vai ter condição de ver de forma sistemática o funcionamento, a parte da participação social nos diversos órgãos, nos diversos níveis: União, estados e municípios.

Agora, com relação à questão de corrupção, de participação social, eu tenho 34 anos e eu sou otimista, eu sou otimista porque eu acho que... Será que a corrupção aumentou ou será que a gente está tendo coragem de falar o que a gente sempre ouviu dizer? Isso nos sugere também um comportamento novo e o comportamento novo nos sugere participação, participação nova. Um dia eu estava no site da transparência do governo federal, que é [transparencia.gov.br](http://transparencia.gov.br), e lá eu achei o nome da minha avó, que faleceu em 2001, como beneficiária do Bolsa Família. Eu fui atrás para ver porque ela estava supostamente recebendo o valor já durante vários anos. Fui atrás, busquei informação, não era ela, mas poderia ter sido.

Então eu acho que o nosso comportamento depende muito da nossa cabeça: “ah por que o hospital, de fato, não funciona, por que a escola não funciona, mas e o prefeito? A presidente? O governador?” Mas, quais de nós aqui vamos lá no hospital, na AMA, no posto de saúde, conversar com o diretor do hospital? Isso também é participação social. Porque consertar o ar condicionado do hospital que quebrou ou mandar arrumar um raio-x que quebrou é uma obrigação do diretor do hospital, não é do presidente, não é do governador, não é do prefeito. Então eu acho que, na nossa cabeça, ainda fica o discurso que eu acho que é um discurso justo, de que os serviços não funcionam e tem que funcionar, mas na medida em que a gente começa a sair...

Por que eu acho que é uma armadilha dizer que o governo não privilegia a participação social? Mas, que governo? Nós temos três tipos: o federal, o municipal e o estadual. Quando você identifica, aí sim: a quem eu vou procurar? Eu acho que isso é um exercício que a gente tem que fazer, e identificar as portinhas que a gente tem que ir, a possibilidade de você ir hoje participar de conselhos, de você ter espaços deliberativos que, inclusive, se o conselho não aprova o dinheiro federal não vem, o dinheiro estadual não vem. Isso é um importante avanço, e posso dizer para vocês: os direitos humanos precisam evoluir na medida em que a sociedade também evolui.

Todo mundo aqui assistiu Gabriela não assistiu? Que passou ali com o Coronel que dizia que ia usar a mulher, “se ajeite que eu vou lhe usar”. Isso há quarenta, cinquenta, setenta anos atrás era permitido, não era? Inclusive, ele matou a mulher porque ele precisava limpar a honra, limpar o nome dele, ele não podia deixar a mulher viva. Por que eu estou dizendo isso? Por que não dá mais para conviver com isso. Hoje, a violência contra a mulher tem que ser combatida, se o rapaz bater, der um tapa, espancou, matou uma mulher, hoje a sociedade já não permite mais. Antigamente dizia “briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Então eu estou falando esse exemplo por quê? Porque os direitos humanos evoluem na medida em que a gente tem novas necessidades. Se antes a gente permitia, a



sociedade permitia que a mulher sofresse violência, hoje não é mais permitido. Tudo bem que acontece, mas nos indignamos com isso.

E eu faço essa fala com relação à questão da troca do tal do sexo, como você disse no hospital. Não dá para comparar o que é mais importante: se é mais importante trocar de sexo para uma pessoa, ou se é mais importante tratar o câncer de mama. São duas necessidades, porque são duas pessoas e elas têm direito dentro do Estado democrático, esse direito tem que ser respeitado. O que eu acho que nós precisamos é fazer aquilo que eu disse, nós só costumamos lutar por aquilo que nos interessa. Como eu disse, quem trabalha com a questão da criança precisa participar ou ter relação com as outras áreas da assistência, da educação, do trabalho, etc. Porque a criança também é vítima do trabalho escravo, do abuso sexual, da falta de saúde, da falta de educação. Então eu acho que quando a gente sai do nosso lugar e milita, não por uma causa específica, mas pela causa dos direitos humanos, ou para que todos tenham o tal do acesso, a gente começa a melhorar a relação.

E para encerrar minha fala, dizendo que a participação social, independentemente do que está sendo proposto enquanto política, é fundamental para dar uma forma, mas dar uma forma daquilo que a sociedade civil já faz. Eu queria só discordar contigo, porque eu acho que as entidades não são uma unha, eu acho que elas são o braço mesmo, porque essas entidades chegam em cidades que o Estado dificilmente chegaria. É por isso que a Bianca disse do Marco Regulatório, o Estado precisa tratar melhor aqueles que chegam aonde o próprio Estado não pode chegar, e volto a dizer: não é que o Estado não vá fazer a fiscalização, mas é criar normas mais claras para fazer com que as entidades consigam alcançar os objetivos, garantir o acesso à educação, à saúde ao que as entidades fazem de uma forma mais respeitosa com o governo, e não o governo criminalizando e dizendo: “hoje todo mundo que usa branco é assim, ou todo mundo que usa preto é assado”. Não dá.

Então, só para encerrar e dizer que a gente está na batalha por essa participação social formalizada, essa política deve ser lançada, e a partir disso vai ser feito um trabalho para que, de fato, de forma sistêmica, a gente tenha no País a possibilidade de criar os espaços de participação social com deliberação, com atuação mais firme e forte política nos espaços.

### **Interlocutor não identificado**

São muitos comentários para conseguir sintetizar, mas eu concordo com vocês dois em relação à questão da impunidade. A gente combater a corrupção passa por vários setores, e não são setores controlados por um só órgão de governo, ou só pela presidente, ou só pelo governo do estado, que tem as polícias estaduais, enfim, por uma série de agentes que estão envolvidos aí. Hoje a gente vê muita notícia de corrupção, não é porque a corrupção aumentou, a

percepção da corrupção aumentou, porque você passou a ter algum aparelhamento. Você pega, por exemplo, a Polícia Federal. Alguns anos atrás, a Polícia Federal não combatia crime de corrupção, se via muito pouco combater crime de corrupção, você não tinha outros agentes que foram criados ou fortalecidos. Então, instrumento, de tecnologia da informação, de transparência, de participação popular, de denúncias, de ouvidorias, uma série de mecanismos que foram criados, deram ferramentais para que esses órgãos de combate à corrupção colocassem... Existem casos de corrupção e vão lá para o Poder Judiciário. A impunidade depende de uma transformação da legislação processual penal, de estruturação do nosso Poder Judiciário, mas não é isoladamente uma única medida que vá ser determinante para acabar com a corrupção, embora seja uma das mais importantes, se não for a mais importante.

Em relação à questão da Consocial. A Consocial foi uma conferência realizada no País que tratava de um tema transversal ou importante para todo mundo, que era transparência e controle social. Foi feita uma série de propostas. Do ponto de vista da qualidade das propostas, elas são boas. Algumas propostas transformadoras, só que nem todas elas são de total ingerência da CGU, a gente tem que dialogar com diversos setores, inclusive, tem várias propostas que são propostas de mudança de legislação, que é um processo que não depende exclusivamente do papel da CGU, depende do papel do Congresso Nacional, dos debates, da participação da população para a aprovação de lei, e tudo mais. Algumas ações, principalmente ações que são dentro do governo federal, políticas geridas pela CGU, foram incorporadas aos nossos trabalhos, questões como acesso à informação, projetos nacionais do País dentro da CGU, o Programa Brasil Transparente, outras coisas mais foram incorporadas como políticas nossas, as outras estão em processo de diálogo.

Realmente, o tempo da implementação das propostas não é o tempo ideal que a gente imaginava, que a sociedade precisa e quer, mas eu acho que a gente compreende vivendo e sendo [ininteligível] no nosso país e vendo como as coisas acontecem, que nem tudo é na velocidade diretamente proporcional à necessidade ou, inclusive, à qualidade das propostas. Muitas dessas propostas, por conta das manifestações de junho, passaram a ser também questões dialogadas no Congresso Nacional, que antes nem eram. Projetos que talvez não tivessem a força para que pudessem acontecer ou evoluir, com as manifestações, queiram ou não queiram, por isso é que eu falo que a questão popular é muito importante, quisessem os governos ou não, muita coisa foi aprovada no Congresso Nacional, muitas medidas foram tomadas pela força da população.

Então, da periodicidade de dois em dois anos: agora eu não sei, a gente não tem informação dentro da Controladoria se ela vai ter essa periodicidade de dois em dois anos, apesar que eu posso depois perguntar ao pessoal que cuida dessa área em Brasília, para ver se

eles têm essa informação da periodicidade ou não, não tenho como afirmar aqui para você.

E a última questão que eu acho importante é uma questão pessoal minha, não estou nem representando meu órgão: eu acredito em mudanças incrementais, mudanças do dia a dia, acho que as grandes rupturas que nosso país sofreu, grandes rupturas históricas de regimes e outras coisas mais, não foram suficientes para fazer transformações. Então eu acredito na transformação que é do dia a dia. Se a gente voltar a poucos anos atrás, como ele deu o exemplo da questão da política em relação às mulheres, há quarenta, cinquenta anos, era aceitável culturalmente que o homem pudesse impor questões. Hoje não é aceitável culturalmente. Realmente ainda tem muita violência contra a mulher, tem que ter política pública de combate, mas houve uma transformação cultural em entender que isso não é algo mais aceitável. Tomara um dia em que o jeitinho brasileiro, que aquela corrupção do cara que bota a TV a cabo, que puxa a luz, que não sei o que, não seja mais aceitável no nosso país.

Muitas vezes, o representante que está lá, a diferença que ele tem de boa parte da população é a oportunidade que ele tem, é a capacidade que ele tem de influenciar, porque tem um cara importante e tudo mais. Então, oxalá chegue um dia em que a corrupção, inclusive a pequena corrupção, que a indignação que você tem seja uma indignação universal, de 100% do povo brasileiro. Muitas vezes, tem gente que fala assim: “ah, foi preso por corrupção”. A ideia que se tem em relação àquele que foi preso por corrupção não é um sentimento de “oh, muito bom que foi preso, tem que combater a corrupção”, é um sentimento de “ah, aquele não foi tão esperto quanto os outros, aquele foi pego em um ato de corrupção ou foi preso, em um ato de corrupção, os outros são mais espertos”. Isso é até certa admiração por algumas figuras em muitos casos.

A gente tem uma explicação a essa questão cultural, nós estamos hoje no maior período contínuo de democracia, a gente teve, ao longo de mil, contanto de 1500 para cá, a gente viveu colônia, depois nós fomos uma monarquia de descendentes de portugueses, depois nós fomos uma república oligárquica, só dos meios de produção daquela época lá dominando a política do nosso país, depois nós tivemos revolução tenentista, que daria uma oportunidade ali de repente de mais participação popular, e a gente teve o golpe de Estado. Depois vivemos um período, pequeno período de democracia, de novo uma ditadura. Hoje vivemos o período contínuo, mais longo da história, então somos uma democracia jovem, cheia de imperfeições. Mas eu acredito que a questão incremental – e eu não sei se eu vou estar vivo para ver as transformações que eu desejo, na velocidade em que a gente deseja, mas eu tenho um filho de um ano, eu quero para o meu filho um País muito melhor do que aquele que eu tive hoje. E eu acredito que se essas questões de transformação, de aumentar espaço de participação popular, de sistematizar esses processos de

dar não só voz para... Eu acho importante dar voz para as pessoas opinarem, mas você tem que dar poder para as pessoas decidirem, compartilhar a decisão. Não só ouvir, ouvir é importante, muito importante, mas tem que compartilhar a decisão. A população se sente corresponsável por aqueles resultados por que ela foi um participante daquilo.

Então, eu tenho também uma visão otimista, em alguns momentos a gente realmente se frustra, é cíclico. Nós estamos empolgados com alguma coisa, às vezes, aquilo não avança e você se entristece, mas você se renova. O contato com pessoas, ativistas, com pessoas de ONGs e tudo mais, reanima nosso espírito, muitas vezes é motivador de “olha, eu sou servidor público, eu tenho que me dedicar porque tem pessoas que dependem disso, são pessoas exatamente como eu, que precisam de ações do estado”. Isso motiva para que as coisas aconteçam. Eu acredito na questão incremental, os avanços incrementais. Tomara que esse processo que vem, talvez não no ritmo que as pessoas precisam, ele continue. Continuando, a gente vai ter avanços, avanços de verdade.

### **Interlocutor não identificado**

Só um minutinho, é uma coisa importantíssima, é a última pergunta. Eu deixei de falar que realmente isso interessa muito à sociedade, porque eu vi em uma pesquisa que 30% dos brasileiros não confiam na polícia, ou seja, quem deveria nos dar segurança não dá de verdade. E aí, eu queria saber só em relação a esse processo que vocês estão fazendo contra a corrupção, por exemplo, eu vejo a polícia de dois lados porque o governo é quem manda na polícia, então se o governo manda a polícia fazer o negócio, ele tem que cumprir a ordem porque o governador dá. E quem realmente é o culpado, é o que faz ou quem manda? Como é que fica essa história? Porque a história do Carandiru ficou meio assim, a gente ficou meio engolido, porque o policial foi punido – tudo bem que ele cometeu o erro – e o governador na época está aí, solto, e ninguém fala o nome dele. E aqui na reintegração de posse, acontece a mesma coisa em São Paulo e em outros estados. E como é que fica essa questão?

### **Interlocutor não identificado**

Como você disse, as polícias são forças. Eu estava ouvindo hoje que o Brasil é um dos poucos países que depois da ditadura manteve o mesmo perfil de polícia que tem desde a ditadura, então é um perfil militarizado, e por se militarizado, cumpre ordens. Cada estado tem sua polícia, independente, que responde ao seu governador. Do ponto de vista do que a polícia executa, enquanto ilegalidade, o que nós temos que fazer enquanto cidadãos e gestores públicos são duas coisas muito importantes: batalhar pelas ouvidorias de polícia, que são importantes para poder levar as denúncias adiante, e também as corregedorias de polícia, porque é uma outra instituição, as duas têm que ser independentes. E que possam encaminhar as denúncias.

Mas você tem hoje canais de denúncias que são fundamentais, por exemplo: quem conhece aqui o disque 100? Disque 100 é fundamental, é gratuito de celular, de qualquer telefone você faz as denúncias, não precisa se identificar. Então, eu acho que, tudo bem, tem demandas, como o Márcio disse, que são muito urgentes, mas como você não tem condições de resolver de uma hora para outra, nós vamos tendo condições de fazer processos diferentes pelas ouvidorias, pelas corregedorias, pelos telefones de disque-denúncia e disque-sim etc., levando aquilo que a gente acha que é certo adiante.

No caso da segurança pública, vamos e convenhamos, nós enquanto sociedade civil, nós enquanto cidadãos, temos que ter a seguinte pergunta: quantas vezes nós paramos para discutir segurança pública? A gente discute saúde, educação, transporte (transporte mais ou menos), a gente discute tudo quanto que é tema, a segurança pública a gente não discute. A saúde a gente discute em conferências nacionais desde a década de 60, a segurança pública nós tivemos uma conferência que foi na gestão do presidente Lula. Então, acho que nós, enquanto cidadãos e cidadãs, temos, inclusive, que palpar na segurança pública, do mesmo jeito que a gente quer ter o direito que é mais importante o posto de saúde aqui do que ali, ou de uma escola que é mais importante aqui porque é mais precário do que ali, nós também precisamos criar condições de estabelecer um debate sobre segurança pública pelo meio da participação social, porque esse é o elemento que afeta diretamente as nossas vidas, ou porque a polícia tem a função de proteger a sociedade ou porque, muitas vezes, alguns de seus membros cometem ilegalidades também. Então fica a pergunta: quantas vezes a gente discute segurança pública?

### **Interlocutor não identificado**

O que eu quero dizer é que o Estado tem que exigir para todos, que é o que você também está dizendo. O Estado precisa garantir direitos para todos, de qualquer cor, tamanho ou jeito. Então o desafio do Estado é garantir saúde pública, como no caso que você está colocando para homens, mulheres e para suas necessidades. É claro que nem está se propondo um tratamento especial, diferencial, para um público ou para outro público, mas a construção da política de saúde precisa passar também pela escuta das necessidades que são colocadas pelos diversos grupos sociais, por exemplo, a anemia falciforme é uma doença que afeta, necessariamente, as pessoas negras. O Estado precisa olhar para isso.

O nosso Estado é um perfil de um Estado garantista, que garante, que precisa garantir. “Ah, mas somente a criação de uma lei resolve?” Não, não resolve. A pessoa pode, inclusive como você mesma disse, cair na tal da fila da emergência e não ter atendimento, mas o Estado precisa dizer que aquilo é direito e forçar para que o atendimento aconteça, não só para um público específico, mas para todos. Porque

o nosso desafio enquanto Brasil, enquanto país, é que nós somos um dos únicos países do mundo que estamos nos propondo a fazer um sistema único de saúde, que em muitos países do mundo, inclusive os mais ricos, como os Estados Unidos, não possuem. O presidente Obama, a confusão que ele convive lá é porque ele tentou peitar um serviço de saúde pública há três, quatro anos. Então vejamos o tamanho do complexo. A saúde não é perfeita, mas o desafio de se fazer uma saúde que um dia seja universal... É por isso que a sigla é SUS - Sistema Único de Saúde, funcionando no Brasil como um todo. É uma política pública que não está sanada, que não está resolvida, tem importantes avanços, mas ela está em pleno processo de construção.

### **Interlocutor não identificado**

Por favor, eu me esqueci de responder a questão da Lei de Acesso à Informação, no município que não atende. A legislação previu, ela instituiu sete condutas ilícitas, ou seja, se deixar de cumprir determinados setores em sete situações, aquilo é passível de penalização pela Lei de Improbidade Administrativa. Então é um ilícito que comete como comete crimes e outras coisas, por deixar de cumprir outras normativas, então a lei instituiu em sete itens: não dar informação, adulterar informação, usar, não dar informação para obter algum tipo de proveito, uma série de coisas. O Ministério Público pode, inclusive, entrar com uma ação contra o gestor que não instituiu, não se preparou para cumprir a Lei de Acesso à Informação, ou que mesmo que tenha se preparado, não cumpre, de fato, a Lei de Acesso à Informação. Aquilo é um ilícito tipificado na Lei de Acesso à Informação, como tem tipificações no código penal, e outras coisas mais na conduta dos funcionários públicos, dos agentes públicos.

A CGU tem um programa de capacitação para municípios, porque a gente percebeu que o governo federal tem atendido, os governos estaduais, de maneira geral, têm atendido, mas os municípios são onde está o gargalo do atendimento da lei. Então a gente percebendo isso, fez um programa chamado Brasil Transparente, em que a gente ensina o município a regulamentar a lei, fornece gratuitamente tecnologia de informação para ele botar os seu atendimento ao cidadão e ao público, a gente vai *in loco* e faz capacitação sobre a legislação e sobre os servidores públicos com esse foco que a gente discutiu aqui, a obrigação do Estado, um direito do cidadão para mudar essa questão cultural do servidor público de que acha que a informação pertence ao agente público é não à sociedade. Então o que você apresentou aqui é uma anomalia, pode ser até recorrente, mas a legislação prevê mecanismos para combater, e aí depende dos órgãos de controle efetivamente combaterem ele com o Ministério Público e entrar com uma ação de repente para penalizar alguém que, mesmo tendo capacitação, mesmo conhecendo a lei, continua de forma reiterada descumprindo a legislação.

## **Roda de conversa: Catadores e a Política Nacional de Resíduos Sólidos**

### **Participantes:**

**Francisco das Chagas Santos do Nascimento** – Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República

### **Francisco das Chagas**

Boa tarde, meu nome é Francisco das Chagas, sou da Secretaria-Geral da Presidência da República. Dentro da Secretaria-Geral nós trabalhamos no Departamento de Diálogos Sociais, que atualmente está ligado à Secretaria Nacional de Articulação Social. Dentro do Departamento nós temos uma Secretaria Executiva do Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis. Essa Secretaria, ou melhor, o Comitê Interministerial, foi criado em 2003, como uma resposta do então presidente Lula, para o diálogo que já havia acontecido com o Movimento Nacional dos Catadores. A partir de 2003, nós temos um processo de diálogo, que conforme o tempo foi passando, foi se aprofundando. Eu vou mostrar para vocês, rapidamente, um pouco desse histórico e a minha ideia é de a gente falar sobre a questão da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e como os catadores estão sendo incluídos ou envolvidos nesses processos. Existem grandes desafios, mas a nossa ideia, a nossa proposta, é exatamente que a gente possa estimular tanto estados, quanto municípios, e a própria organização dos catadores, nesse processo da coleta seletiva nas cidades do nosso país.

Para começar, então, a minha ideia é que a gente possa dar uma olhada rapidamente, para que vocês conheçam também um pouco da estrutura do Comitê Interministerial, que a gente chama com a sigla CIISC, para gente não ter que falar o todo tempo esse texto gigante que é o título do Comitê. Então nós temos vários órgãos que estão ligados a esse Comitê. O desafio da Secretaria Executiva do Comitê é exatamente pensar como que nós articulamos ações e recursos do governo federal para estimular os processos de política pública de inclusão social e econômica dos catadores. Primeiro internamente, com esses parceiros todos, e externamente, em uma articulação com estados e municípios.

A gente tem aqui uma panorâmica do Brasil em relação a essa questão da ação do Comitê. Esse mapa, na verdade, precisa ser atualizado, porque se levamos em consideração os recentes

convênios que foram firmados entre as SENAls, no Ministério do Trabalho e Emprego e os estados, nós vamos alcançar ainda nesse ano, até o final do ano, essa é a proposta, que a gente chegue a 23 estados do Brasil com ações voltadas para organização dos catadores.

Mas, quem é esse público? Quem são os catadores? Eu acho que a nossa primeira grande questão é: nós conhecemos o nosso público? Nós sabemos quem são os catadores? Alguns dados que foram sendo construídos ao longo dos últimos anos, principalmente de 2007 para cá, apontam que no Brasil, segundo o IPEA, nós temos em torno de quatrocentos a seiscentos mil catadores. A questão é, quatrocentos a seiscentos mil catadores, sendo que por volta de apenas 10% desse número estaria organizado em cooperativas e associações. E onde estão os outros 90% dos catadores? Estão nos lixões ou nas ruas das nossas cidades. E o desafio que é colocado para nós é exatamente isso: como que nós induzimos as ações do governo federal nessa articulação com estados e municípios, de tal forma que a gente tenha uma pactuação entre esses entes federativos, para que a gente possa atuar de forma mais efetiva, por exemplo, na questão do fechamento dos lixões? A gente vai, na sequência, dar uma olhada nesses aspectos.

Aqui tenho esses dados mais gerais: 60% das organizações estão em níveis mais baixos de eficiência. O que significa isso? Vamos pensar em uma cooperativa super bem estruturada, com galpão, caminhão, rota de coleta definida, contratação pelo município para fazer a coleta seletiva da cidade porta a porta, sendo paga por isso, então você tem uma relação de protagonismo desse trabalhador dentro do espaço urbano, ok? Se nós tomarmos essa referência como top da relação dos catadores com o seu trabalho – porque nós estamos falando de inclusão social e econômica, mas nós estamos falando de qualidade de trabalho –, como é que o próprio município entende a participação desse trabalhador na gestão do resíduo sólido do município? Essa é a nossa pergunta, não é?

A renda média dos catadores atinge o salário mínimo. Na verdade, isso aqui tá um dado muito genérico, a gente vai encontrar catadores que ganham muito, mas muito poucos, na sua grande maioria, na verdade, apesar da organização das cooperativas, mas o processo de comercialização dos resíduos vai variar muito dependendo da região, do estado, e de uma série de elementos que não dependem diretamente do catador, mas do próprio mercado do resíduo. O preço praticado, por exemplo, para garrafa pet, no sul, é diferente, ele não é o mesmo no nordeste, não é o mesmo no norte. Então você tem uma dinâmica do próprio resíduo que interfere diretamente na forma como esse resíduo é comercializado. E isso também é um aspecto que tem que ser levado em consideração. Quer dizer, você organizar de um lado as cooperativas, mas também, se você não tiver um mercado



para absorver esse material que tá sendo triado, que tá sendo separado, tá sendo enfardado, ele não vai adiantar muito também.

Então, dentro desse contexto que eu acho que a gente tem que olhar o trabalho do catador. E aqui um gráfico que nos dá por região alguns números sobre a questão dos catadores, esses dados eles foram estruturados pelo IPEA a partir do censo de 2010. O IPEA fez um recorte catador de material reciclável dentro do censo e, ao fazer esse recorte, nós chegamos a alguns números que não deixam de estar próximos daquele número da nossa tabela anterior, que era de quatrocentos a seiscentos mil. Esse levantamento do IPEA coloca esse número, 387.910 catadores, divididos dessa forma em cada uma das regiões. Nós temos aqui no sudeste, obviamente, esse destaque em relação à quantidade de catadores.

O diálogo do governo federal com o Movimento Nacional dos Catadores, mesmo antes de 2003 - e aí a gente tem que levar em consideração a relação que o presidente Lula tem com o Movimento Nacional até hoje -, interferiu diretamente nesse processo da organização e do direcionamento das políticas públicas para catadores. Então nós vemos lá em 2002, o reconhecimento da categoria catador de material reciclável. O que significa isso? Se o Estado reconhece que tem uma categoria de trabalhadores chamados catadores de materiais recicláveis, esse Estado também é responsável por garantir a este público o acesso às políticas públicas, o acesso a essa dignidade, a partir, exatamente, daquilo que o Estado pode oferecer. Então o Estado precisa ser pró-ativo, no sentido de reconhecer, de fato, a existência desse trabalhador, e garantir a ele o acesso à questão da dignidade do trabalho.

Em 2003 é criado o Comitê Interministerial de Inclusão dos Catadores, em 2006 é criado o Decreto 5940, que implementa a coleta seletiva solidária nos prédios dos órgãos públicos federais. Entendia-se ali que o governo federal é um dos maiores geradores de resíduo. E para onde esse resíduo estava indo? Essa foi uma experiência que aconteceu na Esplanada dos Ministérios, então, primeiramente aconteceu ali nos prédios da Esplanada. Como é que nós poderíamos fazer uma coleta seletiva de todos os prédios e passar esse material para as cooperativas dos catadores de material reciclável? Isso teve um impacto direto na organização dos catadores naquela época. Isso a gente está falando de 2005. Nós tínhamos quatro cooperativas naquele momento. Hoje, em Brasília, você tem uma central de cooperativas com 24 cooperativas, mais um grupo que é uma rede alternativa de catadores com oito grupos envolvidos. Obviamente, isso está dentro de um processo de entender o tratamento de resíduo dentro do município. Por exemplo, em Brasília hoje, infelizmente, nós temos o maior lixão do Brasil, nós temos que olhar para essa realidade. São 2.400 catadores no lixão de Brasília. Então as respostas que nós temos que construir envolvem necessariamente os espaços de diálogo, isso é fundamental para nós.

Em 2007, a Lei de Saneamento Básico permite ao Poder Público a contratação dos grupos de catadores para o serviço de coleta seletiva da cidade, com dispensa de licitação. No nosso ponto de vista, esse é um avanço. Primeiro, porque exige também do município uma decisão política de trabalhar com os catadores de materiais recicláveis. E aí, em 2010, nós chegamos aqui na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Tem a reestruturação do Comitê Interministerial dos Catadores em 2010, ou seja, no mesmo momento em que se lança uma política nacional de resíduos sólidos, se reestrutura esse Comitê, aumentando o número de órgãos ligados a ele, entre fundações, bancos, estatais e Ministérios, de tal forma que a gente pudesse cobrir uma área mais ampliada de ações que pudessem tocar a organização dos catadores.

A Lei 12.375, que é a questão do crédito presumido do IPI... Essa questão é importante, porque é o seguinte: você tem a indústria da reciclagem como um dos atores mais importantes desse processo. Como você desonera os processos de impostos dentro dessa cadeia? Então a gente precisa pensar exatamente isso, em estruturas, em ferramentas de como você desonera, como você estimula a indústria a investir neste processo. E, por fim, aqui o Decreto 7.217, que considera as cooperativas e associações como prestadores de serviço público. Esse Decreto está diretamente relacionado a esta lei, porque aqui eu garanto a contratação e aqui eu reconheço as cooperativas e associações como prestadoras de serviços. O que é que significa na prática isso? Significa que o catador sai de uma condição de assistido para a condição de agente. É aquele que atua dentro da cidade, é aquele que interfere, é aquele que dialoga com o poder público, é aquele que apresenta as suas necessidades e também ajuda a construir os espaços de diálogo que são tão necessários nos espaços da cidade, no espaço da cidade.

Então, em 2010 veio a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Aqui eu fiz uma síntese, né? Nós temos uma síntese de aspectos relevantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Primeiro, planejamento de gestões de resíduos sólidos. Depois, um conceito que nós entendemos que seja fundamental, o conceito de responsabilidade compartilhada. O que significa isso? Significa que eu, você, o prefeito, o cidadão da cidade, o professor, o operário, todos nós somos os responsáveis pela destinação correta dos resíduos, seja você consumidor, seja você fornecedor, somos todos responsáveis pela destinação correta desses resíduos.

A questão da produção e consumo sustentável: a maneira como a sociedade capitalista está estruturada, pesando os seus valores sempre no processo do aumento de consumo, um consumo desenfreado e sem pensar nos processos, tanto das matérias primas, quanto à questão do descarte, produz um cenário insustentável, ou seja, não tem como permanecer com essa estrutura do jeito que está sem apresentar uma proposta de alteração nesse processo. Ou seja, a

noção, ou a ideia de consumo também esteja ligada a essa consciência da sustentabilidade. Isso é fundamental.

A questão da logística reversa, que é um aspecto complexo, que traz também essa questão da responsabilidade para as indústrias, que colocam o material no mercado, e que a partir da Política Nacional de Resíduos Sólidos, são responsáveis pelo recolhimento dos resíduos produzidos pelos produtos que são colocados no mercado. A questão é: como fazer isso? Como estruturar essa logística reversa? Porque isso tem a ver com acordos setoriais. O que são acordos setoriais? Na verdade, você tem os acordos que são firmados nos municípios, na região, de tal forma que você tenha garantido - e nós acreditamos nisso, que a posição dos catadores, assim como é importante no município, ela se faz estruturante para a logística reversa.

O catador já faz um trabalho há muitos anos, obviamente movido pela necessidade, mas o trabalho do catador impacta diretamente no município, ambientalmente, economicamente, só que o processo de invisibilidade desse trabalhador faz com que ele seja a ponta mais frágil desse processo da cadeia dos resíduos. E aí, a questão é: como é que você induz essa inclusão no trabalho digno desses trabalhadores que sempre trabalharam de forma autônoma? Como é que você constrói essa nova realidade para esses trabalhadores?

E aqui, por último, a hierarquia das ações de manejo dos resíduos, não geração, redução, reuso, reciclagem, tratamento, disposição final dos resíduos. Eu quero chamar a atenção para a questão do tratamento. Obviamente você tem várias formas de fazer o tratamento dos resíduos, precisamos pensar, nesse contexto, como você lança mão de tecnologias sustentáveis, ambientalmente responsáveis, e também olhar a questão do aspecto social dessa tecnologia. Se essa tecnologia toca o material que é utilizado pelos catadores, nós precisamos olhar com calma isso. Existem muitos prefeitos que estão adotando tecnologias, por exemplo, de queima de material, incineração de material, e que em alguns casos, em alguns momentos, esse material, que é o material do catador, vai ser utilizado nessa queima. Nós entendemos que precisamos avaliar com muita calma essa questão das opções, do tratamento dos resíduos sólidos, garantindo que esse material, que é um material dos catadores, não seja desviado para outra função que não essa da melhoria de qualidade de vida dos catadores.

Nós temos um cenário de desafios que são colocados a partir mesmo da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que é a questão do aumento da escala do Programa Pró-Catador. Esse programa foi criado exatamente no momento da reestruturação do Comitê Interministerial, e a ideia é exatamente que esse conjunto de Ministérios, bancos, e fundações, criem essas ações, que entram em um guarda-chuva que a gente chama de Pró-Catador. As ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que tocam

os catadores, são Pró-Catador. As ações do SENAI, as ações da Fundação Banco do Brasil, do BNDES, enfim, todos esses órgãos que estão dentro do Comitê têm como ação maior a questão dos catadores, da articulação das ações dos catadores, a integração dos catadores ao sistema formal de coleta seletiva, que a gente já falou há pouco. E a gente acha realmente que esse seria o caminho, ou seja, os grupos de catadores sendo contratados pelas prefeituras, sendo remunerados pelo trabalho que eles fazem, participando diretamente com a comunidade no processo de sensibilização, aumentando e qualificando o processo de recolhimento, de triagem, de enfardamento, de venda desse material, de tal forma que ele tenha escala, que ele tenha a constância que o mercado pede nesse processo, na relação profissional com a produção, ou com a gestão do resíduo.

Aumento do número de cooperativas de catadores: se nós levarmos em consideração aquele número que eu estava colocando para vocês, de quatrocentos a seiscentos mil catadores, com 10% organizados em cooperativas, nós rapidamente entendemos que temos um baita desafio, levando em consideração o próximo item, que é o fim do trabalho degradante da catação dentro dos lixões. Nós estamos falando de um pouco mais de dois mil lixões para serem fechados até agosto de 2014. Isso significa que você tem uma população muito grande dentro dos lixões, esses catadores não sabem o que é o Estado, não sabem o que é a ação do Estado. E nós precisamos fazer, aos poucos, chegar nesses espaços e começar a trabalhar de forma efetiva no processo de fechamento desses lixões, de tal forma que sejam assegurados a esses catadores os direitos básicos, o acesso às políticas públicas, o processo de organização desses grupos. De tal forma que, quando o lixão fechar, esses catadores estejam devidamente assistidos e organizados, andando na direção de uma profissionalização, de um processo diferente do que nós temos hoje.

Eu estou colocando um pouco aqui o que a gente acredita, e a gente tá vendo uma série de experiências bastante exitosas em vários municípios que adotaram esse processo, e que já entendem que a participação do catador é estruturante para a gestão do resíduo do município. E aí, como é que nós vamos fazer esse processo de fechamento do lixão? Nós temos, dentro desse processo de desafios, desse cenário de desafios, algumas ações do Comitê que ajudam a estimular esse cenário. Um convênio, uma ação que se chama Pró-Catador, da Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego, com repasse de recurso para apoiar o processo de fechamento dos lixões e organização dos catadores.

Publicação de cartilhas, porque nós percebemos que muitos municípios até querem fazer a sua coleta seletiva, querem organizar os catadores, mas não sabem como fazer, falta informação, falta equipe, enfim. Então nós lançamos uma cartilha, esse material está disponível no site da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Você acessa o site da Secretaria-Geral da Presidência e lá você vai ter uma parte que está como Cataforte, nesse espaço do Cataforte você encontra esse material, que está disponível e livre para você fazer reprodução. Esse material, “Coleta Seletiva Solidária nos Municípios com Inclusão dos Catadores” traz uma proposta de organização da coleta seletiva com a inclusão dos catadores. Depois tem outro material, que é o Pró-Catador “Inclusão dos Catadores no Fechamento do Lixão”, que mostra um método, ou, pelo menos, aponta uma possibilidade de ação no processo de fechamento do lixão. Depois, “Situação Social dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis nas Cinco Regiões”, material elaborado pelo IPEA e que está disponível para qualquer pessoa acessar. Tem a previsão do lançamento da versão nacional, na Expo Catadores, que vai acontecer aqui em São Paulo entre os dias 18 e 20, imperdível. Acho que é um espaço importante e necessário para gente conhecer um pouco o olhar do catador sobre todo esse contexto que a gente está falando.

E aqui uma tela que mostra um pouco desse modelo de ação que a gente está trabalhando com estados e municípios, que é a estruturação do fechamento dos lixões, levando em consideração dois aspectos: inclusão social e inclusão produtiva. Na inclusão social, precisamos levar em consideração esses aspectos que nos parecem fundamentais para alguém que não tem nada dentro dos lixões, ou seja, questão de documentação básica, saúde, assistência social, moradia e atendimento jurídico. Em No caso da documentação básica, certidão de nascimento, muitos deles não têm, e aí, claro, tem que garantir a fotografia para a questão da identidade, a carteira de trabalho, se for o caso. A área de saúde, atenção básica, consultórios na rua. Isso aqui são estruturas do governo federal, articuladas pelo Comitê Interministerial para ajudar estados e municípios a fazer o fechamento dos lixões. E aí, se você olhar bem, toda esta parte da inclusão social, ela já existe no município. A questão é como ela toca os catadores. Como o catador tem acesso à saúde, como é que ele tem acesso à questão da moradia, a questão social. Esse que é o aspecto importante para gente, que é o de articulação, e é esse o trabalho que a gente está fazendo. Na parte da inclusão produtiva você já tem outra questão, que é a elevação do nível de educação dos catadores, a questão da capacitação, profissionalização dos catadores para exercerem o seu trabalho de forma eficiente, investimento na área de infraestrutura, de assessoria, incubação, e as ações na área de meio ambiente.

Continuamos aqui com as ações do Comitê. O lançamento do Cataforte III, que aconteceu esse ano, que nós tivemos 220 milhões do governo federal para apoiar cerca de 33 redes de catadores no Brasil. No processo de inscrição do Cataforte foram inscritas 75 redes que foram avaliadas. São processos de amadurecimento para todos nós, tanto para o governo federal, quanto para estado, quanto para os catadores, quanto para os municípios. E o prêmio Cidade Pró-Catador, que é uma parceria com o MMA, Fundação Banco do Brasil,

IPEA e o próprio Movimento Nacional dos Catadores. Qual é a ideia do Prêmio Cidade Pró-Catador? É que nós não sabíamos, por exemplo, em quais municípios do Brasil nós tínhamos ações com catadores. Então nós lançamos o prêmio para estimular os municípios a se apresentarem, e aí sim nós começamos a ter uma noção de onde estão as ações Pró-Catadores no Brasil. Foram 63 municípios inscritos. Essas 63 propostas foram avaliadas e foram tiradas as dez melhores. Houve um grupo de servidores do Comitê, dos vários órgãos que compõem o Comitê, nós fomos visitar os municípios para conhecer, *in loco*, como é aquela experiência, se ela funciona, se ela tem garantida a questão da participação social, e etc. E aí o resultado foi esse: Arroio Grande, no Rio Grande do Sul, Bonito de Santa Fé, na Paraíba, Crateús, no Ceará e Ourinhos em São Paulo, foram os ganhadores. A avaliação final foi feita pelo pessoal do IPEA, e o prêmio, uma viagem internacional para esses quatro gestores, acompanhados do representante dos catadores, para conhecer outras experiências da questão da gestão dos resíduos sólidos, outras possibilidades. E o acompanhamento da implementação da coleta seletiva solidária, que é uma das responsabilidades desse Comitê Interministerial.

Bom, eu tentei dar assim um panorama disso que é a questão dos catadores no Brasil do ponto de vista do governo federal e de uma posição muito clara da Secretaria-Geral da Presidência da República, e como um dos temas, vamos dizer assim, de predileção do Ministro Gilberto Carvalho. É um ponto de vista, obviamente, aqui nós temos representantes de entidades, a nossa proposta aqui é a gente, a partir de agora, abrir para uma conversa onde a gente possa tentar, cada um do seu ponto de vista, responder essa pergunta, já que a gente está num evento de ONGs, e nesse cenário dos catadores a gente encontra várias ONGs que fazem esse papel de apoiador da organização desses grupos, que ajudam no processo de articulação com estados, municípios, com o próprio governo federal, etc. Então me parece bastante pertinente que dentro desse cenário todo que foi mostrado de Política Nacional de Resíduos Sólidos, a gente possa conversar um pouco sobre qual seria o papel, ou como vocês veem o papel desse apoiador nesse cenário. O que seria importante?

Aqui, obviamente, a gente deixa a palavra aberta para as perguntas, para que vocês possam se colocar também. Fiquem à vontade. Eu vou só deixar aqui os nossos contatos, caso vocês queiram entrar em contato conosco, fiquem à vontade.

### **Aldo Medeiros**

O meu nome é Aldo Medeiros, eu presto assessoria jurídica e faço parte da diretoria de uma ONG em Curitiba, no Paraná. Nós temos nos caracterizado por elaborar uma agenda para os municípios brasileiros cumprirem, até por força da legislação, dentro das datas previstas, e merece destaque nessa agenda, dado até a proximidade, tu tivestes a

oportunidade de colocar ali, pelo menos em princípio, e eu não acredito, não sei qual é, se essas metas serão atingidas até 4 de agosto. Eu até gostaria também que tu pudesses nos dar uma temperatura da disposição do governo federal em prorrogar isso ou não. Não sei como é que vai ficar, porque as penalidades são muito sérias, principalmente repasse do fundo de participação dos municípios. E a gente está fazendo, enquanto ONG, uma campanha de esclarecimento junto às prefeituras no estado do Paraná, mostrando a necessidade deles desencadearem, colocarem em prática esses projetos. Especificamente com relação a uma cidade que é tida como modelo, ainda que exista muita coisa a ser feita, nós estamos agora debruçados em uma questão que eu acho muito importante, é a sensibilização da comunidade, especialmente na seleção dos resíduos, e também em uma de nós melhorarmos essa renda, porque esse município remunera com um salário mínimo a cada associado. Então, em princípio, seriam algumas questões que eu gostaria que tu desse uma palavrinha para a gente sobre isso.

### **Benedito**

Boa tarde a todos. Eu sou Benedito, sou do Maranhão, de São Luís. Eu sou membro de uma ONG, e a gente trabalhava na capacitação de jovens através do programa Pró-Jovem Trabalhador, do Ministério do Trabalho, e de outras ações. Como o programa exige a inclusão no mercado de trabalho, de um ano e meio para cá a gente começou a tentar organizar as cooperativas de catadores de resíduos sólidos dentro desses jovens que saíam da parte de formação. E aí, eu não sei qual é a lei que meu amigo tá se referindo, mas, já existe uma lei que venceu o prazo, e aí é este o problema, venceu em agosto do ano passado, que era a elaboração dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. E no meu estado, lá no Maranhão, apenas dois municípios fizeram isso. Dois municípios. Agora tivemos a Conferência Estadual de Meio Ambiente, e na totalização nós tínhamos apenas oito municípios, e esse número não é confirmado, pode ser só cinco. Então, a primeira questão é: essa lei de agosto do ano passado, de agosto não, de 2010, ela coloca que o município que não tiver o seu Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos não pode receber recursos na área de saneamento e tal. Não é isso?

### **Francisco das Chagas**

Exatamente.

### **Benedito**

Então, por exemplo, esse ano, nos últimos cinco meses, a FUNASA lançou edital, o Ministério do Trabalho, a Economia Solidária lançou edital, entretanto, quando você chega aos itens “elegíveis”, o item três, geralmente, o subitem três desse item “elegíveis” é exatamente esse, que o município apresente o Plano Municipal de Gestão

Integrada dos Resíduos Sólidos. E eu que estou fazendo um trabalho lá, não tem nada a ver quase com o município, mas estou tentando fazer um trabalho de montar cooperativa e tal, não posso entrar nos editais porque o município não tem. Então essa é a questão.

A outra questão, e aí vai como sugestão: qual é o papel dos apoiadores? Eu acho que o papel dos apoiadores é exatamente estimular ou fazer o governo refletir a respeito dessa questão para que, se não puder flexibilizar a questão dos prazos da lei, mas que, pelo menos, sensibilize os prefeitos. Porque a grande questão é: a gente chega na prefeitura o prefeito pergunta: “quanto é que eu vou ganhar nisso?”, “Tu não tem uma ponte aí para eu construir não, uma escola? Porque aí eu ganho dinheiro. Isso aí eu estou vendo que eu não vou ganhar dinheiro nenhum”. Então, até você fazer entender que ele vai ganhar dinheiro, o município vai ganhar dinheiro sim, a longo prazo, só que eles querem resultados imediatos.

Então, meu amigo, a minha resposta a essa pergunta é assim: qual o papel dos apoiadores? O nosso papel é cutucar, estimular, para que esses prefeitos criem essa conscientização e que a gente possa trabalhar. Porque eu não estou conseguindo mais trabalhar. Cheguei em m momento em que tem um dos municípios lá que a cooperativa está formada, formalizada com base na legislação, e eu não posso trabalhar. Por quê? Porque o município não tem o seu Plano Municipal de Resíduos Sólidos. Aí, para fazer isso o cara vai ter que fazer uma licitação, vai demorar não sei quanto tempo. Para elaboração desse Plano demora, no mínimo, quatro meses, e aí eu te pergunto: o que a gente vai fazer? O cenário é promissor, mas, do ponto de vista jurídico, administrativo, e até político, é realmente preocupante.

### **Aldo Medeiros**

Me parece, se eu tiver enganado, por favor, me corrijam, que tem dois momentos: da elaboração do Plano, que já se foi, e o lixão é agora, em 2014. Então eu estava me referindo a isso. É até uma sugestão: de repente o próprio Ministério Público Estadual deva cobrar isso dos prefeitos.

### **Francisco das Chagas**

Várias questões que foram colocadas, mas elas são muito pertinentes. Eu vou fazer o seguinte, eu vou utilizar os casos que nós conhecemos de municípios para gente poder chegar nessa questão que vocês tão colocando. Eu vou pegar, por exemplo, o exemplo da cidade Bonito de Santa Fé. Bonito de Santa Fé fica no sertão do Cariri, para você chegar lá você tem que ir ao Juazeiro do Norte, depois pegar um carro e uma estrada de duas horas para dentro do Cariri, daquela região ali, para você chegar num município de dez mil habitantes. Dez mil habitantes. Aquele gestor, de alguma forma, encontrou um caminho



de fazer coleta seletiva na cidade, organizar o grupo de catadores, contratar esse grupo de catadores. E ele, com a ajuda do estado, conseguiu construir um aterro sanitário. Por que eu estou trazendo isso? Tem a questão, obviamente, do Plano Municipal de Resíduos Sólidos. Então, existe uma clareza da necessidade da institucionalização dessa ação.

Quando você, Benedito, traz essa questão do município não fazer a sua parte nesse processo, eu acho que a gente tem que estar olhando mesmo para o que a legislação fala, que a responsabilidade pela gestão dos resíduos sólidos é do município. Existe uma política nacional, esse tempo ele de fato já extrapolou, a questão do Plano, e agora você tem uma proximidade da questão do fechamento dos lixões. Nós, do Comitê Interministerial da Secretaria-Geral da Presidência, temos trabalhado em alguns locais aonde nós consideramos que possam servir de referência, ou que essa experiência possa ser replicada. Em Brasília, como eu estava colocando, pela força da questão do lixão que existe lá, no lixão do Aurá, em Belém do Pará, e a nossa ação lá é exatamente essa, fazer a parceria junto ao estado para que o estado seja esse elemento catalizador das ações dentro dos municípios.

Se nós tentarmos fazer o trabalho direto com os municípios, nós não vamos conseguir, até porque nossa equipe é muito reduzida. Mas existe uma ação efetiva, e eu acho que nós precisamos trabalhar muito nesse sentido, quando nós agimos junto com a Defensoria Pública, junto com o Ministério Público do Estado e o Ministério Público Federal. Quando esses organismos, que são responsáveis pela fiscalização da aplicação da lei, atuam, nós observamos que esses processos andam. Vou dar o exemplo do próprio Paraná. Você tem lá uma procuradora do Trabalho, que é a doutora Margareth, que trabalha muito no processo de contato com os municípios e com a organização dos catadores. Precisamos fazer, eu imagino, com que possa ser uma solução a constituição de espaços coletivos que garantam o diálogo entre os vários atores que compõem esse cenário dos resíduos sólidos e da gestão dos municípios sólidos no município. O Fórum Lixo e Cidadania me parece um espaço que já se consolida em alguns estados como um espaço de discussão. Porque o Fórum Lixo e Cidadania é um espaço aonde o prefeito, aonde os próprios catadores, ONGs, apoiadores, universidades federais... Então, eu entendo que nós podemos amadurecer dentro do município os espaços de diálogo, aonde você tem o espaço para pode dizer: “olha, para eu poder fazer o meu trabalho eu preciso de uma definição da própria Prefeitura em relação a isso”.

Eu acho que tem algumas outras pessoas que querem se manifestar, então a gente podia fazer uma última rodada de questionamento, de

pergunta, se alguém quiser ainda se manifestar, fiquem à vontade, e aí depois a gente faz o encerramento. Pode ser?

### **Luiz Thomaz**

Luiz Thomaz, eu sou presidente da Associação Grêmio Vila Sônia e conselheiro do CADES Butantã. E queria só dar uma sugestão. Como o tempo é curto, se poderia ser utilizado e-mail ou abrir um canal com vocês para essas dúvidas passarem, porque realmente existem muitas dúvidas, e eu tenho visto no dia a dia que está havendo muita conversação nesse sentido, para melhorar. Então, para gente poder também passar o que está acontecendo com a gente, para vocês passarem para nós também, para nós vermos se nós também podemos colaborar. Então, se a gente poderia se utilizar desse canal de e-mail para poder passar essas sugestões, perguntas, para vocês responderem para nós.

### **Francisco das Chagas**

Luiz, claro que vocês podem. Aí a gente tem que partir do princípio que política pública quem faz é a sociedade. Política pública não é o governo federal que faz sozinho. Se a sociedade organizada não apresentar suas demandas dentro desse contexto, fica muito difícil inclusive para gente poder fazer a análise do trabalho que está sendo feito. Então fiquem muitíssimo à vontade. Eu entendo que a nossa conversa é apenas o início de um processo que vai se estender para fora desse espaço, e que a Secretaria-Geral da Presidência da República está de portas abertas para vocês. Fiquem muito à vontade para acessar o nosso site, o nosso telefone.

Muito obrigado para vocês, uma boa tarde. A questão do prazo é o seguinte, nós não vamos prorrogar, nós temos uma posição clara em relação a isso. Nós temos um prazo, mas a gente entende que se a gente der mais dez anos, novamente, ao final dos dez anos, a gente vai voltar a essa conversa de novo. Então, nós temos é que olhar para as experiências que estão dando certo, o fechamento dos lixões que estão acontecendo na direção do que a gente pensa, porque essa questão dos catadores não dá para esperar mais um ano, nem dois. Não tem como a gente manter um processo de lixões no Brasil. Não dá para ser mais um país de lixões. Tem que ser agora, então, não tem como. Se tiver que responder isso através de Ministério Público Federal, etc., que seja assim, mas que esse prazo não seja dilatado, tá bom?

## **Roda de conversa: Juventude Viva - enfrentamento à violência nas periferias urbanas**

### **Participantes:**

**Janaína Bittencourt** – Secretária Nacional de Juventude da  
Secretaria-Geral da Presidência da República

## **Janaína Bittencourt**

Boa tarde, meu nome é Janaína, eu trabalho no Plano Juventude Viva, na Coordenação Nacional do Plano Juventude Viva pela SNJ. Na verdade, eu faço parte da Coordenação do Plano através de uma parceria entre a SNJ e a Fundação Osvaldo Cruz. Na verdade, eu sou consultora. Eu queria falar hoje com vocês sobre o Plano, apresentar uma perspectiva um pouco mais de dados, e vamos qualificar esse discurso.

Eu acho que a mortalidade da juventude negra vem sendo evidenciada pelos movimentos sociais há algum tempo, há alguns anos, e desde a consolidação, desde a criação da Secretaria Nacional da Juventude, com a primeira Conferência da Juventude, os movimentos negros jovens e outros movimentos de luta por direitos humanos, consolidação de direitos, se organizaram de forma muito bem articulada para fazer essa demanda mais consubstanciada de uma política, de um conjunto de ações que conseguisse dar resposta a essa mortalidade violenta, que no Brasil é histórica e que nos últimos anos vem se recrudescendo. Então eu queria apresentar para vocês um pouquinho do que é o Plano Juventude Viva e depois a gente fazer uma roda de debate sobre como a gente entende a mortalidade dessa juventude, quais são as ações que podem se somar ao governo federal, como a sociedade civil pode se articular na ponta para conseguir dar uma resposta também mais direta, mais específica, mais de dentro a essas demandas e suas próprias comunidades.

Os homicídios no Brasil, eles têm um recorte muito bem específico: 70% das vítimas são negros. Isso são dados de 2010 e de 2011, mas, na verdade, essa proporção a gente observa que vem se mantendo já há alguns anos, em números elevados assim, é bem preocupante. 70% eram negros em 2010; desse universo também de pessoas que foram mortas de forma violenta, mais da metade eram jovens, e, desses jovens, também dentro desse recorte, a maioria negros, pretos e pardos. Desses jovens que morrem, além de negros, a gente precisa ver que eles são jovens, moradores de um modo geral, de periferia, e a grande maioria, em nível nacional, a esmagadora maioria é do sexo masculino, 91% do sexo masculino.

São números realmente muito altos, alarmantes, faz a gente pensar sobre os porquês dessa constância no País. Os números dos homicídios no País são tão grandes, que eles se assemelham, na verdade eles superam, localidades em situação de guerra civil. É uma coisa realmente que a gente precisa parar para pensar sobre o que está acontecendo. O que está acontecendo, por que é que a

sociedade se negligenciou tanto, durante tanto tempo em relação a isso? Por que é que determinadas mortes permanecem invisibilizadas? E por que é que o Estado demorou tanto a dar uma resposta para isso?

No Brasil, hoje, são cerca de dois jovens negros mortos a cada hora, por dia. Isso é realmente absurdo. 70% desses homicídios que acontecem no País, de modo geral, se concentraram apenas em 142 cidades do País. Se a gente for parar para pensar que o País tem mais de cinco mil municípios, 142 (a maioria em regiões metropolitanas, mas algumas não) concentram 70% das mortes violentas no País. Aqui eu tenho um gráfico que mostra a taxa de óbitos a cada cem mil habitantes dentro das faixas etárias, e aí a gente observa que realmente esses óbitos estão concentrados aqui entre os quinze e os 29 anos. Aqui, na verdade, tem uma quantidade que não é inexpressiva - nenhum óbito é inexpressivo -, mas que dentro da proporção é bem menor, e a partir dessa faixa etária a gente vê que tem uma diminuição, embora ainda continue números elevados, tem uma diminuição.

Esse outro gráfico, eu acho ele muito interessante também, porque ele faz um paralelo entre evolução de óbitos de jovens por raça dentro de uma série histórica. Então a gente vê que de 2000 a 2009, um intervalo de nove anos, a quantidade de homicídios aumentou, mas a quantidade de homicídios de pessoas brancas diminuiu, e a quantidade de homicídios de pessoas negras aumentou. Eu acho interessante a gente analisar isso e observar: "ah, mas, obviamente a gente não quer que o número de morte de pessoas brancas aumente, a gente quer que o número de mortes de pessoas negras diminua". Na verdade, a composição dos óbitos no País, dos óbitos violentos, é muito alto, e esse número dentro das populações negras é cada vez maior, não tem uma redução, é sempre um aumento, e é sempre um aumento expressivo.

Esse outro gráfico, novamente por faixa etária, casa a faixa etária e cor/raça, e ali por escolaridade. E aí a gente observa que quem tem os menores anos de estudo está mais vulnerável a esses cenários de óbito. A gente pode fazer um paralelo a isso com toda uma questão, as questões sociais, as questões de vulnerabilidade, as questões de autonomia, questão de consolidação de direitos. Geralmente, essas pessoas que vem à óbito de forma violenta, nas periferias, nos grandes centros urbanos, estão em uma situação de vulnerabilidade social por causa de anos dos seus direitos negligenciados, de autonomia não estabelecida, consolidação dos seus direitos não respeitados por anos, e aí a gente observa que tem um cruzamento de dados que é, no mínimo, relevante nesse cenário todo. Aqui a gente observa a composição, mais ou menos, entre brancos e negros. Obviamente a população brasileira é mais complexa do que brancos e negros, mas, como os óbitos são muito expressivos entre a população

negra, a gente faz esse paralelo entre brancos e negros, que também acaba traduzindo a maior parte da composição étnico-racial do País.

A gente observa que Alagoas é um estado onde, para além de ter a maior quantidade – esses números estão controlados por taxa e não por quantidade absoluta de óbitos. Então, Alagoas, além de ser o estado onde tem a maior taxa de óbitos, essas taxas são controladas, taxa por cem mil habitantes, é a maior disparidade entre óbitos de pessoas brancas e pessoas negras. E é justamente onde o Plano Juventude Viva começou a ser implementado. O Plano está lá desde setembro do ano passado, atualmente já tem mais de um ano de implementação, e a gente observa que foi um conjunto de ações maciças que eram necessárias em algumas localidades. Também tem em outros estados. De todas as unidades da Federação, o Paraná é o único que tem um quadro inverso. Essas taxas não estão controladas pela composição racial de pessoas negras e de pessoas brancas na localidade, mas sim pela quantidade de óbitos, pela taxa de óbitos mesmo. Então a gente observa, por exemplo, que o número de pessoas negras mortas no Rio Grande do Sul, nos estados do Sul e nos estados onde tem menos pessoas negras, ele não tá relacionado a terem mais pessoas brancas ou mais pessoas negras, mas sim à quantidade mesmo, a forma, a proporção de pessoas que morrem dentro desses recortes.

E aí, diante de todos esses dados, diante das demandas históricas dos movimentos sociais, dos movimentos de juventude, dos movimentos negros, o governo federal começou a pensar em uma forma de dar uma resposta a esse cenário triste de óbitos que vem acontecendo há anos no País, e que, até então, nunca tinha sido evidenciado de forma tão técnica e tão bem articulada, nunca tinha sido, na verdade, recebido de forma tão bem articulada pelo governo. Então o Plano Juventude Viva é essa iniciativa do governo federal que visa não apenas reduzir a mortalidade dessa juventude que está mais vulnerabilizada, e que é o alvo preferencial dessas mortes violentas, mas também conceder uma série de direitos, de autonomia, de contribuir na busca pelo protagonismo dessa juventude, pela consolidação dos seus direitos e garantir que os seus direitos sejam respeitados desde a prestação de serviços essenciais até as questões de subjetividade, a subjetividade da pessoa, ou as escolhas das pessoas, para que elas sejam respeitadas na sua totalidade.

O Plano se subdivide em quatro eixos e tem uma estratégia e objetivos bem definidos. Seria o objetivo maior reduzir a vulnerabilidade dessa juventude negra e prevenir a ocorrência de homicídios e de violência de um modo geral. E a estratégia é através da promoção e integração de ações do governo federal. Hoje, o Plano conta com ações de onze ministérios, com foco na transformação dos territórios vulneráveis, na criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os jovens nos territórios selecionados e no enfrentamento ao racismo nas instituições. A gente entende que, na

verdade, esse recorte racial dentro dos óbitos que existe no país hoje, ele não é fruto do acaso, ele não é apenas um recorte social, socioeconômico, em razão da vulnerabilidade nos territórios. Tem questões estruturais engendradas na própria sociedade que faz com que as pessoas negras sejam mais vulneráveis, mais vulneráveis mesmo à violência de um modo geral, tanto a violência urbana quanto a violência policial, quanto a violência na não prestação de serviços essenciais, como na violência que se traduz no racismo institucional, que, muitas vezes, na verdade, começa a se observar, mesmo na infância, dentro da escola, da sala de aula. A gente sabe hoje que o racismo é uma grande causa de evasão das crianças em idade escolar. Então a desconstrução desse racismo, a transformação das instituições para o respeito às diferenças, à diversidade como um todo, é também uma estratégia do Plano Juventude Viva, que é para que as instituições consigam dar mais atenção a essas pessoas que, por serem marcadas por um processo discriminatório histórico, não estão em condição de equidade com toda a população.

O Plano Juventude Viva, como eu falei, é coordenado pela Secretaria Nacional da Juventude, que faz parte da Secretaria-Geral da Presidência da República, e pela SEPIR Nacional, que é a Secretaria de Promoção de Políticas da Igualdade Racial. E tem ação desses onze ministérios que estão descritos aqui abaixo. São quatro grandes eixos que abrangem todo o escopo de ações e de pensamento do Plano Juventude Viva. O primeiro é a desconstrução da cultura de violência. É importante que, principalmente nos territórios mais afetados pela violência, afetados por um histórico de criminalidade, de violência urbana, e de histórias trágicas sobre mortes, óbitos, e também não apenas os óbitos que se concretizam, mas as consequências da violência, a questão da invalidez, a questão dos danos emocionais que ficam para toda essa comunidade. Quando uma pessoa morre, não é apenas uma pessoa que morreu, mas é uma família que perdeu seu ente querido, é uma comunidade que ficou afetada por essa violência que aconteceu, então é importante a gente conseguir desconstruir essa cultura de violência que existe em determinados locais, e que é perpetuado, às vezes, tanto pela negligência da opinião pública, tanto pela falta de atuação efetiva dos poderes públicos em determinados locais.

O outro, é um eixo efetivo de inclusão de oportunidades e garantia de direitos. Esse eixo foca bastante na destinação de programas e ações específicas para os jovens de quinze a 29 anos - que é a faixa entendida pelo Estado como juventude - em situação de vulnerabilidade social, e fomentar trajetórias de inclusão e autonomia. Esse eixo tem, basicamente, a intenção de criar oportunidades de atuação e protagonismo dos jovens, desde a criação de empregos, de postos de trabalho, mas também a questão dos valores, a questão do respeito ao lazer, ao respeito também a todas as questões que fazem com que a pessoa tenha qualidade de vida, não apenas seja um cidadão funcional dentro do que a gente

entende como população economicamente ativa e geradora de recursos e tudo mais, mas toda a qualidade e dignidade de vida dessas pessoas que, por uma série de questões, às vezes, de falhas em determinados pontos na prestação de serviços, na formação educacional, formação o próprio tratamento do Estado em relação ao seu território, são desrespeitados em algum momento.

A transformação dos territórios, que é uma coisa imprescindível do Plano, que casa muito também com a questão da desconstrução da cultura de violência. Alguns territórios não apenas estão marcados por histórias trágicas, mas eles têm uma carência enorme de serviços e aparelhos públicos. Em muitas localidades o Estado foi mais omisso em relação a uma série de atenções mesmo, atenção básica às necessidades das pessoas. A gente, às vezes, escuta relatos, a gente observa, olhando as ações, que em muitos territórios, principalmente os territórios de vulnerabilidade, o único equipamento público que tem, às vezes, é um posto da polícia. Às vezes, não tem escola, não tem posto de saúde, não tem uma praça para a juventude se encontrar, conversar, fazer as suas atividades culturais, as suas atividades de lazer, e, às vezes, a única presença que tem ali é justamente uma presença que em muitas vezes se constrói na base do embate e não do diálogo. Então a gente precisa também ter sensibilidade sobre essas questões, que a sociedade e Estado nem sempre têm uma relação tão próxima, por causa do primeiro contato que se estabelece em alguns territórios. É importante a gente saber que a territorialização de determinados fenômenos pode ser desconstruída, acho que, principalmente, um esforço entre o Estado e sociedade civil, mas com ações específicas de cada um diante das suas próprias demandas.

E o último eixo é o aperfeiçoamento institucional, que visa também, basicamente, desconstruir o racismo institucional, mas também todos os estigmas relacionados à juventude. Hoje, é muito comum a gente ouvir que jovem desocupado é uma oficina para o crime, que jovem desocupado é uma pessoa sem futuro. A gente não entende que essa fase da juventude tem demandas diferentes da consolidação da fase adulta e da infância. Não é apenas uma extensão da infância e uma porta de entrada para a fase adulta. Ela tem toda uma série de questões que são muito específicas da juventude, que merecem ser entendidas e atendidas como tal. Então, os estigmas que a gente perpetua relacionados à juventude, a delinquência juvenil, enfim, a imprudência dos adolescentes e tudo mais, eles precisam ser desconstruídos, juntamente com as outras discriminações que vulnerabilizam esses jovens, como o racismo, para que a gente consiga receptionar as demandas deles e entendê-los como cidadãos que precisam ter demandas específicas atendidas e respeitadas. Não apenas na qualidade de vida, mas, primeiramente, na longevidade dessas vidas que estão sendo perdidas, às vezes, por preconceitos mesmo. Por pré-conceitos a gente acaba legitimando que algumas ações de repressão, de violência, de negligência, sejam direcionadas

a jovens simplesmente pelo fato de serem jovens, e como se não tivessem capacidade para gerenciar suas próprias vidas e tudo mais. Então eu acho que esse eixo, juntamente à desconstrução do racismo, ele traz a oportunidade do Estado e das instituições do Estado. E não apenas as instituições do Estado, mas as organizações sociais, das pessoas mesmo, repensarem como a gente olha para determinados sujeitos, qual é o tratamento que a gente dá e como esses sujeitos passam a se comportar diante do tratamento que nós damos para eles.

Na verdade, hoje o Plano já está implementado em quatro localidades. Primeiramente foi em Alagoas, depois, se eu não me engano, foi Paraíba, Distrito Federal e São Paulo, agora, mês passado. Como o Plano tem mais tempo de implementação no estado de Alagoas, já é possível observar alguns resultados lá, que são esses aqui que a gente observa. Acho que, além da questão da chegada de ações maciças, de uma quantidade de recursos, de uma atenção do Estado em relação a essas localidades, tem alguns bairros em Maceió que são conhecidos, tem um legado histórico de violência, de mortes, de embates com o Estado, tem muitos movimentos sociais que atuam lá, efetivamente, na transformação desses territórios, e que até então não tinham uma relação próxima com o Estado justamente por não serem atendidos mesmo, por não serem respeitados anteriormente. A gente observa que a chegada do Plano nessas localidades proporcionou mesmo uma mudança de perspectiva para muitas pessoas, porque por mais que, se a gente acha, se a gente entende, se a gente considera que determinadas discriminações são históricas, são estruturais, e que elas geram mesmo alteração na vida, na perspectiva de vida desses sujeitos, cabe ao Estado corrigir essas discriminações que, ou ele permitiu que se consolidassem pela omissão na correção, ou que ele, de fato, atuou para a construção. Então a gente observa que a chegada do Plano trouxe um ânimo para as ações que aconteciam lá e incentivou a sociedade civil a atuar mais próxima, cobrando o Poder Público sobre os seus direitos.

Agora nós estamos em uma nova fase de implementação. Segunda-feira, vai ter o lançamento na Bahia, em dezenove municípios de lá. Na verdade não vai ser nos dezenove municípios da Bahia, vai ser somente nos municípios da região metropolitana. Salvador e vários municípios da Bahia têm índices muito altos de mortalidade contra a juventude negra. A Bahia é o estado que mais tem municípios dentro daquela lista de 142 municípios, então é um estado, de fato, importante. Não que os demais não sejam, mas a chegada do Plano lá, com os recursos e com o pacote de ações, é muito importante nesse momento. Para o ano que vem está previsto, não está confirmado, mas está praticamente confirmado, o lançamento no Espírito Santo, e também vai acontecer o lançamento em outros lugares, em outros municípios.



É importante também ressaltar, eu vou falar agora porque acho que é uma dúvida que vai surgir depois, que os municípios que não estão previstos, que não estão dentro da lista de 142 prioritários do Plano, também podem aderir ao Plano Juventude Viva, mas de forma voluntária. Isso só significa que o governo federal não fica obrigado a fazer o repasse de recursos, mas que vai ter todo um auxílio, toda uma construção na política, no diagnóstico da sua localidade, de como implementar esse plano de desconstrução da violência. E é um atestado da Prefeitura, do Poder Público local, de que ele está preocupado com essa questão dentro do seu território.

Isso aqui foi na sanção do Estatuto da Juventude, vários artistas do País, principalmente dos movimentos ligados a cultura negra, como os movimentos hip hop e tudo mais, escreveram uma carta pedindo mais atenção do governo federal em relação a essa questão latente da mortalidade da juventude negra. Aí a gente vê o Ministro da Secretaria-Geral, Gilberto Carvalho, e ali embaixo uma foto do pessoal entregando. E é isso, a apresentação institucional é basicamente essa.

Eu queria chamar todo mundo que está aqui presente para uma roda de debate. E eu vou passar também uma lista de presença, quem quiser se inscrever, a gente tem a Rede Juventude Viva, que é uma rede colaborativa entre a sociedade civil e governo na qual a gente veicula ações, a gente veicula como é que tá o dia a dia do Plano, editais que são de interesse da sociedade civil, enfim, os lançamentos, tudo o que é relacionado à agenda ou ao público Juventude Viva, não apenas as ações institucionais, mas as ações que possam beneficiar essa juventude, esse público que está na ponta, a gente costuma veicular semanalmente ou quinzenalmente na Rede Juventude Viva, quem quiser se inscrever a gente vai mandar um e-mail depois para a pessoa fazer parte.

### **Dario Rondinerdi**

Dario Rondinerdi, de Minas Gerais.

### **Pedro Aguerri**

Eu sou Pedro Aguerri, eu inclusive participo também como consultor na Secretaria Nacional de Juventude ajudando na construção do Guia do Plano Juventude Viva.

### **Cristine**

Meu nome é Cristine. Sou aqui de São Paulo.

### **Paula**

Meu nome é Paula. Sou de São Paulo. Eu atuo como educadora social numa ONG na região Sul de Diadema.

## **Robert**

Meu nome é Robert. Eu sou aqui de São Paulo. Eu trabalho com a juventude da zona Sul da cidade, sou pesquisador da PUC/SP e da Fundação Getúlio Vargas.

## **Camila**

Eu sou Camila. Eu sou gestora de política pública de juventude do município de Rio Claro. A gente vai fazer adesão dia 05, adesão voluntária da Juventude Viva.

## **Maurício**

Meu nome é Maurício. Eu também sou de Rio Claro e sou funcionário público estadual.

## **Cassile**

Eu sou a Cassile. Eu trabalho em uma ONG também que dá cursos de qualificação para os meninos que são internos na Fundação Casa, aqui em São Paulo, e lá no Estado do Paraná.

## **Júlia Ribeiro**

Boa tarde, eu sou Julia Ribeiro, eu moro em Salvador. Trabalho com várias organizações, dentre elas a Associação Civitas. A gente ofereceu recentemente, em parceria com a Fundação Cáritas, um curso sobre juventude, "Políticas Públicas de Juventude", com a Rebeca Ribas também. Enfim, trabalho com pesquisa também, na área da juventude.

## **Janaína Bittencourt**

Tem um pessoal de São Paulo, região Sul. Aqui, essa semana foi realizado, já teve algumas ações da Juventude Viva acontecendo aqui, se eu não me engano, o Plano chegou aqui no mês passado, o lançamento foi em setembro, já tem algumas ações acontecendo, principalmente na região Sul. Já tem algumas ações acontecendo no Capão, essa semana teve um curso de formação de sensibilização com a Polícia Municipal também, com a Guarda Municipal. Eu acho que são coisas legais aí para serem pontuadas.

Alguém tem alguma impressão, alguma contribuição que queira colocar sobre esse debate, alguma experiência? O pessoal que trabalha justamente com esse público, alguma coisa que gostaria de pontuar? Geralmente esse tema é um tema sensível. É difícil a gente falar sobre racismo e, não apenas sobre esse racismo interpessoal, que na verdade nem é tanto o foco do Juventude Viva, mas o racismo institucional que se manifesta na máquina do Estado e que gera disparidades tão profundas que leva a óbito, que, de fato, orienta como vai ser a vida de determinadas pessoas. Então eu acho que é legal a gente conseguir conversar sobre isso e conseguir gerar

reflexão sobre esse assunto, porque é um tema que até então nunca foi discutido amplamente, principalmente no governo, nunca foi discutido amplamente, com essa visão, e eu acho importante a gente conseguir agregar diferentes setores da sociedade civil para conversar sobre isso.

### **Interlocutor não identificado**

Eu queria saber, são duas perguntas. Você, por acaso, tem os dados a respeito da causa da morte desses jovens negros? Por exemplo, a maioria é confronto com a polícia, é originário do tráfico, do que seriam essas mortes?

### **Janaína Bittencourt**

A gente recorta essas mortes do sistema SIM do DATASUS. Com esse sistema a gente consegue descobrir quais são as mortes por agressões, que seriam mortes por arma de fogo, mortes por facada, enfim, situações de agressão. Mas a gente não consegue filtrar qual foi a situação que gerou isso. Agora, em relação, por exemplo, à causa disso, não posso dizer que é uma grande incógnita, mas é uma coisa também que merece ser mais pensada para conseguir essa resposta. Por quê? Porque hoje, por exemplo, a gente não consegue ter dados confiáveis sobre a quantidade de óbitos que acontecem em ações policiais, principalmente nas ações policiais que são registradas como auto de resistência, que aqui em São Paulo é auto de resistência, alguns lugares são resistências seguidas de morte. Porque as corporações não são obrigadas a passar esses dados para a sociedade civil, nem para o governo, e a gente trabalha com estimativa.

Dentro desse sistema do DATASUS a gente consegue filtrar, mais ou menos, a quantidade de óbitos, mas posso te dizer aqui que é uma quantidade absurda. É um sistema que está disponível em site, de livre acesso, qualquer um pode entrar, e se você for procurar, por exemplo, por 2011, vai dar que a quantidade de óbitos foi, em atividades policiais no país todo, seiscentos e pouco, 625. Não precisa ser muito crítico para saber que esse número está absurdamente abaixo da realidade. Só em São Paulo, no ano passado, tem dados que mostram que foram mais de dois mil casos, não é? Então é uma coisa que eu acho que a gente tem que demandar mesmo.

Inclusive, o Plano Juventude Viva está encampando a campanha pela aprovação do PL 4.471, de 2012, que também é um Projeto de Lei que foi recepcionado por deputados da Câmara dos Deputados Federal, mas que também é oriundo de demandas populares, vários grupos aqui de São Paulo também foram responsáveis pela criação desse Projeto de Lei. Ele basicamente desconstrói o que seriam os autos de resistência. Os autos de resistência hoje não existem escritos na lei assim, isso é um auto de resistência. É como se fosse um entendimento jurídico, como se fosse um apanhado de dispositivos

jurídicos que caracterizam o que depois, na época da ditadura militar, foi entendido como auto de resistência, que para a época era um mecanismo de repressão, porque autorizava a força policial a usar da sua letalidade.

São seis artigos do Código Penal que dão orientações sobre como os policiais vão agir nessas ações policiais, e se acontecer um óbito, um disparo com óbito, a cena vai ser mantida, vai ter investigação ou não, essas coisas. O conjunto desses artigos, alguém deu o entendimento que eles somados poderiam embasar a constituição desses autos de resistência, que é uma medida administrativa, não é uma lei, não é uma norma escrita, não é nada, mas que é uma medida administrativa que é usada nas corporações do País inteiro. E essa medida administrativa, que são os autos de resistência, permite que uma morte que aconteça em ação policial não seja investigada.

Na verdade, a investigação dessa morte vai depender mesmo do responsável pela investigação, do delegado, enfim, do supervisor desses policiais. Ele vai decidir, de acordo com a própria discricionariedade dele, se a força policial, se a força pública vai investigar ou não. Isso é um grande empecilho para a sociedade civil, para a consolidação da nossa democracia mesmo, inclusive para a construção de uma boa imagem das próprias corporações policiais. Porque as corporações policiais acabam sofrendo com a sua imagem por causa da atuação de maus policiais, que a gente sabe que são a minoria, mas que usam dessas manobras para encobrir casos de violência gratuita, de mortes que não teriam necessidade, que acontecem sem justificativas. Não que uma morte tenha justificativa, a gente escuta muito e endossa muito isso de que “bandido bom é bandido morto”, toda essa cultura de violência que também está engendrada aí em alguns telejornais, esses telejornais que fazem mesmo uma ode à essa violência, à repressão e tudo mais, e a gente naturaliza que determinadas pessoas vão morrer porque estão envolvidas com a criminalidade, com o tráfico. Sem nos atentarmos que, além de no Brasil não existir pena de morte, agente policial não é carrasco, não é executor. Então a gente tem que ter mesmo a preocupação para conscientizar tanto sociedade como corporações, de que as coisas podem ser resolvidas de outra forma.

Quanto à questão do tráfico, também existem poucas pesquisas que conseguem comprovar ou refutar essa teoria de que a maioria das pessoas que morrem estão envolvidas com o tráfico. Agora, uma reflexão que a gente puxa, que eu, particularmente, acho muito importante, é que, por exemplo, a gente observa que em 2010, 49 mil pessoas morreram em decorrência da violência, em 2011 foram 52.198, se eu não me engano. E se a gente for considerar que todo mundo está envolvido com o tráfico, é muita gente, todo mundo envolvido com tráfico, todo mundo envolvido em brigas de facções, ou gangues, ou organizações criminosas rivais. Eu acho que cabe a gente também ter um pouco de refinamento nesses

questionamentos, nessas informações que a gente absorve. Acho que, se cinquenta mil pessoas estão morrendo por ano em decorrência de tráfico, o Brasil está numa situação complicada, né?

Eu acho que esse tipo de reflexão, às vezes, a gente não faz porque não tem acesso aos dados, esses dados, embora eles estejam disponíveis para acesso público, a gente não é orientada, a gente não é incentivada a pesquisar essas coisas, a procurar essas coisas, que geram uma reflexão maior e que em determinados momentos não é interessante. Eu acho que para a opinião pública e para o nosso próprio conforto de pensar o que está acontecendo ao nosso redor, nas localidades aonde a gente não chega, não tem acesso, as periferias são afastadas, então a gente não tem tanto contato: “ah, deve ser por alguma coisa que não tem, alguma coisa que eles estão fazendo”. Então eu acho que é interessante a gente observar tudo isso para começar puxar essa reflexão assim, conosco e com a nossa comunidade.

### **Interlocutor não identificado**

A segunda pergunta seria o seguinte: você disse que em Alagoas já está bem desenvolvido o programa. Houve alguma resistência por parte da Secretaria da Segurança Pública do Estado com relação à implementação do programa? Porque, no caso, demonstraria algumas falhas da administração pública estadual, alguma coisa nesse sentido, ou mesmo a Secretaria Estadual da Segurança Pública achar que esse programa é uma ingerência na política que ela implementa no estado?

### **Janaína Bittencourt**

Bem, na verdade é uma dúvida. Eu sei que não tem receita, mas, na implementação, quando a gente estava pensando o Plano em Rio Claro, que vai trabalhar mais especificamente na prevenção, potencializar os espaços que já existem no município, na conversa com o pessoal que é dos bairros mais periféricos da cidade, a gente sente uma resistência muito grande quando se fala que o policial vai ser um parceiro ou que o policial vai ajudar. Não tem receita, mas, como que a gente pode fazer essa abordagem mais tranquila para o policial, que tem que ajudar a gente, que tem que se sensibilizar com tudo isso que está acontecendo? Por exemplo, os meninos do hip hop, não adianta, por uma questão histórica, eles não vão colar junto com o policial. E vocês têm uma forma mais tranquila de fazer isso?

### **Interlocutor não identificado**

Eu trabalho em uma instituição de saúde, a gente trabalha muito com adolescente. Tinha um projeto em que a gente trabalhava com quatrocentos adolescentes, e eu acho que o Projeto Juventude Viva, eu fiquei sabendo tem mais ou menos um mês, de fato, de todo o

funcionamento, e eu penso que é mais uma ferramenta para a gente trabalhar. Ela até falou da questão do hip hop, da questão da polícia trabalhar, como trabalhar com essas comunidades e colocar a polícia. Eu acho que um dos eixos que eu acho que é muito importante é trabalhar a questão da cultura de paz. Eu acho que vocês já estão começando bem, porque desconstruir a característica da polícia dentro da periferia não é tarefa fácil. Isso, como você já bem colocou, é uma coisa histórica, a polícia não foi feita para trabalhar o social, foi para trabalhar a repressão de pessoas que estavam marginalizadas. Então não é de um dia pro outro que a gente vai desconstruir isso.

Eu acho que mais do que nunca, também, tem que ficar bem claro na consciência do povo brasileiro o quanto ele é preconceituoso, porque aqui no Brasil se mascara a questão do preconceito. Então quando você tem um adolescente que está sendo parado pela polícia, e ele sabe que ele está sendo parado pela polícia, tem ele e um branco, e ele e um negro, e ele é tratado diferente, e aí o policial falar que não é racismo, como não é racismo? Então eu acho que mais do que nunca o Brasil precisa se ver como racista, para ele curar a doença. Porque enquanto a gente não se descobrir enquanto pessoas racistas, de fato, que nós somos, a gente não vai conseguir trabalhar a doença.

Eu penso que o Juventude Viva vem para gente diminuir, isso não é uma coisa de 2010, de 2011, isso é uma coisa de 1990, a questão da violência dos jovens da periferia, isso já vem se arrastando. O governo do estado não é besta de não querer trabalhar esse assunto, porque o governo do estado... Talvez a gente não tenha dados para mostrar o quanto a polícia mata, mas a polícia mata sim, e nunca vai se mostrar. E eu acho que só a iniciativa do governo do estado de estar implantando e de estar fomentando um projeto como esse, um programa como esse, ele já ganha uma nota dois. Porque aí é um dos governos que mais matam jovens na periferia. Então é que nem você falou, acho que a gente já está com o Programa aqui em São Paulo, pelo que eu entendi, e a gente, dentro das nossas comunidades, também está correndo atrás disso, em montar oficinas para os nossos jovens.

A questão do preconceito institucional é uma coisa muito triste para o jovem que vai procurar emprego, é uma coisa trágica. O jovem está preparado para ocupar o emprego e ele não ocupa porque ele é negro, porque ele mora na periferia. Então ele tem todos os requisitos para ocupar a vaga, mas o fator negro, o fator de morar na periferia, impede isso. Eu penso que a gente também, na nossa comunidade, está levantando essa bandeira, a gente acredita, espera que o Programa vá para frente, que não seja só uma proposta de governo, porque aí chega o outro e acaba com tudo. Porque aí quem fica a ver navio é a comunidade, quando tem um programa de governo o povo esquece das pessoas que estão sendo assistidas pelo programa. E eu, dentro da minha comunidade, enquanto morador da comunidade,

trabalhando com adolescente, eu também vou fazer com que isso aconteça e que continue. Fazer com que os jovens também saibam que eles têm uma ferramenta para poder dar a visibilidade dele. Então eu queria parabenizar vocês e saber que vocês têm um apoio na ponta, na periferia, para a gente fazer com que esse Programa dê certo.

### **Interlocutor não identificado**

Bom, acho que na linha de roda de conversa a gente pode trocar umas ideias. Alagoas conveniou com o governo do estado, então nessa hora, o governo do estado se compromete e mobiliza a Secretaria de Segurança, de Justiça, as polícias militares e tudo o mais. O nível de efetividade depende da força desse arranjo, mas o que é muito legal em Alagoas é o conveniamento do governo do estado e dos municípios, juntos. É uma articulação muito possante, mas quando o município se convenia sozinho, ele também tem milhões de tarefas a fazer, que é o caso do município de São Paulo, e vai ser o caso de Rio Claro. Essa experiência é aquela miscelânea de informação das guardas municipais.

Eu estive envolvido com a construção do curso, e ministrando aula, ontem a gente ministrou aulas. Por exemplo, a última aula que a gente deu para as guardas foi trazendo a Defensoria Pública e o Ministério Público para as guardas conhecerem como é o sistema de Justiça. Discutimos a questão racial, discutimos a questão, por exemplo, daquela pesquisa do Senado que mostra que 95% dos brasileiros não acham que não são racistas, mas 95% também acham que existe o racismo. Ou seja, a conta não bate, precisa ter 185%.

Então, no fundo, a sociedade brasileira tem um histórico de profundo racismo, de um *apartheid*, que não é um *apartheid* de muros reais, visíveis, mas é de muros invisíveis, que foram construídos. E, no campo de racismo institucional, por exemplo, quanta coisa não pode ser feita na Secretaria de Educação com professores, supervisores, programas, a implementação da Lei da História Afrobrasileira, a valorização da estética negra? Você falou do pessoal do funk, o pessoal do hip hop. Aqui em São Paulo estamos na perspectiva do pessoal do funk, que tem todo esse estigma do funk pancadão, do funk erotismo e tal, mas não adianta, são as expressões legítimas da nossa juventude, que nós temos que abraçar e temos que estar junto em uma construção bem poderosa.

Então são algumas ideias para a nossa roda de conversa, quando o município entra tem um campo incrível. Mas eu acho que ele começa muito naquilo que você perguntou no outro debate, na formação da Secretaria, na Coordenação da Juventude, na Secretaria da Juventude, ou na Secretaria de Igualdade de Ético-Racial, que aí permite estruturar a política institucionalmente com mais força.

### **Janaína Bittencourt**

É, e uma coisa também que eu acho que é importante pautar sobre isso, sobre a questão da Secretaria de Segurança Pública e tudo mais, é que o Juventude Viva é também uma questão super importante para a efetividade, ele é a participação da sociedade civil. É um tema que, por ser muito complicado, por merecer uma atenção especial de todos os setores do governo, do governo local, ele precisa mesmo de um acompanhamento da sociedade civil, monitoramentos e tudo mais. Então é importante que a sociedade, as pessoas estejam sempre ali de olho, se existe o Plano e existem ações previstas, existe um recurso previsto, uma ação, enfim, que vai chegar a determinado território, que a sociedade consiga se articular entre si. Mas também ter esse acesso às esferas de governo para saber o que está acontecendo, para conseguir cobrar.

Na verdade, o Plano foi construído justamente através das demandas da sociedade, é uma coisa que vem sendo demandada há muitos anos. O movimento negro está aí pelo menos desde a década de setenta evidenciando essa mortalidade que vem acontecendo de forma sistematizada. Nos anos noventa também, a ascensão da juventude, de modo geral dentro dos movimentos negros, mas dentro dos outros movimentos, por direitos humanos, colocou mais uma vez com um novo fôlego essa questão. E os dados aumentando de forma exponencial, não tinha mais como fugir a essa resposta. Então é importante que a sociedade esteja, seja tida, como protagonismo nesse processo todo.

### **Interlocutor não identificado**

Na verdade, eu peço desculpa porque daqui a pouquinho eu tenho sair, porque tem um lançamento no stand. Mas eu quero dizer, antes de tudo, que no lançamento do livro, do Estatuto da Juventude, eu fiquei muito, não sei se a palavra é emocionada, não sei, eu fiquei muito satisfeita de pelo menos ouvir a Dilma citando essa questão da juventude negra. Ela citou isso, eu achei super importante, super significativo isso. Eu pediria que, se fosse possível, eu não sei se eu não consegui acompanhar, para você detalhar um pouquinho as ações, de fato, do projeto nos estados. É só institucionalmente, é só com as prefeituras e estado? Como é o envolvimento da sociedade civil, exatamente? Se você puder dizer um pouquinho que ações, nas escolas, sobretudo, também. Eu acho que os projetos têm que incidir nas escolas também, com os educadores, tornando as escolas muito estimulantes também, porque os jovens estão saindo das escolas, está muito difícil, pelo menos em Salvador.

### **Interlocutor não identificado**

A minha pergunta vai um pouco no sentido da dela. O que a gente percebe muito na zona Sul é que jovens, às vezes, não conseguem acessar não só o mercado de trabalho formal, mas os próprios cursos técnicos, por uma questão de histórica precariedade também, vamos dizer assim, no âmbito escolar. Então muitos jovens fazem o processo



seletivo e não conseguem entrar, aí as vagas ficam ou em aberto, ou são utilizadas para os jovens de outra região, que não lá do fundão da zona Sul. Existem algumas ações afirmativas em relação ao mundo do trabalho, ao mercado de trabalho, vamos dizer assim, como acontece nas universidades? Existe alguma coisa priorizando a juventude negra em relação a esse acesso no trabalho e de cursos profissionalizantes?

### **Janaína Bittencourt**

Bem, respondendo as perguntas de vocês dois. Como a gente viu, o Juventude Viva é composto por ações de vários Ministérios, então, na verdade, quando o Plano Juventude Viva chega com a pactuação, quando o governo procura a localidade para pactuar a chegada lá, a função da coordenação do Plano é tentar alocar a maior quantidade de recursos e de ações disponíveis praquela localidade. Os Ministérios parceiros, que estão inseridos no Plano, têm a missão de tentar criar, de viabilizar, de orientar as suas ações já existentes para a lógica do Juventude Viva. Porque não é simplesmente um programa que já existe chegar naquela localidade, mas chegar naquela localidade sabendo que ela vai ter uma perspectiva de desconstruir o que, pelo menos, é a causa dessa mortalidade e tudo mais. Então tem essa reformulação no seu próprio consenso, no próprionexo do programa ou da ação. E para as ações que não existem, criar ações novas que possam aumentar a autonomia, a consolidação dos direitos, todas as questões que nós temos falado aqui.

Agora, na prática, vai também depender muito do que o Ministério tem disponível para aquela localidade. A adesão pactuada pelo governo federal pode ser pactuada tanto com o estado e com os municípios, e aí o estado também vai estar responsável, vai ter uma corresponsabilidade com o governo federal de monitorar, implementar algumas ações nos municípios, ou apenas nos municípios, como aconteceu aqui em São Paulo, por exemplo, que foram alguns municípios. Porque em São Paulo, de todos os municípios que existem no estado, acho que apenas cinco ou seis estão dentro daquela lista de 142. Então em uma pactuação com os municípios, vai depender também do que o Ministério tem disponível para lá. A nossa vontade é que os Ministérios consigam levar somente aquelas ações mais bem consolidadas, as mais bem avaliadas, aquelas que já têm uma efetividade comprovada, e que conseguem transformar a realidade aonde elas chegam, todas são qualidades. E os Ministérios estão orientados a também de adaptarem a esta nova realidade do Juventude Viva. Mas onde não existe é possível que exista algum déficit de alguma ação. E aí também fica uma orientação que a gente costuma dar, para as localidades, que se o Ministério não chega com uma ação específica, que o município consiga talvez viabilizar a criação daquela ação.

Então vamos pensar que em um exemplo, de um programa grande, famoso, como, por exemplo, o Pró-Jovem, do MEC. Se ele não chega a uma determinada localidade, que o município consiga se organizar de forma, talvez, a demandar essa ação do MEC. Porque a gente atua também pedindo para que o Ministério leve, mas que ele consiga talvez replicar essa ação dentro da sua localidade e tudo mais. A intenção é que sempre chegue a maior quantidade possível de ações, e que seja, mais ou menos, não diria igual, mas que tenha uma equidade para todas as localidades.

A sua pergunta, em relação aos cursos. Eles têm cursos, eles têm programas que oferecem, se propõem, tem esse objetivo de aumentar a inserção dos jovens no mercado de trabalho e de fazer a mesma formação profissional. Por exemplo, o PRONATEC, que é uma ação nesse sentido, e que agora também faz parte do Juventude Viva, e que vem trazendo, desde a entrada do programa no Plano, essa questão da desconstrução da violência, da desconstrução do racismo. Então a orientação é que eles passem a se orientar cada vez mais nesse sentido.

Fora isso, agora está tramitando uma lei na Câmara dos Deputados, a pedido da presidenta Dilma, que é de reserva de vagas em concurso público para afrodescendentes. Como é um projeto de lei, vai depender muito da dinâmica do Congresso e tudo mais, a gente não tem como saber, de fato, quando vai ser aprovada e se vai ser aprovada. Mas é uma iniciativa que tem um peso maior na medida em que vai virar uma lei, não é um plano de governo, não depende da vontade de governante X ou Y, mas vai perpetuar. Eu acho que iniciativas como essa podem ser replicadas dentro das localidades, na Câmara de Vereadores, na Assembleia Legislativa, são coisas que a gente pode pensar. E em algumas localidades também existem deputados propondo leis Juventude Viva, por assim dizer, que é para garantir que esse recorte, que essas ações vão ser perpetuadas para além da mudança de governo. Eu acho que é uma coisa que merece a sua atenção também e que é interessante. É importante o governo ter essa preocupação, mas é importante também a sociedade conseguir garantir que as ações vão acontecer, independentemente da alternância de governo.

### **Interlocutor não identificado**

Não precisa nem avisar que vai ter um batuque logo mais, que a gente vai interromper por quinze minutos, e que enfim, daqui quinze, vinte, vai começar outra roda de conversa sobre 'Os Catadores e a Política Nacional de Resíduos Sólidos', esse é outro debate quente também, vocês estão convidados. Não sei se alguém ficou com alguma pergunta aí, eu deixo vocês conversando com a Janaína.

### **Interlocutor não identificado**

Não é nem uma pergunta, é só um informe. Hoje, às três horas, a Pastoral Afro, a Pastoral da Juventude, e a Pastoral da Fé e Política vão discutir a questão da mortalidade da juventude negra da periferia de São Paulo. Eu só não me lembro da igreja, é em Itaquera, Rua Flores do Piauí. Eu acho que é a Igreja Nossa Senhora do Carmo, alguma coisa assim, vai ser um debate muito interessante. Quem puder participar...

## **Mesa redonda: Minha Casa Minha Vida Entidades e PNHR**

### **Participantes:**

**Evaniza Rodrigues** – Consultora da Presidência da Caixa Econômica Federal

**Edilson Pereira** – União Nacional por Moradia Popular

### **Interlocutor não identificado**

Boa tarde a todos e todas, vamos começar aqui a roda de conversa no âmbito da Feira ONG Brasil, com o tema Minha Casa Minha Vida Entidades e Programa Nacional de Habitação Rural. Quem vai apresentar é Evaniza Rodrigues, consultora da Presidência da Caixa. E informamos também que a conversa é transmitida pelo Participatório da Juventude.

### **Evaniza Rodrigues**

A gente vai apresentar aqui um pouco os resultados do Minha Casa Minha Vida Entidades, até o ponto que ele está. E é importante a nossa conversa, até para apontar novas questões, novos desafios para o programa, visto que a gente está encerrando o ciclo do Minha Casa Minha Vida II, e, para o ano, esperamos inaugurar o Minha Casa Minha Vida III. Então eu trouxe algumas informações, alguns dados, para gente conhecer.

Bom, o Minha Casa Minha Vida, como ele é conhecido, é dividido em algumas modalidades. Na Faixa I, que é a faixa para a população com renda abaixo de R\$1.600,00, a gente tem algumas modalidades, as primeiras ligadas ao FAR e destinadas a empresas construtoras, mais o Minha Casa Entidades e o PNHR (Programa de Habitação Rural), destinados especificamente para entidades sociais sem fins lucrativos, que podem ser associações, podem ser ONGs, podem ser qualquer tipo de forma de organização da população, desde que tenha a sua formalidade legal, e que tenha como objetivo a promoção habitacional. A gente também tem outros programas na Faixa II e III, que são faixas acima de renda, e também, nesse caso, a gente pode

ter entidades organizadoras da sociedade civil, porém um pouco diferente, eu vou me focar mais na Faixa I mesmo.

Um panorama que já está desatualizado. A gente tem a contratação do Minha Casa Minha Vida II, aqui a gente tem um bilhão e novecentos e noventa e cinco unidades contratadas até 31 de outubro. Hoje esse número já passou de dois milhões, conforme anunciou a presidenta na última semana. Esse número já passou de dois milhões, divididos nas três faixas de renda, importante demonstrar isso. A gente vai ter então, desses dois milhões, novecentos mil na Faixa I, somando todos os programas, e 892.083 na faixa mais baixa. Para o programa com entidades e o programa rural a gente tem 113 mil unidades contratadas. Isso, na verdade, significa por volta de 5% de todo o programa Minha Casa Minha Vida.

Dentro das metas, o Faixa I é ainda a faixa com mais dificuldade de contratação porque, de fato, exige uma articulação de atores muito maior. A Faixa II e a Faixa III são, praticamente, uma produção de mercado, então elas não têm esses requisitos. Mas para a Faixa I acontecer é preciso articulação da sociedade civil, do mercado, das empresas construtoras, e também do Poder Público local. Do ponto de vista da entrega, a gente já tem no Minha Casa Minha Vida I e II mais de um milhão e quatrocentas mil unidades entregues, nas diferentes faixas.

Para falar do Minha Casa Entidades eu sempre começo por esse momento, que foi em 2009, quando o presidente Lula lançou o programa Minha Casa Minha Vida, quando a gente teve uma participação dos movimentos sociais desde a concepção do programa. Vrios atores participaram da discussão do programa, os estados, os municípios, as empresas da indústria da construção civil, e também as entidades sociais participaram. Esse é o dia do lançamento, onde os movimentos também falaram um pouco dessas conquistas. E nesse momento se criou então os dois programas para entidades, o rural, e o Entidades Urbana.

Hoje, o marco legal que rege o Minha Casa Minha Vida Entidades é a legislação, que é a Lei do Minha Casa Minha Vida e suas autorizações, o Decreto do programa, e ele é regido pelo Conselho Curador do FDS (Fundo de Desenvolvimento Social). Então a gente tem uma série de resoluções que desenham um pouco o formato do programa e instruções normativas emitidas pelo gestor, que é o Ministério das Cidades. A Caixa Econômica Federal é o agente operador do Fundo, e o agente financeiro, que faz, de fato, as contratações com as associações. O programa para entidades tem as mesmas características do programa feito pelas construtoras, no sentido dos valores e da forma de financiamento. Então, todas as mesmas características: é um subsídio bastante alto, de mais de 90%, as famílias participam com 5% da sua renda como prestação mensal durante dez anos, e, nesse caso, as entidades devem apresentar as

suas propostas na Caixa, que vai fazer a análise e a contratação. O Minha Casa financia todos esses itens necessários para habitação. É claro que se você tiver em uma situação que a entidade já tem um terreno, os recursos serão utilizados para os demais componentes, e assim também outros atores podem aportar contrapartidas, prefeituras podem entrar com o terreno ou com infraestrutura, projetos, algumas universidades são parceiras com projetos. O trabalho social também existe em algumas parcerias, ou então aporte de recursos financeiros das famílias ou de outros entes públicos.

Aqui a gente tem a lista de possibilidades de modalidade do programa. O programa permite a contratação direta com as famílias, que é pessoa física, ou para pessoa jurídica, com as próprias entidades. E ela pode construir num terreno próprio ou com um terreno doado, ele pode comprar o terreno e construir ao mesmo tempo, ou pode - que é essa modalidade BII - adquirir o terreno primeiro, financiar o projeto e a legalização da área, e, num segundo momento, financiar a obra. Essa modalidade tem sido muito importante para as entidades, porque elas não têm terreno, e muitas vezes não tem recurso para fazer um projeto, com essa modalidade podem fazer.

O programa permite várias formas de construção: pode ser a própria, que a gente chama de regime de autoconstrução, onde cada família recebe os materiais e constrói a sua casa, um mutirão assistido, que são modalidades utilizadas muito mais no meio rural do que no meio urbano, e também a ação direta ou auto gestão, que depois o Edilson vai falar um pouco melhor para gente, ou uma contratação de uma construtora, que é uma empreitada global. Então é uma opção do grupo, daquela comunidade, como ela vai produzir a sua moradia.

Bom, e aí eu faço essa brincadeirinha, que é a galinha e o ovo, porque sempre se pergunta quem nasceu primeiro, e aqui a gente tem uma resposta. No nosso caso aqui, toda e qualquer proposta, nasce necessariamente de um ovo. O ovo que é o embrião da organização. Primeiro a gente tem uma organização com as famílias, aonde essas famílias decidem fazer uma proposta para o mutirão, para a construção, para a empreitada, e dessas propostas nasce um projeto habitacional. Não é o contrário, um ser, um ente externo, que elabora um projeto, e busca famílias para se associar ao projeto. E isso é muito importante, porque eles se diferem então de toda produção habitacional tradicionalmente feita, tanto pelo Poder Público quanto pelo mercado. Ou seja, no mercado a construtora constrói uma casa e vende para aquelas pessoas que gostarem daquela casa, daquele lugar, daquela forma. Aqui não, aqui é feita uma proposta para aquelas famílias, no local que aquelas famílias escolherem, se vai ser casa, se vai ser apartamento, como é que vai ser a construção... São as famílias que definem. E só a partir disso a gente chega à galinha, que é a nossa construção.

Portanto, o primeiro passo é a seleção de famílias, o primeiro momento da proposta é você ter um grupo de famílias que entrem nos requisitos do programa, que participem, que sejam associados àquela entidade. Depois disso tem toda a formalidade de participação no CAD Único de Enquadramento, e ela e suas famílias vão eleger quem serão os gestores dessa proposta. O empreendimento será gerido por uma pessoa da entidade, duas ou mais pessoas representantes das famílias, que a gente não chama de beneficiárias, apesar de ser o nome legal. A gente chama de participantes. E aí a gente vai ter os passos: fortalecer primeiro a organização, fortalecer as parcerias, estabelecer os acordos e se capacitar para o empreendimento. Depois, uma assessoria técnica para elaborar, buscar um terreno, prospectar o terreno, elaborar o projeto, fazer os licenciamentos, e acompanhar a obra.

O terreno pode ser da própria entidade, como pode ser um terreno cedido ou doado pelo Poder Público, e pode ser adquirido em qualquer uma dessas situações. Tem que ser um terreno regular, que esteja com condições lá no registro de imóveis. Tem que ter um potencial de utilização compatível com a legislação municipal, e que tenha também a condição de ter os serviços necessários: água, luz, energia, e inserção na malha urbana. A compra antecipada, que eu falei, é uma experiência da primeira compra antecipada, que é onde se faz um estudo, verifica-se que o terreno é viável e, a partir disso, a entidade apresenta propostas. É financiada a compra daquele terreno, que vai para o nome da entidade, e depois disso ela desenvolve os projetos já com essas famílias. O projeto, como eu falei, por definição, é por família. A gente tem métodos, mas métodos participativos, decisão do projeto, métodos que as famílias vão discutir como elas querem, e como elas podem construir. Esse é um exemplo, aquelas famílias discutiram, chegaram nessa proposta, desse projeto, junto com a sua assessoria técnica.

E aqui é um exemplo bastante diferente, porque não é comum a gente falar de moradia popular e vertical, mas esse grupo escolheu e estava fazendo todas as formas para viabilizar, não só a construção, como a manutenção. Então esse grupo escolheu construir o mutirão, mas o grupo que vai escolher se faz mutirão ou não. As viabilidades, como eu falei, todas as certificações, e o trabalho social, que também há recursos para que seja executado o trabalho social antes, durante e depois da obra. E a gente monta esse esqueminha dizendo que tudo tem que andar meio articulado, uma coisa com a outra, aí tem que ter uma coisa, a engenharia, a parte social, a parte documental, as famílias todas têm que andar mais ou menos ao mesmo tempo.

Após a contratação, as famílias é que vão fazer a gestão de toda a produção, contratando uma empresa, ou não, elas vão fazer a gestão e o acompanhamento da obra. Perante a Caixa, o representante é a entidade, mesmo que haja uma empresa construtora, ela responde para a entidade. Quem responde para o governo, para a Caixa, é a

entidade. Para uma entidade participar, ela tem que se habilitar no Ministério das Cidades, tem que participar do processo de habilitação com a documentação exigida pelo Ministério.

Eu acho que não é o caso de a gente entrar em muitos detalhes, isso tudo está à disposição dentro do próprio site da Caixa, como o funcionamento das Comissões de Acompanhamento, das Comissões de Trabalho Interna. Mas, pensar que as famílias são beneficiárias, elas são participantes do processo, e elas também têm responsabilidade para com esse empreendimento. Elas estão tomando isso, nós não vamos receber numa casa, elas vão participar da produção da sua moradia, seja no trabalho físico, da obra, ou do trabalho de gestão, de decisões coletivas. E o canteiro de obra é isolado da entidade.

E a gente deixa aqui alguns lugares que vocês podem conseguir as informações. Esses são sites do Ministério das Cidades e da Caixa, e aqueles ali são de alguns movimentos sociais. O Edilson, que é da União Nacional por Moradia Popular, vai falar agora um pouco sobre os desafios que a gente está encarando aí nos últimos momentos, e já tem algumas coisa para gente avançar na discussão do programa Minha Casa Entidades.

### **Edilson Pereira**

Boa tarde a todos e a todas. Eu sou Edilson, sou advogado da União Nacional por Moradia Popular, e participo de Movimento de Moradia aqui em São Paulo e na região metropolitana de São Paulo.

A União Nacional por Moradia Popular é uma organização que reúne grupos de sem teto, como a gente gosta de ser identificado, em 22 estados, em todas as regiões do País. Essa experiência de organização popular nasceu das Comunidades Eclesiásticas de Base da Igreja Católica, no começo dos anos oitenta, participou da construção dessas políticas de habitação. Desde aquela época, prefeituras progressistas na década de oitenta, depois experiências estaduais, na década de noventa, e agora no tempo atual, desde 2004. Um dos primeiros programas que foi formulado, que é inovador da política urbana, foi um programa que teve a participação das entidades. Chamava Crédito Solidário, que buscou trazer para o âmbito federal boa parte dessa experiência acumulada nos municípios, em alguns estados, ao longo desses últimos trinta anos. Então a experiência da auto gestão, a experiência da luta por moradia, tem um âmbito de atuação muito mais amplo do que o programa Minha Casa Minha Vida. O programa Minha Casa Minha Vida vem, no fundo, dá vazão para uma série de reivindicações históricas que já vinham de muito tempo. Então vamos conversar um pouquinho sobre isso aqui.

Bom, a primeira coisa importante que a gente queria fixar aqui é o seguinte: o Minha Casa Minha Vida veio para dar uma resposta, em

termos de política econômica, de geração de emprego, produção de moradia em larga escala, depois da crise econômica de 2007. A principal preocupação do Minha Casa Minha Vida é construir habitação dentro de uma lógica de produção em larga escala para poder gerar emprego, movimentar a economia, garantir acesso a direitos, mas também gerar investimentos, que os investimentos em produção pudessem sair rapidamente para um setor do mercado de trabalho que tem capacidade de absorver mão de obra, digamos assim, em grande quantidade, e a mão de obra da construção civil.

Os movimentos populares têm outra lógica, a nossa lógica é o controle das famílias, do processo de produção, no caso, aqui, da habitação. Então, se vocês forem olhar as regras desses programas, eles sempre começam assim: garantir o protagonismo das organizações, garantir a autonomia das organizações. O nosso objetivo é, através do processo de produção da moradia, construir cidadania. É garantir moradia com qualidade, como a gente vai mostrar aqui rapidamente, mas, sobretudo, garantir que o direito à moradia seja uma porta de entrada para um conjunto de direitos de cidadania. Por isso o Minha Casa Minha Vida tem que produzir bastante moradia, tem que envolver bastante entidade, e fortalecer a organização da sociedade, mas a preocupação principal dele é, na verdade, formar consciência política, construir cidadania.

Os números vêm crescendo nos últimos anos, mas eles são números pequenos se comparados com o grosso do Minha Casa Minha Vida, que é feito pelo setor público, feito pelas construtoras. Mas isso, para nós, longe de ser um problema, é, na verdade, uma perspectiva. Quer dizer, é preciso construir habitação de qualidade envolvendo aquelas pessoas que tenham interesse nisso, e isso é um processo político, ele tem já uma trajetória de trinta anos, e não vai ser o programa Minha Casa I, II ou III que vai delimitar a experiência auto gestonária, ela já vem de antes do Minha Casa Minha Vida e pretende permanecer depois.

Quando a gente fala em autonomia, em processo de controle por parte das famílias, é uma autonomia plena, autonomia de todos os processos. Então é desde a própria autonomia para se organizar da forma jurídica que achar mais adequada, tem grupos que preferem se organizar como associações, tem grupos que preferem se organizar como cooperativas, tem grupos que têm relacionamento com sindicatos. A gente tem que compreender a diversidade dessas formas de organização que existem no País, e respeitar a decisão de cada coletivo. Na gestão do processo de produção da solução de habitação, cada pedaço do estado e cada pedaço do País vai encontrar formas e meios de fazer essa moradia de acordo com as suas características regionais, as suas características locais. A gente estimula muito a produção que respeite esses costumes locais, o Brasil é muito diverso nesse sentido, inclusive. No controle de todas as etapas do processo, é evidente que tem algumas etapas que tem



forças maiores que a gente, como, por exemplo, a questão da terra, que daqui a pouco a gente vai falar um pouco, que é muito mais difícil de controlar. Mas as etapas efetivas de elaboração do projeto, de definição da equipe técnica que vai acompanhar esse projeto, da construção e tipo de material que a gente vai usar, essas são questões que para nós são fundamentais, o movimento não abre mão de escolher a sua própria assessoria, de escolher os seus próprios caminhos.

Bom, e é isso, com a perspectiva de construção de uma vida em comum, de uma vida coletiva que não se esgota na produção da moradia, não é só a moradia como mercadoria, mas como espaço a partir do qual se pretende que se estabeleçam outras relações de economia solidária. Então muitos projetos nossos depois desenvolvem outros projetos, da área da criança e adolescente, projetos na área da saúde, projeto na área da cultura... Buscando com que o próprio projeto habitacional interfira naquela região e ajude, inclusive, a melhorar o desenvolvimento de uma determinada região, com os valores próprios de uma construção coletiva, rompendo com autoritarismo, compartilhando o saber, misturando o saber técnico com o saber popular, resgatando a autoestima das pessoas, construindo coletivamente de forma horizontal esses projetos. E dando resultados que são resultados que podem ser medidos pela quantidade de unidades que vem crescendo, mas que também podem ser medidos por outras questões, como, por exemplo, o combate ao desperdício, à corrupção, a qualidade dos projetos.

A gente está vendo aqui projetos da década de noventa, e agora do ano 2000, que, se comparados com os projetos tradicionalmente feitos na política de habitação, geraram apartamentos e casas maiores, em termos de tamanho, e melhores em termos de materiais e qualidade arquitetônica. Em primeiro lugar, porque parte de uma premissa simples na produção dessas moradias, que a gente faz um exercício aqui para mostrar, é o seguinte: quarenta metros quadrados, 42, é o que a produção tradicional de moradia popular vem fazendo no Brasil desde a década de setenta, desde a época do BNH, é o que muita gente conhece como padrão COHAB, o padrão CDHU aqui em São Paulo. A gente brinca que são os “hagazinhos” que são os prédios em formato de H com, quarenta metros de área. Como o movimento não tem lucro, ou seja, são associações que não têm fins lucrativos, têm a finalidade que eu falei antes, isso faz com que a gente ganhe dez metros de construção em cada projeto.

Outro valor importante que o movimento defende desde a década de oitenta, é, em primeiro lugar, respeitar as transformações que o próprio mercado da construção civil hoje oferece. Então, evidente que o trabalho mutirante dos anos oitenta, quando você tinha um tipo de tecnologia de construção civil, era muito mais intensivo. Hoje ele é muito menos intensivo. O trabalho de mutirão na década de oitenta era por volta de 40% do total da obra, hoje é por volta de 5%. Mas a

gente entende que o trabalho mutirante é um elemento fundamental para que as pessoas, em primeiro lugar, emprestem os seus saberes para uma obra, sob a coordenação de uma equipe técnica, obviamente. Mas, segundo, para que também aproveitem o próprio trabalho, e não para estabelecer relações de solidariedade, e se apropriarem daquele bem que é a moradia, e não como um direito seu e como algo que foi concedido por um terceiro. E outra coisa importante, que é uma característica dos projetos auto gerenciados, é a valorização do trabalho das assessorias técnicas em arquitetura e engenharia, de trabalho social e jurídico. Desde a década de oitenta, a partir da iniciativa de estudantes universitários, se consolidaram grupos, que prestam esse tipo de serviço, que contribuem para qualificação. Então um bom projeto garante mais cinco metros de construção. A gente não tem um valor médio de área, mas, em geral, os conjuntos de mutirão são sempre maiores, maiores e melhores do que os conjuntos feitos de forma mais tradicional.

Faz parte de um histórico de luta dos movimentos, desde a década de oitenta, grandes mobilizações se articulando com outros setores, com a Igreja Católica, com os sindicatos, com os partidos progressistas, e que até hoje sempre vão para as ruas fazer a defesa de propostas que a gente considera que são importantes para mudar o País. E depois de alguns anos já, desde 2004, não tem como a gente também não aproveitar esses espaços para discutir os nossos desafios. Por que não se vai muito mais longe, por que isso não é uma coisa muito mais corriqueira na nossa vida? Em primeiro lugar a gente viveu um marasmo, falta de investimento em habitação, de vinte anos, desde o final do BNH, que foi retomado a partir de 2004 – falando de forma bem resumida. E ele teve um aspecto positivo, que foi colocar recurso na política de habitação, mais um efeito colateral muito complicado, que é o aumento do preço da terra. A partir do momento em que tem crédito disponível, você tem uma reação do mercado aumentando o preço das terras.

Então hoje a questão central para viabilizar esses projetos, na estrutura que a gente tem no País, a lógica é: compete ao governo federal estabelecer regras gerais e financiar, e compete aos municípios viabilizar as condições para essa produção. Ou seja, aplicar os instrumentos que vão garantir terra. Mas, hoje, o grande desafio para todo mundo é conseguir terra, e terra bem localizada. A gente brinca que laranja madura na beira da estrada ou tá bichada ou tem marimbondo no pé. Um terreno em boas condições, que não tenha problemas ambientais, e que ainda está vazio, na área urbanizada, não é de nenhuma grande incorporadora, não é para um shopping, alguma questão esse terreno tem que precisa da ação do Estado para fazer com que ele cumpra uma função social. Prazos longos de aprovação, a burocracia aqui na cidade de São Paulo, a gente vive a sucessão de escândalos na área de aprovação e licenciamento de projetos, terrenos que sobram no mercado, que são desqualificados e que tornam a produção muito mais cara. E a

produção mais cara e o terreno mais caro, vão, obviamente, comer o recurso de uma produção de moradia de melhor qualidade.

Então, embora exista aí uma série de possibilidades, a gente hoje tem a possibilidade de que o Poder Público seja um ator e faça cessão de terrenos, doação de terrenos no campo institucional. O movimento brigou pela construção do Estatuto da Cidade, e hoje o Estatuto é uma lei que garante uma série de instrumentos para viabilizar terra. Mas a realidade do País é que os nossos terrenos não são regulares, e como o financiamento exige a regularização, isso torna o procedimento muito mais complexo. E uma coisa que a gente tem visto na nossa experiência é que essas coisas andam melhor quando a Prefeitura, de alguma forma, apoia as iniciativas dos movimentos. Não na perspectiva de cooptação dos movimentos, não na perspectiva de substituir a atuação dos movimentos, mas na perspectiva de ser, de fato, alguém que vai induzir a organização da sociedade ao que a gente pode chamar, de forma geral, de uma radicalização da democracia. Porque trazer esses novos atores para a produção vai estabelecer parâmetros de competição, e vai fazer com que a gente tenha, então, uma democratização de um setor que é hegemônico por grandes empresas, e que precisa ter, digamos assim, contrapontos que façam, inclusive, esses setores serem mais eficientes.

A gente sempre gosta de mostrar esse tipo de imagem aqui, que são imagens de conjuntos do Minha Casa Minha Vida, recentíssimas. Elas poderiam ter sido feitas nos anos setenta também, elas podiam ter sido feitas nos anos oitenta, elas poderiam ter sido feitas em qualquer grande cidade que fez grandes projetos sem nenhuma preocupação. Isso foi feito, e continua sendo feito no País, nesse modelo que não respeita essa qualidade da organização das pessoas e essa busca por qualidade na produção da habitação. Então isso não é uma perfumaria, não é fazer um conjunto de cor diferente, isso é fazer uma cidade diferente, fazer uma cidade que seja inclusiva, e não uma cidade em que parte dos trabalhadores, aquelas pessoas que não tem acesso ao mercado tenham que viver nos guetos, em lugares onde a cidade ainda vai demorar muitos anos para chegar.

Isso aqui é no dia a dia, você tem uma série de dificuldades concretas, objetivas, ou por desconhecimento, ou por apego a uma certa burocratização, ou por corrupção mesmo, por não querer que esses projetos sejam desenvolvidos, porque o próprio Poder Público também participa de um certo jogo de interesse, como recentemente ocorreu aqui em São Paulo, onde o diretor de aprovação saiu processado da Prefeitura, acusado de enriquecimento ilícito. Essas dificuldades burocráticas, essas exigências, são exigências para além da legislação. As entidades se preparam, têm assessoria técnica, para cumprir a legislação. Mas aquilo que está fora da legislação, que é cultura, que são outras questões, é o que a gente precisa superar.

Bom, e aí para ir terminando aqui, algumas imagens do que tem sido produzido ao longo desses anos todos, e que agora tem então uma possibilidade de se desenvolver ainda mais a partir de programas como o Minha Casa Minha Vida. São conjuntos desde a década de oitenta, depois esse aqui da década de noventa, na verdade, mas que procuram juntar a capacidade de organização das pessoas, a qualidade de projeto, a participação popular, o controle. As decisões são tomadas em assembleia, existe prestação de contas. A prestação de contas mais rigorosa é a que é feita dentro do movimento, para além daquela que o governo exige, o movimento cumpre as regras formais, mas muito mais do que isso ele quer o envolvimento das pessoas, para que a análise dos recursos não seja só uma análise de planilha, mas uma análise das decisões: que tipo de material vai ser comprado, que tipo de negociação vai ser feita com o fornecedor, etc.

Esse mutirão fica aqui na zona Oeste de São Paulo, chama City Jaraguá, é um mutirão de sobrados que é muito interessante. Projetos que ajudam, e a ideia, a perspectiva é que eles ajudem a mudar o entorno. Isso aqui é no extremo da zona Leste de São Paulo, isso aqui é o conjunto, inclusive um conjunto premiado internacionalmente pela forma como ele solucionou o uso de um terreno que era muito difícil, mas ele procura qualificar em lugares que o entorno é todo deteriorado, todo degradado. Fazer um conjunto de forma organizada e regular significa tratamento de esgoto, coleta adequada de água, espaços arborizados, e que podem, inclusive, estimular o entorno para que também procurem melhorar a sua condição de qualidade de vida.

Na década de oitenta, a maior parte dos conjuntos eram de casas, conjuntos horizontais. Na década de noventa, o mutirão começou a fazer certa verticalização, mas uma verticalização que procura não utilizar o máximo dos terrenos, mas sim fazer projetos com qualidade, inclusive com qualidade de material. Se você for em um conjunto, são diferenças que podem parecer pequenas, mas são fundamentais, inclusive, para garantir a durabilidade desses empreendimentos, a redução dos gastos de manutenção, essas coisas todas.

E aí a experiência se espalhando Brasil afora, cada região com as suas características, cada lugar com um grau maior ou menor de assessoria técnica, com diferenças entre os projetos, mas procurando disseminar essa experiência. Aqui, se você fosse a um Feirão da Caixa e apresentasse essa imagem, você ia encontrar uma fila de pessoas querendo pagar trezentos mil reais por um sobrado como esse aqui. Fica do lado de uma estação de trem, a cerca de meia hora aqui do centro de São Paulo, e é um projeto feito em mutirão. Chama Vale das Flores, para a população que ganha de zero até três salários mínimos. Essa é uma perspectiva.

Aqui eram uns projetos, aqui é uma imagem do conjunto entregue. Mas, primeiro um conjunto de casas, na cidade de São Paulo.

Segundo, um conjunto com varanda, com qualidade de janela, de porta, com certo cuidado paisagístico, enfim, um conjunto que está muito diferente do que normalmente a gente observa por aí. Aqui um projeto também na zona noroeste, chamado Colinas da Oeste, todas as etapas do processo de obra, todos esses conjuntos, inclusive, estão abertos para quem quiser visitar, conhecer, conversar com as pessoas que moram lá. Acho que faz parte de um esforço de a gente disseminar a ideia. Aqui o Vale, o Colinas do Oeste, fica ao lado do Pico do Jaraguá, tem uma qualidade de projeto e uma qualidade ambiental muito legal.

Aqui, um conjunto na zona Sul da cidade, na Cidade Adhemar, Jardim Miriam, perto do Jabaquara. Também um conjunto acerca de meia hora aqui do centro da cidade, em um terreno pequeno, em um terreno difícil. É aquilo que a gente estava falando, que se não tivesse um esforço coletivo de organização, seria ocupado da pior forma possível, porque é quase um barranco. Mas, com a qualidade de projeto e com a organização popular, ele tem uma qualidade hoje, espaços que as pessoas podem circular, tem arborização. São conjuntos também, os apartamentos têm 56  $m^2$ , contra aqueles 42 da produção tradicional do COHAB e CDHU. Isso chama Vila Patrimonial, fica na Cidade Adhemar, no Jardim Lurdes, esse é mutirão. Todos os que eu estou mostrando são mutirão. Cada grupo tem liberdade para escolher qual é a forma que pretende executar a obra. A união trabalha com a defesa da autogestão e do mutirão, ainda que a gente respeite e considere as outras formas de produzir, mas é um recorte específico, que é o recorte da autogestão, que é a possibilidade das famílias administrarem todas as etapas do processo. Isso aqui é uma imagem também para ver como o conjunto pode, inclusive, contribuir para a melhoria da paisagem do entorno.

Bom, como eu disse, a gente está em 22 estados, tem projetos em Goiás, tem projetos em Salvador... Aqui é uma pessoa trabalhando no mutirão, isso aqui é a praia. Isso mesmo, as pessoas já fizeram o mutirão do lado da praia. E por que o trabalhador com renda de zero a três não pode morar com vista para o mar? É um resort auto gestor. Aqui em Belo Horizonte, um projeto também, que tem sido feito em autogestão, em mutirão.

E é assim, à medida que a gente vai conhecendo as realidades do País, a gente ainda encontra situações como essa, que são no Piripiri, e que podem avançar para situações como essa, não é? É o peso da organização popular, que pode transformar qualquer tipo de realidade. A proposta auto gestora não é uma proposta só para os grandes centros, para regiões sem estrutura, é para todo mundo que tenha a disposição de se organizar. Aqui uma Associação de Mulheres, inclusive, que executou esse conjunto agregando já a luta que elas faziam na questão de gênero.

Bom, aqui é na periferia de São Luiz do Maranhão, uma cidade chamada Paço do Lumiar, também é auto gestão e com participação popular. Independe aonde o projeto vai sendo feito, Paraná, Caldas Novas, Rio de Janeiro... esse é o primeiro projeto auto gestor no Rio de Janeiro. Isso fica perto de um lugar que chama Colônia Juliano Moreira, lá no Rio de Janeiro, Juliano Moreira, Jacarepaguá. Eu sou paulista da gema, então eu conheço a Lapa de lá bastante. Esse é também lá no Rio de Janeiro, esse é o mesmo conjunto, participação forte das mulheres em todos os conjuntos. Cerca de 80% das pessoas que trabalham nos processos de mutirão são mulheres. O mutirão é um elemento do processo de produção das casas, mas o trabalho é dividido de tal forma que qualquer pessoa, com qualquer idade, sempre vai ter com o que contribuir.

Esse aqui da cidade de Suzano também é um projeto de casas, Suzano é uma cidade que está nem uma região de produção de água, região de mananciais, que ainda tem muita área verde, então é um projeto que tenta fazer um equilíbrio entre o uso habitacional do terreno e a preservação de uma área verde, que tem característica ainda intacta, uma área que precisa ser preservada, e que também vai, inclusive, gerar renda a partir da utilização, tentando aproveitar a cultura das pessoas. Então tem lá uma horta comunitária, e a ideia é que isso seja uma razão, inclusive, a garantir a sustentabilidade do condomínio.

Bom, então a gente está à disposição para discutir essas ideias, os limites, os avanços. Tem aqui os nossos contatos, o site. No site da União tem todas as resoluções do programa e tem as histórias dos movimentos, tem as propostas para que a gente avance mais, e com certeza a gente ainda tem muito que avançar para que esses sejam projetos que cada vez mais sejam consistentes, e sejam uma realidade mais frequente na vida das nossas cidades. Muito obrigado.

### **Valéria Mendonça**

Boa Tarde, meu nome é Valéria Mendonça, eu sou lá do Ceará, e me chamou a atenção por não ter visto nada no Ceará, mas certamente tem, né? Sim. Eu queria só só que você comentasse mais essa participação das mulheres, se você pudesse ilustrar um pouco mais, porque realmente é uma área de militância minha, e eu gostaria de saber mais.

### **Sirlene**

Bom, eu sou a Sirlene, eu sou da COBRASA, aqui de São Paulo, e eu queria perguntar, porque esses slides que você mostrou, essas construções, eu queria saber se vocês fizeram ou estão pensando em materiais alternativos, ecológicos, essa coisa toda que a gente tem discutido bastante, tem muita universidade pesquisando vários tipos de materiais. Eu queria saber como é que o movimento usa, se usa.

## **Ivânio**

Olá, meu nome é Ivânio da COOHABRAS, eu queria fazer uma pergunta para a Evaniza, no sentido de que a gente percebeu uma evolução da participação popular na elaboração das políticas públicas, mas não tanto na elaboração do modelo de financiamento, que é um dos componentes da política pública de Habitação. Eu queria que tu falasses um pouquinho como é que os movimentos, as cooperativas de habitação, que é o nosso caso, podem participar e tentar intervir no modelo de crédito também, porque tem já elaborações bem consistentes nesse sentido, de pensar o crédito habitacional, o microcrédito de habitação, enfim, como é que a gente pode contribuir nesse debate dentro da Caixa, dentro do governo federal.

## **Evaniza Rodrigues**

Bom, eu vou do fim para o começo. Nessa questão que o Ivânio coloca, sobre os modelos de financiamento, nós tivemos, no início do governo Lula, o crédito solidário, que era um recurso do Fundo de Desenvolvimento Social, que era um recurso oneroso, porém sem juros. Ele era taxa de juros zero, e isso facilitou bastante o acesso para as entidades e para as famílias de baixa renda. O modelo do Minha Casa Minha Vida Entidades, para a Faixa I, na verdade, é quase um subsídio completo. Então o que aconteceu é que o crédito solidário saiu de cena. O que ficou foram dois modelos muito díspares. Um, que é o Faixa I, FDS/FAR, praticamente subsídio total, ou de 95%, ou o FGTS, que tem um subsídio inicial, mas se você for pensar em uma família com dois mil reais, por exemplo, se for pegar um financiamento, ela vai pagar quatrocentos, quinhentos reais de prestação durante trinta anos. Não existe um intermediário. Então hoje a discussão que o governo faz é criar um limite intermediário. Para os muito pobres, para aquelas famílias com a renda muito baixa, esse subsídio maior, e para as famílias que tiverem uma condição de financiamento, mas não tão elevada, também possa ter um modelo de financiamento para elas. Eu acho que hoje o foco é esse, a gente brinca: “ah, é Faixa 1,5”, mas a ideia seria um pouco isso, criar um mecanismo intermediário de financiamento.

Eu já vou falar um pouquinho de materiais, depois o Edilson também complementa, da nossa regulamentação, nós temos que usar os materiais certificados. Então todas as tecnologias que forem certificadas, mesmo que sejam inovadoras, podem ser utilizadas. Nós já temos algumas mais industrializadas, outras menos industrializadas, por exemplo, uma coisa que era inovadora há cinco, seis anos atrás, que é a parede de concreto, hoje ela é para nós tecnologia convencional. Ela já não é inovadora, ela já está dentro do catálogo. Também alguns tipos de tijolos, diferenciados, como os tijolos autoportantes, também passaram por essa fase, e hoje já são adquiridos. A dificuldade, a gente reconhece, das tecnologias

inovadoras, é conseguir a certificação, porque a gente ainda tem muita dificuldade em conseguir os mecanismos de certificação. Então essa talvez seja a parceria que a gente precisa fazer mais fortemente.

### **Edilson Pereira**

Bom, eu vou começar também por essa questão das tecnologias. A gente tem procurado inovar sempre, isso é uma coisa importante, desde que isso garanta, tenha como resultado, um melhor aproveitamento do material, a melhor qualidade do conjunto. Esse projeto que eu mostrei aqui, por exemplo, de Suzano, ele tinha que fazer uma estação de tratamento de esgoto. Ao invés de usar uma tecnologia convencional, de tratamentos por mecanismos químicos, ele está usando uma alternativa de biodigestor. Agora, isso fez com que a gente ficasse mais de um ano na Cetesb buscando aprovação dessa tecnologia que a gente propôs. Então a gente tem sempre que avaliar o que ela vai trazer de benefício, e com as dificuldades que a gente vai ter de aplicar isso. Agora, isso é uma questão fundamental para reduzir custo, para garantir a melhor qualidade ambiental e tudo mais. A gente tem situações curiosas, a Caixa como órgão financiador, às vezes, premia tecnologias que depois ela não permite que sejam utilizadas no processo de produção da moradia. Então tem que haver um esforço no sentido de que isso possa ser incorporado, desde que isso tenha condição técnica de efetivamente trazer melhor qualidade para o projeto.

A questão da participação das mulheres, isso é uma questão importante para gente do Movimento de Moradia. Em primeiro lugar, cerca de 80% das pessoas que participam dos movimentos são mulheres. Em todas as posições do movimento, em muitas em posições da coordenação do movimento, ajudando a formular política, formular as estratégias do movimento. A União tem uma coordenação, tem cerca de trinta pessoas que fazem parte dessa coordenação. Eu não vou lembrar agora de cabeça, mas boa parte dela é de mulheres, e não trabalha com a ideia de uma coordenação, de um coordenador centralizado, um coordenador geral. Então essa coordenação, esses coordenadores, todos eles têm a mesma possibilidade de interferir nas decisões da entidade. A primeira forma de participação da mulher é na própria organização, nos órgãos de decisão da organização. Isso é uma coisa que é importante para o movimento.

Outra coisa é a própria constituição das famílias brasileiras. Em boa parte das famílias mais pobres, as são mulheres são chefes de família, então por isso também elas estão dentro do movimento, nas atividades de gestão das obras. As mulheres também têm estudado mais, então têm mais facilidade de acessar essas funções, são funções de gestão. E também na execução da obra, a gente mostrou várias coisas ali que em mutirão você reduz o impacto desses trabalhos, e permite que, por exemplo, carregar um bloco é uma coisa



que ninguém precisa fazer sozinho, pode fazer isso de forma coletiva em um grupo, o que facilita a participação de todo mundo.

Então em todas as fases do processo eu acho que é importante, e é algo que decorre da própria constituição das pessoas que fazem parte do movimento de moradia. Se as mulheres são a maioria das famílias, são a maioria das pessoas que vão e não tem casa, elas também tem que ser a maioria na gestão dos projetos e do trabalho, no dia a dia. Então isso é uma coisa que a gente acha importante estimular, não é nenhuma ilha de fantasia no movimento, evidentemente, tem as contradições que todo lugar tem, mas essa é uma questão importante para gente. A União participa, por exemplo, da Marcha Mundial das Mulheres, de todas as atividades que procuram afirmar os direitos também com esse recorte de gênero.

Você me perguntou também da questão do Ceará. Lá tem parceria com uma organização que chama Ceará Periferia, que tem trabalhos de urbanização de favela na região de Fortaleza.

### **Interlocutor não identificado**

Ótimo, obrigado. Agora, em seguida, já vamos emendar outra atividade com o pessoal do Ministério da Cultura sobre “Os Pontos de Cultura”. Com relação à questão da habitação, a gente pode continuar conversando, agora só porque precisamos começar o outro ponto, por conta do horário aqui da atividade, tá certo?

### **Interlocutor não identificado**

Pessoal, agora a gente vai começar uma roda de conversa sobre “Os Pontos de Cultura”, o programa Cultura Viva. O Daniel Castro, lá do Ministério da Cultura, veio. Estão todos convidados. Quem estava na de antes para continuar, e quem já está aí esperando, ele já está vindo para cá. Eu só peço que vocês se achem mais pertinho, porque ele veio lá de Brasília, saiu no meio da 3ª Conferência Nacional de Cultura, então cheguem pertinho para gente fazer essa roda mesmo de conversa bem.

## **Lançamento do portal *SisCEBAS***

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes**

Bom dia a todos e todas. A gente começa aqui um momento muito importante do dia de hoje que é o lançamento do portal que o Ministério da Educação preparou para o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de educação. O Portal CEBAS Educação vem justamente para facilitar esse relacionamento das organizações com o Ministério da Educação em relação ao processo de certificação. A gente vai hoje apresentar o portal, o

Ministério da Educação vai contar todas as potencialidades, as funcionalidades, mas, antes eu queria só fazer uma introdução, agradecer a essa iniciativa e também contar para vocês um pouco o que é o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

A gente está falando de um certificado que começou há muitos anos atrás e que tem, recentemente, um esforço grande do Governo Federal de melhoria do seu processo, não só de aperfeiçoamento de conceitos, de aperfeiçoamento de clarezas em relação às suas regras, mas também de agilidade dentro do processo. Então, o CEBAS, que é o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, era conhecido antes como Certificado de Entidades de Fins Filantrópicos, com o apelido de Certificado da Filantropia. Esse mesmo certificado, em 2009, pela Lei 12.101, recebeu uma nova roupagem, novas diretrizes e novos rumos e, desde então, quando trifurcou, separou esse certificado entre os Ministérios da Educação, Saúde e Assistência, saiu da competência do Conselho Nacional de Assistência Social a possibilidade de certificação.

Ele teve diversos avanços no processo de transição, teve um processo de transição administrativa, que ainda hoje está acontecendo, e de informação diária de equipe, de capacitação, e o portal faz parte desse processo de melhoria da administração pública nesse relacionamento. Mas, ao mesmo tempo, ele também teve um processo de muitas vantagens, porque ele traz mais clareza para, afinal de contas, como é esse relacionamento de rede privada em entidades sem fins lucrativos reconhecidamente de educação, de assistência, de saúde que fazem parte desse grande conjunto de organizações que apoiam as ações do estado em relação a essas três áreas.

E aí, cada Ministério tem buscado, em articulação, se desenvolver melhor para trabalhar essa relação com as organizações, e hoje a gente tem aqui essa excelente iniciativa do Ministério da Educação de buscar, na linha do acesso à informação, da transparência, cada vez mais se abrir para esses relacionamentos. Então, é importante que vocês não só conheçam o que foi preparado, mas deem feedback, digam o que pode ser melhorado, digam o que pode ser aperfeiçoado nesse relacionamento, porque é com esse processo de escuta e de diálogo que o governo consegue cada vez mais melhorar suas políticas, consegue cada vez mais ter um processo que seja bastante transparente, claro, ágil e eficiente.

Obviamente que o número de processos é muito grande, a expectativa das organizações é individual para cada processo, enquanto que aqui a gente está falando de algo de uma natureza mais coletiva. Então, sempre há um embate, certa tensão entre o dia que se pede o certificado até o dia em que o certificado é efetivamente concedido, o processo de renovação. Às vezes, não é o tempo que a gente gostaria, o tempo da administração pública tem

esse acúmulo pela quantidade de pessoas que precisam ser atendidas ao mesmo tempo, mas quanto mais a gente ajudar – e essas ferramentas vêm para isso, que é para acelerar esse tempo, que é para conseguir atender cada vez mais gente em menos tempo –, mais a gente vai conseguir ter um processo mais claro, mais rápido e, enfim, efetivamente conseguir reconhecer o direito das organizações de recepção desse certificado, de serem reconhecidas pelo estado como de assistência, de saúde e de educação, por meio desse certificado e, conseqüentemente há um benefício atrelado a esse certificado, que a Constituição previu, que é a Cota Patronal, a cota do empregador.

Enquanto empregador, a entidade sem fins lucrativos pode ter um benefício de redução do imposto que é da contribuição social paga, são 20% sobre a folha de pagamento. É desse benefício que a gente está falando, mas, além do benefício em si, que é algo concreto, objetivo, existe também um reconhecimento político, reconhecimento de uma chancela estatal de que essas organizações são reconhecidamente beneficentes de assistência social, e assim tem sido durante os muitos anos, tendo agora esse novo perfil cada vez mais qualificado, cada vez mais estruturado para essa relação.

Então, é com muita alegria que eu dou início a esse lançamento do novo portal, e eu espero que ele seja um pontapé para que a gente possa cada vez mais ter esse processo de escuta com as organizações. Um relacionamento cada vez melhor é o que se espera com isso, e que haja maior conhecimento. Que as organizações se capacitem cada vez mais, para que a gente possa ter um processo cada vez mais robusto de relacionamento em uma pauta que para gente do governo é tão importante, que é a valorização das organizações da sociedade civil como parte da nossa rede, como parte do nosso combustível de democracia. Obrigado.

Agora eu queria chamar a coordenadora Eneida, que é quem está tocando esse processo no Ministério da Educação com tanto afinco e que nos trouxe aqui esse presente de poder lançar o Portal CEBAS aqui na nossa feira. Obrigada.

### **Eneida Corrêa (Ministério da Educação)**

Obrigada Laís, obrigada pelas palavras gentis. É um prazer estar aqui, a gente gostaria, antes de tudo, falar que isso aqui é uma roda de conversa. A gente vai conversar um pouco sobre uma iniciativa que o Ministério da Educação, através da Secretaria de Regulação e da Coordenação Geral de Certificação Entidade Beneficente de Assistência Social, está promovendo.

Bom, antes de tudo, só gostaria de lembrar uma coisinha que a Laís já falou. O CEBAS, na verdade, a partir de 2009, não é uma política única, na verdade ela é uma política de três Ministérios, três ministérios executam. O que nós vamos conversar aqui um pouquinho

hoje é sobre como a política é executada no Ministério da Educação, é o CEBAS Educação. O que a gente vai falar aqui talvez tenha alguma aplicabilidade para o CEBAS Saúde, como para o CEBAS Assistência Social, mas o CEBAS na verdade é único, só que com três abordagens diferentes. O que nós vamos ver aqui é a abordagem da educação.

Antes de começar eu gostaria de apresentar a equipe do Ministério da Educação que está aqui. Nós temos o Wesley, que é da nossa diretoria de tecnologia da informação, ele vai conversar um pouco mais sobre o sistema mesmo, que está incorporado no portal. Nós temos aqui a Adelaide, que é a pessoa que coordena toda a parte de atendimento na Secretaria de Regulação. Todas as políticas, informações, prestação de informações passam, necessariamente, pelo núcleo de atendimento ao procurador institucional, que também é uma iniciativa do Ministério da Educação através da SERIES, para que a gente tenha uma melhor conversa com todo nosso público. Temos ali a Genoveva, ela trabalha conosco, está lá na minha equipe, está aqui nos ajudando também. Gostaria de apresentar também a Elzani, que é do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que é uma autarquia ligada ao Ministério da Educação, que também está aqui conosco e que pode dar informações sobre outras políticas do MEC que são operacionalizadas de ir ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Bom, vamos começar a nossa conversa. O CEBAS, a gente já falou, é um certificado concedido pelo Governo Federal. Hoje ele tem uma validade de três anos e permite, entre outras coisas, porque não é só isso, mas ele permite que a entidade que tem acesso a esse certificado possa obter a isenção fiscal. Então, primeira coisa: o CEBAS não é uma transferência voluntária. Na verdade, a entidade deixa de recolher o imposto. É um mecanismo diferente do mecanismo usual de convênio. Como vocês sabem, a gente tem duas certezas nessa vida. A morte e os impostos. Nós vamos, com certeza, passar por ela e nós vamos, com certeza, pagar imposto. Então, para deixar de pagar imposto tem que ter sempre algum tipo de exigência a ser cumprida, e esse certificado, no caso, tem um público reconhecido que presta serviço ou na educação ou assistência ou na saúde.

Bom, o CEBAS Educação foi pensado para gerenciar, planejar, coordenar e executar as ações referentes à construção. O CEBAS, no MEC, nem sempre esteve aonde ele está. Hoje, o CEBAS está em uma secretaria de regulação no Ministério da Educação, mas o CEBAS já esteve somente no antigo Conselho Nacional de Assistência Social, depois dividiu, migrou, e o CEBAS Educação hoje está em uma secretaria que tem entre as suas atribuições coordenar toda essa política em nome do MEC. Depois disso, através dessa política, nós começamos uma parceria com as entidades beneficentes. E o que a gente quer nessa parceria? A expansão do acesso à educação superior. Porque tem uma característica, o CEBAS, tanto pega da

creche até a educação superior, inclusive agora com a mudança da lei nós vamos poder também pegar os grupos de pós-graduação, não somente a graduação.

Outro objetivo que nós temos é garantir às pessoas com deficiência o acesso à educação e também no quesito da educação básica é ampliar a jornada escolar. Porque o que acontece? Muitos dos CEBAS são feitos com escolas de educação básica, escolas particulares, mas escolas particulares tendem a um público definido. E como é que elas fazem para alcançar a meta de gratuidade? Porque a nossa política é uma política de acesso. Elas vão lá e fazem parcerias com as escolas públicas e no contra turno elas oferecem atividades educacionais, e a lei permite que até 25% da gratuidade que a entidade tem que comprovar possa ser feito com esse mecanismo.

Nós temos um perfil definido, o chamado Perfil Socioeconômico. É uma exigência que nós fazemos a fim de garantir que as pessoas, as crianças que realmente precisam, os jovens que realmente precisam, possam ter acesso. Porque não é só garantir o acesso, mas é garantir o acesso para aquelas pessoas que efetivamente precisam ter educação. Seja ela educação básica, seja ela educação do antigo ensino médio, seja educação superior, seja até a pós-graduação, mas tem que ser as pessoas que precisam. O CEBAS é uma política de acesso.

Bom, então vamos lá. Nesse sentido, o Ministério da Educação fez ultimamente três grandes esforços. O primeiro esforço já está na mão de vocês, então, por favor, não saiam daqui sem a sua cartilha, até se você não é de entidade. Leve a sua cartilha, a cartilha tem explicações básicas gerais sobre o CEBAS. A cartilha na versão web também está no portal, mas a gente fez questão de ter a cartilha do CEBAS, lembrando que nós somos escola, nós defendemos a escola, nós defendemos a educação. Depois disso, fizemos o nosso portal, o novo portal CEBAS.

Bom, esta aqui é a home, a página principal do nosso portal, e eu queria chamar a atenção para algumas funcionalidades. Aqui vocês vão ter a parte da legislação. É uma preocupação que nós temos: que a sociedade, de forma geral, conheça quais são os marcos normativos que o CEBAS nos põe e, logo de cara, você tem aqui a legislação básica que norteia as ações do Ministério na análise dos pedidos. Depois disso aí, vamos ter a visão pública. Na visão pública, nós vamos ter a consulta ao cadastro e a consulta processual. Aí vocês vão falar: “Eneida, eu não sei. Eu acho que só sei o nome da entidade. Eu sei que ela fica no município x”. Se você não conseguir, você vai e pesquisa pelo município e ele vai te dar uma relação.

Vamos lá, vamos ver... Bom, em São Paulo nós temos nesses municípios todos que aparecem, são paraticamente todos os município de São Paulo. Nós temos entidades que mexem com assistência social. Tem várias entidades, e a gente verifica que você

clicando nela, você terá informações sobre cada entidade, se ela tem certificado, se ela não tem certificado, se ela está em processo, e por aí vai. Nesse caso, chamando a atenção de uma característica do CEBAS: ele certifica a entidade “mãe”. Então eu posso ter uma determinada APAE, digamos que tenha uma série de escolas, ou então uma universidade que tenha uma série de campus, mas quem está sendo certificado é a entidade “mãe” e vai valer a atividade preponderante daquela entidade.

Vamos pegar um exemplo. Eu estou falando de uma universidade que tem escola de ensino médio, tem a creche, tem o hospital e ainda tem projetos especiais na área de assistência social. Aí vocês vão falar: “e aí Eneida, como é que vai fazer para certificar essa entidade?”. Essa entidade vai ter que cumprir as exigências da educação no que diz respeito às escolas, as exigências da saúde no que diz respeito a hospital, as exigências da assistência social no que diz respeito ao MDS. Aí vocês devem falar para mim: “mas Eneida, deve ser difícil, não é?”. É sim, uma entidade para poder cumprir com isso. Mas, por que é isso? É porque é uma super entidade. Essa entidade, naturalmente, para ela poder tocar tantos projetos administrativamente tem que ter uma estrutura. O CEBAS, de certa forma, exige da entidade o mínimo de estrutura, de organização. Porque como tudo o que tem dentro do setor público, o CEBAS exige políticas públicas, exige prestação de contas, o CEBAS exige balanços, exige relatórios. A gente precisa acompanhar para saber se realmente as criancinhas estão tendo acesso, os jovens estão tendo acesso, os universitários estão tendo acesso e a acesso de qualidade. Então, é fundamental que haja esse controle. Por isso dessas exigências que nós fazemos. Então, o CEBAS tem essa característica. Ele exige da entidade uma capacidade de organização e de estruturação.

Bom, já saímos da visão pública, vamos para as perguntas frequentes, porque vocês também gostam, porque vocês estão sempre demandando e a gente gosta de responder para vocês. Só que a gente já fez um apanhado do que vocês mais nos perguntam e já colocamos aqui. Só que isso muda. Hoje, as perguntas são muito voltadas para o conhecimento básico da política, mas com o tempo as perguntas começam a ficar mais complexas. “Estou com problemas na minha rubrica orçamentária assim, assim e assado”, “Porque a Receita Federal falou que esta não é a rubrica correta para eu fazer o registro?”. Nós ainda nem chegamos a esse tipo de pergunta, mas vamos chegar. As entidades rapidamente estão aprendendo a lidar com o CEBAS.

E temos o famoso “fale conosco” que é o “fale conosco” do próprio Ministério, tá? Quando vocês mandam alguma informação, nós temos um parazo para poder retornar e vocês, inclusive, podem abrir isso por escrito, podem colocar a suas demandas. A gente tem uma certa classificação, mas se você achar que a sua dúvida, a sua demanda,

não está aí, você coloca que está em outros. E nós temos os canais de comunicação, para que vocês possam falar conosco, via web, ou via escrita, ou central de atendimento, por telefone, vocês conseguem chegar até a gente. “Eneida, eu não estou conseguindo...”. Insista, persista, que você vai chegar. Os canais foram construídos para isso, para que vocês possam chegar até nós.

Eu queria mostrar algumas inovações para vocês. Essa aqui eu acho que vocês vão gostar. Volta aqui no cálculo da gratuidade. Isso aqui a gente popularmente chama de calculadora social. Aqui tem uma explicação, vamos lá calcular a gratuidade das entidades. Esse aqui a gente fez pensando naquela creche pequenininha que está lá no interior, que às vezes não tem o advogado, não tem aquela equipe de contadores, de administradores, mas tem muita gente, tem muita boa vontade e quer fazer o CEBAS certo. Nós criamos esse simulador não somente para a creche, mas também para qualquer pessoa. O auditor do TCU, o delegado de polícia, qualquer pessoa, o aluno, o pai do aluno, a mãe do aluno, todo mundo pode usar isso. Isso é público, isso é para todo mundo, para ONG contas abertas também, eles também podem usar.

Como é que funciona? Vamos fazer uma simulação? Coloca aqui quinhentos alunos. Aí tá numa situação ideal. Coloca aqui na bolsa o número total de alunos com bolsa integral, coloca vinte. Vamos ver o que vai acontecer? Ficou vermelho. Alguém sabe me falar por que ficou vermelho? Não atendeu um para nove, porque tem que atender primeiro um para nove, e depois não atendeu um para cinco, que é a quantidade mínima. E não tem complemento. Só que eu estou tratando aí de educação superior com PROUNI, que tem uns cálculos diferentes. Vamos para educação básica. Na educação básica tem o mesmo raciocínio, só que nós agora vamos colocar vinte e cinco. Não mudou nada. Por que não mudou nada quando ele colocou vinte e cinco? Porque a entidade tem no quantitativo de integral, e de parcial ela já está acima do que seria necessário. Por que eu estou chamando atenção para isso? Existem várias possibilidades de a entidade combinar a sua forma, mas isso vai depender da realidade da própria entidade. Tem entidade que, para ela, os 25% dos benefícios complementares é fundamental, e tem entidade que não, apenas com a bolsa integral ela já atende. Porque quanto mais a entidade tiver que trabalhar com benefícios, mais exigências ela terá que cumprir. Lembrando que tudo isso tem que ficar registrado. Então é um cálculo de gestão, na verdade, mais do que um cálculo matemático, mas é um cálculo administrativo da entidade. Como combinar a minha realidade.

Agora, uma questão que nós estamos chamando atenção, que a colega já chamou logo no início, o um para nove. Esse é fundamental e muita entidade não está conseguindo acesso por causa do um para nove. Já me perguntaram: “mas, Eneida, vocês não vão criar nenhum mecanismo para o um para nove?”. A lei criou uma transição para a

educação superior, para quem aderiu ao PROUNI a lei criou um período de transição que está dispensando o um para nove, mas só naquele período e de educação superior. Então, as entidades terão um tempo para poder se ajustar até a próxima certificação. Quem não se ajustar não vai ter mais essa regra de transição. Outra regra de transição: do um para cinco. O um para cinco que nós estamos analisando, nós estamos com quarenta pedidos para serem analisados para firmar termos de ajustes de gratuidade. Essas entidades terão também um período de três anos para fazer o ajuste e alcançar o patamar mínimo, mas é apenas uma vez. Vamos voltar para a home?

### **Interlocutor não identificado**

Qual o período de adaptação do um para nove?

### **Eneida Corrêa**

Entidades até 31/12/2010, entidades que foram indeferidas em razão do um para nove que aderiram o PROUNI. Então, no período daquela certificação, ela pode ter direito. Eu já estou com três pedidos para serem analisados. Entidades indeferidas unicamente porque não cumpriram um para nove, e estou com mais ou menos quarenta pedidos de entidades que foram indeferidas em função do que é hoje um para cinco, que é a gratuidade. Ok?

Gente, outra coisinha aqui: para todo mundo que quiser receber notícias do CEBAS, cadastre seu e-mail, sistematicamente a gente vai mandar para vocês as principais novidades. Visão pública, manifestação da sociedade civil. Agora o meu muito obrigada, porque eu vou passar para o Wesley, que vai mostrar a parte debaixo do nosso portal, que é o SisCEBAS, o sistema que as entidades entram com a suas informações. Ele está aqui e vai mostrar para vocês o novo sistema.

### **Wesley (Ministério da Educação)**

Obrigada Eneida, boa tarde pessoal. Vocês gostaram da interface do novo portal? Ficou bacana, né? Bom, dentro do portal nós temos alguns links que acessam diretamente o sistema, o SisCEBAS. A parte da manifestação pública que a Eneida já falou, a parte da visão pública, consulta processual. Isso aqui é muito importante, porque dá transparência no andamento do processo lá dentro do Ministério da Educação. Então, como está meu processo? Ele está em análise? Ele já foi analisado? Qual foi a portaria que publicou a concessão ou não do meu processo? Tudo isso vocês conseguirão consultar aqui nessa parte. Aqui nós temos o acesso ao sistema direto. Aqui nós temos também a consulta da visão pública. Aqui embaixo nós temos algumas opções que são: o acesso direto ao sistema. Porque essa parte de baixo foi toda destacada para o SisCEBAS? Então o acesso ao sistema.



Se você esqueceu a sua senha, basta clicar aqui. Bom, aqui ele vai carregar uma página que é do SSD, que é o Sistema de Segurança Digital do Ministério da Educação. É uma página que é como se fosse o painel de controle do usuário. Aqui você pode solicitar o acesso (se você não tem), alterar os seus dados cadastrais, quem tiver com problema de senha pode entrar aqui nessa página e recuperar a senha, alterar senha e aqui, somente alterar a senha do usuário. E aqui, para quem não é cadastrado, ele vai redirecionar para a mesma página de controle de usuários. Essa parte não possui certificado, ele vai redirecionar para a cartilha, onde a pessoa poderá verificar as regras, como que ele poderá solicitar o certificado, como ele vai ter acesso ao sistema.

Agora eu vou acessar o sistema no nosso ambiente de treinamento do Ministério da Educação e mostrar duas funções básicas. Eu vou acessar o cadastro de uma instituição e vou conseguir visualizar os dados dela, eu vou simular o acesso de solicitação de um requerimento novo. Nesse ambiente interno, a gente liberou o acesso do token, então aqui a gente vai conseguir somente com o usuário e a senha, CNPJ da instituição. Bom, essa tela que vai carregar do sistema, acredito que alguns de vocês já conhecem, porque essa versão do sistema SisCEBAS ainda continua com a nossa interface anterior, interface antiga. Nessa tela aqui, como vocês podem observar, o SisCEBAS funciona como a Receita Federal. Aqui do lado ele carrega a lista de menus, e aqui ele tem as informações de cada menu que você for clicando. Ele mostra também as pendências, quando você for reiniciar um novo requerimento, e você só vai conseguir enviar o processo depois que você concluir essas pendências. Então aqui eu consigo acessar a parte de cadastro dessa minha mantenedora. Tenho informações de nome, certificado da entidade beneficente vigente, endereço, uma série de informações, contato... Aqui eu tenho as opções para que ele possa anexar a cópia do CNPJ, o estatuto atualizado e a ata da eleição do representante legal.

Na parte do requerimento ele tem que aceitar os três termos, eu preciso completar o cadastro para que possa realizar o processo. Eu tenho uma lista da pendências e ele vai preenchendo todas as partes do requerimento. Assim que ele concluir a parte do requerimento, ele consegue enviar. Nós temos dois tipos de pendências: as pendências com esse símbolo vermelho, que são impeditivas para criação de um novo requerimento, e nós temos esse triângulo alaranjado/amarelo, que ele não é impeditivo para a criação do novo requerimento.

### **Interlocutor não identificado**

A minha entidade consta uma pendência no cadastro, mas eu não consigo acessar o SisCEBAS para ver o que está faltando.

### **Wesley**

Quem tiver problema de acesso, nós vamos receber aqui do lado, vamos verificar exatamente qual é o problema, vamos sanar isso para que vocês consigam acessar lá.

### **Wesley**

Através do cadastro de demandas, vocês conseguem fazer essa solicitação e nós vamos atender de lá. Nós temos uma lista de pendências para sanar esses problemas de acesso e vocês podem entrar em contato através de todos os canais para que a gente possa sanar esses problemas de acesso.

### **Interlocutor não identificado**

Eu já tenho o NAP, meu nome já é conhecido, de tantas demandas que eu tenho lá. Às vezes eu recebo e-mail, que até é de outra coisa, mas essa ainda não solucionaram.

### **Wesley**

Pois nós vamos verificar logo hoje qual é o problema e vamos repassar para os demais qual foi a solução dada.

Então, essa é a nossa parte, do nosso portal. Nós temos outros banners aqui em cima onde terão novas notícias do portal do CEBAS, aqui você pode ter conhecimento do CEBAS, aqui você pode baixar uma versão da nossa cartilha, essa cartilha que foi distribuída, vocês podem baixar, ela está online, podem baixar, imprimir, para que vocês possam ler com calma.

Essa nova versão do SisCEBAS, que nós disponibilizamos após o decreto que teve agora no meio do ano, veio para garantir uma nova análise e julgamento dos requerimentos de uma forma mais ágil, segura e transparente, através da visão pública. Essa nova versão traz algumas novas melhorias e atualizações para que vocês possam facilitar o acesso de vocês. Ele tinha algumas dificuldades de acesso, as pessoas não conseguiam recuperar a senha, então nós facilitamos esse acesso colocando link direto para a página e para que ele possa gerenciar o perfil dele.

Esses dois endereços aqui embaixo são o endereço do sistema e o endereço do portal. O resultado que nós queremos com o SisCEBAS é reduzir os prazos de concessão, renovação, de modo a atender com mais eficiência e dar celeridade às ações desenvolvidas pelas entidades que atuam como assistência social. Esses são todos os nossos contatos para que vocês possam, diante de qualquer dificuldade, entrar em contato conosco, e nós estamos lá no Ministério da Educação para ajudar.

### **Eneida Corrêa**

A roda de conversa continua. A equipe do MEC está aqui no portal para poder ajudá-los. Agora, questões individualizadas nós podemos tratar, eu só vou dar um esclarecimento que já pediram, na verdade são dois, e eu acho importante. É a questão de quando começa a cumprir o um para nove. Já, se você puder, porque o que vai acontecer? Isso e um para cinco, que vale o mesmo raciocínio. O Tag, termo de ajuste de gratuidade... Eu só vou poder oferecer essa possibilidade para a entidade, somente para os casos que você tem problema de gratuidade. Só o problema é um para cinco, não é o um para nove, é um para cinco. O um para nove, a regra de transição ficou somente para aqueles acasos da educação superior com PROUNI. O legislador fechou a porta e só naquele período. Então não vão cair no artigo 14. Se você tiver problema do um para nove, você vai ser indeferido, a não ser que você caia nessa situação. Se o problema da entidade é só, e somente só gratuidade, ela poderá solicitar o termo de ajuste de gratuidade, mas, lembrando, ela tem três anos a partir do deferimento do termo. Aí vocês vão falar “mas Eneida, vocês estão certificando lá para trás”. Mas no caso do Tag isso não funciona. O Tag opera para frente, o Tag é como se fosse um acordo que você faz comigo e, subsidiariamente, tem um certificado. Então o Tag vai ser firmado, ele vai operar para frente e para Tag o começar precisa haver o indeferimento. Tem o indeferimento, a entidade entra com o seu pedido. Ela tem trinta dias para entrar com o pedido, só que eu não tenho trinta dias para analisar.

O MEC está se estruturando de forma a criar as condições para agilizar, mas nós já temos algumas prioridades. Quais são as prioridades até o final do ano? Os quarenta pedidos de Tag, os pedidos do artigo 14 que pega aquele caso do um para nove, especificamente, e nós temos algumas questões que nós já vimos analisando desde 2010 que serão analisadas até dia 31 de dezembro. A nossa estimativa é que para o primeiro semestre de 2014 nós vamos pegar todos os pedidos de 2011, mas se a entidade já tiver condições de ir se ajustando, é fundamental. Porque a lei não abriu brechas, não tem outras regras de transição a não ser essas que eu falei para vocês, que atinge um para nove e que (ininteligível).

Relembrando, eu sei que tem várias entidades aqui que não são só de educação. O que eu estou falando é da regrinha da educação. Não vão confundir com a regrinha da saúde. A saúde tem outra regra de gratuidade, para não ter confusão. Outra questão que dá muita confusão: as gratuidades não se confundem. O conceito de gratuidade da saúde é diferente do conceito de gratuidade da educação e o desenvolvimento social tudo tem que ser gratuito. Lá não é permitido que haja cobrança no caso da assistência social, que já é uma outra regra. Então não vão se confundir.

**Thiago**

Você pode colocar na calculadora de novo? A confusão que está gerando é o seguinte: matematicamente, no teste, quando você coloca um para cinco, significa que de cada quatro, um é gratuito, porque é 20%. Não é esse o raciocínio, um para cinco, mas é o que está escrito ali, se você for pelo conceito do que está escrito ali. Então, precisa deixar muito claro o que é o tal do um para cinco no entendimento de vocês. Porque se você pegar e fizer a regra de três, dois mil alunos é x, tanto é x, o cálculo vai ser diferente e a gente está ouvindo aqui interpretações diferenciadas falando “não, divide por seis, divide por cinco, divide...”. Qual é o entendimento exato da proporcionalidade? Porque o que está escrito ali vai gerar mais confusão.

### **Eneida Corrêa**

Porque a calculadora combina os outros elementos também. Se você quiser, pode fazer o teste, depois a gente faz até aqui junto. Se você colocar só aqui, só integral, ela vai te mostrar onde está o problema e vai zerando todas essas outras partes aqui. Primeira orientação que eu dou: trabalhem em cima da calculadora. Mesmo que vocês estranhem, vocês mandam para mim o questionamento via minha querida Adelaide, manda para gente. Ah, deixa eu apresentar aqui o povo do MDS, me deixaram sozinha, mas agora estão aqui. Alessandra é nossa diretora substituta do Ministério do Desenvolvimento Social, ela está acompanhada da Marília, que está aqui também, agora as dúvidas da assistência social é com elas.

Mas, voltando à calculadora. A calculadora foi feita com base em dois matemáticos PHD de universidade que fizeram o cálculo. Então podem confiar. Vocês vão ter que fazer, vamos dizer assim, temos vários profissionais aqui, isso vai ser quase na fé. Confiem, a calculadora está certa. Se ela falar que está errado, pode mandar para mim, mande arrazoado, manda tudo, mas não me manda o número diferente, o número que está na calculadora não. Porque eu tenho um monte de matemático lá atrás de mim para me respaldar, foi assim que ela foi feita, mas depois que terminar aqui, a gente vai fazer um exercício lá fora.

### **Dora Bueno (Associação Paulista de Fundações)**

É o seguinte, como é que fica a creche e a educação infantil? Onde é que ela está e como faz o cálculo da gratuidade?

### **Eneida Corrêa**

A educação infantil ficaria aqui na educação básica, Dora. Porque a calculadora foi feita com três vertentes. A vertente da educação básica, a vertente da educação superior com PROUNI e a vertente da educação superior sem PROUNI. O caso das creches vai entrar aqui na educação básica. O que tem gerado muitos questionamentos é que

muitas creches são totalmente gratuitas, e temos recebido alguns questionamentos, inclusive o MEC está, de certa forma, preocupado com essa situação. Porque a creche está tendo o mesmo tratamento da educação superior completa, com toda sua complexidade. Nós vamos ter agora, já de certa forma passando essa informação para vocês, nós estamos prevendo um parazo de mais noventa dias a partir da publicação do decreto para que o MEC solte uma nova instrução normativa, e já foi determinado tanto pelo secretário executivo, como o secretário da Séries, que nós faremos algumas discussões preliminares, mas não sabemos qual o mecanismo e vamos convidar a sociedade para que participem conosco na formulação dessa instrução, vai ser o momento das creches também começarem a espernear.

**Dora Bueno**

E aí vai o EJA também?

**Eneida Corrêa**

Estamos planejando trabalhar o EJA, educação profissional, que também é lá, ensino à distância (ininteligível). Esse instrumento vai vir, inclusive, com o que o Thiago fala muito, vai vir os entendimentos do MEC, porque por legislação ela é ampla, ela dá grandes linhas para você poder ir, mas a trilha quem dá é o Ministério, e a ideia é construir a trilha. Não gosto muito de trilho, porque trilho é aquela coisa que vai reto e não sai do lugar. Então a gente tem falado muito consciente de trilha. Aquela coisa que nós vamos buscar as alternativas possíveis, os entendimentos possíveis, para poder viabilizar de forma melhor a política.

**Dora Bueno**

Eu só queria perguntar uma coisinha. O Insaes, como é que vai ficar a certificação que foi dada para o MEC e não autorizado para o Insaes?

**Eneida Corrêa**

A discussão do Insaes, para quem não conhece, é o novo projeto de formação de uma autarquia que vai ficar vinculada ao MEC. Está previsto que a certificação das entidades migre para a área reguladora. Hoje ela já está na área reguladora. Nós acreditamos que, se nada mudar, serão criada regras de transição. Tudo o que foi feito na antiga Séries será automaticamente validado já no Insaes.

**Dora Bueno**

Tudo bem, mas e a validade? A validade teria que ser do MEC. É o MEC que o governo determinou.

**Eneida Corrêa**

A validade será mantida. Se o seu certificado foi dado no prazo de três anos, vai virar três anos. Se foi dado no prazo de cinco anos, permanecerá cinco anos.

**Dora Bueno**

Sim, mas e depois que passar pro Insaes? Quem é autorizado é o MEC e não o Insaes.

**Eneida Corrêa**

Não. Se passar para o Insaes, a autoridade será da autarquia. A autarquia permanecerá, ela será a certificadora, será uma política regulatória. A autarquia será a certificadora, não será mais o MEC. Agora, naturalmente a autarquia é um órgão vinculado, nós não vamos nos desligar do MEC. Nós continuamos cumprindo com as políticas do Ministério da Educação, só que num patamar diferenciado de autonomia administrativa e financeira, porque o modelo regulatório exige que as autarquias tenham esse nível de maior hostilidade.

**Dora Bueno**

Vai ter essa legitimidade?

**Eneida Corrêa**

Bom, no quadro atual tem que ser formada por lei, então é votada em Congresso Nacional. Sendo votado e sendo aprovado, com certeza terá.

Muito obrigada pela paciência e por tudo e, olha, toda a equipe está aqui à disposição agora para gente continuar a nossa roda de conversa.